



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 069 - QUINTA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
 José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
 Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
 Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
 Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
 Mão Santa - (PSC-PI)
4ª SECRETÁRIA
 Patrícia Saboya - (PDT-CE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
 1º - César Borges - (PR-BA)
 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

<p align="center"> Maioria (PMDB/PP) - 19 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7,9) Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles </p>	<p align="center"> Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 9 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) Líder do PR - 4 João Ribeiro Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda </p>	<p align="center"> Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 28 Vago (1) Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes </p>
<p align="center"> PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma </p>	<p align="center"> PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL </p>	<p align="center"> Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma </p>
<p align="center"> PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT </p>	<p align="center"> PV - 1 Líder Marina Silva - PV </p>	
	<p align="center"> PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC </p>	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
9. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, a partir de 01.04.2010.
10. Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
11. Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010.

EXPEDIENTE

<p align="center"> Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial </p>	<p align="center"> Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia </p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 71ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE MAIO DE 2010

- 1.1 – ABERTURA
- 1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Dedicação do tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da presente sessão para homenagear o pensador, escritor, diplomata, político e abolicionista pernambucano Joaquim Nabuco, em reverência ao centenário de sua morte, nos termos dos Requerimentos nºs 156, 219 e 283, de 2010, do Senador Cristovam Buarque e outros senhores senadores..... 20229

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Mão Santa)

1.2.3 – Oradores

- Senador Marco Maciel..... 20230
- Senador Cristovam Buarque..... 20236
- Senador Eduardo Suplicy..... 20238
- Senador Roberto Cavalcanti..... 20241
- Senador José Sarney..... 20243
- Senador Marconi Perillo..... 20248
- Senador José Nery..... 20249

Sr. Eloi Ferreira Araújo (Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial)..... 20251

Senador Arthur Virgílio..... 20253

1.2.4 – Suspensa às 17 horas e 8 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 9 minutos

1.2.5 – Comunicação

Da Senadora Marisa Serrano, informando que ficou impossibilitada de viajar a Montevidéu, no Uruguai, de acordo com o Requerimento nº 476, de 2010. (Ofício nº 179/2010, de 11 do corrente).... 20254

1.2.6 – Ofício do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Nº 21/2010-CN (nº 491/2010, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2010. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria*..... 20254

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 498, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao povo de Uruará, Amazonas..... 20330

Nº 499, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao povo de Humaitá, Amazonas..... 20330

Nº 500, de 2010, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de congratulações ao Sr. Ronan Ramos de Oliveira..... 20330

Nº 501, de 2010, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de aplauso à Fundação Dom Cabral, de Minas Gerais..... 20331

Nº 502, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do treinador de Muay Thai Luiz Alves..... 20331

1.2.8 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 10, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 114 da Constituição Federal para fixar a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar demandas trabalhistas fundadas em contrato por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público*..... 20332

Nº 11, de 2010, tendo como primeiro signatário Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 223 da Constituição Federal para determinar que as transferências de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sejam submetidas à deliberação do Congresso Nacional*..... 20333

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Críticas às notícias veiculadas pela imprensa, segundo as quais, nas proposições recebidas no Senado Federal que tratam do reajuste dos aposentados e do fim do fator previdenciário, haveria divergências em relação ao texto apreciado na Câmara dos Deputados. Apelo para que esta Casa aprecie essas matérias o mais rapidamente possível..... 20334

SENADOR JAYME CAMPOS, como Líder – Solidariedade à luta do Senador Paulo Paim em prol dos aposentados, afirmando que votará favoravelmente ao reajuste das aposentadorias e ao

fim do fator previdenciário. Registro de entrevista publicada no jornal Diário de Cuiabá , concedida pelo pecuarista Carlos Reiners, do Mato Grosso, que completará 103 anos, sugerindo que seja feito um levantamento cultural e biológico da população idosa brasileira.....	20348		
1.2.10 – Leitura de requerimentos			
Nº 503, de 2010, de autoria do Senador Jayme Campos, solicitando voto de congratulações pelo centenário do pecuarista Carlos Reiners, de Mato Grosso..	20350		
Nº 504, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando a retirada do Requerimento nº 470, de 2010, da autoria de S. Exa.	20350		
1.3 – ORDEM DO DIA			
1.3.1 – Matérias não apreciadas e trans-feridas para a próxima sessão deliberativa ordinária			
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA			
1.4.1 – Discursos			
SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Expectativa com as reformas do Código de Processo Penal e do Código de Processo Civil, em andamento no Congresso Nacional, que contribuiriam para o aprimoramento da Justiça no País, permitindo que fossem alcançados os objetivos do II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça Mais Acessível, Ágil e Efetivo.	20360		
SENADOR CESAR BORGES , como Líder – Críticas à intenção dos Ministérios Públicos federal e estadual de procederem à revisão de todas as licenças ambientais emitidas na Bahia desde 2005, conforme notícias veiculadas na imprensa baiana no último fim de semana.....	20364		
SENADOR GARIBALDI ALVES – Preocupação com a disseminação do uso do <i>crack</i> entre os jovens e adolescentes de todo o Brasil, cobrando ações mais efetivas dos governos federal e estaduais para combater esse consumo e apontando a necessidade de o Congresso Nacional se envolver cada vez mais na discussão desse problema.	20368		
1.4.2 – Leitura de requerimentos			
Nº 505, de 2010, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista e Membro da Academia Fortalezense de Letras Cláudio Roberto de Abreu Pereira.....	20372		
Nº 506, de 2010, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda.....	20373		
Nº 507, de 2010, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.....	20373		
Nº 508, de 2010, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de aplauso pelos 25 anos da Unesc – Faculdades Integradas de Cacoal, Estado de Rondônia.	20376		
1.4.3 – Apreciação de matérias			
Requerimentos nºs 358 e 471, de 2010, lidos em sessão anterior. Aprovados	20378		
		1.4.4 – Comunicação	
		Do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, encaminhando, proposta de alteração do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 4/2010-CN (PLDO, para 2011) (Ofício nº 206/2010, de 12 do corrente).....	20378
		1.4.5 – Discursos (continuação)	
		SENADOR MÁRIO COUTO – Preocupação com o estado de abandono verificado no interior do Estado do Pará, pontuando as dificuldades enfrentadas no setor educacional, que carece de verbas e de professores.	20380
		SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR – Preocupação com o aumento da violência e criminalidade no Estado da Bahia. Registro do artigo intitulado “Salvador é uma cidade sitiada pelo medo”, de autoria de Samuel Celestino, publicado pelo jornal A Tarde , edição de hoje.	20383
		SENADORA LÚCIA VÂNIA – Homenagem à cidade de Aparecida de Goiás pela comemoração dos seus 88 anos de emancipação.	20385
		SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Homenagem aos profissionais do setor de enfermagem, pela passagem do Dia do Enfermeiro, comemorado hoje. Protesto contra a exclusão do Estado de Roraima do Plano Nacional de Banda Larga.	20386
		SENADOR MÃO SANTA – Celebração do Dia do Enfermeiro, comemorado na data de hoje.....	20387
		SENADOR ACIR GURGACZ – Apoio às reivindicações dos servidores do Incra, que estão sem reajuste salarial há alguns anos, afirmando que está realizando gestões para contornar o problema. Defesa da introdução no projeto do novo Código Florestal Brasileiro de dispositivos que autorizem o cultivo agrícola de áreas da Região Amazônia que vêm sendo utilizadas para plantios há vários anos.	20392
		SENADOR FLEXA RIBEIRO – Complexidade dos projetos que tratam do pré-sal e a dificuldade de o Senado Federal apreciá-los em tempo exíguo. Registro de parceria firmada com o povo paraense com o objetivo de fiscalizar as instituições e ações estaduais, salientando que o <i>twitter</i> de S. Ex ^a conta hoje com a participação de quatro mil internautas.....	20398
		1.4.6 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados	
		Nº S/12, de 2010 (nº 712/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Moreira Gomes Júnior para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.....	20404
		1.4.7 – Leitura de projetos	
		Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2010, de autoria do Senador Tião Viana, que <i>altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras</i>	

providências, para determinar que rótulos, embalagens, etiquetas, bulas e materiais publicitários de produtos elaborados com recurso à nanotecnologia contenham informação sobre esse fato..... 20418

Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2010, de autoria do Senador Pedro Simon, que *regulamenta o § 12 do Art. 201 da Constituição Federal dispondo sobre o sistema especial de inclusão previdenciária.* 20419

1.4.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Registro da matéria intitulada “Eu me preparei a vida inteira para ser Presidente”, publicada na revista **Veja**, edição de 21 de abril último. 20421

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Registro da matéria intitulada “Lula isola Brasil na questão nuclear”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 14 de abril último. 20425

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro da matéria intitulada “Blogueira pede a Lula ajuda para deixar Cuba”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 27 de março último..... 20426

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro da matéria intitulada “Vamos ressuscitar os aloprados, diz tucano”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 6 de abril último..... 20427

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro da matéria intitulada “Promotor calcula em R\$ 100 milhões desvio em cooperativa ligada ao PT”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 9 de março último..... 20428

SENADORA *PATRICIA SABOYA* – Homenagem à Embrapa por ocasião da passagem de seus 37 anos de existência..... 20429

1.4.9 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 13, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 20429

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 12.5.2010

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 71ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 12 de maio de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Mão Santa, Augusto Botelho e Acir Gurgacz.

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 9 minu-
tos e encerra-se às 21 horas e 56 minutos)

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 12/5/2010 07:37:53 até 12/5/2010 22:00:04

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X		Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X		Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		Bloco-PT	AC	TÍAO VIANA	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X						
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X						
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	MT	JORGE YANAI	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PSC	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						

Compareceram: ⁷² 70 Senadores

José Sarney

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Brasília, 12 de maio de 2010, quarta-feira, 14 horas e 09 minutos. Estamos no Senado da República do Brasil.

Hoje, nós, o Senado da República, estamos vivendo a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Esta é a 71ª Sessão Deliberativa Ordinária.

Represento a Mesa Diretora do Senado da República, que tem, como Presidente, o Senador José Sarney.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Todas as deliberações legislativas estão sobrestadas.

O Período do Expediente será destinado a homenagear o pensador, escritor, diplomata, político e abolicionista Joaquim Nabuco.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) (*Intervenção fora do microfone.*) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, pediu o Senador Mário Couto, do Pará.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria uma informação de V. Ex^a. Como haverá uma sessão especial...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não é uma sessão especial. O Período do Expediente, aquele período que antecede a Ordem do Dia, será em homenagem a Joaquim Nabuco.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É sobre isso mesmo. O Senador se inscreve agora e pode falar após o período?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pode. Aqui está a nossa Secretária-Geral, a Dr^a Cláudia Lyra, que não dormiu ontem. Ficou aqui até meia-noite, mas está aqui, a postos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Então, me inscreva para uma comunicação inadiável, por favor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – (*Intervenção fora do microfone.*) Pela ordem.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – (*Intervenção fora do microfone.*) Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Inácio Arruda e V. Ex^a.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é para um registro, antes do início desta importante homenagem do Senado a um homem extraordinário do Brasil. É assim que eu vejo a iniciativa do Senador Cristovam de fazer esta grande homenagem a esse grande brasileiro.

Antes, porém, tenho de fazer um registro rápido. É que faleceu hoje, em Fortaleza, um grande cearense, um homem da resistência política, que ficou tetraplégico mas nunca abdicou de estar presente em nenhum ato, em nenhuma manifestação em defesa da democracia, das liberdades e da construção do Brasil, do desenvolvimento do nosso País.

Ligado à cultura, ligado à arte, uma pessoa especialíssima: Cláudio Pereira, uma pessoa que mora nos nossos sentimentos, nosso irmão de muitas e muitas lutas, e muitas e muitas caminhadas na cidade de Fortaleza.

Estou encaminhando à Mesa um requerimento para que o Senado possa prestar essa homenagem, também, a essa figura excepcional nossa, cearense, mas que pensava o Brasil. Pensava a nossa cidade, pensava o nosso Estado, mas pensava o nosso País. Ele, talvez pudéssemos dizer, era um dos seguidores desse grande abolicionista brasileiro, Joaquim Nabuco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Inácio Arruda, em seguida, logo após a homenagem, encaminharemos o requerimento de V. Ex^a.

Pela ordem, o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela ordem.) – Para me inscrever para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Dr^a Cláudia Lyra fará a inscrição.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O tempo dos oradores do Período do Expediente da presente sessão será dedicado a homenagear o pensador, escritor, diplomata, político e abolicionista Joaquim Nabuco, em reverência ao centenário da sua morte, nos termos dos **Requerimentos de n^{os} 156, 219 e 283, de 2010**, do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores.

Convidamos para compor a Mesa desta sessão o primeiro signatário do requerimento da presente homenagem, o Exm^o Senador e professor Cristovam Buarque. (*Pausa*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – (*Intervenção fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem.) – Eu pergunto se há espaço, ainda, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sim; para V. Ex^a, nós abrimos um espaço em qualquer lugar desta Pátria.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Então, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a é o terceiro inscrito.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a. Será logo após a homenagem ao grande Joaquim Nabuco.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos também, para compor a mesa, o Senador Marco Maciel, autor do Projeto de Lei nº 561, que instituiu o Ano Nacional de Joaquim Nabuco, em homenagem ao centenário da morte do abolicionista, em 2010. *(Pausa)*

Senador Marco Maciel, Deus soube fazer as coisas: mandou Joaquim Nabuco e, no outro século, mandou Marco Maciel, para a gente ter sempre um homem de virtude e vergonha na democracia brasileira.

Convidamos os bisnetos do homenageado, Sr. Pedro Nabuco e Sr^a Isabel Nabuco, para representarem a família do ilustre Joaquim Nabuco. *(Pausa)*

Representando o Presidente desta Casa, passo a ler a sua mensagem.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores aqui presentes, no decorrer de 2010, instituído legalmente como Ano Nacional de Joaquim Nabuco, este Senado tem a honra e o privilégio de dar seguimento às homenagens pela passagem do centenário de falecimento desse grande abolicionista pernambucano.

A polivalência, de fato, era sua marca. Nabuco era escritor, político, diplomata, intelectual renomado e figura das mais brilhantes de sua época. Mas a sua luta maior, o combate que se transformou na marca profunda de sua trajetória foi a defesa intransigente, visceral e magnânima da extinção da escravidão em nosso País.

E essa luta, meus senhores e minhas senhoras, acabou por descortinar o verdadeiro Brasil, sangrar as suas feridas e expor as suas chagas. Da verve aguçada e precisa de Nabuco, surgiu um retrato bem acabado de nossa formação como Nação, com seus percalços, ambivalências e vicissitudes.

Das batalhas verbais protagonizadas pelo diplomata pernambucano, ninguém saía indiferente. Tampouco se era docilmente convencido. Suas palavras tinham o poder da demolição e impingiam a reflexão. A força de

sua argumentação, respaldada não somente na retórica ilustrada de seu expoente, mas, sobretudo, na grandeza de seus princípios, era especialmente irresistível.

Nabuco era feroz, porém lírico. Voraz, porém refinado. Forte, porém sensível. Na dialética de suas contradições, evocava o próprio conceito de nação plural e multirracial, cuja servidão presente na sociedade manchava a rica origem de sua diversidade. Já era hora de o País libertar os seus habitantes adotivos e já nativos, e assim também alforriar-se.

Defensor e praticante ardoroso do debate público e da arena parlamentar, o discurso abolicionista de Nabuco era, em sua essência, um libelo à liberdade. E ser livre não era apenas fugir das algemas e do açoite do seu senhor, mas poder exercer as suas faculdades de maneira plena e soberana, com todos os meios para tanto.

Da leitura de seus escritos autobiográficos, dotados de uma força narrativa incomum, múltiplos sentimentos avançam sobre o leitor. A repulsa pela escravidão se mistura com a ternura de suas lembranças profundas. O amor pela liberdade alicia-se com a firmeza das convicções morais. A beleza de suas exaltações choca-se com a crueza dos seus vaticínios.

Assim era Joaquim Nabuco, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores. Um homem que simbolizou a força e grandiosidade de uma nação que estava por se descobrir e se desenhar. Uma consciência que se projetou sobre um povo e o moveu para os caminhos da liberdade. Uma referência intelectual e moral que temos o dever de cultuar e estudar. O suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do norte.

Era o que tinha dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

Desnecessário apresentar Marco Maciel, Senador por Pernambuco, um dos homens que engrandece a nossa história democrática, como Nabuco. Marco Maciel, sozinho, faz com que este seja um dos Senados mais respeitados na história do mundo. Este homem, por quase uma centena de vezes, foi Presidente do nosso País. Nenhuma nódoa, só exemplo!

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Exm^o Sr. Senador Mão Santa, membro da Mesa do Sena-

do Federal que preside a presente sessão do Senado Federal em memória aos 100 anos do falecimento de Joaquim Nabuco; Exm^o Sr. Senador Cristovam Buarque, autor do requerimento que permitiu a realização desta sessão; minhas saudações aos bisnetos de Joaquim Nabuco aqui presentes, Sr. Pedro Nabuco e Sr^a Isabel Nabuco; às trinetas do homenageado, Sr^{tas} Clara Nabuco e Ana Rosa Nabuco; ao Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, Exm^o Sr. Embaixador Carlos Henrique Cardim; ao Exm^o Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Carlos Mathias; ao Exm^o Sr. Primeiro-Secretário Ian Eriksen, que representa o Embaixador da Noruega creditado no nosso País; ao Primeiro-Secretário da Embaixada de Portugal, Sr. Jorge Manuel Fernandes; e ao caro Presidente do Conselho Federal dos Músicos do Brasil, João Batista Viana; minhas senhoras e meus senhores.

Se a obra intelectual, de que certamente *Minha Formação* é fulgurante exemplo, ou se a ação do abolicionista, na maior das campanhas políticas que o Brasil conheceu. Entre o intelectual, o político, o parlamentar, o orador e o homem público, a quem reverenciar? Não se trata de um caso em que a obra a que dedicou boa parte de sua vida haja sido superior à própria vida, apesar de ela o haver consagrado para sempre e o tornado imortal, antes mesmo de, ao lado de Machado de Assis, fundar a academia dos imortais: Academia Brasileira de Letras.

Também não é o caso de supor que a vida exemplar que viveu servindo a seu País com as ideias que defendeu, pôde ser maior que as atividades a que se entregou.

Nabuco assim se definia no capítulo *Atração do Mundo*, da sua primorosa obra *Minha Formação*, um clássico, por sinal:

“...nunca fui, o que se chama verdadeiramente um político, um espírito capaz de viver na pequena política e de dar aí o que tem de melhor. Em minha vida vivi muito da política com “P” grande, isto é, da política que é História e ainda vivo, é certo que muito menos. Mas, para a política propriamente dita, que é a local, a do país, a dos partidos, tenho esta dupla incapacidade: não só um mundo de coisas me parece superior a ela, como também minha curiosidade, o meu interesse, vai sempre para o ponto onde a ação do drama contemporâneo universal é mais complicada ou mais intensa.”

Ainda em seu livro *Minha Formação*, ele se autoanalisa:

“No fim desta fase de lazzaronismo intelectual, quando sou pela primeira vez eleito para o Parlamento, eu tenha necessidade de outra provisão de sol interior; era-me preciso, não mais o diletantismo, mas a paixão humana, o interesse vivo, palpitante, absorvente, no destino e na condição alheia, na sorte dos infelizes; aproveitar a minha vida em qualquer obra de misericórdia nacional; ajudar o meu país, prestar os ombros à minha época, para algum nobre empreendimento”.

Referindo-se à luta sobre a escravidão e à queda do Império, em *Minha Formação*, ele confessa:

A abolição no Brasil me interessou mais que uma série de fatos de que fui contemporâneo; a expulsão do Imperador me abalou mais profundamente do que todas as quedas de tronos ou catástrofes nacionais que acompanhei de longe; por último, não experimentei nenhuma sensação tão cheia, tão prolongada, tão viva, durante meses interrompidos, como durante a última revolta, quando se ouvia o canhão da guerra civil no mar e o silêncio ainda pior do terror em terra. Em tudo isto, porém, há muito pouca coisa política; nesses três quadros, por exemplo, a política suspende-se; o que há é o drama humano universal de que falei; transportado para nossa terra”.

Oliveira Viana, que o conheceu pela vida e pela obra, escreveu em seus *Pequenos Estudos de Psicologia Social*:

“No fundo do caráter de Nabuco vamos encontrar, em estratificações hereditárias, esse sentimento de integridade pessoal, tão fundamental para Emerson nos triunfos da vida, e que era um dos característicos dos estadistas do período imperial. Mesmo nas suas predileções mundanas, esse sentimento de integridade como que o moderava, impedindo-o de cair no exagero ridículo das vaidades elegantes. O amor das exterioridades galantes em Nabuco nunca chegou a amesquinhar no seu caráter esse nobre culto da personalidade, tão vivaz e difuso entre nossos homens do passado. Havia na sua elegância esse toque indefinível de respeitabilidade que, entre os ingleses, é o sinal mais indicativo dos aristocratas genuínos.”

Do Visconde de Sinimbu, afirmou certa feita Machado de Assis que, “*como orador, fisicamente não perdia a linha*”. De Nabuco, acrescenta Oliveira Via-

na, “*pode-se dizer que não só física, mas moralmente não a perdia*”.

E continua:

“O esplendor de suas metáforas e a sonoridade de sua voz, ampla, cheia, de uma pureza de timbre incomparável, destacavam-no vivamente e o singularizavam entre os seus companheiros de Parlamento aqueles oradores lúcidos e fáceis, que dominaram os últimos decênios do Império. (...) O que, porém, mais nos encanta em Nabuco é o artista da palavra. Dá-nos a sua prosa uma suave impressão de repouso e de serenidade, com seus períodos fluidos e mansos, de um andamento quase imperceptível, como o das águas dos grandes rios na proximidade dos estuários. Sente-se ali a atenção vigilante do artista, moderando a correnteza da ideia, rallentando a fluência do estilo e a amplitude dos seus ritmos. Mas de tal maneira o faz, e com tal arte, que desses carinhos de fatura, mal se apercebe o leitor.”

Oliveira Viana, que foi tão cáustico em sua obra quanto intransigente em suas convicções, parece superar o próprio estilo e, como uma reverência ao ídolo que tantos de seus companheiros admiraram, encerra seu depoimento com um misto de surpresa e nostalgia:

“Quando pela primeira e última vez o vimos foi por ocasião da visita de Elihu Root, o grande secretário americano. Ele já estava velho, com a sua radiosa cabeça de meridional completamente branca; mas, da sua figura guardamos uma recordação indelével.

Foi no Palácio Monroe. Nós, os estudantes, passávamos, vibrantes, numa ruidosa *marche aux flambeaux* em homenagem ao estadista americano. No patamar da escadaria central, enfileiravam-se o corpo diplomático, os embaixadores do Pan Americano, as altas autoridades civis e militares. Embaixo, sobre a multidão sussurrante, milhares de balões venezianos, oscilando, aos boléos, nas pontas das bengalas, agitavam fantásticamente os seus globos policrômicos.

Houve um momento em que, lá em cima, acenderam um facho de fogos cambiantes; e, dentro do seu repentino e azulado clarão, no alto do primeiro lance da escada, Nabuco, de casaca, destacou, nitidamente, na noite iluminada, a sua silhueta imponente, alteando-se, sobranceiro, entre Root e Rio Branco. É bom lembrar que Root era o Secretário de Estado

Americano e Rio Branco o Ministro de Relações Exteriores.

Sobre ele centralizaram-se, desde logo, todos os olhares. Nabuco parecia ter compreendido aquela admiração. Imobilizando-se ainda, mais deu então à sua atitude um ar impassível, de uma serenidade olímpica - como se naquele instante, colocado diante da objetiva da História, quisesse negar à posteridade o modelo ideal da sua própria estátua”.

Era esse, na descrição do seu coetâneo, o intelectual e o orador. Sobre o político e o parlamentar, na introdução de 53 páginas, do volume 26 da série *Perfis Parlamentares* da Câmara dos Deputados, Gilberto Freyre, nosso festejado sociólogo e conterrâneo, também Deputado como Nabuco, escreveu:

“O confronto entre os discursos de Joaquim Nabuco podem acusar o seu cosmopolitismo impregnado de europeísmo, particularmente anglicismo, sem lhe ter faltado algum francesismo. Mas acusa também a pernambucanidade de sua origem, de sua formação e de sua tradição, do seu modo específico de ser brasileiro. Um modo desassombado, diferente do desassombro mais espetacular do gaúcho, um desassombro contrastante, por mais que incisivo, com uma tendência baiana, mesmo em debates, para um trato com o que docemente macio de assuntos públicos ou políticos, por mais ásperos. Doçura por vezes impregnada de sabedoria política da melhor “.

O retrato que Gilberto traça do político abolicionista e do parlamentar assíduo aos seus deveres é realista:

“Feitio, maneira, estilo pernambucano ou ricifense de expressão parlamentar, que, em Joaquim Nabuco, pode-se dizer ter culminado com a sua voz, a sua palavra, o seu próprio gesto, dando a um misto de estilização apolínea ou dionisíaca o máximo de fulgor artístico. Nada de diletante: um toque, por vezes, de paixão, de engajado numa causa: a causa abolicionista. Mas nunca ausente nem do apaixonado, aquele apolíneo pendor racionalizante, tão do intelectual e, até, do pensador político dentro do parlamentar.

Valiosa esta arguta e humilde autocrítica, a de recordar-se, já afastado da atividade política, por ter sido pela Câmara e pelas galerias tão aplaudido em sua eloquência de deputado, enquanto os que ‘vieram antes de mim se retraíam quando eu me expandia: em

muitos era a saciedade, o enjôo que começava; em alguns, a troca da aspiração por outra ordem de interesses mais utilitários; em outros, porém, era a consciência que chegava à maturidade, o amor à perfeição desses discursos sem exceção que figuram em meu nome nos Anais de 1879 e 1880, eu não quisera saber nada senão a nota íntima, pessoal, a parte de mim mesmo que se encontra em alguns. Não assim como os que proferi na Câmara na semana de maio de 1888, nem com os que, do Recife, em 1880-1885, pronunciados no Teatro Santa Isabel, estes, são o melhor da minha vida”.

A atuação de Nabuco parlamentar, como Deputado, consta em 1879 sua primeira legislatura, de 12 pronunciamentos. Nas legislaturas que se seguiram, de 1880 a 1888, a penúltima do Império, foram 20. O brilho da campanha abolicionista que o absorveu e à qual se dedicou com empenho de seu total envolvimento suplanta sem dúvida toda a ação do político liberal e do parlamentar atuante. Mas nem por isso deixa de ser um momento empolgante de sua vida pública.

Contudo, mais do que testemunhos alheios dos muitos que a ele foram dedicados, são as suas próprias razões e os sentimentos que, externados, no mais expressivo de seus livros, *Minha Formação*. No prefácio, que é datado de 8 de abril de 1900, 10 anos, portanto, antes de sua morte, é possível apreciar a síntese do orador com a do intelectual e a do político com o parlamentar.

Ele começa explicando que a maior parte da obra “*apareceu, primeiro, no jornal Comércio de São Paulo, em 1895; depois foi recolhido pela Revista Brasileira, cujo agasalho nunca me faltou (...). A data do livro para a leitura deve ser assim 1893-1899, havendo neles idéias, modos de ver, estados de espírito de cada um desses anos*”.

E confessa:

“Agora que elas estão diante de mim em forma de livro e que as releio, pergunto a mim mesmo qual será a impressão delas... Está aí muito de minha vida. Será uma impressão de volubilidade, de flutuação, de diletantismo, seguida de desalento que elas comunicarão? Ou antes de consagração por um voto perpétuo, a uma tarefa de saciar a sede do trabalho, do esforço e de dedicação da mocidade, e somente realizada a tarefa da vida, saciada aquela sede – ainda mais transformada por um terremoto em face da época, criado um novo meio social, em que se tornam necessárias outras

qualidades de ação, outras faculdades de cálculos para lutas de diverso caráter – renúncia política, depois de dez anos de retraimento forçado e diante de uma sedução intelectual mais forte, de a perspectiva final do mundo, mais bela e mais radiante..”.

Muitos são os depoimentos sobre Nabuco, mas nem tantos os testemunhos. O de Rodrigo Octavio, na série “*Minhas memórias dos outros*”, abrange algumas etapas da vida de Nabuco, no Brasil e no exterior. Ilustrativo, porém nenhum mais atraente do que o de sua volta ao Recife, depois de sua primeira eleição como Deputado geral – no período imperial, o Deputado era assim denominado -, vencido o insucesso de tentativa anterior. É da primeira das três séries de sua obra, em que escreveu...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Marco Maciel, desculpe interrompê-lo.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – É que chega o nosso Presidente Sarney. É um intelectual político homenageando outro intelectual político.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Obrigado, Senador.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Presidente Sarney, então...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Desculpe, Senador Marco, interrompê-lo.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não.

Devo dizer que o Senador José Sarney, além de Presidente do Senado Federal é também um nabucólogo e grande conhecedor da obra de Joaquim Nabuco.

Dizia, Sr. Presidente, que são muitos os depoimentos sobre Nabuco, mas nem tantos os testemunhos. Rodrigo Octavio, na obra citada, escreveu:

“Conheci Joaquim Nabuco, ou melhor, contemplei-lhe pela primeira vez a figura graciosa e máscula num dia de apoteose. Cursava eu, em 1885, o terceiro ano da Faculdade de Direito do Recife, quando o grande tribuno abolicionista, eleito deputado em situação adversa, pelo 5º Distrito da antiga Província, numa vitória formidável, depois de haver sido depurado pela Câmara, em eleição anterior no 1º Distrito, chegou em visita de gratidão à sua terra natal. Era um triunfador e foi recebido...”

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Marco Maciel, peço licença a V. Exª para interromper porque nosso colega Domício Proença acaba de entrar e teremos a grande honra de ele ter

assento aqui no plenário. Grande poeta, grande crítico brasileiro, grande intelectual e membro da Academia Brasileira de Letras. Por favor.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Continua o testemunho:

“Era um triunfador e foi recebido como na Roma antiga se recebiam os heróis que chegam dos campos de guerra.

Atravessei a cidade no alvoroço de seus dias de grande festa, e fui, com outros colegas, à casa de sobrado de nosso amigo dr. Souza Pitanga, em uma das ruas principais, para ver passar o préstito.

Tenho ainda bem viva na memória a lembrança do delírio das ovações, do frenesi do entusiasmo popular. Nabuco, bela figura expressiva de homem, bem formado, mais alto do que o comum dos homens, vinha de pé em uma carruagem aberta, na frente de uma enorme enfiada de carros, envolvidos na onda do povo que o acompanhava, cabeça descoberta, os braços para um e outro lado, a agradecer palmas e aclamações que estrondavam, flores e pétalas que, numa chuva incessante, caíam sobre ele. Fui, nos dias subseqüentes, ouvir-lhe as conferências no Teatro Santa Izabel e sua eloqüência me eletrizou.

Foi a primeira vez que tomei contacto com o poder da palavra e senti o arrepio que a força da dialética, inflamada pelo calor do gênio servido por uma inexcedível arte de dizer, filtra e insinua em meu organismo sensível.

Com ele, encontrei-me dois anos mais tarde. (...) Foi esse Joaquim Nabuco que, desde então, sempre vi, dominador, vitorioso, aclamado, numa impressão formidável que nem o trato diário que, depois, tive o privilégio de ter com ele, conseguiu sequer desbotar”.

Hoje, estamos falando do centenário da morte do mais lúcido de nossos parlamentares, do mais sensível dos nossos políticos, do mais arguto dos intelectuais de sua época e do mais perspicaz dos nossos escritores, pelas causas a que se dedicou e pelas campanhas em que se empenhou. Antes de nós, porém, o Legislativo brasileiro, como hoje, celebrou em 1949, no curso da primeira Legislatura, depois da queda do Estado Novo e da reconstitucionalização do País, o centenário do seu nascimento por iniciativa de Gilberto Freyre que, então, exercia o mandato de Deputado Federal, eleito tão logo passamos a viver sob a égide da Constituição de 1946.

Na coleção editada pelo Serviço de Documentação do Ministério, na época ainda denominado de Educação e Cultura, Hermes Lima que tanto ilustrou a política brasileira, publicou em sua obra *Idéias e Figuras* o discurso que, em nome do seu Partido, pronunciou na sessão de homenagem a Nabuco. Nesse pronunciamento, destaco o trecho que diz:

“Estou, porém, que não é possível compreender nem Nabuco político, nem Nabuco escritor, sem considerarmos que Nabuco foi, organicamente, um esteta. Há uma frase de seu pequeno e admirável livro *Minha Formação* que projeta um raio de luz sobre a sua própria personalidade. É naquela em que ele confessa ter sido realmente sensível ‘à impressão aristocrática da vida’”.

E prossegue:

“Talvez Nabuco dissesse melhor se houvesse escrito ‘à impressão estética da vida’. Ele tinha os olhos e os sentidos todos abertos para os aspectos e as revelações da beleza que se ofereciam à sua apreciação e à sua inteligência. Era o conhecimento sensitivo, um dos aspectos do conhecimento que mais tocavam sua alma e que mais diziam com o seu temperamento: o amor da ordem, da medida, da clareza, o horror ao excesso, o culto às belas artes, enfim, tudo aquilo em que os dados do conhecimento sensitivo favorecem o gozo da beleza”.

Em sua bibliografia, não se pode esquecer o papel do historiador que, em sua memorável obra sobre o pai, *Um Estadista do Império*, valendo-se de mais de 30 mil documentos do acervo de José Tomaz Nabuco de Araújo, produziu o mais amplo, o mais documentado e o mais rico painel de que se tem notícia sobre o Segundo Reinado e a política brasileira daquele período.

Hoje, a geração que homenageia o centenário de sua morte já não é a mesma que prestou o tributo ao transcurso do centésimo aniversário de seu nascimento. Hoje, como ontem, não é maior, mas também não é menor a admiração que sua vida, sua obra e sua atuação despertam para louvar o exemplo de quem, pelas idéias que expressou, pelas posições que defendeu, pela pregação que envolveu as mais nobres causas, continua a merecer o respeito, a estima, a reverência e o tributo do reconhecimento nacional a um dos mais respeitados homens públicos que o país já teve.

Sr. Presidente, Senador José Sarney, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senhores e Senhoras convidados para a presente sessão, a causa da emancipação dos escravos, pela qual ele, Joaquim Nabuco, tanto lutou e bateu

se, não veio pela decisão do Parlamento do Império, mas, com tem sido praxe em nossa história, por decisão do Executivo, então representado pela Regente, quando já não era mais possível protelar uma questão que havia conquistado a opinião pública do País.

Seis décadas, exatos 61 anos, idade com que faleceu, separam as comemorações do centenário do seu nascimento e de sua morte, que agora relembremos. Sua campanha pela emancipação dos escravos, mais do que por sua libertação, não foi uma jornada tranqüila, sem percalços e incidentes. Quando não podiam mais contê-lo, tentaram circunscrever o debate a sessões secretas e a chicanas regimentais. Na sessão da Câmara, de 30 de agosto de 1880, respondendo aos que propunham a realização de uma sessão secreta para se discutir a questão servil por ele proposta, respondeu aos inimigos da causa com a majestade de um dignitário:

“É exato que várias vezes, em discussões públicas, tenho denunciado a escravidão. Mas não tenho de maior liberdade do que aquela que usou o Sr. Salles Torres Homem, Visconde de Inhomirim, no Senado, quando cobriu essa instituição com os maiores anátemas e quanto a profligou com a indignação de sua eloquência.”

E, em seguida:

“Quando o grande José Bonifácio, o patriarca da independência, preparava-se para oferecer à consideração da Assembléia Constituinte um projeto que tinha por fim a emancipação gradual da escravidão, o patriarca da independência não usava de outra liberdade senão a que eu invoco. Quando, em 1817, nessa primeira tentativa organizada da independência, os revolucionários de Pernambuco referiam-se à questão da emancipação, como sendo uma das primeiras que se tivesse que resolver, os meus comprovincianos indicavam, por assim dizer, a todos os que, a qualquer tempo fossem contemporâneos da escravidão, o dever de abolir, e hoje no Parlamento brasileiro não seria permitido acompanhá-los nesse pensamento livremente exprimido no outro século.

Se não se tratasse de uma questão que interessa à liberdade parlamentar, que faz o mandato do deputado maior ou menor; se não se tratasse de uma questão que, sendo resolvida por uma forma, pode ser a iniciação do país em medidas de terror e de pânico, eu colocaria a reivindicação de meu direito nos termos em que tenho a honra de colocar nes-

te momento. Desejo, pois, saber se o Governo pretende, pela primeira vez, talvez neste reinado, intervir para abafar a liberdade dos debates do Parlamento. Desejo saber se um governo liberal pretende proibir aquilo que era permitido às Câmaras conservadoras; pretendo saber se, quando a instituição monárquica é todos os dias atacada e a própria unidade do país discutida, se, quando nada se considera inviolável nas instituições, a escravidão somente terá esse direito que lhe querem dar de inviolável e sagrada, direito que hoje não tem a própria monarquia.

O nobre presidente da Câmara compreende que este Parlamento, onde se agitam as grandes questões, e se decide os destinos do país, não pode ser dirigido unicamente pela chicana; que no Parlamento nacional é preciso que todas as vozes, que todas as causas tenham a liberdade de manifestar-se claramente, e de cair ou morrer, conforme o voto da Câmara”.

E acrescenta:

“Senhores, desejo saber qual é a opinião do Governo a este respeito, e desejo saber se o nobre presidente da Câmara está disposto a tomar o voto da mesma Câmara, concedendo-me urgência como definitivo e ainda válido.

Quando pedi à Câmara urgência para justificar o meu projeto designando o dia de sexta-feira, muitos dos meus amigos auguraram que, pelo fato de não ter eu acrescentado as palavras “ou na sessão imediata”, na sexta-feira a Câmara não se reuniria. Sempre supus, porém, que, mesmo não se reunindo a Câmara na sexta-feira, ela manteria o seu voto fazendo ficar na ordem do dia a urgência concedida.

Vejo-me peado a cada passo por essas tricas do regimento.

Senhores, peço à Câmara dos Deputados que ela, se ela não quis não se reunindo na sexta-feira, por uma decisão tomada fora do local das suas deliberações e fora da publicidade necessária a seus debates, anular e invalidar o voto que havia sido dado a favor da urgência por mim requerida, peço à Câmara dos Srs. Deputados queira renovar a mesma urgência ou para a sessão de hoje, ou para a sessão seguinte.

Todavia, declaro que me reservo o direito de retirar o meu pedido de urgência, se o Governo, fazendo do voto dessa urgência, ques-

tão de confiança, quiser por esta forma obrigar os emancipadores, aqueles que se manifestaram por ocasião da discussão do orçamento da Agricultura de um modo desagradável aos que sustentam a manutenção da escravidão... ou a abandonar a causa da emancipação, que conta com eles, ou a separar-se do Governo, ao qual querem ficar fiéis.

Não quero colocar os meus amigos em posição tão difícil. Quanto à minha, está naturalmente traçada.

Há muito que têm especulado com a ideia de que, tendo eu até hoje acompanhado o Governo, ainda que tivesse ocasião de divergir em pontos essenciais, dos quais o mesmo Governo havia feito questão de gabinete, como a reforma eleitoral, a minha propaganda e, favor da emancipação adquiria alguma força em virtude desta posição ministerialista que tive até hoje.

Senhores, é julgar a questão de um ponto de vista muito estreito. A força da emancipação não provém do fato de um acompanhar um deputado ao gabinete, assim como não pode ser diminuída pelo fato de estar um deputado em oposição ao ministério, em frente do qual se agita esta ideia.

A força da ideia emancipadora não provém, nem da posição relativa em que se coloca aquele que a defende, nem da força e do prestígio deste que lhe presta serviços”.

Sr. Presidente, esse discurso, um dos mais ilustrativos de sua personalidade e de seu caráter, foi pronunciado, convém lembrar, no dia 30 de agosto de 1880. A questão servil durou ainda oito anos. O Império, nove. A memória de Nabuco é lembrada, celebrada e festejada ainda hoje. A dos inimigos da Abolição, que ele transformou no empenho de sua vida, jaz há muito esquecida nos desvãos da história.

Parafraseando Barbosa Lima Sobrinho, encerro minhas palavras, dizendo:

“Nenhuma homenagem mais expressiva poderemos prestar a Joaquim Nabuco, do que esforçando-nos para nos elevarmos até a sua grandeza”.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que foi autor do requerimento para a realização desta sessão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Sarney, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, cada um aqui dos presentes, especialmente a família do símbolo que considero da política com “p” maiúsculo no Brasil, Joaquim Nabuco, acho que vale à pena começar se perguntando por que, cem anos depois da morte de um brasileiro, nós nos reunimos para homenageá-lo. Que razão leva o Senador a pedir que os trabalhos sejam suspensos, para que nos dediquemos a lembrar uma figura que já nos deixou cem anos atrás?

O que me moveu a fazer isso, além de uma admiração profunda pela figura de Joaquim Nabuco, foi querer aproveitar para dar uma lembrança aos jovens de hoje de quem foi esse cidadão. Nossos jovens precisam hoje, talvez mais do que em qualquer outra época da história, de bandeiras, de causas, de crenças e de respeito pela atividade política. Que maneira melhor do que lembrar uma figura como Joaquim Nabuco?

Em primeiro lugar, lembrar que já houve, neste País, políticos com causas. Ele foi um político com causa; um homem que colocava sua causa acima das eleições e que, por isso, perdeu, inclusive, a eleição; que colocava uma causa nacional acima do local em que tinha seus votos, lá em Pernambuco. Por isso, perdeu a eleição, mas não perdeu o eixo, não perdeu a causa.

Hoje, quando a gente olha o mundo político, dá-se-nos a impressão de que muitos de nós funcionamos como uma biruta de aeroporto e não como uma agulha de bússola. Joaquim Nabuco estava mais para agulha de bússola. Ele apontava para um norte. E as coisas se moviam ao redor dele. Mas ele apontava na direção do norte e não ficava mudando, conforme sopra o vento que permitia o poder. Ele queria o poder, disputava eleições, para mudar o Brasil.

Ele não aceitava mudar a si para continuar no poder. Ele não mudou ao longo de sua vida. Não mudou nem mesmo naquilo que poderia ser um modismo positivo, como a República. Continuou monarquista e defendeu a causa do monarquismo, porque, para ele, a realidade estava acima do próprio regime. Não só ele era capaz de estar acima dos partidos, acima do eleitor local e circunstancial: ele conseguiu estar acima do regime e não titubear em conseguir a abolição da escravatura na Monarquia e continuar monarquista depois que acabou a Monarquia.

Esse lado de um político com causa é algo que eu gostaria que os jovens que, por acaso, venham a assistir a esta sessão se lembrem. Nós hoje estamos comemorando uma figura cem anos depois da sua morte, porque essa figura fez política com uma causa, com “p” maiúsculo, como lembrou aqui o Senador Marco Maciel, que o Joaquim Nabuco representava.

Nós temos que reconhecer que ele teve até mesmo a grandeza, em nome da sua causa, de se retirar um pouco na hora da aprovação, deixando que fosse o governo do Partido Conservador que apresentasse o projeto da Lei Áurea que ele lutou por tantas décadas. Ele não teve constrangimento de deixar que fossem os seus adversários que apresentassem a sua proposta. Porque o que ele queria era a proposta, não era o voto de ter defendido a proposta. O que ele queria era mudar o Brasil, não era aumentar a quantidade de votos na urna em seu nome.

E, mais do que ficar tranquilo, sem constrangimento, quando o Partido Conservador apresentou, ele, em dez dias, conseguiu que a lei fosse aprovada aqui. Dez dias desde o pronunciamento do trono, até que, três dias depois, se apresentasse a lei e mais sete dias a lei fosse aprovada.

Isso demonstra que, além de ele ter sido um político de causa, um político de grandeza, um político com “p” maiúsculo, ele sabia fazer os trâmites necessários dentro do Parlamento para que o projeto de lei caminhasse fluidamente, rapidamente, aqui dentro. Dez dias apenas, e graças a ele, às suas articulações, às suas mudanças, quando foram necessárias, às suas conversas e a lei que mais revolucionou este País até hoje foi aprovada. Nenhuma outra lei teve a mesma dimensão que aquela, porque quase tudo que transformou o Brasil a partir daquilo não era possível por lei e, sim, por um processo iniciado por lei, mas que levava anos, como, por exemplo, no dia em que fizemos a revolução educacional não vai ter um dia para comemorar, porque vai ser um longo processo.

A abolição teve uma data.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas, mais que isso...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador, eu peço desculpas a V. Ex^a para interrompê-lo, porque se encontra presente nesta Casa o Sr. Ministro Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Dr. Elói Ferreira de Araújo, e eu o convido para participar da Mesa dos nossos trabalhos.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu é que agradeço, Presidente, a interrupção por uma razão tão importante. Sinceramente, é um prazer tê-lo aqui – já tinha observado. Fico muito feliz.

Além desse exemplo de político com causa, é preciso lembrar para os brasileiros jovens de hoje que Joaquim Nabuco foi um nacionalista cosmopolita. Coisa difícil, porque, ou nós fazemos um cosmopolitismo abandonando a Nação, ou hoje nós fazemos um nacionalismo que não consegue perceber que o mundo ficou global.

Joaquim Nabuco, cem anos atrás, faleceu, mas ele foi, durante a sua vida, um cosmopolita nacionalista. Ele foi capaz de ter um apego não só pelo Brasil, até mesmo pelo seu Pernambuco, e, ao mesmo tempo, ser um homem do mundo inteiro, não só pelos idiomas que falava, não só pela cultura universal que tinha, mas também pela vivência que ele tinha do que acontecia no resto do mundo. Este sentimento de ser um cosmopolita, sem perder o apego ao local, é um exemplo que nós precisamos seguir no Joaquim Nabuco. A capacidade de saber para onde ia o mundo e querer fazer com que o Brasil, com as suas peculiaridades, caminhasse também nessa velocidade das coisas boas que de lá vinham e que lá fora ele ia buscar. Mas não só isso. A capacidade de perceber que a abolição que ele conseguira estava incompleta, o que muitos ainda não perceberam.

Joaquim Nabuco foi um ético, não apenas no comportamento de uma vida limpa, mas foi um ético nas prioridades. Ele foi um ético nas prioridades ao lutar pela abolição, Ministro. E, ao mesmo tempo, foi um ético para dizer: “A abolição não estará completa enquanto não fizermos a reforma agrária e colocarmos os filhos dos escravos na escola”. Os outros abolicionistas, em geral, não percebiam isso. Os outros abolicionistas achavam que não ser mais vendido um ser humano bastava para completar a liberdade. E Joaquim Nabuco insistia e dizia: “A liberdade não vem só do direito de você dizer para onde vai, mas de saber como caminhar”. E o como caminhar não vem só da liberdade. O como caminhar vem da educação que o homem livre tem. Joaquim Nabuco foi um homem que colocou a ética nas prioridades como uma razão de ser da sua atividade política. Isso a gente precisa lembrar.

Hoje em dia já se descobriu, felizmente, a ideia da ética no comportamento, e há uma cobrança geral. Mas a gente não descobriu ainda a ética nas prioridades. Nós não descobrimos ainda que colocar o recurso público sem roubá-lo em obras faraônicas, sem compromisso com as necessidades do povo, é corrupção também. A corrupção não está apenas em agarrar o dinheiro do povo e colocar no bolso. A corrupção está também

em pegar o dinheiro do povo e aplicar legalmente, sem apropriação indébita, mas em projetos que não estão de acordo com as necessidades do povo.

Joaquim Nabuco percebia e lutava para que este País tivesse ética nas prioridades das suas diversas políticas. Mais ainda, Joaquim Nabuco merece ser lembrado como homem que usou a política sofrendo uma atração profunda pelo futuro, em vez da tendência de todos nós de um apego pelo presente. Ele olhava as próximas gerações e não as próximas eleições. Por isso, ele era um estadista e não apenas político. Era muito mais do que um político, era um estadista.

Essa atração pelo futuro permitiu-lhe ficar na história como um dos inventores do Brasil. Ele não apenas fez a política do dia a dia, ele fez a política olhando lá na frente, onde o Brasil estaria a serviço das gerações futuras de brasileiros e da humanidade inteira. Foi essa atração pelo futuro que o levou a ser um abolicionista. Foi essa atração pelo futuro que o levou a defender a liberdade de cada ser humano; essa atração pelo futuro e o profundo sentimento humanista que ele carregava dentro dele e que ficam marcados em cada palavra de seus textos. Textos que, ao mesmo tempo de um conteúdo brilhante do ponto de vista do humanismo, têm uma beleza profunda no uso da Língua Portuguesa. Textos que a gente lê se conscientizando e se deleitando, sentindo prazer, ao mesmo tempo que descobre os meandros da vida da Nação brasileira como ele colocava. É por isso que ele não apenas foi uma mente privilegiada do ponto de vista da razão, como, às vezes, dissecava a realidade, mas ele foi um homem de um profundo sentimento de como usar a estética e como usar a ética a serviço de um povo.

Por isso, cem anos depois de sua morte, estamos nós aqui comemorando a sua vida, comemorando a sua permanência na história do Brasil, comemorando a sua permanência na vida da Nação brasileira, comemorando que ele tenha existido e esperando – como eu espero, ao propor esta sessão, Presidente José Sarney – que os jovens brasileiros, que por acaso venham a tomar conhecimento desta sessão, lembrem-se de que o Brasil teve um homem chamado Joaquim Nabuco. Nome que eu considero tão forte que, por mim, o meu Estado se chamaria PerNabuco e não Pernambuco, para que ficasse marcado, no Brasil inteiro, que ele foi um pernambucano, mas um pernambucano que sentiu, amou e mudou o Brasil. Um pernambucano que teve o sentimento da humanidade, da humanidade inteira e da humanidade sem divisão entre senhores e escravos, sem divisão entre alfabetizados e analfabetos, sem divisão entre educados e não educados, porque todos, para ele, deveriam ter a chance, o acesso a uma escola igual.

Pena que Joaquim Nabuco não viveu o suficiente para tentar nos convencer, com a sua mente privilegiada, de que o Brasil pode, sim, fazer isto que ninguém quase acredita: ser campeão mundial em educação. A gente não acredita. E mais ainda: neste Brasil, campeão mundial da educação, não haver a menor desigualdade entre a escola do mais rico e do mais pobre, do que mora numa cidade grande ou numa cidade pequena, do branco ou do negro.

Falta um Joaquim Nabuco hoje para ter a capacidade de convencer-nos disso, que deveria ser muito mais fácil do que convencer um povo que vivia há séculos na escravidão de que era possível viver sem escravidão. Esse talvez tenha sido o maior dos seus méritos: convencer do impossível, de que sem escravos este País não apenas continuaria funcionando, mas funcionaria muito melhor.

Imagino como devia ser difícil colocar isso na cabeça de todos, inclusive dos escravos: que era possível viver no Brasil sem escravidão. Ele conseguiu. Esse foi o seu maior mérito – e olhe que ele teve tantos outros! – e é por isso que, cem anos depois de sua morte, estamos aqui lembrando dele e querendo que os jovens lembrem que existiu Joaquim Nabuco. Ele vai continuar vivo para sempre na história deste País, porque foi um político com “p” maiúsculo, foi um humanista, foi um estadista e foi um escritor brilhante.

Felizmente, o Brasil teve um Joaquim Nabuco, e a história de nosso País seria muito diferente se ele não tivesse existido naquele momento. Felizmente, nós temos Joaquim Nabuco para mostrar ao resto do Brasil de hoje que vale a pena fazer política, quando é possível, com “p” maiúsculo; quando é possível, com o sentimento, com a razão, com a lógica, com a causa que teve Joaquim Nabuco.

Viva Joaquim Nabuco, que continua vivo! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente do Senado, Senador José Sarney; prezado 3^o Secretário, Senador Mão Santa; primeiro signatário do requerimento da presente sessão – meus cumprimentos pela iniciativa –, Senador Cristovam Buarque; autor do Projeto de Lei n^o 561, que instituiu 2010 o Ano Nacional Joaquim Nabuco, em homenagem ao centenário da morte do abolicionista, Senador Marco Maciel; bisnetos do homenageado, Pedro Nabuco e Sr^a Isabel Nabuco; trinetas do homenageado, Senhoritas Clara Nabuco e Ana Rosa Nabuco; Ministro-Chefe da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, Elói Ferreira de Araújo; Vice-Reitor Acadêmico da

Universidade do Legislativo Brasileiro, Carlos Fernando Mathias de Souza; Sr. 1º Secretário da Embaixada da Noruega, Ian Eriksen; 1º Secretário da Embaixada de Portugal, Jorge Manuel Fernandes; Srª Conselheira Mary Kaakunga, da Namíbia; Conselheiro da Embaixada de Marrocos, Abdollah Lkahya; Presidente do Conselho Federal dos Músicos, João Batista Viana; Pró-Reitora da Universidade Federal do Paraná, Lúcia Maigne; Srªs e Srs. Diretores do Ministério de Relações Exteriores, quero muito cumprimentar o Senador Marco Maciel e o Senador Cristovam Buarque pelas excelentes apreciações que fizeram das qualidades e da vida de Joaquim Nabuco.

Considero Joaquim Nabuco um dos precursores de uma ideia que tenho defendido aqui. O Presidente José Sarney e todos os Senadores sabem o quanto batalho pela proposição de uma renda básica de cidadania. Eu gostaria de lhes transmitir que sempre afirmo a minha concordância com o Filósofo Philippe Van Parijs, que virá ao Brasil nos dias 30 de junho, 1º e 2 de julho, por ocasião do 13º Congresso Internacional da Renda Básica, quando ele afirma em seus livros que o grande avanço da história da humanidade, no século XIX, foi a Abolição da Escravatura, no século XX, o sufrágio universal e, no século XXI, será a instituição do direito de toda e qualquer pessoa, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica, de todos participarmos da riqueza da Nação, inclusive a centena de índios, Senador Cristovam Buarque, que, ainda hoje de manhã, nós ouvimos. Se já houvesse uma renda básica de cidadania, sua situação seria muito diferente. E é exatamente por essa percepção que, em meu livro, *Renda de Cidadania. A Saída é pela Porta*, eu escrevi um texto de sobre como Joaquim Nabuco foi um dos precursores dessa proposição. E aqui eu vou ler um trecho de meu livro, exatamente o dedicado à contribuição de Joaquim Nabuco.

Grande propagandista da abolição foi José do Patrocínio, ele mesmo filho de uma escrava de 13 anos com seu senhor, um padre católico que nunca o reconheceu. Patrocínio foi um lutador da causa abolicionista, à qual se dedicou, de 1880 a 1889, com rigor e obstinação. Essa luta deu significado a sua vida. Fazia comícios e escrevia nos jornais abolicionistas as mais inflamadas matérias contra os senhores e seus interesses econômicos, contra os que desejam indenização pela possível perda do patrimônio negro. Levou para as ruas as batalhas que se limitavam antes à esfera parlamentar. Patrocínio lutou contra seu próprio Partido, o Republicano, e também con-

tra os Partidos Conservador e Liberal. Esses Partidos vieram, mais tarde, a aderir à causa. Seus correligionários acusavam Patrocínio de dar mais importância às reformas sociais que às reformas políticas.

Com ele lutaram homens como o Deputado Joaquim Nabuco, conforme depoimento de Patrocínio, o “nome mais prestigioso do abolicionismo, dentro e fora do País”, que travava campanha na Câmara; ou o extraordinário matemático, astrônomo, botânico, geólogo e poeta negro André Rebouças que, com Nabuco e Patrocínio, fundou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Rebouças encarnava o espírito antiescravista do grupo, como atestam as palavras de Joaquim Nabuco em sua obra *Minha Formação*: “O espírito inteiro, sistemático, absoluto, sacrificando tudo, sem exceção, que lhe fosse contrário ou suspeito, não se contentando de tomar a questão por um só lado, olhando-a por todos, triangulando-a, por assim dizer – era uma de suas expressões favoritas –, socialmente, moralmente, economicamente. Ele não tinha, para o público, nem a palavra, nem o estilo, nem a ação; dir-se-ia assim que em um movimento dirigido por oradores, jornalistas, agitadores populares não lhe podia caber papel algum saliente. No entanto, ele teve o mais belo de todos, e calculado por medidas estritamente interiores, psicológicas, o maior, o papel primário, ainda que oculto, do motor, da inspiração que se repartia por todos.

Joaquim Nabuco foi um excelente tribuno e escritor. Deixou a carreira diplomática para se dedicar à política. No Parlamento, tornou-se o advogado dos escravos, perdendo, por esse motivo, o apoio de seu Partido. Junto a um grupo de cerca de dez parlamentares, tentava sempre manter os debates sobre o fim da escravidão. Nas eleições seguintes, todo o grupo de Nabuco ficou de fora, e o governo garantiu para si o apoio de uma legislatura solidamente contrária à emancipação.

Nabuco partiu para Londres, onde viveu uma espécie de exílio, mas não esqueceu sua causa, tanto que lá escreveu o livro *Abolicionismo*, que viria a ser um documento de extrema importância para a vitória dos abolicionistas. Quando retornou ao Brasil, Nabuco encontrou outra situação. As organizações de defesa dos escravos, que antes não passavam de sociedades beneficentes ou caridosas, haviam se transformado em instituições políticas fundidas

numa Confederação e funcionavam como centro ativo de propaganda – “a escravidão é um roubo”, era o lema. A Confederação angariava recursos para a compra de alforria de escravos, dava cobertura aos fugitivos e até mesmo promovia a fuga de escravos. A campanha de Joaquim Nabuco, nas eleições seguintes, teve como tema o abolicionismo, quando ele fez os seus discursos mais veementes e mais entusiasmados. A escravidão – assim como nos parece hoje a pobreza no Brasil – era um sistema profundamente arraigado na nossa vida econômica, política, cultural e social. Parecia uma utopia querer acabar com os escravos, que garantiam a prosperidade de um país tão agrícola, que era um patrimônio de senhores, tanto quanto a terra. Disse Nabuco em um de seus discursos:

Essas grandes verdades que tratei de passar para os vossos espíritos com a mesma força e evidência com que elas se impuseram ao meu, não de ficar profundamente gravadas no patriotismo e na consciência de todos vós. A primeira foi de que há brasileiros ainda sem pátria e que a Nação brasileira, com o regime servil, está posta fora da lei no interior, abaixo da lei nas cidades. [...] A segunda foi que a propriedade não tem só direitos, tem também deveres e que tem faltado a todos os seus deveres, dos quais não chegou ainda a ter sequer consciência. A terceira foi que a solução do problema da miséria nas cidades, da ociosidade e da indiferença no interior só pode ser produzida por uma lei agrária que, por meio do imposto territorial ou da desapropriação, faça voltar para o domínio público toda a imensa extensão de terras que o monopólio escravista não cultiva nem deixa cultivar.

A quarta foi que nós precisamos de reformas sociais que tenham por centro esse único interesse nacional - o trabalho –: liberdade de trabalho, amor ao trabalho, instrução técnica e cívica do trabalhador, voto do operário, proteção ao trabalho, criação de indústrias etc. Precisamos desse grupo de reformas sociais de preferência a mudanças e reformas políticas que não afetam o nosso povo, mas tão-somente a oligarquia criada pela escravidão.

A luta contra as forças conservadoras foi violenta e, poucas vezes, os abolicionistas acreditaram ver ainda em vida o seu resultado. Quando a campanha foi iniciada, em 1879, havia quase dois milhões de escravos

no Brasil, e suas crianças, embora libertadas pela Lei do Ventre Livre, viviam, de qualquer forma, sujeitas ao regime de cativo até a maioridade.

A campanha se fundamentava em alguns princípios de ação. Primeiro, a formação da opinião pública, por meio da palavra no Parlamento, na imprensa, nos *meetings*, nos púlpitos das igrejas, nas academias e instituições culturais, nos tribunais. Segundo, a ação coerciva que arrebatava os escravos aos senhores. Terceiro, a ação junto aos proprietários para convencê-los a libertar seus escravos. Quarto, a ação política dos estadistas, que concediam concessões por parte do Governo. E, quinto, a ação junto à dinastia.

Nesse sentido, Nabuco foi capaz de um gesto de grande sabedoria política: visitou o Papa, em Roma, e conseguiu que lhe desse um escrito contra a escravidão, o que deixou os proprietários – católicos em sua maioria – arrefecidos.

A própria Princesa Isabel teria sido influenciada pelas palavras do Papa, ao assinar a lei que passou a se chamar “Áurea”.

Criado no engenho, na zona do Cabo, no interior de Pernambuco, Nabuco experimentou uma relação de proximidade com os escravos. Os engenhos eram pequenas explorações industriais, que serviam apenas ao senhor e a sua família, uma aristocracia rural que tinha “um pudor, um resguardo em questões de lucro, próprio das classes que não traficam”. Deixou, em seu texto mais famoso, *Massangana*, um dos capítulos de seu clássico *Minha Formação*, uma impressão de ternura e gratidão por aqueles que deram seu sangue e seu suor para a formação das bases econômicas e culturais do Brasil.

Quando Joaquim Nabuco tinha 7 anos de idade, um escravo que havia sido açoitado resolveu pedir-lhe que conseguisse sua liberdade. Graças ao menino Joaquim Nabuco, que ficou tão impressionado com aquele apelo e pediu a sua madrinha, aquele escravo foi libertado.

É interessante como nós, crianças, meninos, na adolescência, vamos formando nossa convicção, nossa consciência sobre o que acontece em nosso País e passamos, então, a lutar por ideias e proposições. Exemplos como o Senador Cristovam Buarque, que tem essa paixão extraordinária pela educação; como o Senador Marco Maciel, que tem essa paixão pelo aperfeiçoamento da democracia no Brasil.

Então, em *Minha Formação*, diz de maneira tão bela Joaquim Nabuco:

A escravidão permanecerá por muito tempo, como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país e foi a que ele guardou; ela povoou-o, como se fosse uma religião natural e viva, com seus mitos, suas lendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte... É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do Norte. Quanto a mim, absorvia-a no leite preto que me amamentou; ela envolveu-me como uma carícia muda toda a minha infância; aspirei-a da dedicação de velhos servidores que me reputavam o herdeiro presuntivo do pequeno domínio de que faziam parte... Entre mim e eles deve ter se dado uma troca contínua de simpatia, de que resultou a terna e reconhecida admiração que vim mais tarde a sentir pelo seu papel. Este pareceu-me, por contraste com o instinto mercenário de nossa época, sobrenatural à força da naturalidade humana, e, no dia em que a escravidão foi abolida, senti distintamente que um dos mais absolutos desinteresses de que o coração humano se tenha mostrado capaz não encontraria mais as condições que o tornaram possível.

Esses homens, entre tantos outros, consolidaram em nosso País uma tradição de luta, entre os quais Zumbi de Palmares e tantos outros que, felizmente, colaboraram para que a escravidão não existisse mais na forma como existia, ainda que, infelizmente, em muitas ocasiões, ainda encontramos, em muitos lugares no Brasil, pessoas que estão próximas de viver quase em um sistema de escravidão.

Certo dia, no início de meu mandato como Senador, o Padre Ricardo Rezende, do sul do Pará, pediu a diversos Parlamentares que fôssemos a Rio Maria verificar a condição de trabalhadores rurais. E, para lá, diversos de nós fomos, Deputados e Senadores. Eu estava, praticamente, iniciando o meu primeiro mandato de Senador, no início de 1992. O atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi, ainda que não estivesse mais entre os Constituintes. Era o seu primeiro ano após o seu mandato de Constituinte, mas ele estava conosco. Ali, observamos o relato de dezenas de trabalhadores que, em síntese, era o seguinte:

“A gente vem aqui, diante do hotel, da rodoviária ou do restaurante. Vem o fazendeiro, ou o seu gerente, ou o capataz e nos diz: ‘Quem quiser entra aí no caminhão ou no ônibus e vamos lá para a fazenda a uns quatrocentos a quinhentos quilômetros daqui. Vocês vão trabalhar ali, vão cortar a floresta, preparar a terra, plantar e vão receber um tanto’. Passadas três a quatro semanas, nós perguntamos: ‘Eu preciso receber. Já trabalhei um bocado’. ‘Não, por enquanto, você não tem o que receber’. ‘Como não?’ ‘Ah, você está devendo, aqui na venda, mais do que tem o direito de receber’. ‘Se for assim, vou embora.’ ‘Se quiser embora, vai levar um tiro’. E muitos levaram tiros. Uma situação que, infelizmente, ainda faz lembrar a condição de escravo. Se houvesse, por exemplo, o direito de todos a uma renda como um direito à cidadania, essa pessoa poderia dizer: ‘Não! Daqui para frente, eu não preciso me submeter a isso, Presidente José Sarney. Eu e minhas crianças temos, pelo menos, o que é possível para nós sobrevivermos. Vou até fazer um curso ou algo assim’. Quem sabe não precise uma moça vender o seu corpo; poderá também dizer “não” e assim por diante.

Dessa maneira, quero muito cumprimentar os netos, bisnetos de Joaquim Nabuco e todos aqueles que parabenizo pela iniciativa de estarmos aqui comemorando a memória desse extraordinário brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney, PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado Federal, Exm^o Sr. Senador José Sarney; Terceiro Secretário da Mesa do Senado Federal, Exm^o Sr. Senador Mão Santa; primeiro signatário do requerimento da presente sessão, Exm^o Sr. Senador Cristovam Buarque, meu amigo, professor, pernambucano, autor do Projeto de Lei nº 561, que instituiu o Ano Nacional Joaquim Nabuco, em homenagem ao centenário da morte do abolicionista, em 2010; Exm^o Sr. Senador Marco Maciel, também meu amigo e conterrâneo, pernambucano, é muito difícil suceder dois pernambucanos como Marco Maciel e Cristovam Buarque, numa homenagem a Nabuco.

Bisnetos do homenageado, Sr. Pedro Nabuco e Sr^a Isabel Nabuco; trinetas do homenageado, Senhoritas Clara Nabuco e Ana Rosa Nabuco, há poucos minutos, eu me acostava às duas lindas jovens e dizia: “Quem é Clara?”. Aí uma delas levantou o braço e disse: “Sou eu”. “E quem é Ana Rosa?” A outra levantou o braço e disse: “Sou eu”. Aí está o DNA de Nabuco, presente nesta sessão. Essa é uma coisa linda, fan-

tástica, e, talvez, os maiores homenageados devam ser os familiares de Nabuco.

Exmº Sr. Ministro-Chefe da Secretaria Pública de Promoção da Igualdade Racial, Eloi Ferreira de Araújo; senhores membros do Corpo Diplomático; demais autoridades; minhas senhoras e meus senhores, hoje, falo de Nabuco com muita emoção. Nabuco fez parte da minha vida como pernambucano. Não existe pernambucano que não se emocione ao falar de Nabuco.

Quando jovem, ir a um cinema em Recife significava ir à Praça Joaquim Nabuco, ao Cinema Moderno. Fazer uma roupa na melhor alfaiataria de Pernambuco significava também ir à Praça Joaquim Nabuco e fazer um terno na Alfaiataria Mônaco. Ainda hoje, o melhor restaurante, o mais tradicional restaurante do Nordeste, de Pernambuco, de Recife, é o Restaurante Leite, exatamente na Praça Joaquim Nabuco. Eu também, quando jovem, sentia a presença de Joaquim Nabuco, pois meu pai, que era antropólogo, trabalhava exatamente no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Então, Joaquim Nabuco está dentro da alma de todo pernambucano, e eu não poderia, como pernambucano, com essa cumplicidade com o nome Joaquim Nabuco, deixar de fazer uma homenagem aos que perpetuam a memória de Joaquim Nabuco.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aguardei, com ansiedade quase adolescente, a chegada desta sessão de homenagem ao brasileiro, nordestino e pernambucano Joaquim Nabuco. Cidadão pernambucano que sou, Senador eleito pela Paraíba, que represento com garra e com determinação, trazendo no nome o Cavalcanti herdado do primeiro Filipe que aqui aportou, trago na alma e no coração o apreço e a idolatria pela liberdade como um bem em si mesma. Na memória afetiva, tenho incólumes os feitos heroicos e nordestinos formidáveis que romperam grilhões e resistiram a bacamartes e a investidas de piratas de todos os mares, que sistematicamente ameaçaram nossa soberania, e vivo e viverei sempre de maneira apaixonada, inteira.

Não à toa que Nabuco tenha nascido e forjado sua personalidade libertária no Estado de Pernambuco, onde floresciam casas-grandes e senzalas, agonia e êxtase, esplendor e miséria. Não por acaso também que ele tenha sido produto de um Estado cuja história é rica em movimentos insurrecionistas e libertários.

Assim é, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, na tarde de hoje, participo desta homenagem com admiração genuína e que, ao falar dessa figura extraordinária que, quase dois séculos após seu nascimento, continua a povoar o imaginário coletivo como exemplo de grandeza, de paixão e de humanidade, posso ouvir, com os ouvidos da alma, os gritos das senzalas que o

indignaram e os sussurros das reuniões abolicionistas, onde sua voz firme e sensível foi a bússola que norteou a travessia para a liberdade.

Não falarei da pluralidade da sua atuação como diplomata, escritor ou intelectual e, sim, da sua luta intransigente pelo fim da escravidão, traço que o distingue de maneira clara em relação à sua geração. Ao contrário de outros políticos ou intelectuais tão brilhantes quanto ele, Nabuco se postou desde muito jovem contra a escravidão e percebeu, com muito mais clareza do que a maioria de seus contemporâneos, que o regime servil era o grande mal que impedia que o Brasil se transformasse em uma verdadeira nação.

Nabuco, nas palavras do sociólogo Francisco Weffort, “foi, sem dúvida, um homem de extrema generosidade e coragem, que abraçou a mais relevante causa nacional e popular de seu tempo”.

É preciso observar ainda que a coragem da postura de Nabuco assume maior dimensão quando observamos que importantes figuras públicas daquele tempo, tal como o Deputado e escritor José de Alencar, eram favoráveis à escravidão como instituição importante para o desenvolvimento brasileiro.

É bastante conhecida, mas sempre merece atenção, a passagem de *Minha Formação*, autobiografia de Nabuco, em que ele descreve o momento em que, ainda criança, descobre como a escravidão envenenava os espíritos de nosso povo.

Eis as palavras de Nabuco:

Eu estava uma tarde sentado no pátio da escada exterior da casa [do engenho de minha madrinha], quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido, de cerca de dezoito anos, o qual se abraçou aos meus pés, suplicando, pelo amor de Deus, que o fizesse comprar por minha madrinha, para me servir.

Ele vinha [...] porque o senhor dele, o castigava [...] Foi este o traço inesperado que me descobriu a natureza da instituição, com a qual eu vivera até então familiarmente, sem suspeitar a dor que ela ocultava.

Essa impressão, gravada no espírito infantil, acompanha-o por toda a vida e o leva a concluir que “a escravidão permanecerá por muito tempo como característica nacional do Brasil”, haja vista que se entranhou no espírito de nosso povo de maneira duradoura, em que a maior das crueldades passou a ser vista de maneira natural.

O combate à escravidão era o grande dilema nacional. A grande questão política brasileira não era república ou império. A grande questão, observava

com extrema argúcia Nabuco, era o problema a ser enfrentado. E o combate à escravidão não significava apenas o fim do trabalho servil. Tratava-se também da criação de condições sociais que pudessem garantir uma nova sociedade brasileira.

Segundo ele, em sua obra *O abolicionismo*, a liberdade dos escravos, para ser completa, implicava a “[reforma] de nós mesmos, do nosso caráter, do nosso patriotismo, do nosso sentimento de responsabilidade cívica”.

Ainda de acordo com Nabuco, “a raça negra é um elemento de considerável importância nacional, estreitamente ligada por infinitas relações orgânicas à nossa constituição, parte integrante do povo brasileiro”.

As palavras de Nabuco, distantes no tempo mais de cem anos, permanecem extremamente pertinentes, na medida em que a abolição encerrou o trabalho escravo, mas deixou de realizar a segunda parte de sua missão: inserir no seio da sociedade brasileira aqueles milhões de escravos e, depois, seus descendentes, já libertos, mas que foram mantidos, em boa parte, à margem do desenvolvimento econômico e social brasileiro. A grande obra da abolição ainda se encontra a ser feita. Essa enorme tarefa de transformação social, de inclusão de milhões de indivíduos marginalizados, é a que cabe ao Estado brasileiro de hoje.

Lembremos Nabuco, referência sempre atual quando perseguimos o almejado caminho da inclusão e da justiça social. Suas lições e suas ações ainda se mostram válidas para compreender o Brasil e, mais importante, para transformar este País e incluí-lo, de maneira definitiva, no rol das nações civilizadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Roberto Calvalcanti, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Professor Cristovam, depois desse grande representante da Paraíba, esta sessão se torna uma das mais importantes na história do Senado da República.

É mês de maio, mês de Maria, mês da mãe, mês da mãe Kiola, santa Kiola. Presidente Sarney, aprendi e tenho até inveja dos poetas, como Catulo da Paixão Cearense, que disse: “Vi minha mãe ajoelhada, rezando aos pés da Virgem Maria. Era uma santa escutando o que a outra dizia”.

Agora, o Brasil vai ouvir um político saudando outro grande político, um intelectual saudando um grande intelectual, um nordestino saudando um grande nordestino. Vamos ver um homem que libertou os escravos, trazendo essa liberdade aos pretos, e esse

outro homem saudando aquele que trouxe o renascer da democracia do Brasil, o Presidente Sarney, que vai fazer a saudação. (*Palmas.*)

O político, o intelectual, o democrata, o libertador e o estadista, um saudando o outro. Essa é a grandeza do Senado da República do Brasil.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa; senhores signatários desta sessão, Senador Cristovam Buarque e Senador Marco Maciel; bisnetos do homenageado, Pedro Nabuco e Isabel Nabuco; trinetas do homenageado, Srt^{as} Clara Nabuco e Ana Rosa Nabuco; Sr. Ministro de Estado da Promoção de Igualdade Racial, Exm^o Sr. Eloi Ferreira de Araújo; Vice-Reitor da Universidade do Legislativo, Sr. Carlos Fernando Mathias de Souza; Embaixadora da Colômbia Sr^a Maria Elvira Holguín; Sr. 1º Secretário da Embaixada da Noruega, Ian Eriksen; Secretário da Embaixada de Portugal, Manuel Fernandes; Conselheira da Embaixada da Namíbia, Mary Kaakunga; Sr. Conselheiro da Embaixada de Marrocos, Lkahya; Presidente do Conselho Federal de Músicos do Brasil, Sr. João Batista Viana; Pró-Reitora da Universidade Federal do Paraná, Sr^a Lúcia Montanhini; senhores diretores do Ministério das Relações Exteriores; Cardim, que é Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, do Ministério das Relações Exteriores e que também é grande historiador; minhas senhoras e meus senhores:

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero agradecer as palavras generosas e desproporcionais que aqui disse a meu respeito. Em segundo lugar, quero tranquilizar todo o auditório presente: nem vou ler os três volumes que aqui estão, nem, também, este discurso que aqui está. Tratando-se do Expediente de uma sessão e, também, porque muitos oradores já trataram sobre todos os aspectos da figura de Joaquim Nabuco, eu não iria mais ser tão repetitivo para falar sobre essa excepcional figura da História brasileira e do nosso País.

Sinto-me muito feliz também, e devo dar aqui um dado pessoal, olhando os bisnetos de Nabuco: que eu fui amigo de José Nabuco, fui amigo de Maria do Carmo — que, quando fui candidato à Academia Brasileira de Letras, me disse: “Vou ser sua madrinha.” E, desde então, eu só a cumprimentava: “Minha madrinha.” Era uma figura de mulher excepcional, casada com um filho de Joaquim Nabuco, que era José Nabuco.

Também conheci outro filho de Joaquim Nabuco, que foi o Monsenhor Nabuco — tantas vezes jantamos juntos em Santa Teresa.

Eu me aproximei da Família Nabuco através da Família Melo Franco: fui amigo de Virgílio de Melo Franco, amigo de Afonso Arinos de Melo Franco. Por sua

vez, me aproximei dos Melo Franco através de outra figura excepcional, meu irmão e amigo Odylo Costa, filho, cujo filho ali se encontra, que também era grande amigo da Família Nabuco e dos Melo Franco, tanto que ele dizia: “Eu sou linha auxiliar da Família Melo Franco Nabuco.”

Então, fico muito feliz de vê-los aqui e, em vozes – até na forma coloquial –, recordar essas figuras extraordinárias que também participaram da minha lembrança, das minhas recordações dos tempos de jovem.

Falar de Nabuco é muito fácil, porque, na realidade, Nabuco é uma figura solar, não só da literatura brasileira, mas da política brasileira e da História brasileira, sobretudo. Ele se encontra no centro na História do Brasil.

Também não vou dizer nenhuma novidade, porque todos, aqui, já falaram sobre todos os aspectos de Joaquim Nabuco. Marco Maciel foi extremamente erudito nas citações, nas recordações, na análise dos livros de Nabuco. O Senador Cristovam Buarque fez uma análise muito precisa sobre a atuação política de Nabuco, que era a grande marca de sua personalidade e, portanto, não tenho de acrescentar muita coisa que estaria aqui neste discurso, que não vou ler, até mesmo porque já tive a oportunidade de, na minha vida, fazer algumas conferências sobre Nabuco, a última delas na Academia Brasileira de Letras, e ser autor também de um ensaio sobre Joaquim Nabuco. Sou um leitor, desde a mocidade, de sua obra.

Quero repetir aquilo que disse aqui certa vez. Eu cheguei a Joaquim Nabuco através de meu pai. Eu, mocinho, querendo começar a escrever, cheguei a meu pai e perguntei a ele como eu devia fazer, pedi que ele me desse uma orientação para eu aprender a escrever. E ele, então, disse-me: “Leia o Padre Vieira” – eu já contei esta história aqui. E eu disse: “E, depois, meu pai, o que eu vou fazer?” Ele disse-me: “Leia o Padre Vieira!” E, eu disse: “E depois?” Ele disse-me: “Leia o Padre Vieira! Se você conseguir ler três vezes o Padre Vieira, você vai aprender a escrever.” E eu disse: “Mas eu vou passar a vida lendo o Padre Vieira?” Ele disse-me: “Não. Quando você estiver mais amadurecido, você vai ler o livro melhor escrito em português, o melhor livro que eu já li, pela sua linguagem.” E eu: “Que livro é esse, meu pai?”. Ele disse-me: “*Um estadista do Império*, de Joaquim Nabuco.” E eu segui esse conselho. Até hoje, pego aqueles velhos sermões de Vieira e ainda os passo, em minha mesa de cabeceira, à noite, e releio alguns. É leitura da vida inteira. E, *Um estadista do Império*, o li, pela primeira vez, acho que tinha menos de 20 anos. E não tinha condições, ainda, de assimilar o livro. Li o livro diante daquela recomen-

dação do meu pai, mas eu ainda não estava preparado para ler *Um Estadista do Império*. Depois, quando fui ler pela segunda vez *Um Estadista do Império*, lá pelo fim dos 20 anos, já tinha, então, uma cultura capaz de assimilar o que estava contido naquele livro, que não é apenas a biografia de José Thomás Nabuco de Araújo, o pai de Nabuco, mas é, sobretudo, a História do Segundo Império, a História do Brasil. Ali se encontram reunidas em suas páginas para quem quiser ler uma lição sobre a História do Brasil e, ao mesmo tempo, para quem quiser ler um grande escritor; sobretudo no primeiro volume, quando ele trata da época de seu pai. Ele descreve aquela época com tanta maestria que parecem desenhos representando as diversas figuras de que ele trata, e as trata sinteticamente. A descrição de Zacarias, que ele chama com “as mãos de mármore” estão ali. As descrições não só de Zacarias, mas de todos aqueles políticos do tempo; do Visconde do Rio Branco, e mesmo do seu pai.

Como ele tinha amor pelo seu pai... Como ele tratou aquele arquivo que esteve na sua mão, com o qual ele escreveu *Um estadista do Império*, com quase santa dedicação aos papéis que lhe estavam entregues, e que ele transformou em páginas indelévels da literatura e da História brasileira. No segundo volume, quando fala muito mais sobre a obra do seu pai, em que ele trabalhou sobre assuntos importantes... Então, a gente tem de se aproximar do tempo em que ele escreveu, do tempo em que os discursos tinham título, como ele coloca o discurso do pai do *Uti Possidetis*, como ele coloca o discurso o nome dos discursos, que hoje desapareceram, e que lá estão no livro sobre o velho conselheiro Nabuco de Araújo, seu pai. Ele, que era de uma família de Senadores – três Senadores eram de sua família — faz o retrato perfeito do Senador por excelência, que foi seu pai.

Acho que já se falou muita coisa aqui sobre o Nabuco, mas vamos falar alguma coisa nova sobre o Nabuco para este auditório tão atento. Nós vemos aqui a fotografia do Nabuco já velho, e, ao mesmo tempo, um velho com um ar de dignidade, com um bigode respeitável – um bigode é sempre boa coisa (risos) –, e um olhar penetrante, aquele olhar que todos os homens do seu tempo diziam que era um olhar fascinante, um olhar com um misticismo mágico e ao mesmo tempo um olhar iluminado. Nabuco era um homem extremamente... Vamos ver se a gente consegue colocar a figura do Nabuco aqui para que a gente pudesse vê-lo não como no tempo dessa foto, mas no tempo em que ele era a grande figura política brasileira.

Era um homem muito alto, era um homem bonito. Todos o chamavam de “Quincas, o Belo”. Era um homem extremamente elegante, um homem que tinha

uma capacidade de falar e de demonstrar simpatia, ao mesmo tempo um andar firme, um andar que demonstrava até certa arrogância, mas que no fundo era um andar de dignidade.

Encontra-se muita coisa nas descrições dos seus contemporâneos. E ele mesmo, nas cartas e em alguns dos seus livros, fala algumas coisas de si, que nos dão condições de poder reconstruir essa figura fascinante que era Joaquim Nabuco: de intelectual, de político, de memorialista, de historiador, de homem de estado, enfim, de diplomata, o que marcou profundamente os últimos anos de sua vida. Vamos ver, assim, se a gente pode reconstituir e evocar a sua figura humana, que é marcante em toda a sua obra.

Nabuco, como disse, deixou muitos relatos, muitos. Encontramos comentários sobre si mesmo, como disse, não somente em livros, mas também em cartas. Ele dá essas pistas sobre ele mesmo que ficaram.

Não se pode falar em Joaquim Nabuco sem falar nesse aspecto humano, nesse aspecto do homem. Era, como disse, um homem alto, um homem tranquilo, tinha um ar de tranquilidade absoluta. Quem fala sobre a presença dele na Câmara fala sempre que ele inspirava aquela tranquilidade, que tinha esse aspecto de um homem muito tranquilo.

Era um homem de voz pausada, que raramente alcançava tons mais altos, e os do seu tempo dizem que raras vezes esses tons altos eram tons metálicos.

Era um homem sempre bem vestido. Bigodes fartos, como já disse, muito bem armados – diziam até, no seu tempo, que ele passava vaselina nos bigodes, para que eles ficassem muito bem armados e muito bem penteados –, que iam além do contorno da boca; desde novo ele tinha e prezava esse bigode. Os olhos castanhos; a cabeleira ondulada, que caía levemente. Ele sempre se vestia, no princípio, de uma casaca escura, com grande elegância, aquele grande homem, aquele grande porte. Depois, quando voltou da Inglaterra, mudou a sua vestimenta. Passou a usar roupas de casimira inglesa, ternos xadrez, e mudou, de certo modo, a indumentária tão grave que existia no tempo do Império e no seu tempo.

Ele gostava das suas abotoaduras de ouro nas suas camisas, e até mesmo diziam que eram camisas de punhos de renda que costumava usar. Ele tinha uma pedra preciosa, que usava na gravata dura, naquele seu tipo extremamente elegante que ele gostava de usar. Seus adversários, inclusive, para lhe insinuar um toque feminino, diziam até que ele usava pulseiras.

Tinha uma voz grave, como eu disse, forte. Sempre muito comandada por emoção. Quando ele falava, sempre colocava a emoção diante da palavra. Os depoimentos dos que o ouviram afirmam isso. Com

essa voz, com a inteligência que tinha, com a cultura, tornou-se o orador brilhante que sempre foi, dos mais brilhantes que já teve este País.

Gilberto Freyre, Senador Marco Maciel, foi até, certa vez, exagerado, quando disse que o Nabuco foi “escandalosamente belo”. Parecia até uma mulher falando de um homem daquele tempo. Com aquele exagero que às vezes tinha, aquela figura extraordinária que ele era, o Gilberto Freyre dizia que foi “escandalosamente belo”. Não satisfeito de dizer que ele era “escandalosamente belo”, o Gilberto Freyre dizia que ele era “crescentemente belo”.

Essa beleza do Nabuco é completada pela harmonia do seu talento. Talento esse que era construído de uma certa magia que ele inspirava, do encanto pessoal que ele transmitia e de que aqui já se falou, de tal modo que Sousa Bandeira dizia que não sabia qual foi a fada que tinha feito Nabuco tão completo, porque nada faltava na sua personalidade.

Isso não impediu que, durante toda a vida, ele tenha alternado instantes de felicidade, de profunda alegria, com alguns instantes de depressão. Há uma carta em que ele fala ao seu pai que tinha *spleen* e outra carta em que fala mesmo de suicídio. Então, seu pai teve a oportunidade de dizer: “Mas você, um homem com um destino pela frente, falando de suicídio?” Mas é que Joaquim Nabuco era um grande leitor de Chateaubriand, que considero também o homem que escreveu um dos dez maiores livros que a humanidade já produziu, *Mémoires d’Outre-Tombe*. Ele tinha lido muito Chateaubriand. Em algumas páginas de *Minha Formação*, a gente tem a impressão de que realmente foram um pouco colhidas das leituras que ele fez de *Mémoires d’Outre-Tombe*. Por exemplo, no livro de Chateaubriand, ele fala sobre os carneirinhos da Normandia, e a gente vê a descrição de Nabuco do engenho da Massangana e tem a impressão de que nós estamos ali diante de dois grandes homens que expressaram, pelas palavras, as coisas mais bonitas que a humanidade já pode escrever.

Eu quero dizer que, tendo, às vezes, ares de depressão, às vezes, ares de grande euforia, no fundo, Joaquim Nabuco era um grande romântico. Quando ele adere à causa da abolição, Senador Cristóvam Buarque, não é uma posição política, é uma posição intelectual. O que o toca não é o sentimento político, mas sobretudo o sofrimento dos negros. Esse foi o primeiro gesto que o levou realmente à causa da abolição. Quer dizer, esse sentimento é humano, da própria humanidade, que faz parte daquilo que acho que era um pouco de seu aspecto romântico.

Ele também era um místico. Talvez ele traga esse misticismo da infância, porque, quando, na *Minha For-*

mação, ele fala sobre aquele tempo, ele fala sobre a formação religiosa que tinha lhe sido transmitida pela sua madrinha. Uma grande carga religiosa que ela tinha lhe dado. Gilberto Freyre, inclusive, em *Casa Grande e Senzala*, tem oportunidade de falar sobre como era hábito, naquela época, guardar – não existia banco – moedas de ouro e que a madrinha do Joaquim Nabuco colocava sempre uma moeda de ouro para o seu afilhado. Ninguém sabe onde colocava, porque, naquele tempo, se escondia. E essas moedas de ouro do Nabuco, até hoje, estão dispersas — porque ele era o próprio ouro que ela tinha guardado e preparado.

Ao mesmo tempo, ele era um homem que gostava da vida. Ele era um mundano. Ele era um homem que hoje a gente poderia dizer – como se diz – que era um homem da noite. Ele gostava da noite. Gostava das mulheres. Gostava de conversar com as mulheres. E gostava de transmitir seu encanto para as mulheres. E quando ele já estava velho, dizia: “Eu já estou meio surdo. Já não posso sussurrar no ouvido delas.” E ele um pouco tinha ouvido isso do Barão de Penedo.

O Barão de Penedo é outra figura também importante da História brasileira, porque foi, durante trinta anos, Embaixador em Londres, onde tinha um grande salão no qual recebia a sociedade inglesa. E Joaquim Nabuco foi ser Secretário da Embaixada, junto com Penedo. Lá, ele teve a oportunidade desse mundo deslumbrante ser aberto para ele. Inclusive, ele encontrou uma inglesa, que se chamava Fanny, a qual descreve como uma mulher belíssima e da qual jamais se esqueceu, tanto que citava Fanny como referência da beleza das mulheres inglesas. Mas é um pouco difícil dizer que há uma mulher inglesa tão bonita, conhecendo as mulheres brasileiras.

Ele tinha o fascínio pelas viagens. Quando podia, saía pela Europa viajando, percorrendo os caminhos de que gostava, com suas grandes noitadas, aquelas noitadas faustosas e talvez não tão inocentes.

Essa era a figura do Nabuco. Aqui se tem falado do intelectual, do político, e eu estou querendo traçar alguma coisa que as pessoas não tenham ouvido tantas vezes e que não se gosta de repetir.

Havia também os homens que ele admirava. Quando ele vai à Europa, o que é que ele faz? Ele leva uma lista dos grandes homens daquele tempo, para visitá-los. Aí vai a Thiers, conversa com ele, troca correspondência. Vai a George Sand e ela também se encanta pelo encanto do Nabuco — tanto que, quando ele se vai, ela tem oportunidade de dizer: “Você aqui deixa lembranças, e lembranças que vão ser difíceis de ser esquecidas, tão forte foi a impressão causada em todos nós pela sua personalidade.” As palavras talvez não sejam essas mesmas, mas o sentimento é este,

que George Sand teve oportunidade de expressar. Naquele tempo era moda a gente ler mais. A juventude acadêmica de Olinda, a juventude acadêmica de São Paulo lia Renan, e muito, e ele também foi um grande leitor e discípulo. E ele vai à Europa e procura-o também, da mesma maneira.

Eu falei do Barão de Penedo e que Nabuco dizia que estava meio surdo e não podia mais sussurrar no ouvido das mulheres. Pois o velho Penedo, muito mais velho do que ele, uns vinte anos mais velho, dizia que não podia mais chegar junto aos ouvidos das mulheres, e dizer: “Olhe, você aproveite a última oportunidade da sua vida.” Era a expressão de Penedo, que Nabuco também pegou.

Mas ele é, assim, um homem do mundo. Ele foi um francês. Começou com seus livros, por exemplo, com suas poesias. Em primeiro lugar, ele começa a escrever em francês. Seu livro de poesias, *Dieu*, é escrito em francês. Depois ele se apaixona pela Inglaterra e se torna quase um inglês, como o nosso Gliberto Freyre também ficou apaixonado pela Inglaterra. Mas, na realidade, ele era um grande brasileiro.

Ele chega ao Brasil e descobre o Brasil. Depois das suas viagens, ele chega e vai se apaixonando, pouco a pouco, pelo seu País. Ele é brasileiro. Ele começa a ser brasileiro pelo seu pai, com a estima que tem pelo pai, a emoção que transmite ao falar sobre seu pai, ao acompanhar a vida do seu pai. Então, ele começa a se mostrar um grande brasileiro.

Ele volta a Pernambuco e vai visitar o engenho da sua infância. E ao visitar o engenho Massangana, aquelas páginas belíssimas que ele descreve em *Minha Formação*, nasce o Nabuco que vai dedicar sua vida toda à causa da abolição — quando ele visita o cemitério dos escravos. A partir daquele momento, com a lembrança que ele tinha da sua infância, no cemitério desses escravos, ele jura a si mesmo – e diz isso em *Minha Formação*: “Vou dedicar minha vida à causa da abolição.”

A abolição, a luta contra a escravatura, não era nenhuma novidade. José Bonifácio, quando chegou ao Brasil em 1819, pouco antes da Independência, trouxe as ideias da Europa e que conseguiu convencer Dom Pedro a fazer a Independência. Pois José Bonifácio já dizia que tínhamos que abolir a escravidão. E ele dizia que a Independência tinha dois defeitos: não tinha abolido a escravidão e não tinha resolvido a situação indígena, porque nós continuávamos com o confronto, com o extermínio do povo indígena.

Depois, muitos outros: Eusébio de Queirós, que fez a lei que proibia o tráfico, Acaíaba de Montezuma, que também era contra a escravidão, e muitos e muitos outros. Qual é a contribuição de Nabuco a essa luta?

É que Nabuco transforma esse ideal, que era o ideal humanitário — a escravidão chocava a todo mundo, e choca até hoje, porque é uma mancha indelével na história brasileira, que não se apaga, e que permaneceu até os últimos anos do século XIX. É uma mancha que jamais se apagará.

Pois bem, qual é a importância de Nabuco? É que Nabuco, então, o grande intelectual, o grande talento, o homem culto, coloca tudo isso a serviço de uma causa. E é ele quem cria, pela primeira vez, a unidade deste País em torno de uma consciência nacional contra a escravatura. É essa a grande importância, a extraordinária importância de Joaquim Nabuco.

Foi ele que então transformou aquela causa, que existia como uma revolta de cada um, numa causa nacional, causa pela qual ele realmente dedicou sua vida e por que pregou, discursou, abriu jornais. Enfim, ele, como parlamentar eleito uma vez — depois perdeu seu mandato, e de novo o recupera e volta à Câmara —, empolga a causa, dedica-se à luta final, com alguns instantes de desalentos. E chega, então, aos estertores da escravidão.

Quero correr um pouco porque já estou me estendendo até demais, pegando um aspecto pequeno, e não vou entrar no resto da vida do Nabuco.

Ele diz uma coisa que também me toca muito. Ele era muito amigo de Joaquim Serra, que era um grande jornalista daquele tempo. E ele diz que “a abolição não teria sido feita se nós não tivéssemos também a presença ao meu lado, durante todo esse tempo, desse grande jornalista e pregador desta causa”, que foi Joaquim Serra, que, infelizmente, não viu o dia 13 de maio, porque morreu pouco antes disso.

E vamos também encontrar o Nabuco que já tinha se convertido à monarquia, porque tudo dizia, quando era jovem, que ele seria um grande líder republicano. Até seu pai mesmo, quando ele atravessa — quando funda um clube liberal — o campo dos conservadores para o lado liberal, em que fala também em *Um Estadista do Império*, tudo dizia que seria republicano, mas ele se torna um conservador, depois de ter analisado e lido aquele Tratado de Bagehot, que ele diz que muito o influenciou e que consolidou nele a consciência da monarquia.

Sou republicano, por isso posso falar com esta tranquilidade. Se eu estivesse naquele tempo, eu estaria contra Nabuco. Eu defenderia a república.

Pois bem, mas ele se dedica com uma lealdade, com aquela sua característica romântica, vamos dizer, ele se apaixona pela própria monarquia. E uma vez a escravidão extinta, ele permanece com sua dedicação e com sua admiração pela monarquia. E é sua aquela palavra: “Cumprir dez anos de viuvez”, quando se afas-

tou de tudo e ficou isolado dos grandes homens do seu tempo, vendo o esplendor de Rui Barbosa, vendo crescer Rio Branco, e ele, então, totalmente isolado.

A convite de Rio Branco, ele expressa que quebrou seus dez anos de viuvez da monarquia, leal, até o fim, à causa da monarquia, e uma lealdade que não era uma lealdade política, mas que era aquele sentimento do intelectual, que quero caracterizar uma vez mais, do intelectual romântico.

E esse tempo passa a ser para ele também um grande tempo de construção do estadista. Ele já está terminando de escrever *Um Estadista do Império*. Em sua grande obra literária, se destaca também *O Abolicionismo*, que escreveu ainda novo, e que reescreveu algumas vezes. É um livro da sua juventude que hoje se tornou um livro clássico. Quando lemos *O Abolicionismo*, vemos um livro bastante profundo e bastante estudado.

Ele, então, deixa para todos nós uma obra extraordinária.

Quando resolve escrever sobre Balmaceda, aquele Presidente do Chile que havia se suicidado... É do fim do século sua dedicação a *Minha Formação*, que ele publica em 1900.

E uma coisa boa que nós Parlamentares temos, se tiverem algum tempo, qualquer um dos senhores, leiam os *Discursos Parlamentares* de Nabuco. São discursos primorosos. Há um deles em que ele se sente, então, muito leal a João Alfredo, que tinha sido Presidente do Gabinete que fez a abolição. Ele acha que deve ser leal a João Alfredo. João Alfredo começa, então, a dar umas concessões chamadas “concessões dos engenhos centrais”, o que, naquele tempo, foi tido como um grande escândalo, porque ele as estava dando, em grande parte, aos membros do seu partido. Aí vem Nabuco e faz o famoso discurso dos negócios loyos, no qual vai defender João Alfredo como sendo perseguido, porque tinha presidido o Gabinete da Abolição. Aí ele fala, nas longas páginas que constitui esse discurso, sobre o hábito de manchar os adversários com a corrupção. E ele então fala sobre aqueles momentos de que participou na história parlamentar brasileira, inclusive na história do Senado, quando o velho Caxias, acusado de ter trazido duas bestas da Guerra do Paraguai, no plenário do Senado — não era este plenário aqui, mas o plenário do velho Senado —, tenta sacar a sua espada, para ferir Zacarias no seu sarcasmo. Então, faz um histórico sobre justamente o que é o problema da corrupção na política, sobre quanto ela tem manchado ao longo do tempo e sobre a luta dos homens para acabar com ela. É um discurso extremamente importante esse, que está lá nos *Discursos Parlamentares* do Nabuco.

Depois, ele escreve *Minha Fé. Minha Fé* é um pouco ao modo dos *Pensées*, de Blaise Pascal. Ele começou, também muito jovem, a escrever muitas outras coisas, como *Camões e Os Lusíadas*. Depois, passou a ser conferencista, e quando é Embaixador nos Estados Unidos – não é, Cardim? – faz, em várias cidades, esta conferência sobre *Camões e os Lusíadas*, como um grande intelectual.

Minhas senhoras, meus senhores, já falei bastante, aqui, sobre um pequenino aspecto do Nabuco, porque ele é um mundo, um universo. Ele foi um dos grandes homens, como eu disse, deste País, porque reuniu, pela primeira vez, a consciência nacional em torno de uma grande causa, a causa extraordinária que foi a da libertação dos negros no Brasil, esses negros que deram ao Brasil a identidade nacional.

Essa identidade que temos até hoje foi dada pela raça negra, que nos veio da África. Foi-nos dada por eles a cultura da alegria; a cultura do futebol; a cultura do carnaval; a cultura da praia; como eu estava dizendo ontem, a cultura do botequim. Essa cultura que se pode resumir na cultura da alegria nos veio da África e nos foi dada pelos que aqui transformavam seu sofrimento no canto que até hoje a música brasileira herdou e que se dissemina no mundo inteiro como uma marca do Brasil.

Portanto, o Senado Federal, hoje, está lembrando o centenário da morte de um grande homem. E temos a felicidade de ter a nos ouvirem seus descendentes, o DNA dele ainda espalhado nessa gente que hoje representa um dos homens maiores deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A minha apresentação ficou muito tímida diante do orador. Agora, sei que há outros oradores, mas eu lembraria Cícero, que disse: “Nunca fale depois de um grande orador”. Eu não me atreveria a falar.

Mas vamos olhar a lista de oradores ainda inscritos.

Jefferson Praia está? (*Pausa.*)

Então, é Marconi Perillo, é a coragem do homem de Goiás. É a ousadia dos mais novos, porque Cícero disse: “Nunca fale depois de um grande orador”. Mas a grandeza do Senado está justamente nisso.

Shakespeare disse que “a sabedoria é a somação da ousadia dos mais novos com a experiência dos mais velhos.” Então, aí se entende que é do Senado da República a riqueza. Está aqui um dos mais jovens e brilhantes políticos da nova geração do Brasil, que nos dá uma convicção otimista do futuro de nossa Pátria.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Obrigado, Presidente.

Exmº Sr. Presidente, Senador Mão Santa; Exmº Sr. Ministro da Igualdade Racial; senhores bisnetos do homenageado: Sr. Pedro Nabuco, Srª Isabel Nabuco, demais familiares, convidados, senhoras e senhores; muito já se falou de Joaquim Nabuco, esse grande brasileiro, talvez um dos maiores ícones da intelectualidade brasileira, diplomata, escritor, pensador, abolicionista, político que, por iniciativa do ex-Vice-Presidente Marco Maciel, grande e ilustre Senador desta Casa, do ex-Governador e também não menos ilustre Senador Cristovam Buarque, temos a honra e a satisfação de homenagear na tarde de hoje.

Reverenciar a memória de Joaquim Nabuco é reconhecer um dos maiores ícones da intelectualidade brasileira, que, juntamente com Rui Barbosa e Barão do Rio Branco, distinguiu-se no cenário nacional e internacional, angariando extremo prestígio diante do concerto das nações. Joaquim Nabuco, sem dúvida, trouxe uma positiva visibilidade para o Brasil e mostrou a força de nossa civilização, em particular na Europa e nos Estados Unidos.

Percorrendo as páginas de alguns dos discursos elaborados pelo saudoso Joaquim Nabuco, percebe-se que as temáticas do Parlamento e da política não mudaram de forma substancial nem do Império para a República, nem do século XIX para o século XX, nem da era industrial para a era digital. A gerência do Estado sempre ensejou debates de questões polêmicas, como a corrupção, a dívida pública, os excessos dos gastos públicos correntes, a exclusão, as taxas de juros, o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Nabuco viveu um tempo de desafio ímpar no processo de discussão do escravismo, mas, como ele mesmo costumava dizer em preleções, era necessário não apenas abolir a escravidão, mas também erradicar os efeitos do sistema, sobretudo em relação às desigualdades. Naquela época, acabar com a escravidão significava romper com o sistema econômico baseado na exploração atroz do homem pelo homem, na separação entre a casa grande e a senzala.

Mas, hoje, não nos parece menos difícil repensar o Brasil numa perspectiva de longo prazo, capaz de fazer o País romper com as estruturas arcaicas do século XX que emperram o empreendedorismo, obstruem a competitividade, prejudicam a gestão dos recursos do Estado; não nos parece menos desafiador superar os novos obstáculos para a sociedade brasileira transitar da condição de emergente para a de plenamente desenvolvida.

O próximo Presidente do Brasil, que, sinceramente, desejo seja o nosso querido José Serra, precisará resgatar o espírito de Joaquim Nabuco, o sentido do rompimento com as raízes retrógradadas da Administra-

ção Pública, se desejar oferecer mais a cada cidadão, por meio de gastos públicos voltados à oferta de saúde, educação, segurança de qualidade, capaz de retribuir ao cidadão o valor arrecadado em impostos.

Romper com as raízes da Administração Pública retrógrada, numa retomada do pensamento de Nabuco, será fundamental também para o Estado estimular os investimentos privados, por meio de marcos regulatórios estáveis e respeitados e fazer os aportes para a infraestrutura necessária ao escoamento da produção.

Em Joaquim Nabuco, Sr. Presidente, senhoras e senhores aqui presentes, encontramos um brasileiro apaixonado pela nossa terra, crente nas possibilidades do nosso povo e ferrenhamente contrário ao pessimismo ou a qualquer ideia capaz de abater a Nação.

Valemo-nos aqui de um breve trecho do prefácio de *Minha Formação*, para dizer, nas palavras do próprio Joaquim Nabuco:

Se alguma coisa observei, no estudo do nosso passado, é quanto são fúteis as nossas tentativas para se deprimir, desvalorizar, e como sempre vingam a generosidade... Infeliz de quem entre nós não tem outro talento ou outro gosto senão o de se abater!

A nossa natureza está voltada à indulgência, à doçura, ao entusiasmo, à simpatia, e cada um pode contar com a benevolência ilimitada de todos. Em nossa história não haverá nunca Inferno, nem sequer Purgatório.

Mas não é por acreditar nas possibilidades do Brasil de Joaquim Nabuco que ele próprio desestimularia as ações em favor do País e da Nação. Por isso é que, também no prefácio de *Minha Formação*, ele nos ensina:

Não dou, entretanto, o bon à tirer a este livro, senão porque estou convencido de que ele não enfraquecerá em ninguém o espírito de ação e de luta, a coragem e a resolução de combater por ideias que se reputem essenciais, mas somente indicará algumas das condições para que o triunfo possa ser considerado uma vitória nacional, ou uma vitória humana, e para que a vida, sem ser uma obra d'arte, o que é dado a muito poucas, realize ao menos uma parcela de beleza, e, quando não tenha o orgulho de ter refletido brilhante sobre o país, tenha o consolo de lhe haver sido carinhosamente inofensiva.

Nabuco, Sr^{as} e Srs. Senadores, reafirmava em seu pensamento a necessidade de não se limitar os governos, as ações, e os pensamentos dos estadistas aos interesses de uma ideologia ou corrente partidária.

ria. Nosso homenageado, como homem que buscava romper com o ranço da sociedade escravocrata, via a importância de o Brasil ser plural e se sintonizar com o mundo. Como ele mesmo dizia: "Politicamente, receio ter nascido cosmopolita. Não me seria possível reduzir as minhas faculdades ao serviço de uma religião local, renunciar à qualidade que elas têm de voltar-se espontaneamente para fora".

Joaquim Nabuco foi peça chave na fundação da Academia Brasileira de Letras e angariou como poucos brasileiros prestígio e reconhecimento no cenário internacional, em particular nos Estados Unidos. Foi um patriota, cujo espírito de ruptura com as amarras do passado deve ser fonte de inspiração dos governantes de hoje, dos estadistas que desejem fazer mais do Brasil, dar um salto maior em direção ao desenvolvimento duradouro e sustentável.

Parabéns aos Senadores subscritores desta sessão de homenagem ao grande brasileiro Joaquim Nabuco. Esta sessão reverencia a memória de Joaquim Nabuco, um insigne brasileiro, pensador, escritor, diplomata, político e, acima de tudo, abolicionista, que ficará na história deste Plenário e deste Parlamento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O orador inscrito é José Nery, que representa o PSOL do Estado do Pará.

É com muito prazer que registro que está aqui, na Mesa de Honra, esta extraordinária mulher brasileira, a encantadora mulher pública, que já foi Ministra, Senadora, Deputada, Emília Fernandes. É um prazer a sua presença, que nos honra e embeleza.

Com a palavra, então, o orador inscrito, José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa; senhores convidados; Sr^{as} e Srs. Senadores, quero saudar os bisnetos do homenageado, Joaquim Nabuco, o Sr. Pedro Nabuco e a Sr^a Isabel Nabuco; saudar a Câmara dos Deputados, na pessoa da Deputada Emília Fernandes, e o Exm^o Sr. Ministro da Igualdade Racial, que nos honra com sua presença.

Começo perguntando, Sr. Presidente, o que diria Joaquim Nabuco, mais de cem anos depois da abolição da escravidão negra no Brasil, se visse, hoje, milhares de trabalhadores submetidos a maus-tratos, sem alimentação e acomodação dignas, presos em fazendas distantes ou nos canaviais por este imenso País.

A luta abolicionista, que Nabuco abraçou mesmo sendo filho de escravocratas, não acabou. O trabalho escravo ainda existe no Brasil. Não da mesma forma que a escravidão negra, não nos mesmos moldes eco-

nômicos da escravidão negra, mas é uma triste realidade no Brasil de hoje. E o trabalho escravo ainda existe porque, como o próprio Nabuco previu, não adiantou abolir a escravidão por si só, a obra da escravidão deveria ter sido destruída. Isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente, não aconteceu.

Qual a obra da escravidão, então? É a desigualdade social, nunca solucionada em nosso País. Nenhum mecanismo até hoje foi capaz de diminuí-la ao ponto de evitar que trabalhadores e trabalhadoras que vivem na mais profunda miséria, nos mais pobres Municípios brasileiros, fossem levados a locais isolados, longe de suas famílias, e, ao chegar, se submetessem a humilhações, violência, prisão, dor, medo. Enfim, sofrimento.

E por que eles vão para esses locais? Porque não tiveram acesso a escola de qualidade, porque não há incentivo para a geração de emprego e renda para garantir a todos o direito sagrado ao trabalho, porque não foi feita a verdadeira reforma agrária.

Além de o trabalho escravo contemporâneo persistir, o fim da escravidão negra não acabou com a discriminação racial. Com a abolição, o processo de exclusão dos negros no Brasil só se acentuou. Ao longo de décadas, essa dívida social refletiu no número de jovens negros que não chegam às universidades, que não conseguem crescer profissionalmente por precisarem parar de estudar para sustentar a família, ou simplesmente pelo fato inadmissível de que algumas empresas preferem empregar funcionários brancos.

Refletiu também, infelizmente, na outra parte desses jovens, que, por serem muito pobres, morarem em habitações sem esgoto, saúde, educação, lazer e não vivenciarem uma sadia convivência familiar, entram na marginalidade e lotam presídios e delegacias.

E o que nos entristece neste momento, diante da homenagem que o Senado Federal presta à memória de um homem que tanto sonhou que o Brasil mudasse, é saber que, em nosso País, há setores conservadores, lideranças nacionais que não aceitam as políticas públicas direcionadas para os negros. É claro que todas essas políticas devem ser debatidas amplamente com a sociedade; porém, elas devem existir.

Mesmo hoje, com o racismo considerado crime inafiançável em nosso Código Penal, essa dívida precisa ser paga para com os descendentes daqueles que foram retirados à força dos seus países de origem, vieram para o Brasil e, mesmo com o sofrimento e a violência que passaram, contribuíram para a nossa cultura, para a nossa formação populacional, para o muito que somos hoje.

Temos, graças ao comprometimento da sociedade civil, vários “joaquins nabucos” na atualidade. Uma

parcela significativa de parlamentares, de entidades da sociedade civil, de órgãos públicos, de intelectuais que abraçaram a causa da erradicação do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

Tenho certeza de que esta justa homenagem a Joaquim Nabuco, o grande pensador que se destacou no jornalismo, na poesia, na carreira diplomática e na política no seu tempo, torna-se muito maior.

Para todos nós, com certeza, Joaquim Nabuco sentiria alegria – como aqueles que sentem alegria e que lutam pela justiça e liberdade em nosso País – ao ver aprovada na Câmara dos Deputados, em segundo turno, a PEC nº 438/01, que prevê o confisco de áreas urbanas e rurais onde a prática criminosa de trabalho escravo for comprovada. É triste ressaltar, mais uma vez, que há seis anos essa PEC se encontra para votação na Câmara dos Deputados.

A forma contemporânea, atual, que se junta a esta homenagem que o Senado presta à memória, à história, à trajetória de Joaquim Nabuco, é somarmos todos os esforços para aprovar, também no Senado Federal, medidas legislativas que coíbam a prática da escravidão contemporânea, mas é neste momento a prioridade que deveria ser conferida pela Câmara dos Deputados à votação de uma emenda constitucional que vai contribuir decisivamente para a erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Portanto, eu diria que o momento é de homenagens, mas também o momento é de luta. E, por acreditar que o Brasil pode ficar livre do trabalho escravo contemporâneo, que o Brasil pode ficar livre de todas as injustiças que fazem com que boa parte de nossa população não tenha ainda assegurados seus direitos básicos fundamentais, eu diria que a luta que possamos fazer nessa direção é uma forma concreta de continuar homenageando a luta, o trabalho e a história de Joaquim Nabuco.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando verificamos o descaso para com a emenda constitucional que trata da erradicação do trabalho escravo, especialmente da sua punição exemplar, quando verificamos como é tratada aqui, no Congresso Nacional, especialmente na Câmara, e conhecendo a visão, a história, a luta de Joaquim Nabuco, acredito, sim, que ele sabia que a causa abolicionista não findaria com a Lei Áurea. Nabuco deixou o desafio para todos nós, até que consigamos mudar essa realidade.

Portanto, creio que, ao comemarmos amanhã, 13 de maio, 122 anos da abolição oficial da escravidão, precisamos renovar o nosso compromisso para lutar contra as formas contemporâneas de trabalho escravo.

Nesse sentido, aprovar a PEC nº 438 na Câmara dos Deputados significa uma segunda abolição. Estamos, Sr. Presidente, recolhendo assinaturas em todo o País, pedindo apoio para a aprovação dessa PEC na Câmara dos Deputados. Pretendemos entregar esse abaixo-assinado no próximo dia 26. E é fundamental que possamos, nesses próximos dias, avançar na coleta de assinaturas para que o Brasil possa expressar, de forma muito clara, o seu apoio à aprovação da PEC nº 438.

Nesta homenagem, Sr. Presidente, à qual o PSOL se soma e em que manifesto a nossa satisfação de aqui estarmos participando, celebrando e reverenciando a memória do pensador, escritor e político Joaquim Nabuco, cuja trajetória foi tão bem relatada pelos meus pares, quero dizer que a luta por liberdade, a luta por justiça e a luta contra a escravidão contemporânea continua. Se essa foi a luta de Joaquim Nabuco, essa é uma luta de todos os brasileiros e brasileiras que querem construir um novo País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Cedemos a tribuna ao ilustre Ministro de Estado, Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Dr. Eloi Ferreira de Araújo, que aqui representa a Presidência da República.

Eu me encontrei com o Ministro na Espanha, e lá a gente aprende, o povo diz: “*se hay gobierno, soy contra*”. Cervantes e esse povo todo.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – Sr. Presidente, Exmº Sr. Mão Santa; Sr. Senador Cristovam Buarque, primeiro signatário do requerimento para o acontecimento desta sessão; Senador Marco Maciel; bisnetos do homenageado Joaquim Nabuco, Sr. Pedro Nabuco e Srª Isabel Nabuco; trinetas do homenageado, senhoritas Clara Nabuco e Ana Rosa Nabuco, que também estão por aqui; Ministro Carlos Fernando, que também está aqui conosco; senhoras e senhores, é uma alegria bastante intensa este momento desta sessão e, por essa razão, nós da Seppir buscamos estar presentes, estar aqui comemorando.

O Centenário de Joaquim Nabuco acontece num alinhamento de datas importantes para a Nação brasileira. Neste ano nós também comemoramos os 100 anos da Revolta da Chibata, acontecimento que ocorre em 1910 e que marcou, profundamente, a nossa história, dado que, naquele ano, os marinheiros, liderados pelo Marinheiro João Cândido, interromperam castigos que ainda eram aplicados; uma página triste da nossa armada, nos navios, nas embarcações, que era a crueldade da chibata. João Cândido liderou aquele movimento e, graças a sua luta e a todos os marinheiros que lutaram naquele instante, acabou com aquela barbaridade. O

episódio ficou conhecido como a Revolta da Chibata e aconteceu também em 1910.

Neste ano nós também temos um acontecimento muito marcante, que é a Copa do Mundo na África. Tivemos ontem até a escalação anunciada – e que não agradou a todos, como é de se esperar sempre, os técnicos nunca conseguem nos agradar plenamente – para esse acontecimento marcante, que é a Copa do Mundo no Continente Africano. Um acontecimento extraordinário de reconhecimento, de visibilidade e de trazer a África para estar incluída, de uma vez por todas, no âmbito dos espaços reservados, até então, mais para os países do ocidente.

Então, este ano tem algumas datas importantes, entre outras, e a data do centenário de Joaquim Nabuco se insere, então, nessa importância total.

E tenho aqui em mãos, Sr. Presidente, Srª Isabel Nabuco, Sr. Pedro Nabuco, o que acho que motivou a vida de Joaquim Nabuco naquele período.

O senhor pode ver – não sei se dá para ler daí – a Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Foi a razão de toda a luta, todo o empenho de Joaquim Nabuco. No seu livro *A Escravidão*, ele atribui a escravidão como o mais bárbaro dos bárbaros de todos os crimes. Ele coloca a escravidão como um crime tão cruel, que submete a família, submete o Estado, submete a religião. É um crime mais bárbaro até do que o crime contra a vida. Assim ele define no livro *A Escravidão*.

E aqui, nesse diploma que foi objeto de sua luta, está escrita a lei:

Declara extinta a escravidão no Brasil.

A Princesa Imperial Regente, em Nome de Sua Majestade o Imperador o Senhor D. PEDRO II, faz saber a todos os súditos do IMPÉRIO que a Assembleia-Geral decretou e ela sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Essa lei, de cuja sanção estaremos comemorando 122 anos amanhã, foi o principal marco legal que tínhamos até o século passado, porque, com a Constituição de 1988, o racismo ganha uma nova compreensão. A Constituição escreve que o racismo passa a ser crime inafiançável e imprescritível. E a lei do Deputado Caó vem dispor sobre as sanções quanto a esse crime do racismo, do preconceito. Então, essa lei foi um marco.

Joaquim Nabuco, com todos os abolicionistas que se organizaram e que lutaram contra a escravidão, foi o principal dos abolicionistas. Foi o mais destacado e

empenhou todo o seu trabalho, toda a sua vida, como já foi aqui dito inúmeras vezes por todos os oradores que me antecederam. E Joaquim Nabuco foi vitorioso com a aprovação da Lei Áurea, que já tinha tentado anteriormente, mas, dada a correlação de forças naquele instante, conseguiu a aprovação de uma lei com um artigo somente, o que provocou o que o Prof. Hélio Santos costuma dizer: o 14 de maio ficou um dia longo. Um dia que já dura, Sr. Presidente, 122 anos, porque não houve a previsão para um processo de inclusão dos negros e negras na sociedade, para fruírem dos bens e serviços disponibilizados até essa época.

Isso foi, com certeza, um processo muito difícil para que, àquela ocasião, o Senador se movesse e aceitasse aquela aprovação, mas a aceitou e trabalhou por aquela aprovação porque tinha presente que, naquela correlação e naquele instante, era isso que era possível. E, mesmo assim, ainda recebemos votos contrários à aprovação dessa lei, com apenas um artigo.

E o que nós temos hoje, senhoras e senhores? Nós acreditamos que é preciso dar prosseguimento à obra de Joaquim Nabuco e de todos aqueles abolicionistas, que deram sua vida por essa causa. E como dar prosseguimento?

O Senador Paulo Paim, que está ali, é autor, em parceria com projeto iniciado pelo Presidente desta Casa, Senador José Sarney, do principal diploma desde a aprovação da Lei Áurea, da principal lei ordinária que nós temos em condição de aprovar para dar prosseguimento ao sonho de Joaquim Nabuco, que é o Estatuto da Igualdade Racial. Será o art. 2º da Lei Áurea, Sr. Presidente! (*Palmas.*)

Essa lei, que hoje tramita nesta Casa, é um diploma de ações afirmativas, um diploma que tem a previsão da inclusão na educação, tem a inclusão para a saúde, para o trabalho, para a linha de financiamento, para a cultura, para a justiça e segurança, para a terra. Eu me arrisco a dizer, sem medo de errar: se Joaquim Nabuco estivesse conosco, ele estaria lutando pelo Estatuto da Igualdade Racial como lutou pela aprovação da Lei Áurea. (*Palmas.*) Eu não tenho dúvida. E esta Casa tem o desafio de dar à Nação esse diploma.

Quero dizer que esse diploma que aqui tramita, o Estatuto da Igualdade Racial, não é uma lei revolucionária, não é uma lei reformista. É um diploma de ação afirmativa, que, com inúmeros dispositivos, permite ser um ponto de partida para que o País avance na sedimentação, na consolidação da democracia com a inclusão de todos, porque, hoje, temos 50,6% da população brasileira ainda afastados de um processo de fruição plena dos bens e serviços, como eu disse no início.

Então, esse estatuto, como não é um ponto final, é um ponto de partida. Ele não ofende, porque é um ponto de congraçamento, de conciliação. E foi aprovado, por unanimidade, na Câmara dos Deputados, na Comissão Especial que discutiu esse diploma.

Essa matéria veio agora para esta Casa, e nós esperamos que esta Casa, que nunca se furtou a examinar temas tão preciosos, que, desde o Império, não só examinou, como aprovou a Lei Áurea, venha neste instante também aprovar esse estatuto, que é o Estatuto da Igualdade Racial, é o Estatuto Senador Paulo Paim, é o Estatuto Senador Joaquim Nabuco, com certeza.

Por fim, vejo nesta sessão os familiares do Senador tão querido.

Outro dia, na sessão em que o Presidente Lula “bateu quilha” – assim se diz – do navio que a Petrobras inaugurou, que tem 230 metros, capaz de transportar 1 milhão de barris de petróleo – é uma embarcação fantástica, resultado da recuperação da indústria naval – e que recebeu o nome de João Cândido, o Mestre-Sala dos Mares, o Almirante Negro – João Cândido deu nome, batizou aquele navio – naquela ocasião, diante de todos aqueles operários que trabalharam, que foram heróis anônimos, trabalhando na construção daquela embarcação, eu pedi que todos aqueles presentes, no chamamento do marinheiro João Cândido, respondessem “presente”, porque era a maior manifestação de alegria por aquelas ideias de João Cândido ainda estarem contagiando os nossos corações e mentes. Acredito que as ideias de Joaquim Nabuco contagiam esta Casa e estes Senadores. Peço licença a V.Ex^a, Sr. Presidente, para, da mesma forma, solicitar que, quando eu chamar Joaquim Nabuco, todos repitam junto conosco: “presente”.

Joaquim Nabuco.

PLENÁRIO – Presente.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – Joaquim Nabuco.

PLENÁRIO – Presente.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – Joaquim Nabuco.

PLENÁRIO – Presente.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Essas foram as palavras do Ministro Eloi Ferreira de Araújo, culminando a homenagem do Senado da República ao político e abolicionista Joaquim Nabuco – ele, que foi o ícone da libertação dos escravos. Temos de lembrar que essa lei foi feita pelo nosso patrono, a Lei Áurea, feita por ele e sancionada pela princesa

Isabel. O povo jogou flores no Senado da República no 13 de maio de 1888.

E ontem nós revivemos aquilo. E, no continuar da beleza daquela obra, um bem nunca vem só, é acompanhado de outro bem. Nós, liderados por um homem de cor negra, o Paulo Paim, escrevemos ontem um dos dias de maior beleza quando libertamos os nossos velhinhos aposentados daquela ignomínia que é o fator redutor previdenciário.

E o Paim simbolizou essa grandeza de muitos ícones, entre eles, Joaquim Nabuco, os lanceiros negros do Rio Grande do Sul. Ontem nós, liderados pelo Paulo Paim – e um quadro vale por dez mil palavras – fizemos isso. O Paulo Paim representa para nós uma mistura do sonho de Martin Luther King, da persistência de Mandela e da esperança do mundo democrático e justo de Obama.

A Presidência agradece as personalidades que nos honraram com seu comparecimento.

Suspendemos a sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Arthur Virgílio, os últimos serão os primeiros. Está no Livro de Deus. E eu sou do Partido Social Cristão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, além de ter muita coisa no gabinete, eu estou saindo de uma crise de asma, que V. Ex^a presenciou, que já está melhor um pouco, mas eu não podia deixar de – eu havia preparado um discurso, enfim –, mesmo quebrando o protocolo e abusando da paciência de V. Ex^a, prestar uma homenagem a Nabuco, que para mim é uma das figuras mais fascinantes que o Segundo Império legou à República, inclusive. Exemplo para todos nós, figura extremamente culta, um privilegiado, um membro da elite brasileira da época, da elite econômica e, portanto, da elite cultural, já que tinha os meios de estudar e que teve uma sensibilidade enorme, ao longo de toda a sua vida, para todas as questões sociais e se notabilizou como o grande campeão da luta contra a escravidão.

Eu não deixaria nunca de exaltar José do Patrocínio, que lutava por ele e pelos seus.

Exalto, de maneira muito forte, Joaquim Nabuco que, de certa forma, rompia com os preconceitos da sua época e percebia, para mim, algumas coisas muito relevantes. Ele percebia que era hora de se começar a brigar por igualdade neste País. E percebia, meu prezado Ministro, que até do ponto de vista econômico, era um lucro perverso, cruel, de curto prazo, e era uma

grande perspectiva de prosperidade econômica para o futuro, nós tirarmos os escravos daquela situação de absoluta desumanidade e os colocarmos na disputa pela educação, pelo desemprego, pelas vagas no mercado de trabalho. Ou seja, para mim, ele anteviu.

Eu debati com minha Assessoria – Dr. Manoel Vilela, meu assessor, um grande jornalista, foi Diretor-Geral do Senado – que procurou uma frase que eu queria me recordar dela e que eu li muito jovem, de Nabuco, e ele não encontrou. Eu digo: Mas que a frase existe, existe, porque senão quem inventou fui eu; e eu não tenho capacidade inventar uma frase de Nabuco. Então, existe a frase. Eu pensei que estava em minha formação, mas ele revirou minha formação de cabo a rabo e não localizou a frase. Quando ele denuncia a escravidão – essa escravidão maldita – alguma coisa do tipo é o parricídio de uma raça, o fratricídio de uma nação. É uma frase que eu li não sei em que livro. Pesquisamos muito porque essa frase sintetizava, de maneira muito retórica, uma luta que era muito prática de Nabuco contra a escravidão. Foi o grande estadista do Império. Não tenho nenhuma dúvida disso. E mais: ao longo do primeiro período republicano, mostrou como o Império tinha legado o homem de Estado – Rio Branco era outro –, capaz de participar da implantação da nova forma de Governo, que terminou sendo aquela que nós consagramos.

Tenho uma profunda admiração por Joaquim Nabuco e uma profunda fascinação por sua obra, mas me deu vontade inclusive de escrever um artigo sobre ele e, por essas coisas do destino, não tive como. Disseram-me: “Olha, está acabando a sessão de Joaquim Nabuco. Está falando o Ministro”. Eu disse: Eu vou pedir ao Presidente que quebre o protocolo para que eu possa dizer que, se não deu para formalmente ler o discurso que foi tão bem elaborado com toda a cronologia da vida dele, com todos os passos que ele encetou, com toda a carreira que desenvolveu, com todas as lutas que travou, pelo menos aqui não passei em branco. E, mesmo interrompendo V. Ex^a, pude dizer que era um grande vulto, aliás uma figura conhecida como Quincas, o Belo, porque tinha 1,86m, o que devia fazer dele um gigante naquela época. Quincas, o Belo, uma figura bastante cortejada pelas moçoilas da época, sempre muito elegante, poliglota, mas com uma sensibilidade capaz de perceber que, como as pessoas nascem iguais, devem ter oportunidades iguais para disputar as oportunidades da vida.

Então, eu considero que essas adesões das pessoas que nasceram privilegiadas e que repudiaram o egoísmo, sejam, não sei se tão ou talvez até mais meritórias do que a das outras que sintam necessidade de lutar, porque precisam lutar mesmo para firmar os

seus direitos, ele rompeu com os seus para abraçar uma causa. E a causa que ele abraçou era correta do ponto de vista histórico, era correta do ponto de vista humano, era correta do ponto de vista social, era correta do ponto de vista econômico, era correta, pura e simplesmente, era redonda, sem arestas, era correta a tese que ele esposou e que, portanto, faz com que o Senado hoje, cumprindo a sua obrigação, se recorde do grande estadista do Império.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nós temos a agradecer ao Senador Arthur Virgílio.

Eu sou testemunha do estoicismo; ontem ele esteve aqui ao longo da noite e fez um pronunciamento para o Senado permanecer aberto, enquanto aguardava a chegada da medida provisória da Câmara Federal.

E Senador Arthur Virgílio, o Senador Marco Maciel por meio do PLS 561 fez com que este ano de 2010 fosse o Ano Nacional de Joaquim Nabuco, sancionado, então, pela Lei nº 11.946.

Então, V. Ex^a tem ainda oportunidade de apresentar para o País o trabalho de V. Ex^a escrito, embora todos nós estejamos gratos com a presença de V. Ex^a e as palavras finais em saudação a Joaquim Nabuco.

Suspendo a sessão por cinco minutos para os cumprimentos. Posteriormente, continuaremos a Ordem do Dia e a palavra dos oradores inscritos.

(Suspensa às 17 horas e 8 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 9 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Representando a Mesa Diretora do Senado, vivemos o momento da 4^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura, 12 de maio de 2010. É a 71^a Sessão Deliberativa Ordinária. Todas as deliberações legislativas estão sobrestadas.

Leitura: 12-5-2010

até 17/5
até 1/6
até 9/6
até 16/6

prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;
prazo para apresentação de relatório;
prazo para apresentação de emendas ao relatório; e
prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A primeira parte foi uma homenagem ao pensador, escritor, diplomata, político e abolicionista Joaquim Nabuco, e, dando sequência, há oradores inscritos nesta sessão de 12 de maio de 2010 do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. nº 179/2010-GSMS

Brasília (DF), 11 de maio de 2010

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex^a que em razão de imprevistos relacionados com a atividade partidária no Mato Grosso do Sul, fiquei impossibilitada de viajar para Montevideu, no Uruguai, onde, de conformidade com o Requerimento que protocolei no dia 5 último, participaria da XXIII Sessão do Parlamento do Mercosul.

Aproveito a oportunidade, renovo os protestos de elevada estima e alta consideração. – Senadora **Marisa Serrano**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o Ofício nº 21, de 2010 – CN (Ofício nº 491/2010-BNDES GP, na origem, do Presidente do BNDES), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16/06/2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2010.

Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de treze de maio do corrente.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:



**Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social**

ÁREA FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS INSTITUCIONAIS INTERNOS

RELATÓRIO GERENCIAL TRIMESTRAL

RECURSOS DA LEI 11.948/09

1º trimestre de 2010

Rio de Janeiro - abril de 2010

Í N D I C E

1. INTRODUÇÃO	2
<i>Gráfico I - Evolução dos Componentes da Demanda Agregada 2007-2009.....</i>	<i>2</i>
<i>Gráfico II - Evolução do NUCI e da Produção Industrial.....</i>	<i>3</i>
<i>Gráfico III - Carteira do Programa de Sustentação do Investimento(*).....</i>	<i>4</i>
<i>Tabela I - Carteira do PSI (*) por Segmento.....</i>	<i>5</i>
<i>Gráfico IV - Desembolsos para MPME's.....</i>	<i>6</i>
<i>Gráfico V - Desembolsos da AOI – FINAME, BNDES Automático e Cartão BNDES.....</i>	<i>7</i>
<i>Gráfico VI - Pedidos de Liberação da FINAME - R\$ milhões</i>	<i>8</i>
<i>Tabela II - Perspectivas de Investimento Setores.....</i>	<i>9</i>
2. EVOLUÇÃO DAS CAPTAÇÕES EFETUADAS JUNTO AO TESOUREIRO NACIONAL.	10
<i>Gráfico VII - Desempenho do BNDES 2006-2009 em R\$ bilhões.....</i>	<i>10</i>
<i>Tabela III - Movimentação Financeira – Recursos do Tesouro Nacional.....</i>	<i>11</i>
3. ANÁLISE DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS COM RECURSOS DA LEI 11.943/09	12
A) MODALIDADE DE INVESTIMENTO	12
<i>Tabela IV - Modalidade Operacional BNDES.....</i>	<i>12</i>
B) ANÁLISE GEOGRÁFICA	13
<i>Gráfico VIII - Desembolsos por Região.....</i>	<i>13</i>
<i>Tabela V - Comparativo Carteira x Participação no PIB.....</i>	<i>14</i>
<i>Gráfico IX - Desembolsos por Unidade Federativa.....</i>	<i>14</i>
C) ANÁLISE SETORIAL.....	15
<i>Gráfico X - Desembolsos por Ramo de Atividade</i>	<i>15</i>
<i>Gráfico XI - Desembolsos por Gêneros de Atividade</i>	<i>16</i>
D) ANÁLISE ECONÔMICO FINANCEIRA	16
<i>Gráfico XII - Desembolsos por Porte das Empresas</i>	<i>16</i>
<i>Tabela VI - Quantidade de Projetos por Porte das Empresas.....</i>	<i>17</i>
<i>Tabela VII - Média dos índices por Porte da empresa</i>	<i>17</i>
<i>Tabela VIII - Média dos índices por Modalidade Operacional para Micro Empresa.....</i>	<i>18</i>
<i>Gráfico XIII - Prazos de Carência e Amortização.....</i>	<i>19</i>
<i>Gráfico XIV - Participação do BNDES no Investimento Total</i>	<i>20</i>
<i>Gráfico XV - Projetos incluídos no PAC.....</i>	<i>21</i>
E) MAIORES PROJETOS NO PERÍODO DE JANEIRO DE 2009 A MARÇO DE 2010.....	22
4. DESCRIÇÃO DOS MAIORES PROJETOS NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2010.	25
5. ANÁLISE DO IMPACTO SOBRE A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	39
<i>Tabela IX - Sistema de Contas Nacionais (Investimentos).....</i>	<i>40</i>
<i>Tabela X - Geração e Manutenção de Empregos</i>	<i>41</i>
6. GLOSSÁRIO	43
7. LISTA DE SIGLAS	44
ANEXO I - DETALHAMENTO DOS MUNICÍPIOS BENEFICIADOS.....	45
ANEXO II - DETALHAMENTO DOS GÊNEROS DE ATIVIDADE BENEFICIADOS.....	78
ANEXO III - PROJETOS SELECIONADOS E INCLUÍDOS NO PAC.....	80

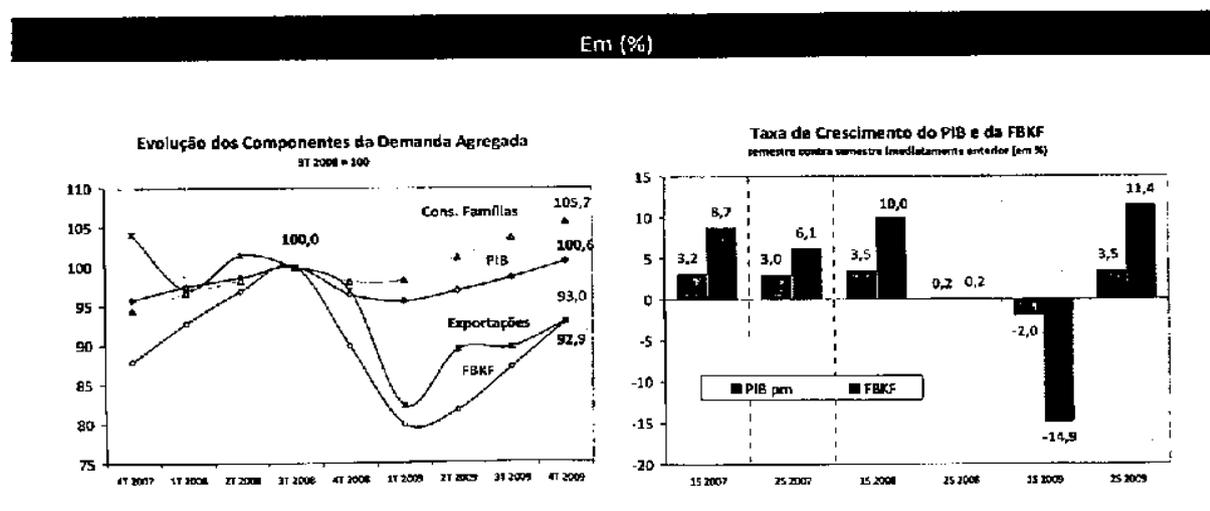
1. Introdução

Desempenho Recente da Economia Brasileira

O Brasil já deixou para trás os efeitos recessivos impostos pela crise financeira internacional. Os últimos dados disponíveis das contas nacionais, referentes ao 2º semestre de 2009, já mostram que a economia retomou sua trajetória de crescimento. O fator determinante para essa rápida recuperação foi, certamente, o desempenho do mercado doméstico. A preservação dos níveis elevados da massa salarial, bem como a continuidade do crescimento das operações de crédito à pessoa física, manteve o poder de compra dos agentes econômicos. O consumo das famílias agiu como amortecedor da retração da demanda agregada nos momentos mais agudos da crise.

Embora os investimentos tenham sofrido forte impacto devido aos efeitos da crise internacional, eles lideraram a expansão do PIB no 2º semestre de 2009, com elevação de 11,4% em relação ao 1º trimestre de 2009 (Gráfico I). Esse fato indica não apenas a retomada do crescimento da economia, mas também qualifica esse processo, tornando-o mais equilibrado – em que a oferta agregada se expande de maneira prévia à demanda, evitando possíveis pressões inflacionárias.

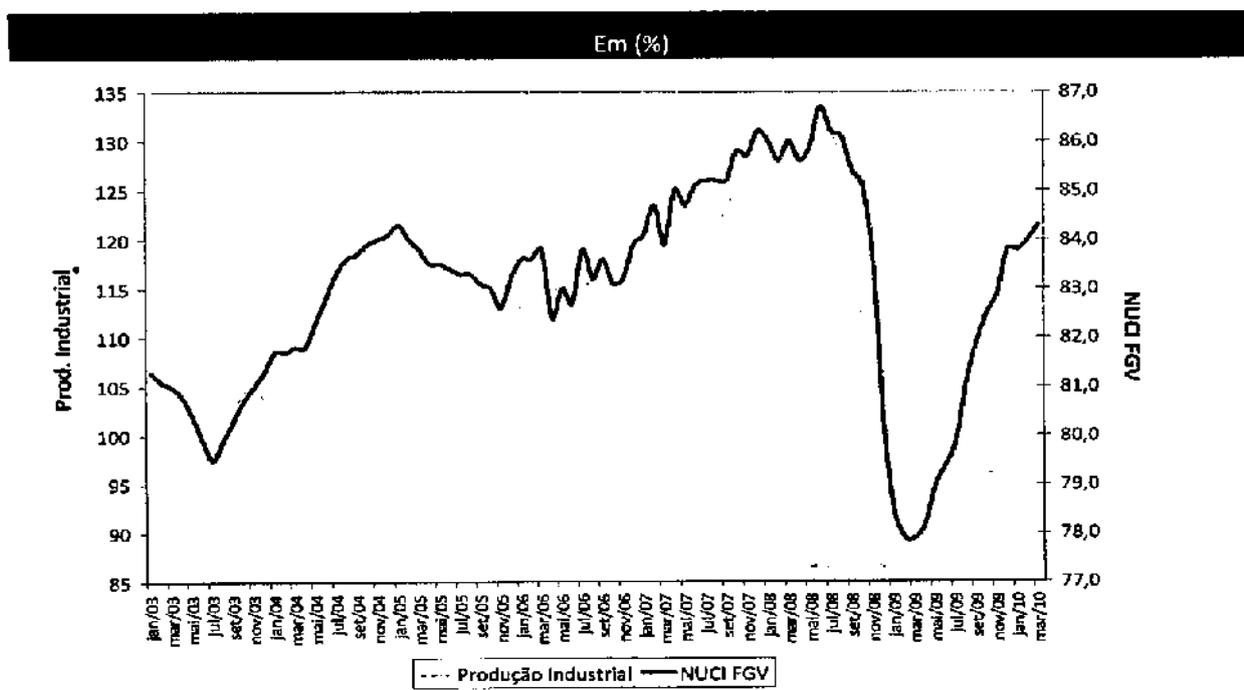
Gráfico I - Evolução dos Componentes da Demanda Agregada 2007-2009



Fonte: IBGE. Elaboração APE/BNDES

A produção industrial apresentou queda expressiva no 4º trimestre de 2008 devido ao processo de ajuste de estoques e, principalmente pela retração da demanda externa por produtos industrializados. No entanto, a atividade industrial também se recuperou ao longo de 2009, com sua alta acumulada superando 15%. Essa performance levou a uma recuperação dos níveis de utilização da capacidade instalada (NUCI) na indústria. De acordo com dados da FGV, o NUCI vem subindo gradualmente desde abril de 2009, chegando a 84,3% em março de 2010 (Gráfico II).

Gráfico II - Evolução do NUCI e da Produção Industrial



Fonte: IBGE, FGV. Elaboração APE/BNDES

Para 2010, espera-se uma taxa de crescimento da economia superior a 5%, centrada na expansão dos investimentos. As perspectivas para inversões de capital no Brasil nos próximos anos são promissoras. Existe um conjunto expressivo de projetos de grande porte e retornos de longo prazo, em setores que vão da exploração de petróleo e gás, à geração de energia elétrica e infraestrutura de transportes. Trata-se de projetos que irão demandar expressivo volume de recursos financeiros e, portanto, apoio do BNDES, da indústria financeira e do mercado de capitais.

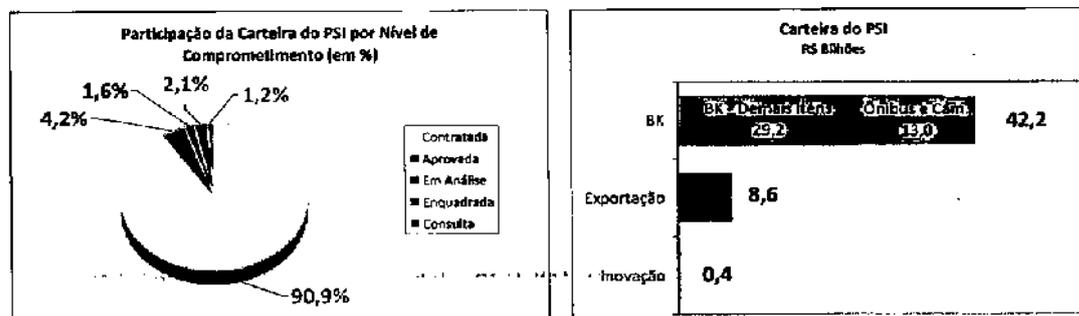
O PSI – Programa de Sustentação do Investimento

No final do junho de 2009, o governo lançou o Programa de Sustentação dos Investimentos (PSI), com o propósito de mitigar a queda dos investimentos, afetados pela crise financeira internacional. No início deste ano, o programa foi prorrogado até o final de 2010, com algumas modificações. Até 1º de julho, foi mantida a taxa de juros de 4,5% ao ano para os empréstimos destinados à aquisição de máquinas & equipamentos, ônibus e caminhão e para os financiamentos à exportação. No segundo semestre do ano, o custo será elevado em um ponto percentual. Já as taxas do Procaminhoneiro – programa voltado para caminhoneiros autônomos – e dos financiamentos a investimentos em inovação e capital inovador permanecerão constantes.

O Gráfico III mostra o valor comprometido no âmbito do PSI por nível de operações e por segmentos. Ao final de março de 2010, o estoque da carteira do Banco relativo ao PSI atingiu R\$ 51,2 bilhões com 107 mil operações, dos quais R\$ 0,4 bilhão para Inovação, R\$ 8,6 bilhões para exportações e R\$ 42,2 bilhões para bens de capital. Cerca de R\$ 30 bilhões já haviam sido desembolsados.

Gráfico III - Carteira do Programa de Sustentação do Investimento(*)

Dados até 31/03/2010



Fonte: BNDES. Elaboração APE/BNDES

(*) excluindo o programa pró-caminhoneiro

A Tabela 1 mostra a carteira do Banco referente ao PSI desagregada entre os segmentos. É importante ressaltar que mais de 82% desses valores foram destinados a bens de capital, tanto no financiamento a ônibus e caminhão (R\$ 13,0 bilhões), quanto na aquisição de bens de capital (R\$ 29,2 bilhões). Dos R\$ 8,6 bilhões destinados ao financiamento à exportação, a maior parte está relacionada a produtos de maior valor agregado, como, por exemplo, a fabricação e comercialização de máquinas e equipamentos e de veículos automotores.

Tabela I - Carteira do PSI (*) por Segmento

R\$ Bilhões		
	R\$ Bilhões	Participação
1. Bens de Capital	42.2	82.4%
1.1 Ônibus e Caminhão	13.0	25.4%
1.2 Demais Itens	29.2	57.0%
Transporte	3.4	6.7%
Eletricidade & Gás	2.3	4.5%
Alimentos	2.2	4.4%
Coque, Derivados do Petróleo e Biocombustíveis	2.0	3.8%
Telecomunicações	1.9	3.6%
Metalurgia	1.1	2.2%
Papel & Celulose	1.0	2.0%
Veículos	0.8	1.6%
Outros	14.4	28.1%
2. Exportações	8.6	16.6%
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	1.6	3.2%
Fabricação de Veículos	4.0	7.8%
Outros	3.0	5.8%
3. Inovação	0.4	0.8%
3.1 Capital Inovador	0.2	0.3%
3.2 Outros	0.3	0.6%
Total	51.2	100.0%

Fonte: BNDES

(*) excluindo o programa pró-caminhoneiro

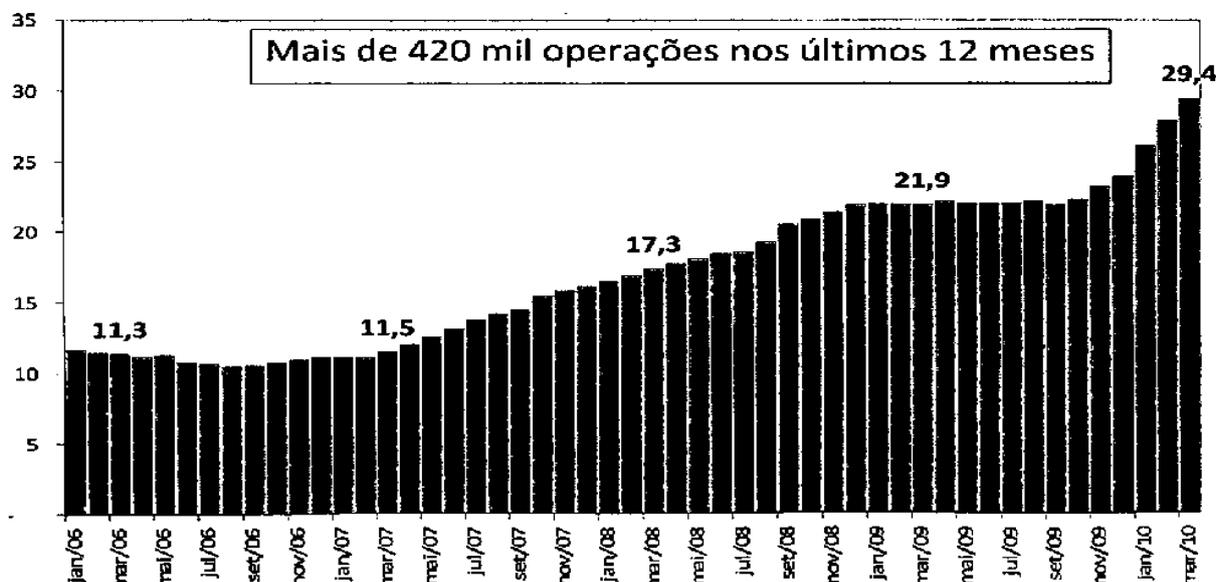
Operações com MPME's e pessoas físicas

Entre abril de 2009 e março de 2010, as liberações para micro, pequenas e médias empresas (MPME's) e pessoas físicas atingiram o valor recorde de R\$ 29,4 bilhões, com aumento de 35% frente aos doze meses anteriores. O Gráfico IV mostra os dados acumulados em 12 meses. O crescimento do número de operações foi ainda mais expressivo, de 112% no período. No acumulado em doze meses até março de 2010, foram realizadas 421 mil operações, bem acima das 198 mil operações nos doze meses anteriores.

Somente no primeiro trimestre de 2010, o BNDES realizou 111,5 mil financiamentos às MPME's e pessoas físicas, seguindo a mesma tendência de pulverização do crédito, representando 91% das 122,5 mil operações do BNDES. Desempenho também expressivo foi registrado nas liberações. Os desembolsos às MPME's e pessoas físicas totalizaram R\$ 9,9 bilhões, contra R\$ 4,3 bilhões, no primeiro trimestre de 2008. Como resultado, a participação das empresas de menor porte nas liberações do BNDES elevou-se para 39% entre janeiro e março de 2009, frente a 24% em igual período do ano anterior.

Gráfico IV - Desembolsos para MPME's

dados acumulados em 12 meses até mar/10 – R\$ bilhões

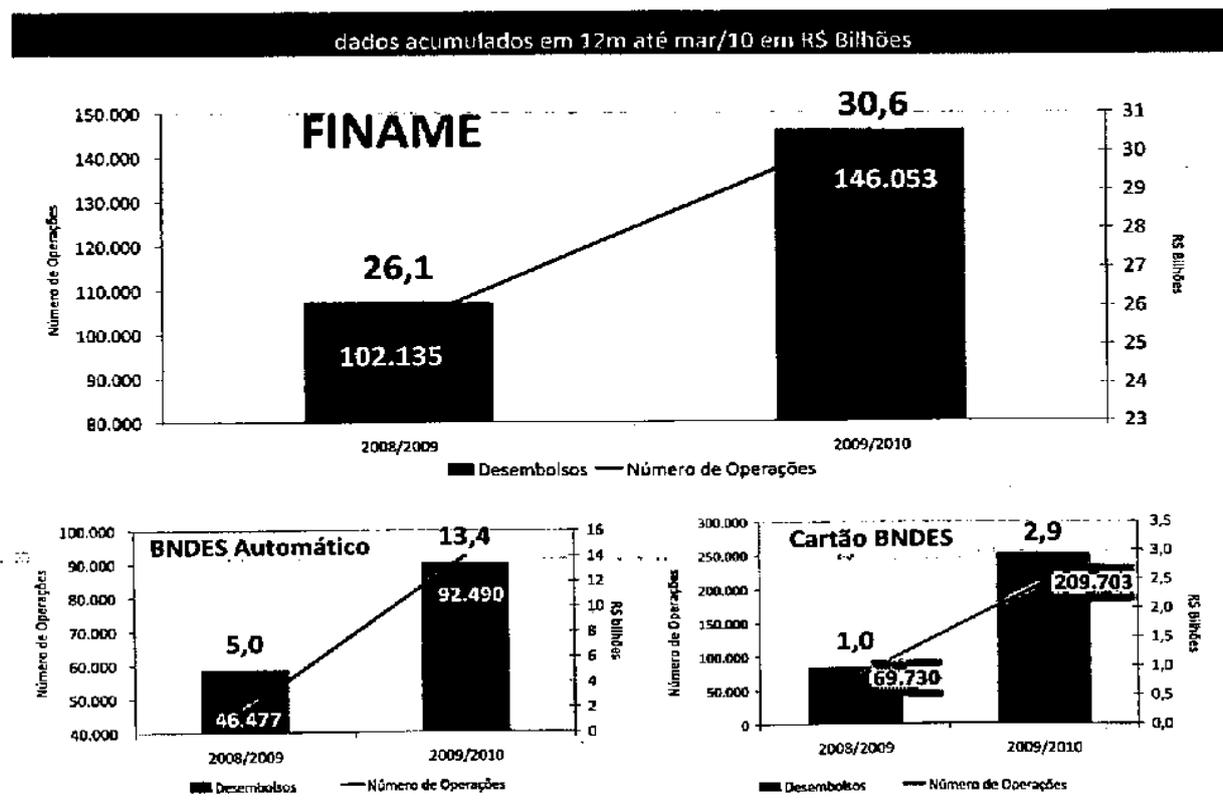


Fonte: BNDES

O BNDES apóia as MPME's e pessoas físicas principalmente com auxílio dos agentes financeiros, devido à maior capilaridade dessas instituições, fornecendo maior disseminação das operações. O financiamento ocorre através das linhas: i) FINAME, com financiamento à produção e comercialização de máquinas e equipamentos; ii) "BNDES Automático" – financiamento a projetos de valores inferiores a R\$ 10 milhões; e iii) "Cartão BNDES" – crédito rotativo pré-aprovado para micro, pequenas e médias empresas para aquisição de bens e insumos.

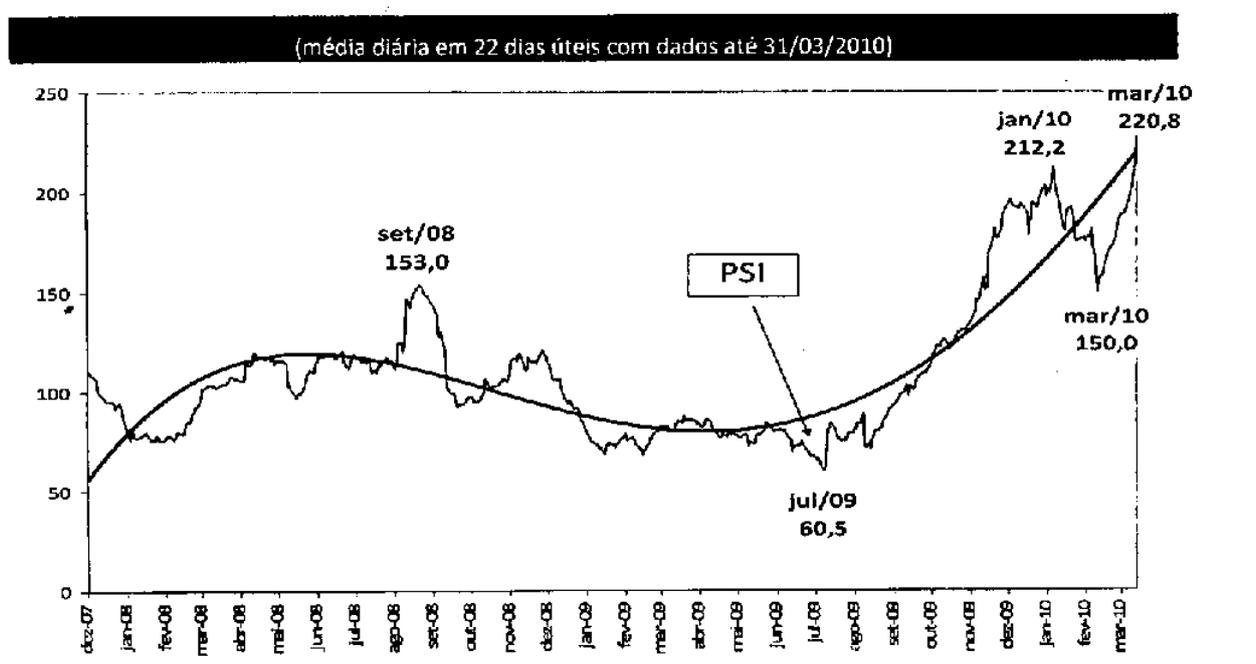
O Gráfico V mostra os desembolsos do BNDES acumulado nos últimos 12 meses através dessas operações. Percebe-se com clareza a expressiva trajetória ascendente tanto no volume das liberações, quanto no número de operações. Chama atenção o forte aumento dos desembolsos através do Cartão BNDES, de R\$ 1,0 bilhão no acumulado em 12 meses até março de 2009, para R\$ 2,9 bilhões nos 12 meses encerrados em março de 2010. Os valores da linha Finame, por sua vez, aumentaram de R\$ 26,1 bilhões para R\$ 30,6 bilhões, no período.

Gráfico V - Desembolsos da AOI – FINAME, BNDES Automático e Cartão BNDES



O crescimento dos desembolsos tem ocorrido sobretudo nos últimos meses, como mostram os dados diários de pedidos de liberação da FINAME confirmando as expectativas positivas de crescimento dos investimentos. O Gráfico VI apresenta a média diária em 22 dias úteis. Em julho de 2009, essa média chegou a apenas R\$ 60,5 milhões. A partir de então, respondendo às medidas de estímulo adotadas (PSI), há uma forte inversão desse processo, com os valores chegando a R\$ 221 milhões, ao final de março de 2010.

Gráfico VI - Pedidos de Liberação da FINAME - R\$ milhões



Fonte: AOI/BNDES. Elaboração APE/BNDES

Perspectivas de Investimento 2010-2013

A pesquisa sobre as perspectivas de investimento na economia brasileira realizada pelo BNDES para o período 2010-2013 mostra que há, para os próximos anos, uma ampla demanda por recursos de longo prazo. A atuação do BNDES como fonte de financiamento dos investimentos continuará a ser fundamental, devendo ser complementada não apenas pelo mercado de crédito privado bancário, mas também pelo mercado de capitais.

Tabela II - Perspectivas de Investimento Setores

Setores	Valores (R\$ bilhão)		Crescimento	
	2005-2008	2010-2013	%	% a.a.
Petróleo e Gás	201	307	52,7	8,8
Extrativa Mineral	53	45	(14,4)	(3,1)
Siderurgia	27	36	31,7	5,7
Petroquímica	9	31	256,0	28,9
Automotivo	21	30	42,2	7,3
Eletroeletrônica	15	21	38,0	6,7
Papel e Celulose	18	18	2,3	0,5
Indústria	344	488	42,0	7,3
Energia Elétrica	68	92	36,3	6,4
Telecomunicações	66	67	0,8	0,2
Saneamento	22	39	74,1	11,7
Ferrovias	16	29	85,9	13,2
Transp. Rodoviário	23	33	45,4	7,8
Portos	5	14	180,0	22,9
Infraestrutura	199	274	37,2	6,5
Total	543	762	40,3	7,0

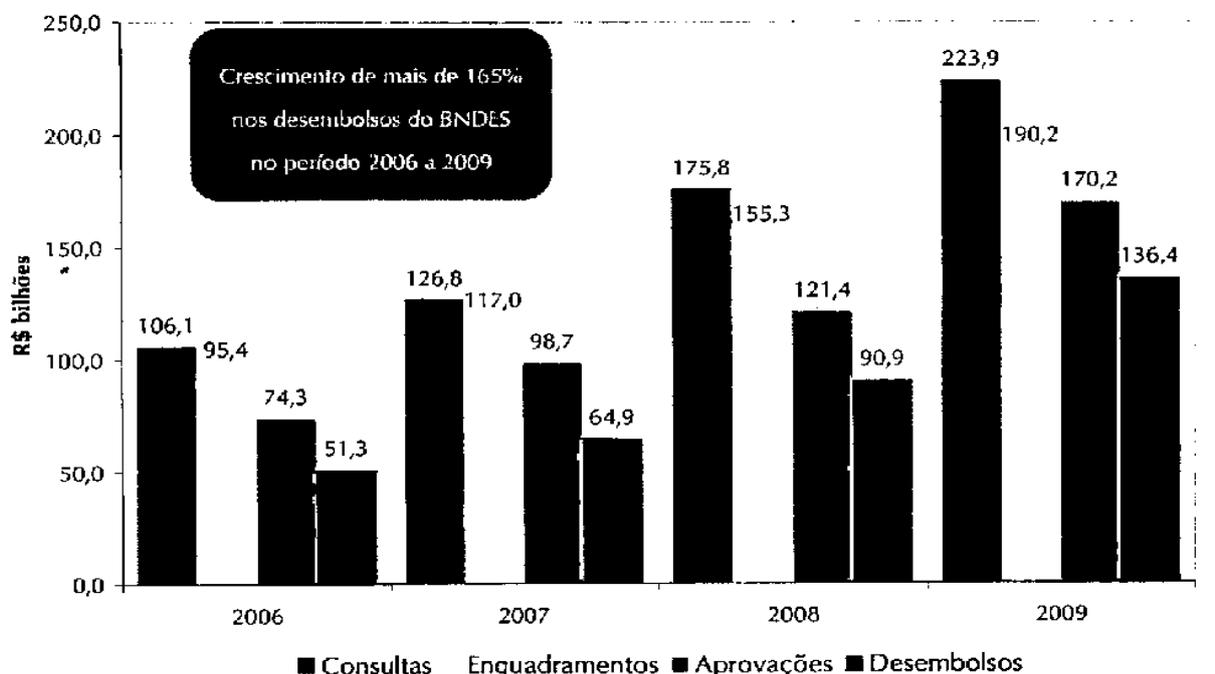
Fonte: GT Investimento BNDES

Fonte: APE/BNDES.

2. Evolução das captações efetuadas junto ao Tesouro Nacional.

A economia mundial sofreu fortemente os impactos da recente crise financeira. Na esteira da crise, o Brasil também foi atingido. A fim de evitar o aprofundamento da crise e manter o crescimento da economia brasileira, o BNDES vem realizando um grande esforço anticíclico ampliando sobremaneira o volume de desembolsos.

Gráfico VII - Desempenho do BNDES 2006-2009 em R\$ bilhões



* Sem Petrobras – entre 2006 e 2009, crescimento de 117% no desembolso.

Para viabilizar tais desembolsos, o BNDES contou com o aporte de recursos do Tesouro Nacional em títulos públicos federais, autorizado pela Medida Provisória nº 453, de 22 de janeiro de 2009, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 462, de 14 de maio de 2009.

Em 16 de junho de 2009, ocorreu a conversão da Medida Provisória nº 453/2009, alterada pela Medida Provisória 462/2009, na Lei 11.948/2009.

Em 29 de junho, foi emitida a Medida Provisória nº 465, alterando o art.1º da Lei 11.948/2009.

Em 24 de novembro de 2009, ocorreu a conversão da Medida Provisória nº 465, na Lei 12.096/2009, que alterou a Lei 11.948/2009.

A tabela a seguir apresenta a movimentação financeira até o final de março de 2010:

Tabela III - Movimentação Financeira – Recursos do Tesouro Nacional.

Em R\$ milhões

LEGISLAÇÃO	DATA DE CAPTAÇÃO	TRANCHES	VALOR	CUSTO	JURÓS EXIGÍVEIS	CORREÇÃO	VALORES PAGOS	SALDO DEVEDOR
MP 453	31/03/2009	1ª TRANCHE	13.000,00	TJLP + 2,5% a.a.	817,89		6.579,26	7.238,53
MP 462	15/06/2009	2ª TRANCHE	26.000,00	TJLP + 1% a.a.	1.275,47		1.096,79	26.178,58
MP 465	30/07/2009	ÚNICA	16.297,80	TJLP	602,87		602,87	16.297,60
	30/07/2009	ÚNICA	6.702,40	5,97% a.a.	308,14	(472,19)	308,14	8.230,21
	21/08/2009	1ª TRANCHE	8.535,60	TJLP	161,77		-	8.697,37
	25/08/2009	2ª TRANCHE	21.225,60	TJLP	388,29		-	21.613,89
	27/08/2009	3ª TRANCHE	6.238,80	TJLP	112,07		-	6.350,87
TOTAIS		TOTAIS	100.000,00		3.666,50	(472,19)	8.587,06	94.607,25

A coluna "Correção" refere-se à variação cambial do dólar americano aplicado sobre a captação realizada em 30/07/2009.

O aporte de R\$ 100 bilhões do Tesouro Nacional, estabelecido pela Lei 11.948/2009, foi totalmente desembolsado nas operações de crédito realizadas no período de janeiro de 2009 a março de 2010.

3. Análise dos desembolsos realizados com recursos da Lei 11.948/09

No período de janeiro de 2009 a março de 2010 foram selecionados vários projetos, formando uma carteira, vinculada a essa captação, no valor de R\$ 100 bilhões, beneficiando 236.064 projetos de financiamento em todo o Brasil.

A seguir, em atendimento ao parágrafo 6º do art. 1º da Lei 11.948/09, apresentam-se as características dos projetos selecionados:

a) Modalidade de Investimento

A tabela a seguir apresenta os desembolsos da carteira de projetos, divididos por Modalidade Operacional do BNDES.

Tabela IV - Modalidade Operacional BNDES

Em R\$ milhões

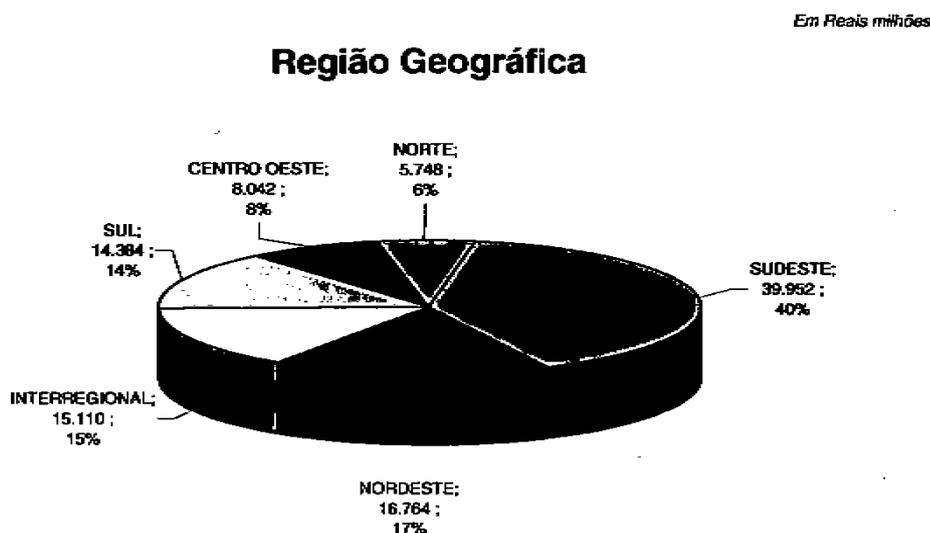
Modalidade	Valor da Liberação	Percentual
FINEM	43.363,97	43,4%
FINAME	27.722,88	27,7%
PRÉ-EMBARQUE	9.587,75	9,6%
BNDES AUTOMÁTICO	8.026,62	8,0%
PROJECT FINANCE	5.265,96	5,3%
MAQ/EQUIP	2.358,96	2,4%
CARTÃO BNDES	1.437,31	1,4%
FINAME LEASING	846,55	0,8%
LIMITE DE CRÉDITO	610,51	0,6%
PONTE	485,35	0,5%
DEBENTURES	294,14	0,3%
Total	100.000,00	100%

A maior parte dos financiamentos, 43,4% se concentram na modalidade FINEM, onde estão agrupados os grandes projetos de investimento. Esta modalidade se caracteriza pelo apoio direto do BNDES aos projetos com valor de financiamento superior a R\$ 10 milhões, para empreendimentos de implantação, expansão e modernização, incluída a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional e capital de giro associado.

Outra fatia importante, 27,7%, concentra-se na FINAME, onde estão agrupadas as operações de produção e comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional. Esta modalidade se caracteriza pelo apoio indireto através das instituições financeiras credenciadas.

b) Análise Geográfica

O Gráfico abaixo apresenta os desembolsos efetuados com recursos da Lei 11.948/09 no período janeiro de 2009 a março de 2010.

Gráfico VIII - Desembolsos por Região

Os desembolsos foram destinados, principalmente, às regiões Sudeste (40%) e Nordeste (17%). Na região Sudeste merece destaque o apoio dado às empresas Telemar Norte Leste S/A e Thyssenkrupp Metalúrgica Campo Limpo Ltda. Já na região nordeste as principais operações foram os desembolsos para a Refinaria Abreu e Lima S/A e para a Transportadora Gasene S/A.

Destaca-se no gráfico a classificação de dois projetos como operações interregionais. A empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás) e Transportadora Associada de Gás S/A (TAG) que compõem os investimentos selecionados no montante de R\$ 15,1 bilhões, visando o aumento da produção de óleo e gás, da capacidade de refino e da malha de gasodutos do país. Também serão realizados projetos nas áreas de petroquímica, transporte de combustível, estocagem, liquefação e regaseificação de gás natural. Somente na Petrobrás estão selecionados mais de 70 projetos na área de Exploração e Produção em diferentes bacias petrolíferas no país, além de testes de longa duração e o projeto piloto de Tupi do pré-sal, na bacia de Santos. Os investimentos da Petrobrás fazem parte do Plano Estratégico 2020, ano em que a empresa pretende se tornar uma das cinco maiores companhias integradas de energia do mundo. Para isso, a Petrobrás cumpre vultoso plano de investimentos de US\$ 174,4 bilhões para o horizonte

2009/2013.

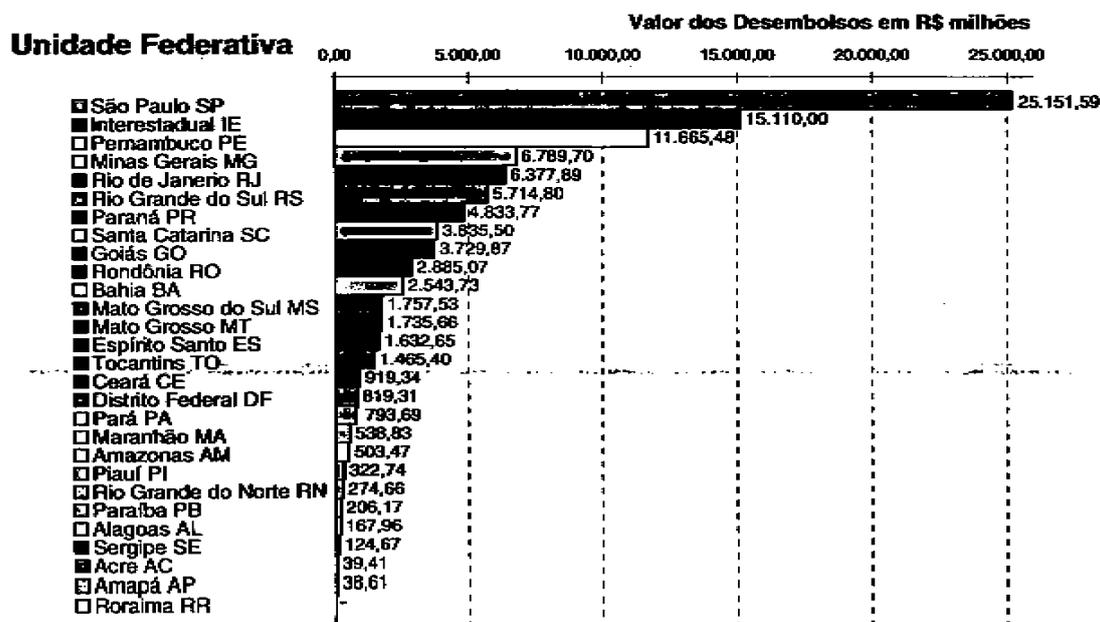
Cabe ressaltar ainda, que o BNDES tem trabalhado para melhorar a distribuição dos desembolsos do Programa entre as regiões geográficas, visando beneficiar as regiões com menor participação no PIB, dinamizar a atividade econômica dessas regiões e minimizar as disparidades regionais.

Tabela V - Comparativo Carteira x Participação no PIB

Região Geográfica	Part. na carteira %	Part. no PIB %
SUDESTE	40%	57%
NORDESTE	17%	13%
INTERREGIONAL	15%	0%
SUL	14%	16%
CENTRO OESTE	8%	9%
NORTE	6%	5%
Total	100%	100%

No gráfico abaixo são apresentados os desembolsos por unidade federativa:

Gráfico IX - Desembolsos por Unidade Federativa



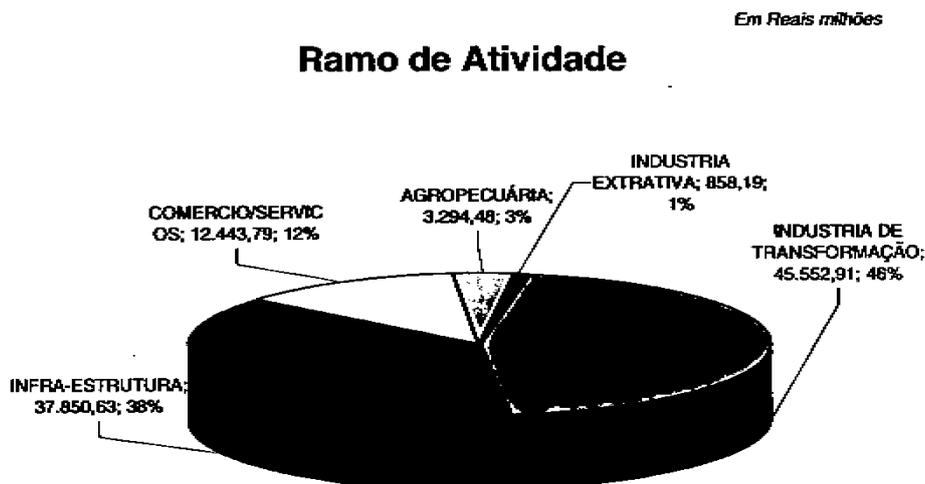
Observa-se 64.765 projetos no estado de São Paulo, no total de R\$ 25,1 bilhões desembolsados, com destaque para o projeto da Thyssenkrupp Metalúrgica Campo Limpo Ltda. Em Pernambuco, foram totalizados 5.199 projetos, onde o maior é o da Refinaria Abreu e Lima S/A. No Rio de Janeiro, foram encontrados 10.649 projetos, com destaque para o Projeto da Telemar Norte Leste S/A.

Os valores classificados como “Interregionais IE” referem-se ao Projeto de apoio a Petrobrás e ao projeto da Transportadora Associada de Gás – TAG, ambos contemplam mais de uma unidade federativa na aplicação dos recursos.

A discriminação dos desembolsos por municípios encontra-se listado no Anexo I.

c) Análise Setorial

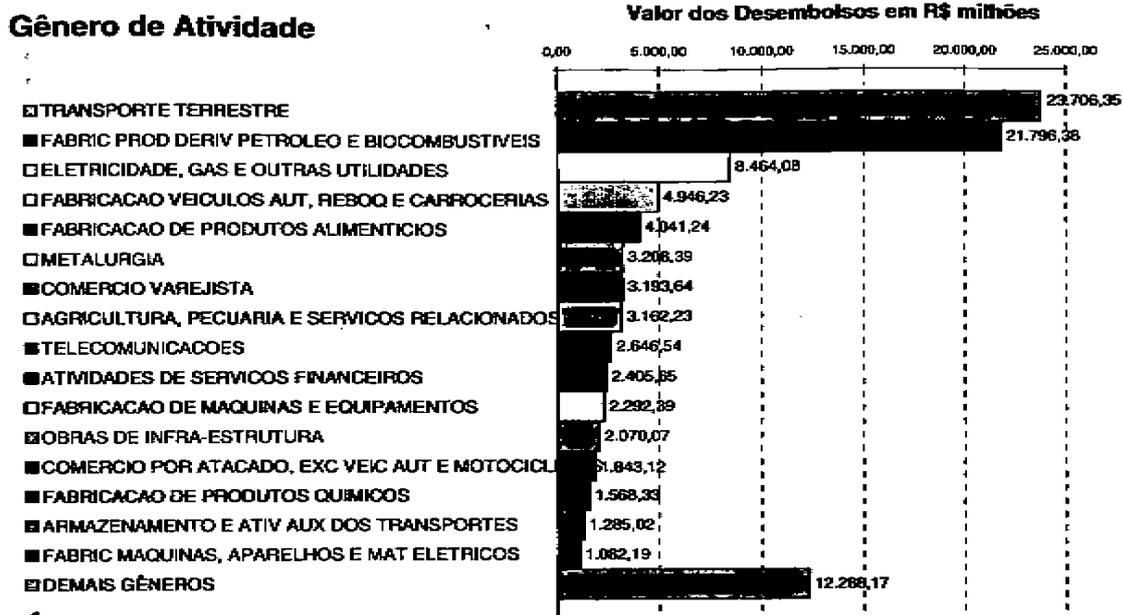
Gráfico X - Desembolsos por Ramo de Atividade



O ramo da indústria de transformação teve uma participação de 46% nas operações realizadas, totalizando R\$ 45,6 bilhões, frente a uma participação de 38% do ramo de infraestrutura com R\$ 37,9 bilhões em desembolsos.

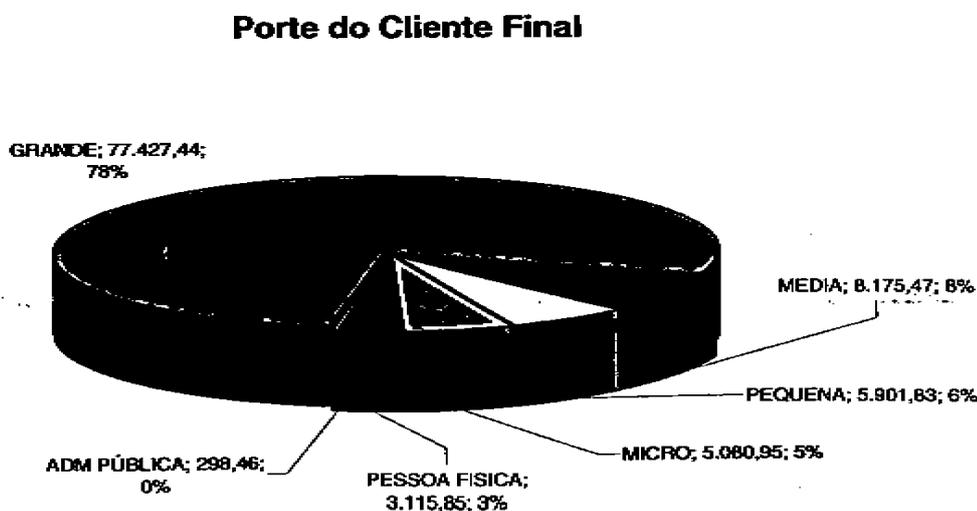
Dentro do ramo da indústria de transformação, merece destaque o gênero de atividade de Fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis que absorveu R\$ 21,8 bilhões. Já no ramo de infraestrutura, o mais beneficiado foi o de Transporte Terrestre com desembolsos de R\$ 23,7 bilhões, seguido do setor de Eletricidade, Gás e Outras Utilidades, com participação de R\$ 8,5 bilhão.

Gráfico XI - Desembolsos por Gêneros de Atividade



d) Análise Econômico Financeira

Gráfico XII - Desembolsos por Porte das Empresas



Os desembolsos beneficiaram, em sua maioria, empresas de grande porte, com 78 % dos recursos. Tal concentração decorre da predominância das grandes empresas nos setores de infraestrutura, insumos básicos e bens de capital sob encomenda. Cabe lembrar que as demandas de micros, pequenas e médias empresas também são atendidas, apresentando 208.729 projetos, 88,4% do total da carteira, no valor de R\$ 22,6 bilhões.

Tabela VI - Quantidade de Projetos por Porte das Empresas

Porte do Cliente Final	Quantidade de Projetos	Percentual
MICRO	100.538	42,6%
PEQUENA	55.368	23,5%
MEDIA	28.279	12,0%
PESSOA FISICA	24.412	10,3%
ADM PÚBLICA	132	0,1%
GRANDE	27.335	11,6%
Total	236.064	100,0%

Quanto ao custo financeiro, a carteira de projetos apoiados com recursos da Lei 11.948/09 apresentou uma média ponderada do índice Remuneração BNDES de 2,25% a.a., esse índice corresponde à soma dos campos de Remuneração Básica do BNDES + Taxa de Risco de Crédito + Taxa de Intermediação Financeira. Além disso, nas operações com taxa fixa, foi retirado o efeito da TJLP do percentual final da taxa.

Tabela VII - Média dos índices por Porte da empresa

Porte do Cliente Final	Valor da Liberação	Em R\$ milhões
		Remuneração BNDES
GRANDE	77.441,75	2,18% a.a.
MEDIA	8.175,47	2,68% a.a.
PEQUENA	5.901,83	2,67% a.a.
MICRO	5.066,65	2,37% a.a.
ADM PÚBLICA	298,46	2,63% a.a.
PESSOA FISICA	3.115,85	1,56% a.a.
Total	100.000,00	2,25% a.a.

O custo total ao tomador final foi de 7,95% ao ano, na média. Essa taxa corresponde à soma da Remuneração BNDES + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada (Taxa cobrada pelo Agente Financeiro) + Custo Financeiro (Equivalente a TJLP nas operações onde não são cobrados juros fixos).

Tabela VIII - Média dos índices por Modalidade Operacional para Micro Empresa

Modalidade Operacional (Micro Empresa)	Remuneração BNDES
BNDES AUTOMÁTICO	3,62% a.a.
CARTÃO BNDES	1,98% a.a.
FINAME	2,38% a.a.
FINAME LEASING	3,60% a.a.
FINEM	2,11% a.a.
MÉDIA	2,37% a.a.

O Cartão BNDES é um produto que, baseado no conceito de cartão de crédito, visa financiar os investimentos das MPME's de forma simplificada. O produto consiste em uma linha de crédito rotativo e pré-aprovada, concedida ao beneficiário do cartão, pelo agente financeiro, com limite de até R\$ 1 milhão por banco emissor (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banrisul e Nossa Caixa), taxa de juros atrativa, de 0,97% ao mês em março de 2010, e pagamento em até 48 prestações mensais fixas, sem cobrança de tarifa e de anuidade.

Até dezembro de 2009, tivemos cerca de 254 mil cartões ativos, somando mais R\$ 4,1 bilhões em créditos já concedidos para investimentos. Existem mais de 35 mil Fornecedores credenciados e cerca de 166 mil produtos ativos. Em 2009 foram realizadas mais de 160 mil transações, que representaram R\$ 2,5 bilhões em negócios. Para 2010, a previsão é que o total de desembolso chegue a R\$ 4 bilhões de reais.

Em relação ao mercado, observa-se que os juros cobrados pelas demais operadoras de cartão de crédito foram os únicos que não seguiram a queda da taxa básica de juros – SELIC entre as várias linhas de crédito para pessoa física.

As taxas médias encontradas no mercado referentes às operações com cartão de crédito se mantiveram inalteradas em 10,68%¹ ao mês, o que corresponde à taxa de 238% ao ano, o maior custo desde julho de 2000.

A modalidade "BNDES Automático", apoia projetos de implantação, ampliação, recuperação e modernização de empresas, incluindo obras civis, montagens e instalações; aquisição de equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados pelo BNDES; capital de giro associado ao projeto; entre outros itens.

¹ Fonte: Associação Nacional de Executivos de Finanças - ANEFAC

O financiamento se dá por intermédio de instituições financeiras credenciadas, para realização de projetos cujo valor seja de até R\$ 10 milhões, no período de 12 meses, respeitado esse limite também por beneficiária.

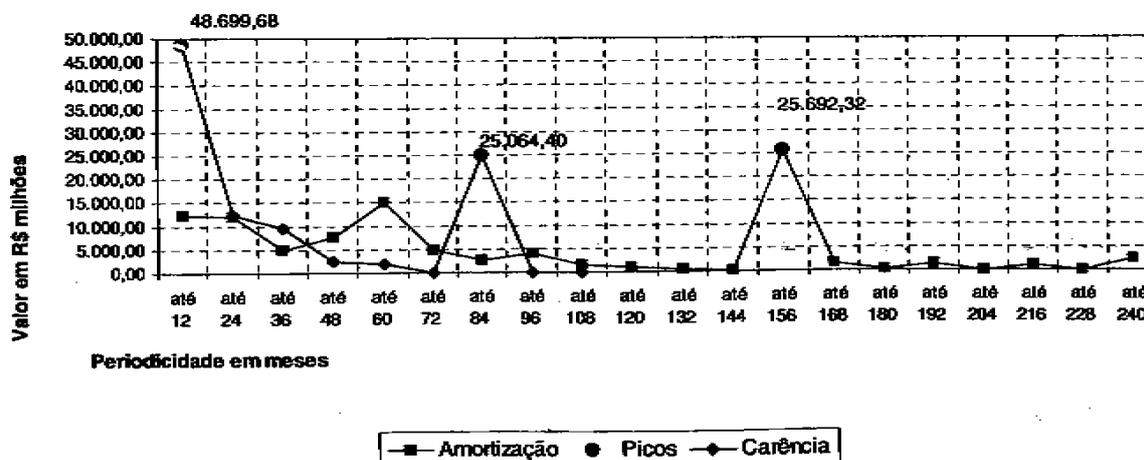
O Produto FINAME Leasing tem por objetivo financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES, destinados a operações de arrendamento mercantil. O financiamento será concedido à empresa Arrendadora para a aquisição de máquinas e equipamentos, os quais serão, simultaneamente, arrendados à empresa usuária (Arrendatária).

Em relação aos períodos de carência e amortização, o quadro a seguir demonstra o Perfil da Carteira.

A carteira apresenta um pico de projetos finalizados no prazo de 156 meses, sendo R\$ 25 bilhões referentes ao PROGRAMA DE APOIO A PETROBRÁS. Já em relação ao período de carência, temos um período representativo aos 12 meses, referente às operações realizadas, principalmente, com os programas LINHA BK COMERCIALIZACAO, BENS DE CAPITAL PARA ONIBUS E CAMINHAO NO PSI e PEC – PROGRAMA ESPECIAL DE CRÉDITO no volume de R\$ 34,2 bilhões.

Gráfico XIII - Prazos de Carência e Amortização.

Perfil de Amortização da Carteira

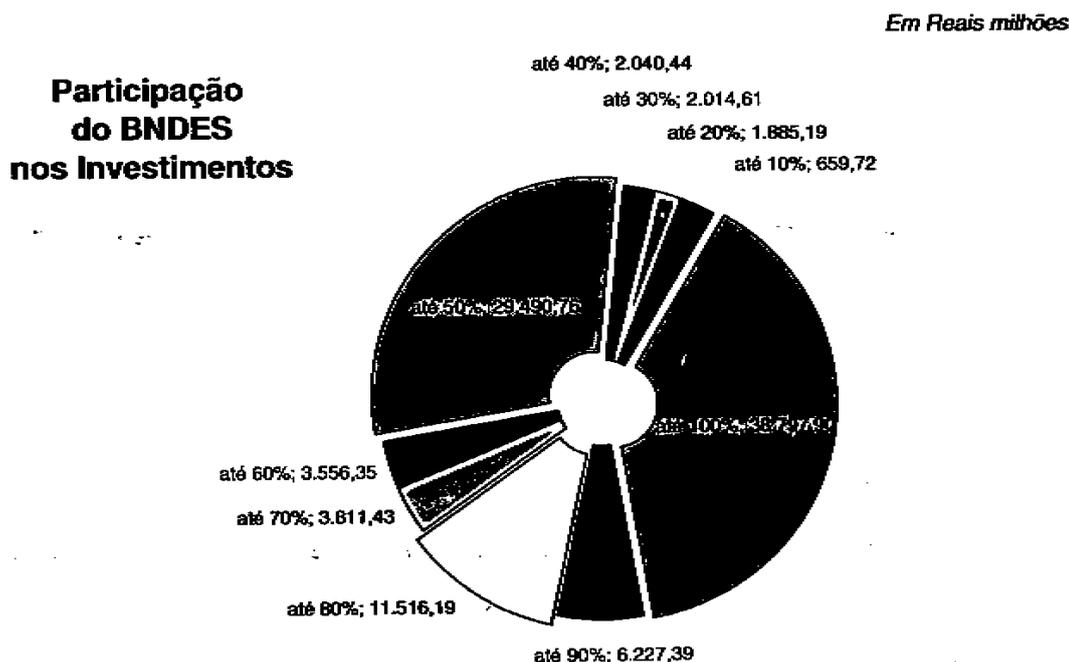


Analisando a taxa de investimento dos projetos beneficiados com os recursos provenientes da Lei 11.948/09, o BNDES financiou aproximadamente 100% do investimento total em 38,8% das operações, representando cerca de R\$ 38,8 bilhões. Desses projetos, R\$ 13,8 bilhões correspondem à modalidade de crédito FINAME e R\$ 9,6 bilhões à modalidade EXIM PRÉ-EMBARQUE.

Outro percentual relevante foi encontrado na faixa de financiamento de até 50% do investimento total do projeto, com percentual equivalente a 29,5% das operações, totalizando R\$ 29,5 bilhões. A modalidade mais representativa foi FINEM DIRETO.

O terceiro percentual mais praticado foi na faixa de até 80%, no montante de R\$ 7,2 bilhões. A modalidade de crédito registrada com maior frequência foi a FINAME.

Gráfico XIV - Participação do BNDES no Investimento Total

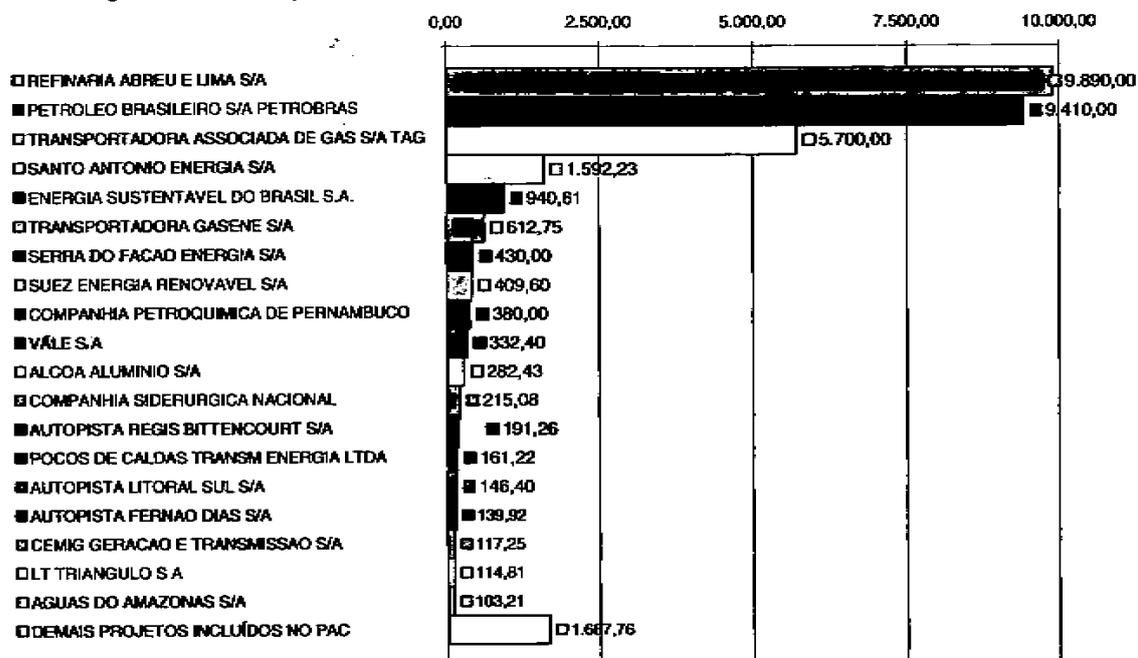


Uma contribuição importante dos recursos do Tesouro Nacional foi o financiamento de parte dos projetos que compõe o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Gráfico a seguir apresenta alguns projetos selecionados para a carteira da Lei 11.948/09.

Gráfico XV - Projetos incluídos no PAC

Contribuição aos Projetos do PAC

Valor dos Desembolsos em R\$ milhões



No total de R\$ 100 bilhões captados, R\$ 32,8 bilhões foram aplicados em projetos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

e) Maiores projetos no período de janeiro de 2009 a março de 2010**Refinaria Abreu e Lima S/A**

A Refinaria Abreu e Lima S.A. será implantada no Complexo Industrial Portuário de Suape, no município de Ipojuca (PE). A entrada em operação está prevista para 2011, com capacidade para processamento de 230 mil barris de petróleo por dia. A unidade estará preparada para processar 100% de petróleo pesado, produzindo derivados de baixo teor de enxofre. Seu mix de produtos será concentrado na produção de diesel, além de gás de cozinha (GLP), nafta petroquímica e coque.

Petroleo Brasileiro S/A Petrobrás

Estão selecionados mais de 70 projetos nas áreas de Exploração e Produção em diferentes bacias petrolíferas no país. Também estão incluídos testes de longa duração e o projeto piloto de Tupi do pré-sal, na bacia de Santos. Os investimentos da Petrobrás fazem parte do Plano Estratégico 2020, ano em que a empresa pretende se tornar uma das cinco maiores companhias integradas de energia do mundo. Para isso, a Petrobrás cumpre vultoso plano de investimentos de US\$ 174,4 bilhões para o horizonte 2009/2013.

Transportadora Associada de Gás S/A (TAG)

A Petrobrás vai incorporar todas as suas transportadoras de gás em uma só companhia, que se chamará Transportadora Associada de Gás (TAG). Gradualmente, a TAG vai absorver sete transportadoras nas quais a estatal tem participação acionária relevante, controle acionário ou 100% das ações.

PROCER - Programa de Crédito Especial Rural - Banco do Brasil S/A

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito em favor do Interessado, com a interveniência da União Federal, destinados a operações de crédito contratadas pelo Interessado no âmbito do Programa BNDES de Crédito Especial Rural - BNDES PROCER que tem por objetivo promover a competitividade das empresas dos setores agroindustrial e agropecuário brasileiros.

Santo Antônio Energia S/A (UHE Santo Antônio)

Construção da UHE Santo Antônio, com capacidade instalada de geração de 3.150 MW, no Rio Madeira, no município de Porto Velho - RO, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a central geradora. Projeto incluído no PAC.

Energia Sustentável do Brasil S.A. (UHE Jirau)

Construção da UHE Jirau, com capacidade instalada de geração de 3.300 MW, no Rio Madeira, no Município de Porto Velho - RO, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

TELEMAR Norte Leste 2009/2011

Implantação do Programa de Investimento da Empresa, relativo ao triênio 2009 - 2011.

Transportadora GASENE

Implantação de Gasodutos de Transporte de Gás Natural, com cerca de 1.388 Km de extensão e capacidade de transporte de 20 milhões de m³ por dia, ligando o terminal de Cabiúnas-RJ até a cidade de Catu-BA. Projeto incluído no PAC.

Fibria – Votorantim Papel Celulose S/A

Implantação, pela interveniente VCP-MS, de uma linha de produção de Celulose Branqueada de Eucalipto com capacidade de 1.300.000 toneladas/ano, no município de Três Lagoas - MS, além de investimentos sociais em áreas de influencia da empresa no período 2008/2009.

COSAN

Implantação de unidade de produção de etanol, com capacidade de processamento de 4 milhões de ton/safra de cana-de-açúcar, bem como cogeração de energia elétrica de 105 MW, formação de lavoura de cana, investimentos ambientais e sociais voltados para a comunidade, no município de Jataí - GO e outros.

Serra do Facão Energia S/A (UHE Serra do Facão)

Implantação da usina hidrelétrica (UHE) Serra do Facão, com capacidade instalada de geração de 212,58 MW, localizada nos municípios de Catalão e Davinópolis, no estado de Goiás, bem como seu respectivo sistema de transmissão associado. Projeto incluído no PAC.

Suez Energia Renovável S/A (UHE Estreito)

Implantação da UHE Estreito, com capacidade instalada de geração de 1.087 MW, localizada no trecho médio do Rio Tocantins, entre os Municípios de Estreito - MA, Palmeiras do Tocantins - TO e Aguiarnópolis - TO, bem como do seu respectivo sistema de transmissão associado. Projeto incluído no PAC.

Companhia Petroquímica de Pernambuco - COMPEPE/CITEPE/PTA-PET-PY.

Implantação de três plantas integradas para produzir ácido Tereftálico (pta), fios de poliéster e resina para embalagens Pet, todas no município de Ipojuca - PE, próximo ao porte de Suape.

Anglo American Brasil Ltda

Expansão da produção da mina de Barro Alto para 3 milhões de toneladas / ano de minério (Base Seca) e implantação de uma unidade para produção de 36 mil toneladas / ano de níquel contido em ferro níquel, no município de Barro Alto (GO).

Vale S/A (CVRD / Carajás)

Ampliação, em três etapas, da capacidade de transporte da estrada de ferro Carajás - EFC, de 70 milhões de toneladas por ano (MTPA) para 103 MTPA, entre os municípios de Parauapebas-PA e São Luis-MA. Projeto incluído no PAC.

Brasil Telecom S/A

Expansão da Infraestrutura de rede (Voz, Dados e Imagem) e de Tecnologia de Informação, de forma a dar continuidade ao cumprimento das metas de universalização e de qualidade e permitir a consolidação da empresa como uma multiprovedora de serviços de telecomunicações.

Telecom – Tele Norte Leste - TNL PCS

Plano de investimento, para o período 2009 - 2011, na empresa TNL PCS S.A.

Thyssenkrupp Metalúrgica Campo Limpo Ltda.

Financiamento para exportação de Virabrequim, Biela, Eixos de Cames e Engrenagens.

4. Descrição dos Maiores Projetos no primeiro trimestre de 2010.**RUMO LOGÍSTICA S.A.**

A Rumo detêm os terminais de açúcar Teaçú e Cosan Operadora Portuária, localizados no Porto de Santos, com uma capacidade estática de armazenamento de 435.000 toneladas e capacidade de embarque anual de 8,5 milhões de toneladas de açúcar ou grãos, operando tanto em sólidos a granel como em saca de açúcar. Futuramente a Rumo será capaz de oferecer aos seus clientes serviços de logística, totalmente integrados, desde o engenho de açúcar até o transporte para a embarcação.

A combinação dos ativos portuários e a sua operação unificada através da RUMO, além da exploração de outras iniciativas na movimentação e transporte de açúcar e grãos, deverão gerar expressivas sinergias, permitindo a RUMO tornar-se uma das empresas mais competitivas no segmento de logística.

A empresa, voltada para o transporte ferroviário de açúcar entre o interior de São Paulo e o porto de Santos (SP), já começou suas operações no início deste mês, utilizando os trens e vagões da ALL.

A meta é movimentar 10 milhões de toneladas de açúcar por safra - um terço da produção total do Centro-Sul do país - até 2013, e atingir entre 15 e 18 milhões com futuros aportes, atingindo um faturamento na casa dos US\$ 500 milhões. Neste primeiro ano de operação, a Rumo planeja movimentar 5 milhões de toneladas de açúcar por meio ferroviário.

A empresa já encomendou 50 locomotivas e 729 vagões, que somam aportes de cerca de R\$ 430 milhões. A fábrica da GE em Contagem (MG) será responsável pelas locomotivas. As empresas Maxion e Randon produzirão os vagões, na proporção dois terços e um terço cada, respectivamente. A empresa vai receber 32 locomotivas ainda este ano e outras 18 até o fim do primeiro semestre de 2011.

A companhia já fez os pedidos de licenças ambientais para duplicação de trechos da ferrovia que interliga a cidade paulista de Itirapina a Santos, que soma 330 km, e para a construção de um grande terminal de captação de cargas em Itirapina. A empresa ainda dispõe de centros de captação em Sumaré (Airosa Galvão) e Pradópolis. O de Sumaré teve seu trecho de 180 km duplicado. O açúcar virá de um raio de 300 km desses centros em caminhões, para que o produto possa ser escoado via ferrovia até Santos".

Atualmente, cerca de 15% da produção de açúcar do país é escoada por trens. Os caminhões respondem por 85% do transporte da commodity até os portos. No futuro, essa equação deverá se inverter. Entre 30% e 35% do volume escoado pela Rumo virá da produção de açúcar da Cosan. Dois terços virão de outros produtores da commodity.

A empresa deu partida no dia 6 de janeiro, de dois pontos: da usina São Martinho, instalada em Pradópolis, até Santos, saíram 24 vagões com 80 toneladas cada um; de Sumaré partiu uma composição de 70 vagões.

O projeto da Rumo está orçado em R\$ 1,2 bilhão, dos quais cerca de 80% serão financiados pelo BNDES, por meio da linha Finame, com juros de 4,5% ao ano.

CBC Indústria Pesada S.A.

CBC Indústrias Pesadas S/A, subsidiária da Mitsubishi Heavy Industries, do Japão.

CBC Indústrias Pesadas S.A., inicialmente denominada Companhia Brasileira de Caldeiras e Equipamentos Pesados, foi fundada em setembro de 1955, no município de Varginha, sul do Estado de Minas Gerais, com a participação do grupo alemão Von Thyssen.

Em 1963, o grupo Mitsubishi, do Japão, Mitsubishi Heavy Industries, Mitsubishi Corporation e Mitsubishi Electric Corporation, adquiriu o controle acionário da sociedade, mostrando um evidente interesse do maior complexo industrial japonês pelo desenvolvimento da indústria de base no Brasil, com a transferência de tecnologia e know-how de fabricação, desenvolvidos e aperfeiçoados pela Mitsubishi Heavy Industries, Ltd., ao longo dos mais de 120 anos de sua existência.

Com sede e fábrica no município de Jundiaí, Estado de São Paulo, com uma área total de aproximadamente 527.000 m², a CBC possui um parque industrial equipado com modernos maquinários e instalações com 56,452 m² de área construída, inaugurado em 1976 e onde atualmente concentra suas atividades para fabricação e comércio de caldeiras aquatubulares de alta pressão e temperatura, bem como, trocadores de calor, vasos de pressão, reatores, colunas e torres de processo, precipitadores eletrostáticos e outros equipamentos industriais, incluindo peças e componentes.

Com o aporte tecnológico da Mitsubishi Heavy Industries, Ltd.(Japão), a CBC vem acumulando experiência no fornecimento de caldeiras para as mais variadas aplicações. A engenharia da CBC está altamente capacitada para atender, quer em regime de empreitada global (EPC, Turn-Key), ou fornecimento de partes específicas da caldeira e seus equipamentos auxiliares, desde o projeto básico até o treinamento teórico e prático dos operadores da caldeira.

Contando com o suporte tecnológico da "Mitsubishi Heavy Industries, Ltd.", a CBC possui capacidade para fornecer plantas industriais completas e os mais variados tipos de equipamentos das áreas química, petróleo e petroquímica, papel e celulose, energia, adubo e fertilizante, álcoolquímica, alimentícia, siderúrgica, cimento, controle ambiental e outras.

A CBC possui engenharia capaz de desenvolver projetos básicos e detalhados, e elaborar desenhos a partir de especificações, data-sheets ou desenhos esquemáticos, bem como condições de efetuar montagens no campo, supervisão de montagem, dar assistência ao "Start-Up" do equipamento, garantir a performance e fornecer assistência técnica contínua e imediata.

A CBC dispõe de moderna infra-estrutura: maquinários, instalações e recursos físicos e humanos capacitados para atender as necessidades de equipamentos sob encomenda para as mais variadas indústrias, tais como: celulose e papel, petroquímicas, geração de energia, alimentícia, saneamento e outras.

A CBC Indústrias Pesadas S.A. é detentora dos certificados de autorização da American Society of Mechanical Engineers, para uso do símbolo ASME, código S, U, U2 na fabricação de Caldeiras e Vasos de Pressão.

Possui sistema de gestão da qualidade para atendimento da norma NBR ISO 9001:2000, sistema de gestão ambiental em conformidade com a norma, NBR ISO 14001:2004 e sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional conforme a especificação OHSAS 18001:1999, certificados pelo Lloyd's Register Quality Assurance.

Quase mil unidades de caldeiras aquatubulares já foram produzidas e entregues para os mais variados setores industriais no Brasil, abrangendo as áreas: Celulose e Papel, Petroquímica, Química, Siderúrgica, Energia, Pneus, Alimentícia, Saneamento e outras.

Na fábrica instalada no Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, considerada a maior fábrica de caldeiras de toda a América do Sul, são produzidas caldeiras aquatubulares de alta pressão e temperatura, sem limitação de capacidade.

A CBC está capacitada para atender às necessidades dos clientes em caldeiras para a queima dos mais variados tipos de combustíveis, tais como: biomassa (cavaco e casca de madeira, bagaço de cana, etc), gás natural, gás residual, gás de processo, hidrogênio, óleo leve, óleo pesado, licor preto, entre outros combustíveis, quer em regime de empreitada global – EPC (Turn-Key), ou fornecimento de partes específicas da caldeira e seus equipamentos auxiliares, bem como fornecer desde o projeto básico até o treinamento teórico e prático dos operadores das caldeiras.

JÚLIO SIMÕES LOGÍSTICA

Fundada em 1956, a empresa começou o negócio com o transporte de produtos hortifrutigranjeiros da cidade de Mogi das Cruzes, em São Paulo, para o Rio de Janeiro. Posteriormente, teve como foco o Transporte de Cargas, principalmente ferro, aço e cargas pesadas. Nos anos 80, com base na demanda dos clientes, passou a atuar nos serviços de transporte de seus colaboradores e na terceirização de suas frotas também.

Na década de 90, observando a necessidade dos clientes de reduzir custos, passou a focar na otimização de sua cadeia de suprimentos, incluindo a relação da empresa com seus fornecedores e clientes, através da prestação de serviços dedicados e customizados. Assim, a partir do ano 2000, pode consolidar a prestação de serviços integrados de logística, com novas aquisições de empresas e um sistema próprio de comercialização e renovação de frota, através de suas Concessionárias de veículos e lojas de veículos Semi Novos.

A empresa atua na prestação de soluções logísticas integradas, por intermédio das seguintes linhas de negócios:

Serviços Dedicados a Cadeia de Suprimentos: dado o relacionamento com os clientes e a experiência no setor de logística, desenvolve serviços customizados, com o objetivo de integrar a cadeia de suprimento dos clientes;

Transporte de Cargas: serviços de transporte de Cargas Fechadas de ponto-a-ponto (uma única origem para único destino)

Gestão e Terceirização de Frotas: atendimento de frotas compostas por veículos leves e pesados, incluindo atividades de dimensionamento e serviços agregados à frota;

Transporte de Passageiros: transporte fretado pelas indústrias para seus funcionários, e transporte municipal e intermunicipal de passageiros;

Sistema de Comercialização de Veículos: por intermédio de Concessionárias de veículos e lojas de veículos seminovos, que atuam sinergicamente com as demais linhas de negócios, permitindo a mais eficiente renovação de sua frota.

A Julio Simões, oferece soluções logísticas de inbound (de abastecimento) e outbound (de saída), logística interna e de apoio através de uma única empresa e de forma integrada – esta forma de entender e atender o cliente em todo seu processo, permite a identificação constante

de novas soluções logísticas, aos mais diversos setores da economia como: Automobilístico, Papel e Celulose, Siderúrgico, Químico, Alimentício, Limpeza e Saúde, Bens de Consumo e Transformação, Setor Público, Sucroalcooleiro.

COMGÁS

Em maio de 1999, foi assinado o contrato de concessão através do qual o Grupo BG e a Shell assumiram o controle da Comgás.

Essa foi a conclusão do processo de privatização concretizado no leilão de 14 de abril de 1999, quando a Comgás foi arrematada por R\$ 1,6 bilhão.

Desde então, o Grupo BG e a Shell investiram cerca de R\$ 2 bilhões na modernização e expansão da rede de distribuição de gás, que foi ampliada em mais de 2 mil km.

A Comgás é hoje a maior distribuidora de gás natural canalizado do país. Conta com mais de 5 mil quilômetros de rede, levando gás natural para mais de 780 mil consumidores nos segmentos residencial, comercial e industrial, em 67 cidades. Sua área de concessão, abrange 177 municípios das regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, além da Baixada Santista e do Vale do Paraíba.

Em 2008, a empresa investiu mais de R\$ 400 milhões em sua área de expansão. O volume de gás distribuído pela companhia no ano passado foi de 5,25 bilhões de metros cúbicos, alta de 3,6% em relação a 2007.

Histórico

28 de agosto de 1872: a companhia inglesa San Paulo Gas Company recebe autorização do Império, através decreto número 5071, para a exploração da concessão dos serviços públicos de iluminação de São Paulo;

1912: a canadense Light assume o controle acionário da San Paulo Gas Co. Ltda;

1959: a empresa é nacionalizada, passando a se chamar Companhia Paulista de Serviços de Gás;

1968: a empresa passa a ser administrada pelo município e recebe o nome de Comgás. Por meio da lei municipal 7199, é constituída a sociedade anônima Companhia Municipal de Gás (Comgás).

1974: nova mudança do nome, para Companhia de Gás de São Paulo.

1984: o controle acionário da Comgás passa para a estatal Companhia Energética de São Paulo (CESP).

14 de abril de 1999: o controle acionário da Comgás é arrematado pelo consórcio formado pela British Gas e pela Shell, por R\$ 1,65 bilhão.

21 de maio de 1999: a Comgás tem como novos controladores duas das maiores empresas de energia do mundo, BG group e a Shell.

Na sua longa trajetória, a companhia usou os mais diversos tipos de combinações para produzir combustíveis: de azeite a gás de hidrogênio carbonado, carvão, nafta, uma mistura envolvendo água e hulha, até chegar ao gás natural.

A adoção do gás natural foi considerada a fase mais importante de toda a história da Comgás, que esteve presente na vida de São Paulo desde a extinção dos lampiões a azeite de baleia.

A meta da administração da Comgás é expandir a companhia e torná-la a maior distribuidora de gás natural da América Latina, tendo como base a qualidade, a segurança e o respeito pelo meio ambiente.

Realizações 2009

Mais de 104 mil novos clientes residenciais e 67 municípios atendidos;

Investimento de R\$ 406 milhões na expansão e modernização da rede;

Expansão de 553 km da rede atingindo 6.250 km de redes e ramais;

Renovação de 48 km de redes e ramais, aumentando a segurança na distribuição e diminuindo o número de emissões de produtos na atmosfera;

Realização de treinamentos com mais de 8,5 mil pessoas, diminuindo os riscos de danos na rede de gás por obras ou reformas;

Atendimento de 97,5% dos chamados de emergência em até uma hora;

Disponibilização dos programas de venda no site e dos serviços de emissão de 2ª via da conta, consulta a consumo anterior, troca de titularidade e outros;

Satisfação de 86% dos consumidores pelo segundo ano consecutivo, conforme pesquisa anual divulgada em dezembro de 2009;

Distribuição do guia do consumidor para os clientes residenciais com informações sobre a Comgás, seus serviços e o contrato de adesão, para esclarecimento sobre todos os direitos dos consumidores;

Mais de 2,9 mil jovens envolvidos no Programa Aprendiz Comgás desde o ano de 2000;

Premiação de 8 projetos na 2ª edição do Fundo Comgás de Patrocínio Sociocultural;

Recebimento dos prêmios de Melhor Empresa no segmento de gás, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV); de Empresa que Mais Respeita o Consumidor no Brasil, na categoria gás canalizado, da Revista Consumidor Moderno e também o prêmio de Companhia com Melhor Desempenho em Segurança, da American Gas (AGA).

De acordo com as regras estabelecidas pela Arsesp, a Comgás passou pela 2ª revisão tarifária, ocorrida em mai/09. Para o segmento residencial da Comgás, a redução da tarifa pode chegar a 62% para os consumidores de até 1m³ e 43% para usuários de até 2m³.

LOJAS RIACHUELO S.A.

Grupo Guararapes

A história da Guararapes teve início em 1947, quando abriu sua primeira loja de roupas chamada "A Capital", em Natal (RN). Quatro anos depois, a empresa implantou uma pequena confecção em Recife (PE) e adquiriu vários pontos de venda, em um momento em que o mercado de roupas no nordeste começava a se desenvolver.

Em outubro de 1956, foi fundada a Guararapes, em Recife (PE). Dois anos depois, sua matriz foi transferida para Natal (RN), com a inauguração de sua primeira fábrica, com 2.500m² de área construída e onde se mantém até os dias de hoje.

No início da década de 1970, o capital da empresa foi aberto e, em 1976, foram construídas as fábricas de Fortaleza (CE), hoje com 60.000m² e de Mossoró (RN), com 9.800m² de área construída. Nesse mesmo ano foi criada a cadeia de lojas Super G.

Em 1979, a Guararapes adquiriu as cadeias de lojas Riachuelo e Wolens, expandindo sua atuação para o varejo têxtil, área responsável pelo maior crescimento do grupo atualmente. Desde o início, o objetivo do grupo Guararapes foi comercializar produtos de alta qualidade a preços baixos, sempre buscando satisfazer e agregar valor a seus clientes. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a Guararapes Têxtil em Natal (RN), com 40.000 m² de área construída.

Hoje, a marca se multiplicou para atingir mais de um segmento, ofertando linhas de produtos para os públicos jovem feminino e masculino e adulto masculino.

Em 1997, a unidade fabril de Natal (RN) foi transferida para o distrito industrial de Extremoz (RN), que com área construída de 150.000 m², é a responsável pela produção da malharia do grupo e por parte da camisaria, enquanto as três unidades fabris de Fortaleza (CE) produzem tecido plano (sarja, jeans e camisaria).

O grupo vem investindo em pesquisa, criação, desenvolvimento e no processo de distribuição para aperfeiçoar sua operação e intensificar a elaboração do modelo integrado, a fim de aperfeiçoar o timing entre o desenvolvimento do produto e sua entrega nas lojas. Para isso, conta com dois grandes centros de distribuição, um em Extremoz (RN), inaugurado em 2000, com 55.000 m² e outro, inaugurado em 2002, em Guarulhos (SP), com 86.000 m² que, junto com a Transportadora Casa Verde são responsáveis pela logística do grupo.

Hoje o grupo Guararapes é a maior confecção de vestuário da América Latina, com uma produção de quase 200.000 peças por dia, que são totalmente comercializadas pela Riachuelo. Além da Riachuelo, o grupo é proprietário do Shopping Midway Mall, inaugurado em abril de 2005 em Natal (RN) e da Midway Financeira.

Empresa

A Riachuelo é uma das três maiores redes de varejo de moda do país e conta com 107 lojas distribuídas por todo o Brasil.

Adota o conceito de "fast fashion" - agilidade na produção e na distribuição das coleções - para garantir rapidez na divulgação das novas tendências e geração de valor agregado para cada coleção.

É o canal direto de distribuição dos produtos do Grupo Guararapes, que é o maior grupo de confecção de roupas da América Latina.

Tendo iniciado suas atividades em 1947, com pequenas lojas de rua, vendendo tecidos a preços baixos, em 1979, a rede de lojas de tecidos foi comprada pelo grupo Guararapes, e passou a vender roupas prontas para serem usadas.

A partir de 1993, incorporou à estratégia da empresa a criação e o fortalecimento de marcas próprias, cada uma com identidade visual e público-alvo específico.

Em 2007, a empresa voltou a investir nas mídias de massa, com objetivo de popularizar seus produtos. O resultado deste processo foi o reposicionamento das marcas próprias voltadas ao público brasileiro.

Com foco no segmento de "moda ao alcance de todos", as lojas são divididas em cinco seções: moda feminina, moda masculina, moda infantil, moda casa e calçados.

Riachuelo Hoje

Ligada aos principais centros de moda, a Riachuelo pesquisa, desenvolve, fabrica e distribui moda para todo o Brasil. A agilidade na produção e na distribuição das coleções garante rapidez na divulgação de novas tendências e a geração de valor agregado para cada coleção.

O diferencial da Riachuelo é a integração com o Grupo Guararapes, que possui duas fábricas, uma em Natal (RN), que produz malharia e tecido plano, empregando 14 mil funcionários; e outra em Fortaleza (CE), que produz jeans e sarja, empregando 8 mil funcionários. Toda a produção da Guararapes é comercializada pela Riachuelo.

Desde 2007, o departamento de estilo faz parte da metodologia e dos processos criados para o atendimento a todos os fornecedores - de produtos importados, passando por terceiros nacionais e, principalmente, às fábricas da Guararapes, ao mesmo tempo em que aproxima ainda mais a produção do público. A grande função desse departamento é conciliar o que o varejo pede no momento, com aquilo que a fábrica pode oferecer.

Para o lançamento de cada coleção, o processo se inicia antecipadamente - de seis meses a um ano antes do produto estar nas lojas, com pesquisas sobre as últimas tendências e temas em desfiles nacionais e internacionais, definição da cartela de cores, entre outros pontos. Dessa forma, tudo o que é criado é feito para ser usado no dia a dia, respeitando tendências, mas levando em conta, principalmente, a realidade dos consumidores e do país. Para isso, o departamento de estilo da Riachuelo é dividido em três equipes, localizadas em São Paulo, Fortaleza e Natal.

São Paulo por estar localizada no centro da moda tem acesso mais rápido às novas tendências e informações do mundo. Essas informações são transmitidas para as outras equipes que estão junto das fábricas e mais próximas do processo produtivo.

Nos ateliês dos estilistas de Fortaleza e Natal, onde estão as outras duas equipes, as peças passam pelo processo de criação de moda: desenho, escolha do aviamento e modelagem. Os estilistas têm sempre em mente que essas peças serão produzidas industrialmente, em grande escala.

Para aperfeiçoar ainda mais o processo, também foram criadas as Pequenas Unidades de Produção, as PUPs, que são núcleos de costureiras que desenvolvem a chamada "modinha" - um trabalho muito mais especializado e em menor escala - mas que consegue entregar moda de forma muito mais rápida às lojas.

Riachuelo Ação Social, Ação Voluntária, Programa PcD, Programa Jovem e Aprendiz Teleton.

Entre as ações que fazem parte da ação social da empresa, estão Ação Voluntária, programa que envolve diretamente seus funcionários em projetos de voluntariado e o Programa PcD, que oferece vagas para portadores de deficiência em seu quadro de funcionários.

A Riachuelo também faz parte do Programa Jovem Aprendiz, que traz oportunidades de crescimento pessoal e profissional para jovens e adolescentes. Além, destas iniciativas, a empresa participa anualmente com doações para o programa Teleton.

USINA BATATAIS

História da empresa

A empresa foi fundada há 25 anos, em 1º de março de 1985 sob a denominação de Destilaria Batatais Ltda., logo em seguida, em 31 de julho de 1985, a sociedade foi adquirida pelos acionistas da Usina da Pedra, da cidade de Serrana, SP, através da empresa Serrana Agropecuária S/A.

A partir de 1º novembro de 1991, o controle acionário da Destilaria Batatais S/A passou para os atuais sócios.

A Usina Batatais é uma das 36 unidades associadas da COPERSUCAR – Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

Na safra 91/92, a então Destilaria Batatais moeu 473.390 toneladas de cana-de-açúcar e produziu 40.604.000 de litros de etanol. Em 29 de maio de 1992, a denominação social da empresa foi alterada para Usina Batatais S/A - Açúcar e Álcool, passando a produzir a partir da safra 93/94, também o açúcar. Naquela safra foram produzidos 901.301 sacos de açúcar de 50 kg.

Nos últimos anos, a Usina Batatais investiu intensivamente no aumento da sua produção agrícola e industrial. A área colhida de cana-de-açúcar que era de 8.700 ha, na safra 93/94, cresceu para 33.816 ha, na safra de 2009/2010. Na safra 09/10, encerrada em 20 de dezembro de 2009, foram processadas 3.551.631 toneladas de cana-de-açúcar, e produzidos 130.022.000 litros de etanol e 5.042.550 sacos de açúcar de 50 kg.

São empregados atualmente 2.000 funcionários e prestadores diretamente nas áreas Agrícola, Industrial e Administrativa. A Usina Batatais oferece a todos os seus colaboradores e dependentes um amplo plano de benefícios sociais que inclui: assistência médica, hospitalar, farmacêutica, laboratorial e odontológica. São mais de 6.000 beneficiados utilizando a estrutura de atendimento na própria cidade de Batatais, distribuindo renda e gerando vários empregos indiretos.

A Safra 2010/2011 teve início no dia 02/03/2010. A previsão de moagem para esta safra é de 3.890.160 toneladas de cana-de-açúcar, e a previsão de produção é de 5.768.592 sacos de açúcar de 50 kg e 146.031.000 litros de etanol anidro e hidratado.

VOLKSWAGEN DO BRASIL

A história da Volkswagen começou de forma modesta, num galpão alugado no bairro do Ipiranga, em São Paulo, em 1953. Com apenas 12 colaboradores, a Volkswagen do Brasil Ltda. montava o Fusca - então chamado de Volkswagen Sedan - a partir de peças importadas da Alemanha.

A empresa foi logo reconhecida pelo mercado por fazer carros duráveis e confiáveis, com preço competitivo, facilidade de manutenção e alto valor de revenda.

Ao mesmo tempo, a Volkswagen posicionou-se, desde o princípio, como a montadora mais inovadora do Brasil, lançando novas tecnologias e estabelecendo novos padrões de consumo. Um dos exemplos mais emblemáticos deste pioneirismo ocorreu há 6 anos, quando a marca lançou a tecnologia Total Flex, que deu ao consumidor a liberdade de escolher o combustível de sua preferência.

Nos anos 50, destaca-se a fabricação da primeira Kombi com 50% peças nacionais, em 1956. O fato ilustra o papel decisivo da empresa no desenvolvimento da cadeia de fornecedores e da economia do Brasil. Outro marco histórico foi a inauguração da unidade Anchieta, em 18 de novembro 1959.

Na década de 60, a história da Volkswagen foi marcada por um crescimento acelerado e por lançamentos como o Karmann-Ghia (1962), a Variant (1969) e o TL (1970). Nos anos 70, nossa Engenharia do Produto mostrou a capacidade de inovação dos profissionais brasileiros e criou os primeiros Volkswagen genuinamente nacionais: a Brasília (1973), o SP1 e o SP2 (1975).

Ainda na década de 70, a Volkswagen do Brasil lançou o seu primeiro modelo com motor refrigerado a água e tração dianteira, o Passat (1974), uma revolução para a época. Em 1976, implantou a fábrica de Taubaté, o Gol, lançado em 1980, logo tornou-se o maior sucesso da indústria automotiva nacional. Ele é líder há 22 anos e já soma 5,5 milhões de unidades produzidas.

Nos anos 80, chegaram os derivados da plataforma Gol: o sedan Voyage, a perua Parati e a picape Saveiro, igualmente campeões de vendas em seus segmentos. Ainda naquela década, a Volkswagen do Brasil entrou no segmento de luxo, com o Santana (1984) e a Quantum (1985). Em 1988, a marca produziu o primeiro carro nacional com injeção eletrônica de combustível e ignição digital com mapeamento eletrônico, o Gol GTI.

Em 1996, inaugurou a fábrica de motores de São Carlos e, em 1999, a unidade industrial de São José dos Pinhais, no Paraná. Chegando inicialmente como carro importado (1994), o Golf logo se tornou um grande sucesso, introduzindo novos níveis de qualidade no mercado.

Para receber o Polo (2002) e o Polo Sedan (2003), a fábrica Anchieta teve seus meios e processos produtivos completamente modernizados. Em 2003, a Engenharia criou mais um carro revolucionário, o Fox, que tem um melhor aproveitamento do espaço interno como dizia a propaganda "compacto para quem vê, gigante para quem anda".

Hoje, segundo a revista Exame ("Maiores e Melhores"), a Volkswagen é a maior empresa privada do Brasil, com 22 mil colaboradores e 17 milhões de veículos produzidos ao longo da história. Somente em 2008, nossa empresa fabricou no país 846 mil veículos, dois quais 717 mil foram completos e 129 mil foram kits em CKD. Dentre os veículos completos, 585 mil foram comercializados no mercado interno, assegurando 22% de participação.

Desde 2003, a linha de produtos da Volkswagen do Brasil foi completamente renovada. Foram lançados o Novo Polo, o Novo Polo Sedan e o Novo Golf. A família Gol, Parati e Saveiro entrou na 4ª geração. O próprio Fox ganhou derivados: o CrossFox e o SpaceFox. A Kombi foi equipada com o motor 1.4 litro Total Flex refrigerado a água. Lançados em 2008, o Novo Gol (eleito "Carro do Ano de 2009") e o Voyage inauguraram novos padrões de qualidade, economia, desempenho e dirigibilidade no segmento dos carros de entrada.

Ao mesmo tempo em que lançou produtos, modernizou fábricas e desenvolveu novas tecnologias, na primeira década do século 21, a Volkswagen do Brasil deu outros passos

importantes rumo à sustentabilidade. A empresa implantou um eficiente Sistema de Gestão Ambiental e conquistou a ISO 14001 em todas as suas fábricas. A Fundação Volkswagen intensificou e ampliou seu leque de atuação social, trabalhando por uma educação pública de qualidade e pelo bem-estar da comunidade.

5. Análise do Impacto sobre a Geração de Emprego e Renda

O BNDES utiliza metodologia específica para estimar o efeito emprego do investimento, ou seja, o total de empregos a serem mantidos e/ou criados por um determinado valor de investimento. De acordo com a metodologia utilizada pelo Modelo de Geração de Empregos, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o efeito emprego do investimento é composto por três componentes, a saber:

i. o efeito emprego direto do investimento – volume adicional de mão de obra a ser empregada diretamente pelo projeto e pelo empreendimento;

ii. o efeito emprego indireto do investimento – aumento do emprego gerado, ao longo da cadeia produtiva, pela expansão da produção necessária para atender a demanda de insumos decorrente do projeto e do empreendimento;

iii. o efeito emprego da renda gerada – criação de empregos associada ao aumento de produção, destinado a atender o crescimento de consumo, propiciado pela renda gerada através da remuneração dos fatores de produção empregados no projeto e no empreendimento.

Uma vez obtida a estimativa do efeito emprego de dado volume de investimento, pode-se estabelecer a seguinte decomposição:

i. efeito emprego do financiamento – a geração de empregos correspondente à parcela do investimento financiada pelo BNDES;

ii. efeito emprego do investimento próprio e de terceiros – o aumento de empregos associado à parcela do investimento financiada por recursos próprios do empreendedor do projeto, bem como por recursos de terceiros.

A expectativa é de que os investimentos apoiados pelas Linhas de Crédito do BNDES resultem na geração/manutenção de emprego e renda, seja de forma direta ou indireta, tendo em vista o efeito positivo desses investimentos sobre os demais setores da economia.

O Modelo de Geração de Emprego utiliza como base os dados constantes no Sistema de Contas Nacionais publicado pelo IBGE.

Na Tabela IX, observa-se a alocação do investimento total por setor do Sistema de Contas Nacionais (SCN) do IBGE, considerando os desembolsos do BNDES, com recursos da Lei 11.948/09, acrescida da participação de outras fontes de recursos no financiamento do projeto.

Tabela IX - Sistema de Contas Nacionais (Investimentos)*Em R\$ mil*

Cod.	Descrição da Atividade - Nível 80	Valor
01	Agropecuária	546.087
02	Extrativa mineral (exceto combustíveis)	25.622
03	Extração de petróleo e gás natural, carvão e outros combustíveis	39.135
04	Fabricação de minerais não-metálicos	96.061
05	Siderurgia	347.539
06	Metalurgia dos não-ferrosos	127.367
07	Fabricação de outros produtos metalúrgicos	2.402.463
08	Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	23.784.724
10	Fabricação de aparelhos e equipamentos de material elétrico	1.325.603
11	Fabricação de aparelhos e equipamentos de material eletrônico	845.050
12	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus	24.279.538
13	Fabricação de outros veículos, peças e acessórios	7.969.498
14	Serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário	135.108
15	Indústria de papel e gráfica	131.264
16	Indústria da borracha	81.112
17	Fabricação de elementos químicos não-petroquímicos	157.234
18	Refino de petróleo e indústria petroquímica	3.318.436
19	Fabricação de produtos químicos diversos	11.285
20	Fabricação de produtos farmacêuticos e de perfumaria	33.710
21	Indústria de transformação de material plástico	487.217
22	Indústria têxtil	36.953
23	Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	2.031
24	Fabricação de calçados e de artigos de couro e peles	22.577
25	Indústria do café	-
26	Beneficiamento de produtos de origem vegetal, inclusive fumo	11.322
27	Abate e preparação de carnes	310.004
28	Resfriamento e preparação do leite e laticínios	42.185
29	Indústria do açúcar	75.822
30	Fabricação e refino de óleos vegetais e de gorduras p/alimentação	37.816
31	Outras indústrias alimentares e de bebidas	8.753
32	Indústrias diversas	78.533
33	Serviços industriais de utilidade pública	4.804.363
34	Construção civil	64.776.354
35	Comércio	250.942
36	Transporte	1.260.651
37	Comunicações	1.211.589
38	Instituições financeiras	1.354.931
39	Serviços prestados às famílias	24.410
40	Serviços prestados às empresas	13.750.993
41	Aluguel de imóveis	20.877
42	Administração pública	-
43	Serviços privados não-mercantis	2.311
TOTAL		154.227.468

Tabela X - Geração e Manutenção de Empregos

Cód.	Descrição da Atividade - Nível 80	Efeito Direto	Efeito Indireto	Efeito Renda	Efeito Total
01	Agropecuária	6.904	32.924	197.386	237.215
02	Extrativa mineral (exceto combustíveis)	136	8.279	1.713	10.128
03	Extração de petróleo e gás natural, carvão e outros combustíveis	24	3.582	2.105	5.710
04	Fabricação de minerais não-metálicos	658	52.169	4.288	57.115
05	Siderurgia	205	12.740	1.305	14.250
06	Metalurgia dos não-ferrosos	161	7.609	1.079	8.848
07	Fabricação de outros produtos metalúrgicos	14.840	91.033	12.762	118.635
08	Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	142.330	36.070	9.793	188.194
10	Fabricação de aparelhos e equipamentos de material elétrico	3.339	7.420	3.017	13.776
11	Fabricação de aparelhos e equipamentos de material eletrônico	7.089	1.257	3.384	11.730
12	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus	33.041	721	2.434	36.196
13	Fabricação de outros veículos, peças e acessórios	33.213	22.178	4.919	60.311
14	Serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário	2.286	35.331	16.864	54.481
15	Indústria de papel e gráfica	739	18.335	12.303	31.377
16	Indústria da borracha	166	6.596	1.707	8.468
17	Fabricação de elementos químicos não-petroquímicos	217	2.655	2.711	5.583
18	Refino de petróleo e indústria petroquímica	655	3.120	2.223	5.998
19	Fabricação de produtos químicos diversos	24	7.263	5.470	12.757
20	Fabricação de produtos farmacêuticos e de perfumaria	109	198	7.837	8.144
21	Indústria de transformação de material plástico	4.271	19.715	7.524	31.510
22	Indústria têxtil	209	3.597	9.921	13.728
23	Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	59	1.266	52.938	54.263
24	Fabricação de calçados e de artigos de couro e peles	663	1.910	4.102	6.675
25	Indústria do café	-	16	1.324	1.341
26	Beneficiamento de produtos de origem vegetal, inclusive fumo	43	400	14.958	15.401
27	Abate e preparação de carnes	929	238	11.234	12.401
28	Resfriamento e preparação do leite e laticínios	107	79	3.660	4.045
29	Indústria do açúcar	218	490	3.043	3.751
30	Fabricação e refino de óleos vegetais e de gorduras para alimentação	26	128	1.472	1.626
31	Outras indústrias alimentares e de bebidas	54	1.799	31.010	32.863
32	Indústrias diversas	590	13.012	6.682	20.284
33	Serviços industriais de utilidade pública	9.580	13.534	12.247	35.361
34	Construção civil	434.893	20.505	7.588	462.986
35	Comércio	5.601	170.088	353.223	528.911
36	Transporte	17.235	63.815	90.988	172.037
37	Comunicações	3.488	9.362	15.566	28.435
38	Instituições financeiras	5.669	37.556	35.018	78.244
39	Serviços prestados às famílias	874	19.536	364.339	384.749
40	Serviços prestados às empresas	279.040	107.997	69.591	456.628
41	Aluguel de imóveis	18	1.068	12.107	13.193
42	Administração pública	-	113.266	11.584	24.850
43	Serviços privados não-mercantis	576	-	473.797	474.373
	Total	1.010.280	848.855	1.887.435	3.746.571

O BNDES desembolsou R\$ 100 bilhões, acumulados de janeiro de 2009 a março de 2010, referentes à alocação de recursos pelo Tesouro Nacional através da Lei 11.948/09. Esta cifra possibilitou investimento total (que considera também a participação de terceiros) gerador de empregos superior a R\$ 154 bilhões e a manutenção/geração de mais de 3 milhões de empregos.

O setor de Comércio foi o que mais contribuiu para a manutenção/geração de emprego, viabilizando mais de 529 mil postos de trabalho (14%). Em segundo, muito próximo, temos o setor de Serviços Prestados às Empresas, com 474 mil postos (13%). Logo em seguida, tem-se o setor de Construção Civil com mais de 462 mil empregos gerados/mantidos (12%). Cabe ressaltar que este setor possui importância vital no processo de absorção de mão de obra tanto direta quanto indiretamente. Também merecem destaque os setores de Serviços prestados às empresas (12%) e Serviços prestados às famílias (10%), que, em conjunto, viabilizaram mais de 841 mil postos de trabalho.

6. Glossário

BNDES AUTOMÁTICO	Financiamento a projeto de investimento de valor inferior a R\$ 10 milhões.
CARTÃO BNDES	Crédito rotativo pré-aprovado, destinado a micro, pequenas e médias empresas e pessoas físicas. Utilizado para a aquisição de bens e insumos.
EXIM	Operações de crédito para o financiamento de produção para Exportação e/ou de Importação de produtos brasileiros no exterior
FINAME	Financiamentos para a produção e comercialização de Máquinas e Equipamentos
FINEM	Financiamentos a projetos de investimento de valor superior a R\$ 10 milhões
PRÉ-EMBARQUE	Modalidade de operação de crédito que financia a produção para exportação
PROJECT FINANCE	Engenharia financeira suportada contratualmente pelo fluxo de caixa de um projeto, servindo como garantia os ativos e recebíveis desse mesmo empreendimento.
PRÉ-SAL	É um gigantesco reservatório de petróleo e gás natural, localizado nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo. Estas reservas estão localizadas abaixo da camada de sal (que podem ter até 2 km de espessura). Portanto, se localizam de 5 a 7 mil metros abaixo do nível do mar.
PASS	Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro
PROCER	Programa de Crédito Especial Rural
MINHA CASA/MINHA VIDA	O Minha Casa, Minha Vida viabiliza a construção de 1 milhão de moradias para famílias com renda de até 10 salários mínimos, em parceria com estados, municípios e iniciativa privada.
EMPRÉSTIMO PONTE	Trata-se da concessão de recursos no período de estruturação de operações de longo prazo, de modo a agilizar a realização de investimentos.
LIMITE DE CRÉDITO	Trata-se de um crédito rotativo para sociedades empresariais clientes do BNDES, adimplentes por prazo igual ou superior a 5 (cinco) anos- e que, portanto, apresentam baixo risco de crédito -, cujo objetivo é acelerar a realização de investimentos no País, mediante simplificação dos procedimentos de apoio financeiro.
OPERAÇÕES INTERREGIONAIS	Operações de crédito que beneficiam mais de uma unidade da federação
BACIA DE SANTOS	A Bacia de Santos é uma bacia sedimentar localizada na plataforma continental brasileira. Estende-se desde o litoral sul do estado do Rio de Janeiro até o norte do estado de Santa Catarina, abrangendo uma área de cerca de 352 mil quilômetros quadrados.
TUPI	O campo petrolífero de Tupi está localizado a 250 quilômetros da costa do Rio de Janeiro, com reservas estimadas entre 5 e 8 bilhões de barris de petróleo de alta qualidade, ou seja, petróleo leve, além de gás natural.
CESTA DE MOEDAS	Os Encargos da Cesta de Moedas (ECM) referem-se às condições financeiras para a concessão de financiamento com equivalência em dólares americanos mediante a utilização de recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira.
SUAPE	O Complexo Industrial e Portuário de Suape é o mais completo pólo para a localização de negócios industriais e portuários da Região Nordeste. Disposto de uma infraestrutura completa para atender às necessidades dos mais diversos empreendimentos.

7. Lista de Siglas

ACC	Adiantamento de Contrato de Câmbio
AF	Área Financeira
APE	Área de Pesquisa e Acompanhamento Econômico
BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
MPME	Micro, Pequena e Média Empresa
PIB	Produto Interno Bruto
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
FBKF	Formação Bruta de Capital Fixo
PSI	Programa de Sustentação do Investimento
TAG	Transportadora Associada de Gás
E&P	Exploração e Produção
RNEST	Refinaria do Nordeste
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
MW	Megawatt
SFN	Sistema Financeiro Nacional

Anexo I - Detalhamento dos municípios beneficiados

	Em Reais
Município-UF	Valor da Liberação
ABADIA DE GOIAS-GO	1.486.041,88
ABADIA DOS DOURADOS-MG	3.743.865,38
ABADIANA-GO	2.208.266,35
ABAETE-MG	3.991.694,88
ABAIETUBA-PA	1.690.617,67
ABAIARA-CE	99.520,00
ABAIRA-BA	538.125,00
ABARÉ-BA	172.200,00
ABATIA-PR	6.560.936,09
ABDON BATISTA-SC	1.781.092,00
ABEL FIGUEIREDO-PA	412.142,28
ABELARDO LUZ-SC	4.270.802,31
ABRE CAMPO-MG	2.850.731,75
ABREU E LIMA-PE	12.333.395,58
ABREULANDIA-TO	571.034,00
ACAIACA-MG	33.584,35
ACALANDIA-MA	7.867.110,88
ACAJUTIBA-BA	81.311,00
ACARA-PA	470.911,29
ACARAPE-CE	16.437.096,43
ACARAU-CE	767.278,73
ACARI-RN	568.923,63
ACEGUA-RS	8.392.043,00
ACORIARA-CE	495.703,01
ACORIZAL-MT	617.343,00
ACRELÂNDIA-AC	565.183,78
ACREUNA-GO	3.683.116,47
ACUCENA-MG	66.355.369,00
ACU-RN	3.388.061,58
ADAMANTINA-SP	15.487.694,52
ADELÂNDIA-GO	24.999,99
ADOLFO-SP	79.590,00
ADRIANÓPOLIS-PR	2.818.755,68
ADUSTINA-BA	55.000,00
AFOGADOS DA INGAZEIRA-PE	1.634.055,55
AFONSO CLAUDIO-ES	4.760.572,20
AFRÂNIO-PE	359.103,44
AFUA-PA	20.749,00
AGRESTINA-PE	160.200,00
AGROLÂNDIA-SC	4.827.708,23
AGROMÔNICA-SC	1.965.141,87
AGUA AZUL DO NORTE-PA	53.255,68
AGUA BOA-MG	764.134,91
AGUA BOA-MT	14.090.890,06
AGUA BRANCA-PB	446.500,00
AGUA BRANCA-PI	9.278,24
AGUA CLARA-MS	6.064.142,55
AGUA COMPRIDA-MG	437.709,00
AGUA DOCE DO MARANHÃO-MA	24.480,00
AGUA DOCE DO NORTE-ES	746.110,00
AGUA DOCE-SC	8.474.980,88
AGUA FRIA DE GOIAS-GO	1.036.560,00
AGUA LIMPA-GO	293.000,00
AGUA PRETA-PE	350.445,80
AGUA SANTA-RS	2.965.077,54
AGUAÍ-SP	4.182.323,18
AGUANIL-MG	305.040,00
AGUAS BELAS-PE	411.080,00
AGUAS DA PRATA-SP	890.707,75
AGUAS DE CHAPECO-SC	1.706.179,49
AGUAS DE LINDOIA-SP	2.209.406,85
AGUAS DE SANTA BARBARA-SP	234.891,50
AGUAS DE SÃO PEDRO-SP	57.656,53
AGUAS FORMOSAS-MG	1.151.447,00
AGUAS FRIAS-SC	6.996.865,60
AGUAS Lindas de Goiás-GO	4.667.912,49
AGUAS MORNAS-SC	474.568,78
AGUAS VERMELHAS-MG	599.458,57
AGUDO-RS	4.212.939,93
AGUDOS DO SUL-PR	2.243.560,00

	Em Reais
Município-UF	Valor da Liberação
AGUDOS-SP	10.619.715,58
AGUA BRANCA-ES	172.180,74
AGUAFRINÓPOLIS-TO	1.051.578.550,00
AGUIRES-MG	1.253.880,19
AGUIARÁ-BA	19.480,70
AGUIABA-CE	226.085,06
AGUIAQUOCA-MG	407.000,00
AGUIFÓCABA-RS	2.299.726,68
ALAGOA GRANDE-PB	376.609,48
ALAGOA NOVA-PB	135.792,88
ALAGOA-MG	429.328,00
ALAGOINHA-PB	34.322,71
ALAGOINHA-PE	62.500,00
ALAGOINHAS-BA	11.650.116,70
ALAMBARI-SP	55.000,00
ALBERTINA-MG	1.752.720,00
ALCINOPOUS-MS	1.311.255,00
ALCIBACA-BA	718.916,36
ALDEIAS ALTAS-MA	1.656.000,00
ALEGRE-ES	64.285.811,48
ALEGRETE DO PIAUI-PI	37.760,65
ALEGRETE-RS	24.302.105,78
ALEGRIA-RS	989.600,00
ALEM PARANÁ-MG	7.352.868,38
ALENQUER-PA	443.407,43
ALEXANDRIA-RN	13.508,94
ALEXANIA-GO	10.566.700,04
ALFENAS-MG	17.649.657,10
ALFREDO CHAVES-ES	1.503.874,41
ALFREDO MARCONDES-SP	574.065,00
ALFREDO VASCONCELOS-MG	67.853,32
ALFREDO WAGNER-SC	1.535.170,66
ALHANDRA-PB	1.016.900,93
ALIANÇA DO TOCANTINS-TO	427.850,00
ALIANÇA-PE	574.790,00
ALMADINA-BA	181.000,00
ALMAS-TO	516.890,00
ALMEIRIM-PA	82.782.591,12
ALMÉNARA-MG	1.118.487,68
ALMIRÃO AFONSO-RN	63.878,48
ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL-RS	581.737,72
ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR	11.708.724,24
ALPERCATA-MG	682.487,53
ALPESTRE-RS	1.110.195,00
ALPINÓPOLIS-MG	6.062.580,26
ALTA FLORESTA DOESTE-RO	2.658.403,95
ALTA FLORESTA-MT	6.982.735,57
ALTAIR-SP	2.799.098,61
ALTAMIRA-PA	904.714,55
ALTEROSA-MG	543.121,78
ALTINÓPOLIS-SP	9.103.042,15
ALTO ALEGRE DO PARECIS-RO	464.644,04
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA	53.546,30
ALTO ALEGRE-RS	575.082,43
ALTO ALEGRE-SP	638.410,00
ALTO ARAGUAIA-MT	544.309,88
ALTO BELA VISTA-SC	378.200,00
ALTO CAPARAÓ-MG	25.809,06
ALTO DO RODRIGUES-RN	440.016,88
ALTO FELIZ-RS	468.908,60
ALTO GARÇAS-MT	4.146.200,92
ALTO LONGA-PI	195.664,36
ALTO PARAÍSO DE GOIAS-GO	7.369,88
ALTO PARAÍSO-PR	1.040.940,00
ALTO PARAÍSO-RO	849.959,99
ALTO PARANÁ-PR	1.883.353,06
ALTO PARNAMA-MA	1.581.583,72
ALTO PÍQUETI-PR	1.086.810,68
ALTO RIO DOCE-MG	182.971,97
ALTO SANTO-CE	500.660,72

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
ALTO TAQUARI-MT	101.436.533,89
ALTONA-PR	1.511.351,29
ALTOS-PI	1.213.992,66
ALUMINIO-SP	79.137.415,95
ALVARES FLORENCE-SP	88.271,90
ALVARES MACHADO-SP	19.464.805,77
ALVINOPOLIS-MG	393.018,54
ALVORADA DO GURGUEIA-PI	175.000,00
ALVORADA DO NORTE-GO	1.114.350,00
ALVORADA DO SUL-PR	2.000.601,49
ALVORADA DOESTE-RO	376.130,48
ALVORADA-RS	25.334.164,00
ALVORADA-TO	855.293,93
AMAMBÁ-MS	4.714.925,65
AMAPORA-PR	791.000,00
AMARAL-PE	60.000,00
AMARAL FERRADOR-RS	140.320,00
AMARALINA-GO	423.966,00
AMARANTE DO MARANHÃO-MA	85.600,00
AMARANTE-PI	31.422,72
AMARGOSA-BA	1.073.022,50
AMELIA RODRIGUES-BA	7.068.389,51
AMÉRICA DOURADA-BA	293.484,00
AMERICANA-SP	78.694.858,82
AMERICANO DO BRASIL-GO	39.689,71
AMÉRICO BRASILENSE-SP	46.544.870,36
AMÉRICO DE CAMPOS-SP	355.320,47
AMETISTA DO SUL-RS	3.281.250,00
AMONTADA-CE	187.000,00
AMORINÓPOLIS-GO	294.062,32
AMPARO DE SÃO FRANCISCO-SE	83.000,00
AMPARO DO SERRA-MG	104.924,92
AMPARO-SP	17.867.155,30
AMPÉRE-PR	7.372.307,30
ANADIA-AL	5.931,33
ANAGE-BA	83.098,55
ANÁHY-PR	637.316,73
ANALANDIA-SP	1.274.103,44
ANANAS-TO	1.539.958,54
ANANINDEUA-PA	47.274.487,41
ANAPÓLIS-GO	103.386.685,00
ANAPURUS-MA	398.759,80
ANASTACIO-MS	1.945.214,22
ANÁURILANDIA-MS	1.278.003,82
ANCHIETA-ES	2.122.801,08
ANCHIETA-SC	1.454.764,02
ANDARA-PR	4.458.180,02
ANDORINHA-BA	4.806,84
ANDRADAS-MG	3.783.829,76
ANDRADINA-SP	133.911.430,22
ANDRÉ DA ROCHA-RS	961.050,00
ANDRELÂNDIA-MG	634.630,86
ANGATUBA-SP	6.852.402,45
ANGELÂNDIA-MG	209.150,22
ANGÉLICA-MS	9.962.826,64
ANGELIM-PE	112.500,00
ANGELINA-SC	11.573.875,96
ANGICAL DO PIAUI-PI	1.026,77
ANGICAL-BA	18.590,78
ANGICOS-RN	217.938,20
ANGRA DOS REIS-RJ	9.016.123,51
ANGULO-PR	580.527,00
ANIEMBI-SP	960.210,00
ANIUMAS-SP	182.676,57
ANICUNS-GO	505.216,68
ANÍSIO DE ABREU-PI	207.500,00
ANITA GARIBALDI-SC	49.151,87
ANITAPÓLIS-SC	400.647,70
ANTA GORDA-RS	2.551.067,22
ANTAS-BA	36.558,82

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
ANTONINA-PR	231.035,84
ANTONIO CARLOS-MG	810.159,28
ANTONIO CARLOS-SC	4.081.832,10
ANTONIO DIAS-MG	1.790.315,52
ANTONIO GONCALVES-BA	159.830,00
ANTONIO JOAO-MS	1.004.570,00
ANTONIO OLINTO-PR	1.348.312,00
ANTONIO PRADO-RS	27.414.590,01
APARECIDA DE GOIANIA-GO	94.621.862,42
APARECIDA DO RIO NEGRO-TO	93.000,00
APARECIDA DO TABOADO-MS	1.370.477,82
APARECIDA DOESTE-SP	502.616,70
APARECIDA-SP	4.570.943,54
APERIBE-RJ	184.329,64
APICÁS-MT	572.245,00
APIAI-SP	1.971.685,83
APIUNA-SC	621.153,60
APODI-RN	450.068,51
APOIRA-BA	120.911,52
APORE-GO	815.585,42
APUCARANA-PR	33.320.911,91
APUI-AM	37.450,13
APULARES-CE	60.000,00
AQUIDABA-SE	193.300,00
AQUIDAUANA-MS	2.669.780,29
AQUIRAZ-CE	20.951.794,69
ARABUTA-SC	1.504.721,00
ARACAJU-SE	39.990.244,19
ARACARIJUMA-SP	7.745.744,83
ARACATI-CE	2.330.749,97
ARACATUBA	365.826,57
ARACATUBA-SP	69.653.404,81
ARACHA	412.752,00
ARACOMBA DA SERRA-SP	724.376,85
ARACOMBA-CE	557.572,64
ARACOMBA-PE	365.700,00
ARACRUZ-ES	55.194.752,44
ARACUAN-MG	2.167.509,59
ARACU-GO	40.000,00
ARAGARCAS-GO	54.476,30
ARAGOMINAS-TO	74.700,00
ARAGUACEMA-TO	223.700,00
ARAGUACU-TO	937.288,26
ARAGUAIANA-MT	14.350,00
ARAGUANINA-TO	29.946.855,63
ARAGUAINHA-MT	65.233,83
ARAGUANA-MA	433.210,00
ARAGUANA-TO	580.259,40
ARAGUANPAZ-GO	1.231.788,18
ARAGUARI-MG	31.693.510,48
ARAGUATINS-TO	696.200,00
ARAJOSES-MA	196.732,40
ARAL MOREIRA-MS	3.421.206,77
ARAMARI-BA	420.380,85
ARAMBARE-RS	567.218,00
ARAME-MA	244.800,00
ARAMINA-SP	126.525,16
ARANDU-SP	14.014,70
ARANTINA-MG	126.488,55
ARAPIRACA-AL	13.037.383,67
ARAPOEMA-TO	1.080.877,38
ARAPONGA-MG	153.245,85
ARAPONGAS-PR	37.818.746,06
ARAPORA-MG	1.313.043,82
ARAPOTI-PR	8.903.745,25
ARAPUA-MG	510.918,51
ARAPUA-PR	1.225.122,00
ARAPUTANGA-MT	227.587,09
ARACUARI-SC	6.836.593,32
ARARIANGUA-SC	16.265.678,77

		Em Reais
Município-UF	Valor da Liberação	
ARARAQUARA-SP	92.576.610,35	
ARARAS-SP	29.739.494,60	
ARARICA-RS	236.000,00	
ARARIPE-CE	126.000,00	
ARARIPINA-PE	5.953.655,79	
ARARUAMA-RJ	14.510.383,59	
ARARUNA-PB	76.342,86	
ARARUNA-PR	7.638.390,41	
ARATIBA-RS	888.249,36	
ARAUA-SE	256.916,24	
ARAUCARIA-PR	89.021.782,10	
ARAUJOS-MG	277.928,16	
ARAXÁ-MG	28.895.135,99	
ARCEBURGO-MG	1.273.745,86	
ARCO-IRIS-SP	56.241,60	
ARCOS-MG	26.403.984,62	
ARCOVERDE-PE	6.255.117,12	
AREADO-MG	700.000,38	
AREAL-RJ	736.841,21	
AREALVA-SP	296.104,84	
AREIA BRANCA-RN	5.499.099,33	
AREIA BRANCA-SE	61.650,00	
AREIAL-PB	183.000,00	
AREIA-PB	374.629,58	
AREIOPOLIS-SP	3.119.084,38	
ARENAPOLIS-MT	632.444,25	
ARENOPOLIS-GO	105.000,00	
ARGIRITA-MG	75.000,00	
ARINHOS-MG	814.480,26	
ARIQUEMES-RO	102.625.545,74	
ARIQUEMES-RO	12.716.685,66	
ARIRANHA DO IVAL-PR	364.627,07	
ARIRANHA-SP	27.776.290,14	
ARMACAO DE BUZIOS-RJ	491.238,56	
ARMAZEM-SC	6.007.031,01	
AROAZES-PI	305.820,06	
ARRAIAL DO CABO-RJ	232.940,21	
ARRAIAS-TO	407.055,30	
ARROIO DO MEIO-RS	9.238.027,07	
ARROIO DO PADRE-RS	270.331,00	
ARROIO DO SAL-RS	529.785,87	
ARROIO DO TIGRE-RS	1.905.904,01	
ARROIO DOS RATOS-RS	1.557.018,31	
ARROIO GRANDE-RS	7.371.736,18	
ARROIO TRINTA-SC	5.082.426,85	
ARTUR NOGUEIRA-SP	7.812.665,12	
ARUANA-GO	141.400,00	
ARUANA-SP	61.215.287,17	
ARVOREDO-SC	525.000,00	
ARVOREZINHA-RS	2.537.610,00	
ASCURRA-SC	1.069.644,95	
ASPASIA-SP	106.592,96	
ASSAI-PR	14.126.488,82	
ASSARE-CE	495.000,00	
ASSIS CHATEAUBRAND-PR	15.418.060,60	
ASSIS-SP	29.110.602,53	
ASSUNCAO-PB	4.836,37	
ASTOLFO DUTRA-MG	6.105.962,68	
ASTORGA-PR	13.224.531,24	
ATALAIA-AL	212.836,34	
ATALAIA-PR	389.619,62	
ATALANTA-SC	1.460.051,72	
ATALEIA-MG	760.583,61	
ATIBAIA-SP	41.964.243,32	
ATILIO VIVADQUA-ES	3.293.759,48	
AUGUSTINOPOLIS-TO	319.448,27	
AUGUSTO COFREIA-PA	34.320,00	
AUGUSTO DE LIMA-MG	1.123.600,00	
AUGUSTO PESTANA-RS	2.369.424,68	
AUREA-RS	1.910.264,79	

		Em Reais
Município-UF	Valor da Liberação	
AURELINO LEAL-BA	9.427,53	
AURIFLAMA-SP	4.431.549,74	
AURILANDIA-GO	48.000,00	
AUROBRA-CE	1.370.804,59	
AUROBRA-SC	3.167.568,00	
AVAI-SP	441.790,30	
AVANHANDAVA-SP	1.205.210,52	
AVARE-SP	7.927.576,76	
AVELINO LOPES-PI	41.372,40	
AVELINOPOLIS-GO	570.000,00	
AXIXÁ DO TOCANTINS-TO	113.000,00	
BABACULANDIA-TO	11.211.511,60	
BACABAL-MA	2.649.615,62	
BACABEIRA-MA	1.789.850,35	
BADY BASSITT-SP	9.162.417,03	
BAEPENDI-MG	2.861.438,47	
BAGE-RS	17.531.372,31	
BAMANOPOIS-BA	288.046,00	
BAIXA GRANDE DO RIBEIRO-PI	13.458.581,99	
BAIXA GRANDE-BA	152.000,00	
BAIXO GUANDU-ES	2.474.758,50	
BALBINOS-SP	60.000,00	
BALDINA-MG	1.285.626,81	
BALNEARIO ARICIO DO SILVA-SC	736.525,77	
BALNEARIO BARRA DO SUL-SC	1.082.798,89	
BALNEARIO CAMBORIU-SC	17.219.672,20	
BALNEARIO GAVOTA-SC	629.368,58	
BALNEARIO PICARRAS-SC	6.036.807,74	
BALNEARIO PINHAL-RS	597.558,90	
BALSA NOVA-PR	8.833.801,42	
BALSAMO-SP	755.397,29	
BALSAS-MA	15.160.833,86	
BAMBUI-MG	1.551.904,36	
BANABRU-CE	132.949,60	
BANANAL-SP	58.075,16	
BANANEIRAS-PB	42.183,26	
BANDEIRA DO SUL-MG	245.677,47	
BANDEIRA-MG	551.796,00	
BANDEIRANTES DO TOCANTINS-TO	352.448,95	
BANDEIRANTE-SC	297.850,00	
BANDEIRANTES-MS	2.213.516,53	
BANDEIRANTES-PR	1.809.914,57	
BANZAE-BA	340.213,00	
BARAO DE ANTONINA-SP	268.707,03	
BARAO DE COCAIS-MG	3.836.235,96	
BARAO DE COTEGIPE-RS	1.817.120,46	
BARAO DE GRAJAU-MA	2.278.360,00	
BARAO DE MONTE ALTO-MG	135.300,00	
BARAO DO TRIUNFO-RS	852.670,00	
BARAO-RS	3.218.042,19	
BARAUNA-PB	36.323,96	
BARAUNA-RN	358.200,00	
BARBACENA-MG	10.745.557,03	
BARBALHA-CE	3.595.504,49	
BARBOSA FERREZ-PR	739.603,07	
BARBOSA-SP	62.947,12	
BARCARENA-PA	27.242.364,31	
BARIRI-SP	14.430.440,06	
BARRA BONITA-SC	269.890,00	
BARRA BONITA-SP	14.315.454,02	
BARRA DA ESTIVA-BA	1.763.083,73	
BARRA DE GUABIRABA-PE	383.210,75	
BARRA DE SANTA ROSA-PB	186.420,93	
BARRA DE SAO FRANCISCO-ES	7.404.607,29	
BARRA DE SAO MIGUEL-AL	512.200,00	
BARRA DO BUGRES-MT	17.174.781,91	
BARRA DO CHAPEU-SP	276.290,00	
BARRA DO CORDA-MA	2.741.965,77	
BARRA DO GARCAS-MT	5.939.961,66	
BARRA DO GUARITA-RS	284.100,00	

Município-UF	Valor da Liberação
BARRA DO JACARE-PR	1.289.381,09
BARRA DO MENDES-BA	29.614,41
BARRA DO PIRAI-RJ	19.996.921,00
BARRA DO QUARAI-RS	2.081.265,00
BARRA DO RIBEIRO-RS	1.435.557,26
BARRA DO RIO AZUL-RS	171.000,00
BARRA DO TURVO-SP	35.000,00
Barra dos Coqueiros-GO	6.062.930,00
BARRA DOS COQUEIROS-SE	91.000,00
BARRA FUNDA-RS	1.796.967,96
BARRA MANSA-RJ	41.280.968,00
BARRA VELHA-SC	3.159.511,94
BARRA-BA	313.822,81
BARRAÇAO-PR	8.522.620,00
BARRAÇAO-RS	2.324.107,70
BARRAS-PI	224.200,00
BARREIRA-CE	73.007,85
BARREIRAS DO PIAUI-PI	444.100,00
BARREIRAS-BA	31.381.275,26
BARREIRINHAS-MA	78.480,00
BARREIROS-PE	829.967,56
BARRETOES-SP	22.027.355,06
BARRINHA-SP	3.161.624,39
BARRO ALTO-BA	823.004,00
BARRO ALTO-GO	365.357.971,66
BARROCAS-BA	23.694,31
BARRO-CE	336.974,26
BARROLANDIA-TO	348.724,43
BARROQUINHA-CE	516.519,00
BARROS CASSAL-RS	1.237.021,46
BARROSO-MG	3.096.001,66
BARUERI-SP	307.975.803,99
BASTOS-SP	8.178.074,47
BATAGUASSU-MG	795.769,84
BATALHA-PI	180.189,66
BATAIS-SP	122.698.761,66
BATAYPORÁ-MS	8.171.849,70
BATURITE-CE	703.347,01
BAURÍ-SP	78.849.887,36
BAYEUX-PB	7.092.917,05
BEBEDOURO-SP	24.136.264,40
BEBERIBE-CE	626.053,06
BELA CRUZ-CE	139.506,74
BELA VISTA DA CAROBA-PR	164.400,80
BELA VISTA DE GOIAS-GO	6.631.669,88
BELA VISTA DE MINAS-MG	3.000.809,70
BELA VISTA DO PARAISO-PR	6.375.482,34
BELA VISTA DO TOLDOS-SC	926.254,00
BELA VISTA-MS	1.068.817,83
BELEM DE SAO FRANCISCO-PE	233.827,06
BELEM-AL	327.000,00
BELEM-PA	151.248.260,56
BELEM-PB	543.696,34
BELFORD ROXO-RJ	24.773.331,74
BELMONTE-BA	191.484,15
BELMONTE-SC	994.755,78
BELO HORIZONTE-MG	1.183.134.944,72
BELO JARDIM-PE	8.668.816,66
BELO ORIENTE-MG	783.595,45
BELO VALE-MG	811.603,20
BENEDITO NOVO-SC	3.198.415,02
BENEVIDES-PA	2.444.253,60
BENJAMIN CONSTANT DO SUL-RS	20.000,00
BENJAMIN CONSTANT-AM	38.470,11
BENTO DE ABREU-SP	7.011,00
BENTO GONCALVES-RS	83.047.212,35
BERILO-MG	482.654,84
BERNARDINO DE CAMPOS-SP	640.488,91
BERNARDO DO MEIRIM-MA	185.000,00
BERNARDO SAYÃO-TO	330.225,06

Município-UF	Valor da Liberação
BERTIÓGA-SP	6.337.852,08
BETÂNIA-PE	205.047,49
BETIM-MG	184.268.437,59
BEZERROS-PE	830.229,94
BIAS FORTES-MG	58.730,00
BICAS-MG	436.643,68
BIGUAÇU-SC	16.084.165,17
BILAC-SP	1.281.123,12
BIJULINAS-MG	5.701,29
BIRIGUI-SP	22.588.397,63
BIRITIBA-MIRIM-SP	630.939,09
BITURUNA-PR	1.785.401,08
BLUMENAU-SC	92.796.530,33
BOA ESPERANCA DO IGUAÇU-PR	954.255,00
BOA ESPERANCA DO SUL-SP	880.442,02
BOA ESPERANCA-ES	750.156,00
BOA ESPERANCA-MG	5.969.787,88
BOA ESPERANCA-PR	3.094.888,00
BOA VENTURA DE SAO ROQUE-PR	2.116.252,41
BOA VENTURA-PB	86.000,00
BOA VIAGEM-CE	1.499.134,40
BOA VISTA DA APARECIDA-PR	729.840,39
BOA VISTA DAS MISSOES-RS	2.046.668,07
BOA VISTA DO BURCA-RS	1.487.584,28
BOA VISTA DO CADEADO-RS	4.822.638,40
BOA VISTA DO INCRA-RS	1.244.318,89
BOA VISTA DO SUL-RS	912.828,00
BOA VISTA DO TUPIM-BA	6.322,00
BOA VISTA-PB	878.700,00
BOA VISTA-RR	17.270.830,39
BOCA DA MATA-AL	3.735.736,76
BOCA DO ACRE-AM	528.716,12
BOCAINA DO SUL-SC	185.400,00
BOCAINA-SP	4.672.136,50
BOCAIUA DO SUL-PR	3.762.044,35
BOCAIUA-MG	3.624.680,30
BODOCO-PE	754.615,00
BODOQUENA-MS	159.891,42
BOFETE-SP	1.466.896,00
BOITUNA-SP	31.078.106,00
BOM CONSELHO-PE	38.508,19
BOM DESPACHO-MG	8.231.259,45
BOM JARDIM DA SERRA-SC	692.582,40
BOM JARDIM DE GOIAS-GO	490.278,10
BOM JARDIM DE MINAS-MG	137.897,23
BOM JARDIM-MA	83.830,00
BOM JARDIM-PE	149.248,27
BOM JARDIM-RJ	14.535.898,87
BOM JESUS DA LAPA-BA	1.492.230,80
BOM JESUS DA PENHA-MG	554.896,86
BOM JESUS DAS SELVAS-MA	141.164,37
BOM JESUS DE GOIAS-GO	11.305.194,14
BOM JESUS DO AMPARO-MG	1.196.438,31
BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT	1.113.426,00
BOM JESUS DO GALHO-MG	266.811,61
BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ	2.237.841,12
BOM JESUS DO NORTE-ES	408.576,77
BOM JESUS DO OESTE-SC	351.800,00
BOM JESUS DO SUL-PR	5.381,26
BOM JESUS DO TOCANTINS-PA	227.000,00
BOM JESUS DOS PERDOES-SP	3.253.260,26
BOM JESUS-PI	1.890.908,51
BOM JESUS-RN	50.000,00
BOM JESUS-RS	3.655.380,00
BOM JESUS-SC	381.500,00
BOM LUGAR-MA	82.850,00
BOM PRINCÍPIO DO PIAUI-PI	200.000,00
BOM PRINCÍPIO-RS	7.535.500,68
BOM PROGRESSO-RS	178.670,00
BOM REPOUSO-MG	936.373,58

Município-UF	Valor da Liberação
BOM RETIRO DO SUL-RS	113.320,76
BOM RETIRO-SC	2.359.898,60
BOM SUCESSO DE ITARARE-SP	1.995.664,69
BOM SUCESSO DO SUL-PR	2.976.100,00
BOM SUCESSO-MG	155.392,86
BOM SUCESSO-PR	2.383.450,00
BOMBINHAS-SC	2.523.945,55
BONFIM-MG	60.000,00
BONFINOPOLIS DE MINAS-MG	1.197.751,96
BONFINOPOLIS-GO	465.830,09
BONINAL-BA	271.960,00
BONITO DE MINAS-MG	110.700,00
BONITO DE SANTA FE-PB	26.039,56
BONITO-BA	726.510,00
BONITO-MS	2.200.510,91
BONITO-PA	442.110,00
BONITO-PE	346.080,04
BONOPOLIS-GO	2.007.811,70
BOQUEIRAO DO LEAO-RS	1.676.179,35
BOQUEIRAO-PB	754.223,44
BOQUEIRAO-SE	508.284,77
BOQUIRA-BA	54.246,96
BORACEIA-SP	3.923.050,26
BORA-SP	432.000,00
BORBA-AM	185.794,24
BORBOREMA-PB	1.683.580,00
BORBOREMA-SP	2.507.926,94
BORDA DA MATA-MG	1.368.532,20
BORÉBI-SP	626.464,22
BORRAZOPOLIS-PR	1.109.520,71
BOSSOROCA-RS	2.879.085,74
BOTELHO-MS	440.209,51
BOTUCATU-SP	121.248.988,97
BOTUPORA-BA	341.345,68
BOTUVERA-SC	6.088.225,45
BOZANO-RS	1.560.092,53
BRACO DO NORTE-SC	24.654.147,88
BRACO DO TROMBUDO-SC	11.696.690,01
BRAGANCA PAULISTA-SP	33.405.953,13
BRAGANCA-PA	1.546.843,56
BRAGANEY-PR	972.161,12
BRAGA-RS	351.060,00
BRASIL NOVO-PA	763.500,00
BRASILANDIA DE MINAS-MG	1.024.302,39
BRASILANDIA DO SUL-PR	1.541.523,72
BRASILANDIA-MS	895.551,80
BRASILEIA-AC	257.563,97
BRASILIA DE MINAS-MG	1.768.400,33
BRASILIA-DF	436.788.157,00
BRASNORTE-MT	27.809.117,82
BRASOPOLIS-MG	1.011.586,20
BRAUNA-SP	160.365,50
BRAZABRANTES-GO	1.834.000,00
BREJAO-PE	89.840,00
BREJETUBA-ES	226.300,00
BREJINHO DE NAZARE-TO	348.773,43
BREJO ALEGRE-SP	64.222.811,26
BREJO DA MADRE DE DEUS-PE	215.006,05
BREJO DO CRUZ-PB	363.814,13
BREJO DO PIQUI-PI	38.286,61
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA-PA	181.212,12
BREJO SANTO-CE	1.892.543,93
BREJOES-BA	59.506,00
BREJOLANDIA-BA	185.705,72
BREJO-MA	624.891,36
BREJO BRANCO-PA	1.034.607,30
BRITANIA-GO	574.920,00
BROCHIER-RS	2.499.219,95
BRODOWSKI-SP	3.302.975,28
BROTAS-SP	8.856.857,74

Município-UF	Valor da Liberação
BRUMADINHO-MG	3.250.865,65
BRUMADO-BA	7.566.553,46
BRUNOPOLIS-SC	566.205,00
BRUSQUE-SC	57.250.194,54
BUENO BRANDAO-MG	630.892,08
BUENOPOLIS-MG	321.410,00
BUENOS AIRES-PE	413.705,96
BUERAREMA-BA	36.415,88
BUIQUE-PE	1.499.432,36
BUIARI-AC	182.683,25
BUJARU-PA	412.000,00
BUIRI-SP	5.786.113,11
BUIRITAMA-SP	691.745,64
BUIRITI ALEGRE-GO	1.300.289,66
BUIRITI DO TOCANTINS-TO	75.000,00
BUIRITICUPU-MA	291.177,85
BUIRITI-MA	611.820,80
BUIRITOPOLIS-GO	118.749,00
BUIRITIRAMA-BA	1.030,60
BUIRITIS-MG	7.332.197,47
BUIRITIS-RO	2.271.523,75
BUIRITIZAL-SP	3.499.045,95
BUIRITZEIRO-MG	2.125.791,30
BUTIA-RS	4.121.303,93
CAAPORA-PB	433.685,32
CAAPORA-MS	57.874.076,32
CAATIBA-BA	199.484,00
CABACEIRAS DO PARAGUACU-BA	366.000,00
CABECEIRA GRANDE-MG	1.161.615,00
CABECEIRAS-GO	989.654,50
CABEDELO-PB	8.768.212,72
CABU-RO	596.815,85
CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE	62.668.905,14
CABO FRIO-RJ	4.889.085,58
CABO VERDE-MG	111.384,87
CABRALIA PAULISTA-SP	251.200,00
CABREUVA-SP	16.256.165,15
CABROBO-PE	801.762,28
CACADOR-SC	51.435.182,73
CACAPAVA DO SUL-RS	3.632.205,30
CACAPAVA-SP	23.283.142,62
CACAULANDIA-RO	150.000,00
CACEQUI-RS	4.069.199,10
CACERES-MT	4.137.456,27
CACHOEIRA ALTA-GO	508.618,94
CACHOEIRA DA PRATA-MG	312.815,84
CACHOEIRA DE GOIAS-GO	205.900,00
CACHOEIRA DE MINAS-MG	899.933,25
CACHOEIRA DE PAJEU-MG	114.204,74
CACHOEIRA DO ARAPI-PA	98.400,00
CACHOEIRA DO SUL-RS	25.569.812,54
CACHOEIRA DOURADA-GO	602.899,60
CACHOEIRA DOURADA-MG	68.000,00
CACHOEIRA PAULISTA-SP	2.131.327,12
CACHOEIRA-BA	751.662,24
CACHOEIRAS DE MACACU-RJ	1.206.671,39
CACHOEIRINHA-PE	271.071,54
CACHOEIRINHA-RS	39.683.054,06
CACHOEIRINHA-TO	1.435.200,00
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES	64.117.372,70
CACIMBA DE DENTRO-PB	18.462,40
CACHUE DOBLE-RS	2.016.051,34
CACUAR-RO	8.068.483,37
CACONDE-SP	4.159.262,01
CACU-GO	93.434.819,42
CACULE-BA	3.061.196,17
CAETANOPOLIS-MG	1.261.165,76
CAETANDS-BA	3.450,00
CAETE-MG	1.584.381,50
CAETES-PE	66.000,00

Município-UF	Valor da Liberação
CAETITE-BA	3.084.522,93
CAFARNAUM-BA	165.491,91
CAFEARA-PR	205.000,00
CAFELÂNDIA-PR	17.296.310,15
CAFELÂNDIA-SP	2.261.948,09
CAFEZAL DO SUL-PR	228.958,05
CAIABU-SP	310.000,00
CAIARA-MG	24.479,65
CAIAPONIA-GO	4.091.654,57
CAIBATE-RS	648.810,00
CAIBI-SC	5.578.080,92
CAICARA-PB	63.107,58
CAICARA-RS	1.612.800,00
CAICO-FIN	6.353.031,37
CAIEIRAS-SP	34.172.464,14
CAIRU-BA	85.267,30
CAIUA-SP	228.510,00
CAJAMAR-SP	89.716.026,80
CAJARI-MA	142.450,00
CAJATI-SP	12.870.481,84
CAJAZEIRAS DO PIAUI-PI	107.000,00
CAJAZEIRAS-PB	1.048.574,36
CAJOBI-SP	707.332,57
CAJUEIRO-AL	115.470,00
CAJURU-SP	8.057.341,32
CALCADO-PE	157.500,00
CALCOENE-AP	33.600,00
CALDAS BRANDAO-PB	390.700,00
CALDAS NOVAS-GO	3.166.509,74
CALDAS-MG	1.122.986,37
CALDAZINHA-GO	31.572,33
CALIFORNIA-PR	1.097.946,16
CALMON-SC	236.127,81
CAMACAN-BA	1.540.004,58
CAMACARI-BA	119.506.007,36
CAMACARI-BA	7.502.000,00
CAMAMU-BA	4.800,00
CAMANDUCAIA-MG	1.217.856,49
CAMAPUA-MG	4.327.267,30
CAMAQUA-RS	15.095.690,78
CAMARAGIBE-PE	5.858.877,38
CAMARGO-RS	2.319.874,40
CAMBARA DO SUL-RS	974.900,00
CAMBARA-PR	5.492.324,58
CAMBE-PR	21.607.673,84
CAMBIRA-PR	1.835.680,63
CAMBORIU-SC	13.709.878,25
CAMBUCI-RJ	361.617,35
CAMBUI-MG	9.441.254,33
CAMBUQUIRA-MG	146.330,35
CAMETA-PA	307.518,97
CAMOCIM DE SAO FELIX-PE	263.000,00
CAMOCIM-CE	461.773,93
CAMPANARIO-MG	113.888,00
CAMPANHA-MG	2.193.607,97
CAMPESTRE DA SERRA-RS	1.258.654,00
CAMPESTRE DO MARANHÃO-MA	7.206,16
CAMPESTRE-AL	170.100,00
CAMPESTRE-MG	1.194.829,50
CAMPINA DA LAGOA-PR	4.136.351,52
CAMPINA DAS MISSOES-RS	806.952,84
CAMPINA DO MONTE ALEGRE-SP	1.051.676,34
CAMPINA DO SIMAO-PR	1.258.760,00
CAMPINA GRANDE DO SUL-PR	9.639.339,24
CAMPINA GRANDE-PB	32.588.500,18
CAMPINA VERDE-MG	1.212.278,83
CAMPINACU-GO	335.600,00
CAMPINAPOLIS-MT	284.841,94
CAMPINAS DO SUL-RS	2.238.750,00
CAMPINAS-SP	717.270.431,63

Município-UF	Valor da Liberação
CAMPINORTE-GO	1.066.450,00
CAMPO ALEGRE DE GOIAS-GO	2.372.224,00
CAMPO ALEGRE DE LOURDES-BA	272.271,10
CAMPO ALEGRE-AL	1.870.274,35
CAMPO ALEGRE-SC	2.995.085,02
CAMPO AZUL-MG	24.883,55
CAMPO BELO DO SUL-SC	289.709,68
CAMPO BELO-MG	5.720.892,54
CAMPO BOM-RS	8.649.396,31
CAMPO BONITO-PR	1.191.107,70
CAMPO DE SANTANA-PB	29.217,81
CAMPO DO BRITO-SE	650.679,42
CAMPO DO MEIO-MG	1.053.816,64
CAMPO DO TENENTE-PR	5.802.963,00
CAMPO ERE-SC	4.296.264,70
CAMPO FLORIDO-MG	6.929.259,13
CAMPO FORMOSO-BA	463.839,47
CAMPO GRANDE-AL	2.980.050,00
CAMPO GRANDE-MS	184.347.057,53
CAMPO LARGO-PR	24.838.880,00
CAMPO LIMPO DE GOIAS-GO	908.410,00
CAMPO LIMPO PAULISTA-SP	30.1326.565,64
CAMPO MAGRO-PR	1.954.057,23
CAMPO MAIOR-PI	867.165,41
CAMPO MOURAO-PR	35.917.272,41
CAMPO NOVO DO PARECIS-MT	11.375.157,26
CAMPO NOVO-RS	1.552.548,54
CAMPO VERDE-MT	68.887.414,86
CAMPOS ALTOS-MG	1.851.308,85
CAMPOS BELOS-GO	277.338,93
CAMPOS BORGES-RS	373.000,00
CAMPOS DE JULIO-MT	9.222.307,53
CAMPOS DO JORDAO-SP	2.565.302,88
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	23.687.766,35
CAMPOS GERAIS-MG	3.454.288,35
CAMPOS LINDOS-TO	97.714,20
CAMPOS NOVOS PAULISTA-SP	255.100,00
CAMPOS NOVOS-SC	12.933.972,01
CAMPOS SALES-CE	106.889,65
CAMPOS VERDES-GO	7.018,63
CAMUTANGA-PE	1.000.000,00
CANA VERDE-MG	172.934,16
CANAA DOS CARAJAS-PA	3.487.675,75
CANAA-MG	178.410,00
CANABRAVA DO NORTE-MT	221.622,73
CANANEIA-SP	332.186,37
CANAPI-AL	54.094,84
CANAPOLIS-MG	2.659.373,59
CANARANA-BA	1.073.577,62
CANARANA-MT	4.429.652,48
CANAS-SP	653.703,89
CANAVEIRAS-BA	730.100,89
CANDEAL-BA	24.352,35
CANDEIAS DO JAMARI-RO	481.400,00
CANDEIAS-BA	102.794.035,87
CANDEIAS-MG	1.085.242,00
CANDELARIA-RS	5.234.072,87
CANDEIA-BA	120.280,33
CANDIDO DE ABREU-PR	1.420.370,85
CANDIDO GODOI-RS	1.308.131,00
CANDIDO MOTA-SP	6.906.211,84
CANDIDO RODRIGUES-SP	85.748,85
CANDIDO SALES-BA	367.759,32
CANDIOTA-RS	362.000,00
CANDIQUI-PR	8.220.849,82
CANELA-RS	2.546.811,46
CANELINHA-SC	5.412.115,22
CANGUARETAMA-FIN	1.127.594,87
CANGUCU-RS	11.307.271,42
CANHOTINHO-PE	79.646,05

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação*
CANINDE DE SÃO FRANCISCO-SE	104.400,00
CANINDE-CE	2.042.625,72
CANOAS-RS	311.947.287,41
CANDINHAS-SC	16.934.377,52
CANSANCAO-BA	780.482,93
CANTAGALO-PR	1.832.726,97
CANTAGALO-RJ	1.389.260,56
CANTO DO BURITI-PI	442.725,46
CANUDOS-BA	347.997,00
CANUTAMA-AM	25.280,73
CAPANEMA-PA	9.725.418,25
CAPANEMA-PR	4.823.144,29
CAPAÇO ALTO-SC	187.200,00
CAPAÇO BONITO DO SUL-RS	1.683.144,27
CAPAÇO BONITO-SP	6.600.254,20
CAPAÇO DA CANOA-RS	1.854.793,14
CAPAÇO DO CIPÓ-RS	1.722.841,81
CAPAÇO DO LEÃO-RS	7.282.940,33
CAPAÇO-MG	129.624,83
CAPELA DE SANTANA-RS	1.891.612,46
CAPELA DO ALTO ALEGRE-BA	155.300,00
CAPELA DO ALTO-SP	1.533.740,62
CAPELA-SE	721.694,98
CAPELINHA-MG	1.806.932,56
CAPETINGA-MG	1.300.325,96
CAPIM BRANCO-MG	259.561,74
CAPIM GROSSO-BA	2.626.208,43
CAPINÓPOLIS-MG	1.688.826,17
CAPINZAL-SC	5.947.790,73
CAPITÃO ENÉAS-MG	662.615,93
CAPITÃO LEONIDAS MARQUES-PR	951.408,44
CAPITÃO POÇO-PA	875.398,71
CAPITÃO-RS	88.718,93
CAPTÓLIO-MG	643.863,06
CAPIVARI DE BAIXO-SC	6.423.144,18
CAPIVARI DO SUL-RS	2.811.588,79
CAPIVARI-SP	18.017.671,05
CAPOERAS-PE	214.857,31
CAPUTIRA-MG	327.820,18
CARAA-RS	88.100,00
CARACARA-RR	65.382,58
CARACOL-MS	279.021,93
CARACOL-PI	157.500,00
CARAGUATATUBA-SP	6.192.468,51
CARAIÇAS-BA	48.360,00
CARAI-MG	673.541,71
CARAMBEL-PR	13.597.429,26
CARANAÍBA-MG	24.000,00
CARANDÁ-MG	3.980.650,55
CARANGOLA-MG	1.685.332,56
CARAPEBUS-RJ	15.818,52
CARAPICUIBA-SP	27.950.905,17
CARATINGA-MG	16.694.278,98
CARAJARI-AM	61.870,57
CARAJUBAS-RN	438.913,98
CARAVELAS-BA	267.436,58
CARAZINHO-RS	22.154.755,42
CARBONITA-MG	79.872,06
CARDEAL DA SILVA-BA	113.700,00
CARDOSO MOREIRA-RJ	7.213,37
CARDOSO-SP	1.364.231,68
CAREACU-MG	598.647,87
CARIACICA-ES	113.038.341,63
CARIDADE-CE	147.000,00
CARINHANHA-BA	219.352,00
CARIRÁ-SE	905.136,66
CARIRI DO TOCANTINS-TO	508.400,00
CARIACU-CE	403.284,80
CARIUS-CE	643.380,00
CARILINDA-MT	1.128.571,18

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação*
CARLOPOLIS-PR	794.643,59
CARLOS BARBOSA-RS	13.140.040,35
CARLOS CHAGAS-MG	1.732.797,30
CARNESIA-MG	32.197.100,00
CARMO DA CACHOEIRA-MG	2.379.215,07
CARMO DA MATA-MG	1.135.719,32
CARMO DE MINAS-MG	364.403,05
CARMO DO CAJURU-MG	1.082.090,52
CARMO DO PARAMAÍBA-MG	5.031.888,47
CARMO DO RIO CLARO-MG	1.569.286,85
CARMO DO RIO VERDE-GO	455.625,10
CARMOPOLES DE MINAS-MG	2.477.420,27
CARMOPOLES-SE	1.368.496,54
CARMO-RJ	550.923,68
CARNAÍBA-PE	539.410,35
CARNAÍBA DOS DANTAS-PN	950.066,44
CARNAÍBAL-CE	210.448,11
CARNEIRINHO-MG	1.559.799,00
CARNEIROS-AL	160.000,00
CAROLINA-MA	46.243,03
CARPINA-PE	6.141.435,87
CARRANÇAS-MG	511.087,34
CARUARU-PE	30.893.347,66
CARUTAPERA-MA	74.044,63
CARVALHOPOLIS-MG	230.950,00
CARVALHOS-MG	141.981,44
CASA BRANCA-SP	4.228.819,36
CASA GRANDE-MG	112.000,00
CASA NOVA-BA	374.823,54
CASCALHO RICO-MG	180.000,00
CASCA-RS	8.225.275,62
CASCAVEL-CE	1.823.967,40
CASCAVEL-PR	157.181.570,71
CASEARA-TO	598.500,00
CASEIRO-RS	549.000,00
CASIMIRO DE ABREU-RJ	1.895.396,83
CASINHAS-PE	88.550,00
CASSERENGUE-PB	7.469,53
CASSIA-MG	2.915.413,99
CASSILÂNDIA-MS	1.396.861,83
CASTANHAL-PA	15.626.852,28
CASTANHEIRA-MT	331.599,28
CASTANHEIRAS-RO	57.500,00
CASTELÂNDIA-GO	150.571,20
CASTELO DO PIAUÍ-PI	181.305,12
CASTELO-ES	10.133.443,51
CASTILHO-SP	4.091.708,67
CASTRO ALVES-BA	442.702,62
CASTRO-PR	24.848.864,41
CATAGUASES-MG	16.141.303,97
CATALÃO-GO	30.985.888,07
CATANDUVA-SP	70.248.394,30
CATANDUVAS-PR	2.590.655,76
CATANDUVAS-SC	4.189.817,77
CATARINA-CE	179.602,46
CATAS ALTAS DA NORUEGA-MG	349.000,00
CATAS ALTAS-MG	50.545,97
CATENDE-PE	108.848,78
CATIGUA-SP	3.637.361,31
CATOLÂNDIA-BA	256.500,00
CATOLE DO ROCHA-PB	1.027.238,00
CATU-BA	614.858.949,76
CATUIPE-RS	3.036.875,43
CATUÍ-MG	255.715,62
CATURAI-GO	779.100,00
CATURITE-PB	433.700,00
CATUTÍ-MG	118.700,00
CAUCAIA-CE	15.239.352,98
CAVALCANTE-GO	102.221,51
CAXAMBU DO SUL-SC	619.250,00

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
CAXAMBU-MG	2.790.167,29
CAXIAS DO SUL-RS	1.029.376.471,39
CAXIAS-MA	5.837.104,02
CEARA-MIRIM-RN	2.625.808,93
CEDRAL-MA	32.397,29
CEDRAL-SP	1.863.025,20
CEDRÃO DE SÃO JOÃO-SE	52.000,00
CEDRÃO DO ABAETE-MG	92.760,00
CEDRÃO-CE	607.538,47
CELSO RAMOS-SC	231.834,52
CENTENÁRIO DO SUL-PR	955.982,94
CENTENÁRIO-RS	1.451.248,70
CENTRAL DE MINAS-MG	204.048,40
CENTRAL-BA	139.900,00
CENTRALINA-MG	607.472,67
CEREJEIRAS-RJ	3.807.608,46
CERES-GO	4.434.110,28
CERQUEIRA CESAR-SP	3.461.904,48
CERQUILHO-SP	47.869.088,77
CERRITO-RS	439.700,00
CERRO AZUL-PR	370.558,86
CERRO BRANCO-RS	354.201,70
CERRO GRANDE DO SUL-RS	1.468.414,86
CERRO GRANDE-RS	652.380,00
CERRO LARGO-RS	5.938.180,62
CERRO NEGRO-SC	16.442,88
CESÁRIO LANGE-SP	5.376.906,06
CEU AZUL-PR	5.011.258,10
CEZARINA-GO	2.816.558,69
CHA GRANDE-PE	1.877.500,00
CHACARA-MG	96.443,10
CHALE-MG	16.381.945,90
CHAPADA DE AREIA-TO	11.200,00
CHAPADA DO NORTE-MG	72.000,00
CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT	2.545.944,86
CHAPADA GAUCHA-MG	776.457,10
CHAPADÃO DO CEU-GO	83.841.901,57
CHAPADÃO DO LAGEADO-SC	365.240,00
CHAPADÃO DO SUL-MS	215.678.915,10
CHAPADA-RS	3.655.856,78
CHAPADINHA-MA	1.534.456,88
CHAPECO-RS	20.000,00
CHAPECO-SC	126.424.936,34
CHARQUEADA-SP	6.719.150,51
CHARQUEADAS-RS	6.662.382,88
CHARUIA-RS	612.092,00
CHAVANTES-SP	451.011,47
CHIAPIETA-RS	12.580.241,00
CHOPINZINHO-PR	8.442.161,57
CHOROZINHO-CE	1.152.500,00
CHORROCHÓ-BA	3.153,00
CHUI-RS	467.018,13
CHUPINGUAIA-RJ	3.943.993,80
CHUVISCA-RS	1.365.400,00
CIANORTE-PR	15.718.811,65
CICERO DANTAS-BA	467.075,03
CIDADE GAUCHA-PR	635.813,24
CIDADE OCIDENTAL-GO	1.327.098,34
CIDELÂNDIA-MA	98.247,79
CIDREIRA-RS	580.917,20
CIPÓ-BA	104.800,00
CIPOTANEA-MG	149.600,00
CIRIACO-RS	3.674.279,78
CLARAVAL-MG	359.685,00
CLARO DOS POÇOS-MG	145.600,00
CLAUDIA-MT	292.216,07
CLAUDIO-MG	19.743.250,19
CLEMENTINA-SP	36.504.546,28
CLEVELÂNDIA-PR	5.184.377,22
COARACI-BA	4.822,07

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
COARI-AM	63.719,80
COCAL DO SUL-SC	2.094.724,07
COCALINHO-MT	996.451,22
COCAL-PI	140.000,00
COCALZINHO DE SOLAS-GO	671.919,52
COCCOS-BA	2.051.317,69
CODO-MA	2.287.736,17
COELHO NETO-MA	180.884,58
COÍMBRA-MG	560.649,67
COLATINA-ES	23.814.011,41
COLIDER-MT	2.197.260,67
COLINAS DO SUL-GO	612.000,00
COLINAS DO TOCANTINS-TO	1.558.856,28
COLINAS-MA	907.069,71
COLINA-SP	783.329,56
COLINAS-RS	303.100,00
COLUMEIA-TO	352.739,20
COLMEIA-MT	251.708,83
COLOMBIA-SP	851.367,17
COLOMBO-PR	79.645.518,57
COLORADO DO OESTE-RJ	2.478.740,70
COLORADO-PR	44.644.518,08
COLORADO-RS	1.065.905,60
COLUNA-MG	108.440,85
COMBINADO-TO	5.126,62
COMENDADOR GOMES-MG	1.482.140,00
COMENDADOR LEVY GASPARIAN-RJ	4.564.468,68
COMERCINHO-MG	306.823,43
COMODORO-MT	4.493.161,11
CONCEIÇÃO DA APARECIDA-MG	827.581,28
CONCEIÇÃO DA BARRA-ES	3.659.859,66
CONCEIÇÃO DA FEIRA-BA	4.581.210,22
CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS-MG	1.581.774,20
CONCEIÇÃO DAS PEDRAS-MG	26.040,00
CONCEIÇÃO DE MACAÚ- RJ	2.165.566,55
CONCEIÇÃO DO ALMEIDA-BA	515.004,67
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA	525.817,27
CONCEIÇÃO DO CAMINDE-PI	185.000,00
CONCEIÇÃO DO CASTELO-ES	1.423.179,33
CONCEIÇÃO DO COITE-BA	2.985.287,89
CONCEIÇÃO DO JACUIPE-BA	3.742.852,65
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO-MG	1.099.004,17
CONCEIÇÃO DO PARA-MG	296.360,83
CONCEIÇÃO DO RIO VERDE-MG	1.367.711,50
CONCEIÇÃO DOS OUROS-MG	917.088,58
CONCEIÇÃO-PB	127.503,47
CONCHAL-SP	4.458.834,38
CONCHAS-SP	1.786.042,65
CONDÓRDIA-SC	186.350.655,81
CONDADO-PB	516.292,56
CONDADO-PE	677.520,00
CONDE-BA	2.188,14
CONDE-PB	1.599.751,53
CONDEUBA-BA	534.703,06
CONDOR-RS	3.447.491,04
CONFINS-MG	1.168.817,87
CONFRESA-MT	417.123,94
CONGONHAL-MG	683.543,60
CONGONHAS DO NORTE-MG	47.332,84
CONGONHAS-MG	74.377.776,23
CONGONHAS-PR	737.108,11
CONGO-PB	102.000,00
CONQUISTA DOESTE-MT	63.367,56
CONQUISTA-MG	1.355.690,00
CONSELHEIRO LAFAIETE-MG	13.792.751,52
CONSELHEIRO PENA-MG	418.358,88
CONSTANTINA-RS	2.743.270,88
CONTAGEM-MG	515.373.279,36
CONTENDA-PR	4.398.931,80
CONTENDAS DO SINOCRA-BA	6.581,00

	Em Reais
Município-UF	Valor da Liberação
COQUEIRAL-MG	449.465,35
COQUEIROS DO SUL-RS	2.039.050,00
CORACAO DE JESUS-MG	237.412,51
CORACAO DE MARIA-BA	375.800,00
CORBEIA-PR	7.482.636,92
CORDEIROPOLIS-SP	47.215.188,04
CORDEIRO-FU	1.880.355,69
CORDEIROS-BA	136.438,89
CORDILHEIRA ALTA-SC	9.430.598,04
CORDESBURGO-MG	774.710,08
CORONELANDIA-MG	62.160,00
COREAU-CE	402.092,84
COREMAS-PB	260.170,37
CORGUINHO-MS	285.200,00
CORIBE-BA	5.153,00
CORINTO-MG	683.454,77
CORNELIO PROCOPIO-PR	8.077.787,80
CORODACI-MG	49.948,26
COROADOS-SP	2.230.750,00
CORONATA-MA	123.732,42
COROMANDU-MG	10.678.379,09
CORONEL BARROS-RS	327.825,00
CORONEL BICACO-RS	1.396.910,00
CORONEL DOMINGOS SOARES-PR	697.500,00
CORONEL FABRICIANO-MG	17.740.175,81
CORONEL FREITAS-SC	2.707.886,79
CORONEL JOAO SA-BA	62.000,00
CORONEL MACEDO-SP	985.564,17
CORONEL MARTINS-SC	76.320,00
CORONEL PACHECO-MG	329.518,80
CORONEL PILAR-RS	72.000,00
CORONEL SAPUCAIA-MS	285.000,00
CORONEL VIVIDA-PR	6.150.967,71
CORONEL XAVIER CHAVES-MG	83.033,91
CORREGO DANTA-MG	554.600,00
CORREGO DO OURO-GO	175.000,00
CORREGO FUNDO-MG	1.967.301,44
CORREIA PINTO-SC	1.400.968,60
CORRENTE-PI	423.577,15
CORRIENTES-PE	93.000,00
CORRENTINA-BA	5.458.194,59
CORUMBA DE GOIAS-GO	461.705,17
CORUMBAIBA-GO	1.893.600,00
CORUMBA-MS	4.659.849,20
CORUMBATAI DO SUL-PR	125.354,34
CORUMBATAI-SP	677.086,01
CORUMBIAARA-RO	1.632.905,57
CORUPA-SC	6.092.030,82
CORURUPE-AL	1.328.971,00
COSMOPOLIS-SP	16.617.520,30
COSMORAMA-SP	3.308.411,32
COSTA MARQUES-RO	2.487,31
COSTA BRCA-MS	70.842.962,23
COTEGIPE-BA	85.400,00
COTIA-SP	52.326.940,75
COTIPORA-RS	323.340,00
COTRIGUACU-MT	340.300,00
COUTO DE MAGALHAES-TO	147.000,00
COXILHA-RS	1.575.560,00
COXIM-MS	6.871.883,97
CRABAS-AL	185.500,00
CRATEUS-CE	1.400.672,72
CRATO-CE	5.790.205,54
CRAVINHOS-SP	35.249.278,32
CRICIUMA-SC	95.933.205,47
CRISOLITA-MG	10.710,00
CRISOPOLIS-BA	88.403,00
CRISUMAL-RS	766.204,40
CRISTAIS PAULISTA-SP	2.691.312,00
CRISTAIS-MG	1.703.738,67

	Em Reais
Município-UF	Valor da Liberação
CRISTAL DO SUL-RS	700.264,00
CRISTALANDIA-TO	613.671,82
CRISTALINA-GO	13.105.630,63
CRISTAL-RS	2.088.052,15
CRISTIANO OTONI-MG	492.906,88
CRISTIANOPOLIS-GO	287.547,34
CRISTINA-MG	1.497.786,68
CRISTINAPOLIS-SE	204.557,89
CRISTINO CASTRO-PI	337.112,82
CRISTOPOLIS-BA	5.703,32
CRIXAS-GO	9.798.543,64
CROMINIA-GO	24.000,00
CRUCILANDIA-MG	368.400,00
CRUZ ALTA-RS	30.746.935,83
CRUZ DAS ALMAS-BA	4.432.588,44
CRUZ DO ESPIRITO SANTO-PB	231.200,00
CRUZ MACHADO-PR	372.000,00
CRUZALTENSE-RS	252.000,00
CRUZ-CE	412.947,12
CRUZEIRO DA FORTALEZA-MG	833.687,00
CRUZEIRO DO IGUAQU-PR	670.868,00
CRUZEIRO DO OESTE-PR	3.641.935,68
CRUZEIRO DO SUL-AC	6.143.127,20
CRUZEIRO DO SUL-PR	1.163.264,28
CRUZEIRO DO SUL-RS	3.029.219,04
CRUZEIRO-SP	414.589.222,01
CRUZETA-RN	16.394,73
CRUZILIA-MG	683.088,61
CRUZMALTINA-PR	399.050,18
CUBATAO-SP	64.460.217,00
CUJABA-MT	445.642.256,76
CUITE DE MAMANGUAPE-PB	29.217,81
CUITE-PB	172.863,64
CUJUBIM-RO	178.648,00
CUMARI-GO	272.660,00
CUMARI DO NORTE-PA	226.800,00
CUMARI-PE	43.200,00
CUMBE-SE	62.000,00
CUNHA PORA-SC	14.169.369,49
CUNHA-SP	1.085.363,69
CUPIRA-PE	528.660,54
CURACA-BA	173.400,00
CURIMATA-PI	24.678,73
CURIONOPOLIS-PA	144.900,00
CURITIBANDOS-SC	4.244.540,72
CURITIBA-PR	1.271.099.758,71
CURILUVA-PR	1.116.118,80
CURRAIS NOVOS-RN	1.874.163,84
CURRAIS-PI	1.435.418,37
CURRAL DE GIMA-PB	6.785,36
CURRAL DE DENTRO-MG	136.200,00
CURRALINHO-PA	98.400,00
CURVELANDIA-MT	229.407,80
CURVELO-MG	23.483.315,89
CUSTODIA-PE	1.704.020,37
DAMIANOPOLIS-GO	139.000,00
DAMOLANDIA-GO	1.174,53
DAVID CANABARRO-RS	1.577.240,79
DAVINOPOLIS-GO	293.380,00
DAVINOPOLIS-MA	78.888,08
DELFIN MOREIRA-MG	472.200,00
DELFINOPOLIS-MG	1.099.905,63
DELMIRO GOUVEIA-AL	296.232,12
DELTA-MG	129.006,36
DEMISE-MT	34.426,87
DEODAPOLIS-MS	380.647,78
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO-CE	104.000,00
DEFRIBADAS-RS	266.700,00
DESCALVADO-SP	12.592.935,43
DESCANSO-SC	1.178.698,39

	Em Reais
Município-UF	Valor da Liberação
DESCOBERTO-MG	249.022,48
DESTERRO DE ENTRE RIOS-MG	550.860,00
DESTERRO DO MELO-MG	137.150,00
DESTERRO-PB	481.980,00
DIADEMA-SP	114.848.093,97
DIAMANTE DO NORTE-PR	187.867,09
DIAMANTE DO SUL-PR	187.340,25
DIAMANTE DO OESTE-PR	175.500,00
DIAMANTINA-MG	2.841.403,16
DIAMANTINO-MT	35.736.431,21
DIANÓPOLIS-TO	3.548.646,85
DIAS D'AVILA-BA	15.827.386,28
DILFERMANO DE AGUIAR-RS	1.791.933,86
DIOGO DE VASCONCELOS-MG	104.000,00
DIONÍSIO CERQUEIRA-SC	4.196.975,58
DIONÍSIO-MG	29.611,04
DIORAMA-GO	166.500,00
DIRCEI REIS-SP	40.000,00
DIRCEU ARCOVERDE-PI	12.053,14
DIVERSOS-AC	6.971.586,87
DIVERSOS-AL	23.212.739,82
DIVERSOS-AM	47.878.941,04
DIVERSOS-AP	19.921.684,60
DIVERSOS-BA	247.983.123,15
DIVERSOS-CE	69.074.235,70
DIVERSOS-DF	380.509.783,76
DIVERSOS-ES	68.360.400,64
DIVERSOS-GO	719.275.853,06
DIVERSOS-IE	15.109.995.740,63
DIVERSOS-MA	175.732.544,82
DIVERSOS-MG	1.218.063.181,63
DIVERSOS-MS	60.300.324,84
DIVERSOS-MT	73.154.417,08
DIVERSOS-PA	204.633.605,63
DIVERSOS-PB	34.130.377,77
DIVERSOS-PE	195.518.873,21
DIVERSOS-PI	155.729.041,92
DIVERSOS-PR	289.486.681,83
DIVERSOS-RJ	478.258.880,53
DIVERSOS-RN	26.867.049,16
DIVERSOS-RO	20.398.254,82
DIVERSOS-RR	4.915.848,72
DIVERSOS-RS	352.935.360,05
DIVERSOS-SC	294.448.851,07
DIVERSOS-SE	23.565.510,49
DIVERSOS-SP	1.668.312.832,75
DIVERSOS-TO	99.112.970,86
DIVINA PASTORA-SE	103.600,00
DIVINESIA-MG	324.800,00
DIVINO DAS LARANJEIRAS-MG	228.862,62
DIVINO DE SÃO LOURENÇO-ES	178.000,00
DIVINOLÂNDIA DE MINAS-MG	87.450,00
DIVINOLÂNDIA-SP	752.200,00
DIVINO-MG	463.468,37
DIVINÓPOLIS DE GOIÁS-GO	3.525.260,68
DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS-TO	267.500,00
DIVINÓPOLIS-MG	43.162.795,98
DIVISA ALEGRE-MG	49.967,03
DIVISA NOVA-MG	67.611,90
DIVISÓPOLIS-MG	246.400,00
DOBRADA-SP	688.632,75
DOIS CORREGOS-SP	17.046.505,65
DOIS IRMÃOS DAS MISSOES-RS	2.272.400,00
DOIS IRMÃOS DO BURITI-MS	847.435,34
DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS-TO	785.900,00
DOIS IRMÃOS-RS	4.676.720,91
DOIS LAJEADOS-RS	75.600,00
DOIS VIZINHOS-PR	13.385.745,02
DOUCINÓPOLIS-SP	252.451,45
DOM AQUINO-MT	2.762.583,56

	Em Reais
Município-UF	Valor da Liberação
DOM BASÍLIO-BA	990.239,14
DOM BOSCO-MG	174.732,46
DOM CAVATI-MG	565.654,99
DOM ELISEU-PA	1.339.734,52
DOM EXPEDITO LOPES-PI	246.840,00
DOM FELICIANO-RS	2.855.865,79
DOM PEDRITO-RS	29.712.384,90
DOM PEDRO-MA	875.833,45
DOM SILVÉRIO-MG	75.048,09
DOMINGOS MARTINS-ES	4.570.071,92
DOMINGOS MOURÃO-PI	48.704,69
DONA EMMA-SC	699.120,20
DONA ELIZÉLIA-MG	739.744,40
DONA FRANCISCA-RS	147.500,00
DORIS DE CAMPOS-MG	360.806,36
DORIS DE GUANHAES-MG	1.530.469,42
DORIS DO INDAÍÁ-MG	1.055.133,67
DORIS DO RIO PRETO-ES	275.657,41
DORIS DO TURVO-MG	185.936,00
DORMENTES-PE	1.457.100,00
DOURADINA-MS	586.290,00
DOURADINA-PR	2.773.208,09
DOURADOQUARA-MG	179.370,00
DOURADOS-MS	291.029.629,63
DOURADO-SP	3.379.672,72
DOUTOR CAMARGO-PR	1.513.416,82
DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO-RS	1.670.950,00
DOUTOR PEDRINHO-SC	1.562.371,90
DOUTOR RICARDO-RS	432.650,00
DOVERLÂNDIA-GO	1.027.460,88
DRACENA-SP	7.988.460,17
DUARTINA-SP	2.914.411,96
DUAS BARRAS-RJ	281.284,36
DUAS ESTRADAS-PB	19.392,26
DUERE-TO	1.761.927,65
DUMONT-SP	10.751.267,69
DUQUE DE CAXIAS-RJ	185.980.931,43
DURANDE-MG	74.112,37
ECHAPORA-SP	518.678,82
ECOPORANGA-ES	400.237,65
EDEALMA-GO	475.865,41
EDEIA-GO	30.016.260,26
ELDORADO DO SUL-RS	17.426.643,04
ELDORADO-MS	615.770,33
ELDORADO-SP	647.174,91
ELIAS FAUSTO-SP	9.686.751,04
ELISEU MARTINS-PI	31.359,49
ELISÁRIO-SP	1.924.892,74
ELISIO MEDRADO-BA	24.772,42
ELOI MENDES-MG	5.904.021,37
EMBAUBA-SP	684.789,19
EMBU-GUAÇU-SP	9.471.183,68
EMBU-SP	31.582.921,01
EMILVÓPOLIS-SP	299.700,00
ENCANTADO-RS	14.802.500,37
ENCRUZILHADA DO SUL-RS	1.763.817,60
ENCRUZILHADA-BA	900.540,00
ENEAS MARQUES-PR	8.344.811,33
ENGENHEIRO BELTRÃO-PR	3.444.827,17
ENGENHEIRO CALDAS-MG	238.050,00
ENGENHEIRO COELHO-SP	973.442,91
ENGENHEIRO NAVARRO-MG	43.940,00
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN-RJ	1.589.995,86
ENGENHO VELHO-RS	239.999,82
ENTRE FOLHAS-MG	115.000,00
ENTRE RIOS DE MINAS-MG	503.332,88
ENTRE RIOS DO OESTE-PR	2.092.811,58
ENTRE RIOS DO SUL-RS	574.009,22
ENTRE RIOS-BA	606.914,59
ENTRE RIOS-RS	4.891.858,09

Município-UF	Valor da Liberação
EPITACIOLÂNDIA-AC	168.600,00
EQUADOR-RN	498.050,18
EREBANGO-RS	497.782,00
ERECHIM-RS	158.122.163,34
ERMO-SC	932.158,11
ERNESTINA-RS	510.316,99
ERVAL GRANDE-RS	547.780,00
ERVAL SECO-RS	468.786,65
ERVAL VELHO-SC	544.830,00
ERVALIA-MG	938.570,38
ESCADA-PE	4.334.094,24
ESMERALDA-RS	1.375.500,64
ESMERALDAS-MG	14.766.008,52
ESPERA FELIZ-MG	880.858,18
ESPERANÇA DO SUL-RS	24.000,00
ESPERANÇA NOVA-PR	88.227,51
ESPERANÇA-PB	3.357.473,04
ESPERANTINA-PI	241.314,82
ESPERANTINÓPOLIS-MA	352.020,00
ESPIGAO ALTO DO IGUAÇU-PR	211.316,55
ESPIGAO D'OESTE-RO	1.834.674,38
ESPINOSA-MG	1.126.437,34
ESPIRITO SANTO DO DOURADO-MG	587.050,00
ESPIRITO SANTO DO PINHAL-SP	8.506.444,58
ESPIRITO SANTO DO TURVO-SP	161.260,00
ESPLANADA-BA	1.551.944,00
ESPIUMOSO-RS	6.955.306,44
ESTACAO-RS	10.246.188,85
ESTANCIA VELHA-RS	7.039.467,94
ESTANCIA-SE	3.653.171,06
ESTENO-RS	17.530.923,87
ESTIVA GERDI-SP	7.957.124,84
ESTIVA-MG	908.636,98
ESTREITO-MA	1.023.009,80
ESTRELA DE ALAGOAS-AL	74.200,00
ESTRELA DO INDAIA-MG	225.000,00
ESTRELA DO NORTE-GO	65.000,00
ESTRELA DO SUL-MG	2.229.040,00
ESTRELA D'OESTE-SP	2.162.529,27
ESTRELA VELHA-RS	3.066.990,00
ESTRELA-RS	29.750.486,12
EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA-SP	125.576,75
EUCLIDES DA CUNHA-BA	1.177.226,48
EUGENIO DE CASTRO-RS	2.248.291,76
EUGENÓPOLIS-MG	11.877,28
EUMAPÓPOLIS-BA	12.273.630,58
EUSEBIO-CE	18.891.406,43
EWBANK DA CAMARA-MG	157.076,00
EXTREMA-MG	24.150.299,52
EXU-PE	172.873,46
FAGUNDES VARELA-RS	189.200,00
FAINA-GO	396.640,00
FAMA-MG	119.435,61
FARIA LEMOS-MG	11.227,93
FARIAS BRITO-CE	398.202,63
FAROL-PR	1.259.302,54
FARRAPILHA-RS	41.932.334,21
FARTURA-SP	1.432.394,88
FATIMA DO SUL-MS	728.466,63
FATIMA-BA	105.000,00
FATIMA-TO	123.400,00
FAXINAL DO SOTURNO-RS	1.152.957,87
FAXINAL DOS GUEDES-SC	5.962.746,46
FAXINAL-PR	4.853.616,97
FAXINALZINHO-RS	49.727.181,50
FAZENDA NOVA-GO	264.516,68
FAZENDA RIO GRANDE-PR	13.860.272,44
FAZENDA VILANOVA-RS	2.258.580,36
FEIJÓ-AC	556.512,35
FEIRA DA MATA-BA	37.571,57

Município-UF	Valor da Liberação
FEIRA DE SANTANA-BA	103.886.730,78
FEIRA GRANDE-AL	311.000,00
FEIRA NOVA DO MARANHÃO-MA	321.300,00
FEIRA NOVA-PE	428.422,11
FELICID DOS SANTOS-MG	184.110,00
FELIPE GUERRA-RN	2.749,18
FELIZLÂNDIA-MG	754.555,15
FELIZ DESEPTO-AL	146.800,00
FELIZ NATAL-MT	4.559.930,38
FELIZ-RS	6.570.703,84
FENIX-PR	668.400,00
FERNANDES PINHEIRO-PR	1.873.918,70
FERNANDES TOURINHO-MG	151.200,00
FERNANDO DE NORONHA-PE	1.218.478,00
FERNANDO PRESTES-SP	1.981.992,53
FERNANDÓPOLIS-SP	12.811.124,38
FERNÃO-SP	265.000,00
FERRAZ DE VASCONCELOS-SP	11.193.761,55
FERREIROS-PE	207.964,12
FERROS-MG	149.300,00
FERVIDOURO-MG	349.000,00
FIGUEIRAO-MS	616.001,57
FIGUEIRA-PR	151.185,85
FIGUEIROPOLIS D'OESTE-MT	75.800,00
FILADELFA-BA	12.827,81
FILADELFA-TO	116.540,00
FIRMINO ALVES-BA	87.000,00
FIRMINÓPOLIS-GO	676.655,79
FLEXEIRAS-AL	126.000,00
FLOR DA SERRA DO SUL-PR	1.277.608,63
FLORA RICA-SP	419.022,80
FLORAI-PR	2.274.107,89
FLORIANA-RN	51.929,56
FLOREAL-SP	380.000,00
FLORES DA CUNHA-RS	31.879.686,31
FLORES DE GOIAS-GO	93.150,00
FLORES-PE	104.887,18
FLORESTA DO ARAGUMA-PA	145.576,80
FLORESTAL-MG	11.439,03
FLORESTA-PE	3.443.805,60
FLORESTA-PR	2.445.342,83
FLORESTÓPOLIS-PR	674.090,64
FLORIANO PEIXOTO-RS	126.470,00
FLORIANO-PI	4.654.075,16
FLORIANÓPOLIS-SC	39.863.311,88
FLORIDA PAULISTA-SP	1.294.129,98
FLORIDA-PR	344.512,66
FLORINIA-SP	35.484,99
FONTOURA XAVIER-RS	857.921,04
FORMIGA-MG	13.067.301,91
FORMIGUEIRO-RS	1.259.150,41
FORMOSA DA SERRA NEGRA-MA	80.000,00
FORMOSA DO OESTE-PR	2.888.714,64
FORMOSA DO FID PRETO-BA	12.870.909,71
FORMOSA DO SUL-SC	409.600,00
FORMOSA-GO	9.783.340,44
FORMOSO DO ARAGUAIA-TO	2.741.062,03
FORMOSO-GO	579.475,00
FORMOSO-MG	1.720.230,35
FORQUETINHA-RS	180.430,00
FORQUILHA-CE	742.625,08
FORQUILHINHA-SC	10.384.426,38
FORTALEZA DE MINAS-MG	284.080,08
FORTALEZA DO TABOAO-TO	771.848,00
FORTALEZA DOS NOGUEIRAS-MA	553.000,00
FORTALEZA DOS VALOS-RS	3.308.744,17
FORTALEZA-CE	457.843.740,04
FORTUNA DE MINAS-MG	68.580,00
FORTUNA-MA	321.300,00
FQZ DO IGUAÇU-PR	42.745.389,15

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
FOZ DO JORDAO-PR	482.898,70
FRAIBURGO-SC	11.687.026,50
FRANCA-SP	62.326.816,63
FRANCISCO ALVES-PR	1.018.475,36
FRANCISCO AYRES-PI	8.317,57
FRANCISCO BADARO-MG	58.896,28
FRANCISCO BELTRAO-PR	40.326.258,72
FRANCISCO DUMONT-MG	150.539,55
FRANCISCO MORATO-SP	3.784.831,16
FRANCISCO SA-MG	982.045,44
FRANCISOPOLIS-MG	26.256,47
FRANCO DA ROCHA-SP	32.454.417,32
FREDERICO WESTPHALEN-RS	10.676.960,43
FREI GASPAR-MG	325.900,00
FREI INOCENCIO-MG	312.817,81
FREI PAULO-SE	22.861,42
FREI RIDGERIO-SC	37.350,00
FRONTEIRA-MG	77.985,06
FRONTEIRAS-PI	722.190,68
FRUTAL-MG	101.715.017,76
FRUTUOSO GOMES-RN	69.002,82
FUNDAO-ES	3.991.898,61
GABRIEL MONTEIRO-SP	689.192,09
GALLIA-SP	628.061,50
GALLEIA-MG	235.444,03
GALVAO-SC	1.538.687,31
GAMELEIRA DE GOMAS-GO	968.453,26
GAMELEIRAS-MG	82.601,21
GANDU-BA	407.937,83
GARANHUNS-PE	13.163.951,62
GARÇA-SP	9.450.153,86
GARIBALDI-RS	37.658.937,85
GAROPABA-SC	1.634.883,65
GARIBUCHOS-RS	1.614.148,20
GARRUA-SC	22.151.690,27
GASPAR-SC	69.428.716,54
GASTAO VIDIGAL-SP	2.153.224,95
GAUCHA DO NORTE-MT	3.672.436,11
GAURAMA-RS	1.148.506,95
GAVIAO PEDOTO-SP	141.365,95
GEMINIANO-PI	29.018,24
GENERAL CAMARA-RS	316.243,52
GENERAL CARNIERO-PR	1.056.030,01
GENERAL SALGADO-SP	4.308.210,47
GENERAL SAMPAIO-CE	3.500,00
GENTIL-RS	263.351,80
GETULINA-SP	372.561,08
GETULIO VARGAS-RS	4.636.817,23
GILBUES-PI	2.930.363,08
GIRAU DO PONCIANO-AL	104.150,67
GIRUA-RS	4.594.318,93
GLICERIO-SP	911.829,04
GLORIA DE DOURADOS-MS	1.255.233,06
GLORIA DO GOITA-PE	142.000,00
GLORIA D'OESTE-MT	93.600,00
GLORIA-BA	150.300,00
GLORINHA-RS	1.036.825,00
GODOFREDO VIANA-MA	113.790,00
GODOY MOREIRA-PR	66.418,96
GOMBEIRA-MG	28.874,00
GOMANA-MG	11.390,88
GOMANA-PE	981.592,04
GOMANAPOLIS-GO	653.202,06
GOMADIRA-GO	120.800,00
GOMAESIA DO PARA-PA	805.091,58
GOMAESIA-GO	81.720.315,24
GOMANIA-GO	316.705.292,57
GOMANHIA-RN	456.046,06
GOMARIA-GO	1.948.333,84
GOIAS-GO	1.950.258,73

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
GOATINS-TO	454.400,00
GOATUBA-GO	29.556.548,04
GOIOERÉ-PR	6.514.194,85
GOIOXIM-PR	1.607.664,50
GONCALVES-MG	27.059,63
GONGOI-BA	112.900,00
GOUVEA-MG	498.020,53
GOUVELANDIA-GO	363.083,46
GOVERNADOR ARCHER-MA	5.212,84
GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC	702.035,00
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	476.048,08
GOVERNADOR EDISON LOBAO-MA	297.000,00
GOVERNADOR EUGENIO BARRIOS-MA	342.376,82
GOVERNADOR LINDENBERG-ES	695.095,26
GOVERNADOR MANGABEIRA-BA	400.141,40
GOVERNADOR MUNES FREIRE-MA	115.200,00
GOVERNADOR VALADARES-MG	40.874.394,15
GRACA-CE	18.000,00
GRAMALHA-MA	2.324.232,40
GRAMADO DOS LOUREIROS-RS	594.320,00
GRAMADO XAVIER-RS	517.701,86
GRAMADO-RS	11.694.663,46
GRANDES RIOS-PR	1.032.205,00
GRANITO-PE	28.600,00
GRANJA-CE	172.602,20
GRAO MOGOL-MG	3.505,34
GRAO PARA-SC	1.942.017,90
GRAVATAI-RS	71.787.638,60
GRAVATAL-SC	2.584.063,36
GRAVATA-PE	3.342.252,31
GRADIRAS-CE	100.000,00
GRUPIARA-MG	108.366,00
GUABU-RS	579.581,23
GUABIRUBA-SC	9.418.453,51
GUACUL-ES	663.933,36
GUADALUPE-PI	7.885,21
GUABA-RS	22.284.469,71
GUACARA-SP	1.953.427,26
GUAMBIE-SP	532.556,79
GUARACA-PR	2.002.100,00
GUAIRA-PR	4.035.689,27
GUAIRA-SP	120.521.870,98
GUARUBA-CE	247.311,24
GUAJARA MIRIM-RD	15.890.147,01
GUAMIRANGA-PR	1.614.120,00
GUANAMBI-BA	3.990.327,62
GUANHAES-MG	1.267.392,50
GUAPE-MG	1.069.291,26
GUAPIACU-SP	1.485.834,25
GUAPIARA-SP	799.186,57
GUAPIRIRIM-RJ	617.453,77
GUAPIRAMA-PR	249.623,73
GUAPO-GO	201.720,00
GUAPOREMA-PR	343.940,00
GUAPORE-RS	12.627.973,93
GUARABIRA-PB	5.888.838,05
GUARACAÍ-SP	384.937,23
GUARACIABA DO NORTE-CE	290.994,45
GUARACIABA-MG	481.834,00
GUARACIABA-SC	5.041.456,95
GUARACI-PR	787.400,32
GUARACI-SP	58.935,32
GUARAITO	1.196.667,56
GUARAMIRANGA-CE	93.600,00
GUARAMIRIM-SC	32.250.746,90
GUARANESIA-MG	2.796.345,97
GUARANI DAS MISSOES-RS	2.873.850,34
GUARANI DE GOIAS-GO	331.200,00
GUARANI DOESTE-SP	172.110,41
GUARANIACU-PR	3.142.980,99

		Em Reais
Município-UF	Valor da Liberação	
GUARANI-MG	230.536,58	
GUARANTA DO NORTE-MT	2.727.089,65	
GUARANTA-SP	417.435,81	
GUARAPARI-ES	21.180.491,83	
GUARAPUAVA-PR	42.338.949,37	
GUARAQUECABA-PR	450.500,00	
GUARARA-MG	129.469,92	
GUARARAPES-SP	7.072.409,58	
GUARAREMA-SP	6.220.523,57	
GUARA-SP	4.329.145,17	
GUARATINGA-BA	74.102,29	
GUARATINGUETA-SP	15.517.224,80	
GUARATUBA-PR	1.080.831,68	
GUARDA-MOR-MG	3.999.448,96	
GUAREI-SP	1.069.466,29	
GUARIBA-SP	111.769.775,19	
GUARINHOS-GO	160.300,00	
GUARUJÁ DO SUL-SC	1.940.789,52	
GUARUJÁ-SP	9.942.518,73	
GUARULHOS-SP	888.968.444,04	
GUATAMBU-SC	1.244.070,00	
GUATAPARA-SP	4.216.393,16	
GUAXIPE-MG	2.124.787,75	
GUÁ LOPES DA LAGUNA-MS	1.148.737,35	
GUIDOVAL-MG	929.772,37	
GUIMARAES-MA	21.734,09	
GUIMARÃES-MG	777.560,00	
GUIRATINGA-MT	844.633,05	
GUIRICEMA-MG	1.643.422,88	
GUARINHATA-MG	425.740,00	
GUARINHÉM-PB	16.470,47	
GUURUPI-TO	12.420.668,17	
GUZOLÂNDIA-SP	279.857,30	
HARMÔNIA-RS	879.119,43	
HEITORAI-GO	200.000,00	
HELIODORA-MG	184.201,15	
HERCULÂNDIA-SP	740.264,24	
HERVAL DOESTE-SC	2.230.393,71	
HERVAL-RS	1.374.216,26	
HERVEIRAS-RS	508.055,00	
HIDROLÂNDIA-CE	84.000,00	
HIDROLÂNDIA-GO	3.035.106,78	
HIDROLINA-GO	688.739,39	
HOLAMBRA-SP	3.935.187,53	
HONÓRIO SERPA-PR	2.634.372,91	
HORIZONTE-CE	73.393.822,11	
HORIZONTINA-RS	236.311.310,82	
HORTOLÂNDIA-SP	48.376.438,70	
HULHA NEGRA-RS	717.951,80	
HUMAITA-AM	184.362,89	
HUMAITA-RS	437.155,73	
IACANGA-SP	19.495.673,99	
IACIARA-GO	1.094.891,48	
IACRÁ-SP	2.476.467,48	
IACUBA	283.194,54	
IAPU-MG	447.785,62	
IBAITI-PR	2.733.156,40	
IBARAMA-RS	164.550,00	
IBATEGUARA-AL	12.215,14	
IBATE-SP	10.549.242,03	
IBATIBA-ES	1.213.284,82	
IBEMA-PR	1.015.865,00	
IBERTIÓGA-MG	186.520,00	
IBIACÁ-RS	2.825.189,61	
IBIAI-MG	148.300,00	
IBIA-MG	3.642.061,68	
IBIAM-SC	709.457,68	
IBIAPINA-CE	54.830,89	
IBIASSUCÉ-BA	694.555,51	
IBICARAÍ-BA	458.016,67	

		Em Reais
Município-UF	Valor da Liberação	
IBICARÉ-SC	5.344.805,00	
IBICARAÍ-BA	526.561,82	
IBICUITINGA-CE	386.700,00	
IBIRAMA-PE	102.722,80	
IBIPEBA-BA	93.504,00	
IBIPITANGA-BA	21.684,46	
IBIPORA-PR	5.171.959,78	
IBIRACI-MG	2.622.383,17	
IBIRACU-ES	7.120.907,22	
IBIRAIARAS-RS	5.816.600,56	
IBIRAMA-SC	24.405.881,45	
IBIRAPITANGA-BA	2.821,53	
IBIRAPUA-BA	2.313.936,31	
IBIRAPUITA-RS	753.804,00	
IBIRAREMA-SP	583.200,00	
IBIRA-SP	2.184.973,08	
IBIRATAIA-BA	78.300,00	
IBIRITÉ-MG	15.586.685,12	
IBIRUBA-RS	24.389.735,43	
IBITIARA-BA	184.500,00	
IBITINGA-SP	11.582.744,22	
IBITITA-BA	319.405,79	
IBITURÁ DE MINAS-MG	308.850,00	
IBIUNA-SP	3.327.938,62	
IBOTIRAMA-BA	914.440,26	
IBAPUI-CE	106.527,62	
IBARAI DE MINAS-MG	175.000,00	
IBARAÍMA-PR	1.302.624,30	
IBARA-SC	33.052.785,86	
IBEM-SP	363.300,00	
IBHU-BA	82.400,00	
IBICO-CE	278.483,60	
IBOMBA-ES	24.374.822,34	
IBEPÉ-SP	1.241.586,31	
IBIACAL	15.951,42	
IBAPORA-BA	436.600,00	
IBARACU DO TIETÊ-SP	4.124.854,18	
IBARAPAVA-SP	3.173.411,60	
IBARAPE GRANDE-MA	455.000,00	
IBARAPE-ACU-PA	299.628,10	
IBARAPE-MG	7.290.126,04	
IBARASSU-PE	25.144.478,54	
IBARATA-SP	849.367,22	
IBARATINGA-MG	5.945.220,66	
IBIRAPUANA-BA	100.039,81	
IBREJINHÁ-RS	24.844.475,44	
IBUABA GRANDE-RJ	11.710,79	
IBUAI-BA	5.207,91	
IBUAPE-SP	305.220,40	
IBUARACI-PE	4.085,62	
IBUARACU-PR	1.509.542,07	
IBUATAMA-MG	1.305.380,00	
IBUATEMI-MS	2.446.157,13	
IBUATU-CE	11.700.425,82	
IBUATU-PR	178.226,74	
IBUÇI-MG	645.880,00	
IBUI-RS	32.889.115,49	
IBUÁ COMPRIDA-SP	18.342,29	
IBUÁ DAS FLORES-SE	14.075,88	
IBUÁ SOLTEIRA-SP	1.588.054,42	
IBUABELA-SP	1.934.684,31	
IBULHUS-BA	9.483.888,12	
IBHOTÁ-SC	14.836.320,72	
IBUCINEA-MG	914.893,37	
IBUPOLIS-RS	640.822,40	
IBARUÍ-SC	339.440,00	
IBIBAU-PR	1.405.421,89	
IBIBE DE MIRAS-MG	299.800,00	
IBIBE-RS	1.529.335,08	
IBIBUBA-SC	5.929.262,36	

Município-UF	Valor da Liberação
IMBITUVA-PR	5.199.737,36
IMBUIA-SC	3.454.719,52
IMIGRANTE-RS	2.473.434,00
IMPERATRIZ-MA	22.410.636,35
INACIO MARTINS-PR	598.417,67
INACOLANDIA-GO	409.882,11
INAJA-PE	38.957,04
INAJA-PR	257.292,78
INCONFIDENTES-MG	769.573,01
INDAIAL-SC	16.027.290,52
INDAÍATUBA-SP	64.677.992,07
INDEPENDENCIA-CE	387.768,56
INDEPENDENCIA-RS	3.653.420,00
INDIANA-SP	1.148.419,15
INDIANÓPOLIS-MG	3.029.961,68
INDIANÓPOLIS-PR	3.921.367,46
INDIAPORA-SP	716.953,11
INDIARA-GO	1.405.338,17
INDIAROA-SE	10.489,20
INDIAVAI-MT	95.049,94
INGA-MG	450.240,00
INGA-PB	2.339,75
INGAZEIRA-PE	26.200,11
INHACORA-RS	385.400,00
INHAMBUPE-BA	1.047.332,00
INHANGAPI-PA	869.700,00
INHAPIM-MG	445.504,77
INHAUMA-MG	9.791.140,61
INHUMA-PI	372.550,27
INHUMAS-GO	5.330.746,54
INIMUTABA-MG	91.000,00
INOCENCIA-MS	332.550,64
INUBIA PAULISTA-SP	494.432,52
IOMERE-SC	3.183.498,39
IPABA-MG	1.597.130,03
IPAMERI-GO	5.750.439,89
IPANEMA-MG	717.485,22
IPATINGA-MG	40.285.637,44
IPAUMIRIM-CE	102.000,00
IPAUSSU-SP	2.739.954,27
IPERO-SP	1.448.260,85
IPE-RS	1.652.100,00
IPEUNA-SP	4.826.229,66
IPICU-MG	411.978,16
IPIAU-BA	1.803.611,94
IPIRA-BA	945.083,35
IPIRANGA DO NORTE-MT	3.801.180,00
IPIRANGA DO PIAUI-PI	33.411,27
IPIRANGA DO SUL-RS	964.267,57
IPIRANGA-PR	4.262.151,46
IPIRA-SC	830.987,15
IPIXUNA DO PARA-PA	125.464,00
IPOJUCA-PE	10.344.200,230,85
IPORA DO OESTE-SC	4.683.302,96
IPORA-GO	1.490.592,00
IPORANGA-SP	119.741,52
IPORA-PR	2.195.462,16
IPUACU-SC	1.509.525,12
IPIUA-SP	1.603.604,28
IPUBI-PE	1.144.398,84
IPIU-CE	34.299,83
IPIUEIRA-RN	105.000,00
IPIUEIRAS-CE	22.265,91
IPIUNA-MG	2.182.331,76
IPUMIRIM-SC	8.312.269,17
IPUPIARA-BA	826.772,11
IRACEMA DO OESTE-PR	1.230.352,50
IRACEMA-CE	650.196,35
IRACEMAPOLIS-SP	14.307.712,40
IRACEMINHA-SC	1.575.980,00

Município-UF	Valor da Liberação
IRAI DE MINAS-MG	886.600,00
IRAI-RS	1.055.395,13
IRAMAIA-BA	108.681,00
IRANDUBA-AM	2.430.825,80
IRANI-SC	5.147.228,07
IRAPUA-SP	833.582,47
IRAPURU-SP	905.496,31
IRACUARA-BA	182.793,15
IRATI-PR	10.518.527,57
IRATI-SC	469.650,00
IRACUBA-CE	170.559,16
IRECE-BA	3.909.750,56
IRETAMA-PR	1.019.853,07
IRINEOPOLIS-SC	2.027.022,38
IRUPI-ES	194.839,00
ISAIAS COELHO-PI	25.322,10
ITAAIRA-RS	1.914.166,00
ITABAIANA-PB	373.955,14
ITABAIANA-SE	7.782.649,49
ITABANINHA-SE	2.988.332,70
ITABELA-BA	689.915,06
ITABERABA-BA	1.187.434,37
ITABERA-GO	1.951.111,28
ITABERA-SP	6.040.488,06
ITABIRA-MG	21.426.824,14
ITABIRINHA DE MANTENA-MG	113.653,47
ITABIRITO-MG	10.482.014,08
ITABORAI-RJ	9.582.270,65
ITABUNA-BA	25.410.671,56
ITACAJA-TO	261.009,75
ITACARAMBI-MG	892.433,38
ITACARE-BA	10.394,02
ITACATIARA-AM	1.361.290,11
ITACURUBI-RS	2.184.873,54
ITAE-BA	148.187,53
ITAGIBA-BA	332.895,58
ITAGIMIRIM-BA	65.500,00
ITAGUAÇUES	52.523,60
ITAGUAI-RJ	81.487.250,55
ITAGUAJE-PR	59.520,00
ITAGUARA-MG	1.110.158,33
ITAGUARI-GO	170.043,19
ITAGUARU-GO	337.544,51
ITAIBA-PE	6.062,84
ITAICABA-CE	68.027,86
ITAIOPOLIS-SC	19.536.876,25
ITAÍPE-MG	187.400,00
ITAIPLANDIA-PR	3.694.337,84
ITAI-SP	8.123.318,77
ITAITINGA-CE	4.110.357,28
ITAITUBA-PA	12.119.510,54
ITAJA-GO	291.397,87
ITAJAI-SC	98.243.860,75
ITAJA-RN	2.431.900,00
ITAJOBÍ-SP	2.462.120,72
ITAJU DO COLONIA-BA	79.200,00
ITAJUBA-MG	79.422.174,46
ITAJUIPE-BA	443.310,24
ITAJU-SP	332.977,00
ITALVA-RJ	907.636,74
ITAMARACA-PE	178.196,12
ITAMARAJU-BA	1.727.034,68
ITAMARANDIBA-MG	830.278,95
ITAMARATI DE MINAS-MG	240.500,00
ITAMBACURI-MG	834.143,45
ITAMBARACA-PR	2.362.858,73
ITAMBE DO MATO DENTRO-MG	127.000,00
ITAMBE-BA	341.252,00
ITAMBE-PE	484.572,83
ITAMBE-PR	2.145.376,29

	Município-UF	Valor da Liberação
ITAMOGI-MG		882.363,18
ITAMONTE-MG		889.407,79
ITANHAEM-SP		5.505.356,01
ITANHANDU-MG		1.966.931,98
ITANHANGA-MT		248.000,00
ITANHÉM-BA		688.958,64
ITANHOMI-MG		321.809,02
ITAOBIM-MG		651.877,13
ITACCARA-RJ		619.015,52
ITACOA-SP		488.500,00
ITAPACI-GO		805.576,53
ITAPAGE-CE		920.026,59
ITAPAGIPE-MG		3.438.337,59
ITAPARICA-BA		883.134,55
ITAPE-BA		106.943,24
ITAPEBI-BA		326.334,71
ITAPEÇERICA DA SERRA-SP		21.494.234,18
ITAPEÇERICA-MG		3.493.435,29
ITAPEÇURU MIRIM-MA		1.997.140,48
ITAPEJARA DOESTE-PR		5.266.560,66
ITAPEMA-SC		12.251.092,77
ITAPEMIRIM-ES		2.641.379,75
ITAPERUCU-PR		2.355.810,51
ITAPERUNA-RJ		11.221.419,69
ITAPETIM-PE		22.899,00
ITAPETINGA-BA		3.246.415,89
ITAPETININGA-SP		75.318.820,70
ITAPEVA-MG		4.416.619,88
ITAPEVA-SP		21.517.528,04
ITAPEVI-SP		158.803.952,43
ITAPICURU-BA		385.003,00
ITAPIPOCA-CE		15.533.832,24
ITAPIRANGA-SC		5.891.294,17
ITAPIRAPUA-GO		105.536,10
ITAPIRA-SP		19.588.079,61
ITAPISSUMA-PE		3.696.000,00
ITAPITANGA-BA		8.221,44
ITAPIUNA-CE		144.000,00
ITAPOA-SC		832.454,73
ITAPOLIS-SP		2.793.790,25
ITAPORA-MS		1.957.982,47
ITAPORANGA D'AJUDA-SE		1.170.184,77
ITAPORANGA-PB		637.890,14
ITAPORANGA-SP		1.748.004,95
ITAPOROROCA-PB		87.702,25
ITAPUA DO OESTE-RO		608.400,00
ITAPUI-SP		4.084.003,32
ITAPURANGA-GO		2.424.838,37
ITAPURA-SP		914.480,43
ITAQUAQUECETUBA-SP		31.901.479,33
ITAQUIRAI-MS		3.970.096,75
ITAQUI-RS		21.890.667,55
ITARANA-ES		690.879,69
ITARANTIM-BA		238.395,10
ITARARE-SP		8.159.709,09
ITAREMA-CE		100.650,28
ITARIPI-SP		846.814,56
ITARUMA-GO		483.795,90
ITA-SC		1.881.894,34
ITATIAIA-RJ		204.817,73
ITATIACU-MG		12.655.322,40
ITATIBA DO SUL-RS		291.500,00
ITATIBA-SP		79.744.476,75
ITATIM-BA		718.100,00
ITATINGA-SP		2.132.261,13
ITATIRA-CE		14.506,72
ITATI-RS		637.800,00
ITATUBA-PB		1.204.026,58
ITAU DE MINAS-MG		6.806.106,28
ITAUBA-MT		1.398.815,50

	Município-UF	Valor da Liberação
ITAUÇU-GO		409.380,00
ITAUANA DO SUL-PR		174.600,00
ITAUANA-MG		32.296.014,00
ITAVERAVA-MG		852.560,00
ITINGA DO MARANHÃO-MA		250.086,55
ITINGA-MG		1.409.363,60
ITIQUEIRA-MT		4.379.414,58
ITIRAPINA-SP		2.645.688,45
ITIRAPUA-SP		489.395,93
ITIUBA-BA		212.830,47
ITOBI-SP		1.888.395,37
ITORORO-BA		4.563,10
ITUACU-BA		827.700,00
ITUBERA-BA		1.484.882,50
ITUJUBA-MG		7.538.839,84
ITUMBIAHA-GO		50.146.370,66
ITUMIRIM-MG		59.367,08
ITUPEVA-SP		41.364.269,30
ITUPIRANGA-PA		225.000,00
ITUPORANGA-SC		11.371.550,15
ITURAMA-MG		33.964.330,18
ITU-SP		61.866.685,18
ITUTINGA-MG		297.744,00
ITUVERAVA-SP		11.228.933,46
IUIU-BA		5.274,75
IUNA-ES		3.077.929,65
IVAIPORA-PR		5.476.694,83
IVAÍ-PR		3.234.244,21
IVATE-PR		666.224,18
IVATUBA-PR		1.087.484,89
IVINHEMA-MS		705.412,09
IVORA-RS		149.700,00
IVOTI-RS		19.575.278,25
JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE		334.080.334,93
JABORANDI-BA		4.481.608,85
JABOQUANDI-SP		2.034.657,50
JABORA-SC		773.154,66
JABOTICABAL-SP		29.519.663,20
JABOTICABA-RS		877.780,00
JABOTICATUBAS-MG		1.387.219,94
JABOTI-PR		219.021,44
JACARACI-BA		329.232,44
JACARAÚ-PB		225.445,88
JACAREI-SP		57.146.375,80
JACAREZINHO-PR		12.146.253,98
JACIARA-MT		7.750.289,92
JACINTO MACHADO-SC		5.979.562,38
JACINTO-MG		280.140,92
JACI-SP		1.907.324,93
JACOBINA DO PIAUÍ-PI		8.728,61
JACOBINA-BA		1.950.796,00
JACUI-MG		205.306,56
JACUIZINHO-RS		100.387,00
JACUNDA-PA		3.052.348,90
JACUPIRANGA-SP		2.730.971,98
JACUTINGA-MG		1.923.779,28
JACUTINGA-RS		788.178,44
JAGUAPITA-PR		6.096.574,12
JAGUAQUARA-BA		249.768,50
JAGUARAO-RS		3.122.683,31
JAGUARARI-BA		979.000,00
JAGUARE-ES		886.634,90
JAGUARETAMA-CE		143.709,60
JAGUARIAVA-PR		18.121.734,77
JAGUARIBARA-CE		51.322,86
JAGUARIBE-CE		1.544.577,44
JAGUARI-RS		2.480.447,95
JAGUARIUNA-SP		15.795.290,23
JAGUARUANA-CE		1.430.490,09
JAGUARUNA-SC		5.141.416,99

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
JAIABA-MG	2.738.151,15
JAICOS-PI	194.345,37
JALES-SP	13.356.550,99
JAMBEIRO-SP	2.061.969,94
JANAUBA-MG	9.546.418,98
JANDAIA DO SUL-PR	6.777.258,02
JANDAIA-GO	84.800,00
JANAIARA-BA	92.906,00
JANDIRA-SP	17.519.379,01
JANGADA-MT	1.178.291,00
JANIÓPOLIS-PR	526.185,46
JANUARIA-MG	1.520.011,31
JAPARAIBA-MG	600.777,62
JAPARATUBA-SE	181.749,08
JAPERI-FUJ	1.932.873,88
JAPIRA-PR	217.702,29
JAPOATA-SE	1.308.875,00
JAPONVÁR-MG	107.088,00
JAPURA-AM	342.892,52
JAPURA-PR	2.406.444,67
JAQUIRANA-RS	326.600,00
JARAGUA DO SUL-SC	458.706.397,77
JARAGUA-GO	2.838.343,92
JARAGUARI-MS	812.400,00
JARAMATAIA-AL	268.000,00
JARDIM ALEGRE-PR	1.292.546,11
JARDIM DE PIRANHAS-RN	685.511,51
JARDIM DO SERIDO-RN	6.737,89
JARDIM-MS	943.776,55
JARDINÓPOLIS-SC	182.000,00
JARDINÓPOLIS-SP	10.034.637,71
JARINU-SP	14.454.699,66
JARI-RS	1.307.810,00
JARU-RO	2.992.897,88
JATAÍ-GO	461.220.223,88
JATAIZINHO-PR	2.231.860,00
JATEI-MS	477.160,49
JATI-CE	28.230,19
JATOBA DO PIAUI-PI	140.000,00
JATOBA-MA	12.073,81
JATOBA-PE	11.626,57
JAU DO TOCANTINS-TO	981.120,00
JAUPACI-GO	19.890,00
JAUURU-MT	83.857,14
JAU-SP	38.572.868,75
JECEABA-MG	15.990,00
JENIPAPÓ DE MINAS-MG	243.156,33
JENIPAPÓ DOS VIEIRAS-MA	147.200,00
JEQUERI-MB	522.684,00
JEQUIÁ DA PRAIA-AL	720.000,00
JEQUIÉ-BA	23.602.406,23
JEQUITAI-MG	218.700,00
JEQUITIBA-MG	81.900,00
JEQUITINHONHA-MG	699.330,50
JEREMÓBO-BA	1.015.940,42
JERIOJARA-SP	1.847.551,86
JERONIMO MONTEIRO-ES	8.898,60
JESUÁLIA-MG	455.970,00
JESUITAS-PR	2.320.932,06
JESUPÓLIS-GO	122.880,00
JUJOCA DE JERICÓ/CACARA-CE	254.100,00
JI-PARANÁ-RO	21.866.826,27
JOACÁBA-SC	13.443.311,75
JOAIMA-MG	847.500,83
JOANÓPOLIS-SP	202.544,29
JOÃO ALFREDO-PE	1.563.568,68
JOÃO CAMARÁ-RN	259.497,75
JOÃO DOURADO-BA	149.491,88
JOÃO LISBOA-MA	650.283,82
JOÃO MONLEVADE-MG	16.366.464,50

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
JOÃO NEIVA-ES	953.663,87
JOÃO PESSOA-PB	62.219.031,30
JOÃO PINHEIRO-MG	10.131.852,02
JOÃO RAMALHO-SP	287.000,00
JOAQUIM FELICÍO-MG	73.500,00
JOAQUIM TAVORA-PR	9.372.628,33
JOIA-RS	6.808.951,47
JOINVILLE-SC	486.771.773,28
JORDANIA-MG	225.889,00
JOSE BOITEUX-SC	814.200,00
JOSE BONIFÁCIO-SP	12.074.100,64
JOSE DE FREITAS-PI	93.297,37
JOSE GONÇALVES DE MINAS-MG	118.700,00
JOSE RAYDAN-MG	335.246,31
JOSELÂNDIA-MA	14.775,99
JOVIANIA-GO	2.942.147,33
JUARA-MT	7.224.098,08
JUATUBA-MG	6.683.892,50
JUAZEIRINHO-PB	32.139,59
JUAZEIRO DO NORTE-CE	11.530.570,16
JUAZEIRO-BA	13.506.066,52
JUCAS-CE	2.263.477,80
JUCURUCU-BA	182.800,00
JUCURUTU-RN	393.817,15
JUINA-MT	3.409.144,07
JUIZ DE FORA-MG	200.141.813,47
JULIO DE CASTILHOS-RS	11.814.069,78
JULIO MESQUITA-SP	40.286,02
JUMIRIM-SP	1.380.226,38
JUNCO DO SERIDO-PB	6.384,22
JUNDIAI-SP	210.091.259,76
JUNQUEIRO-AL	431.763,24
JUNQUEIROPOLIS-SP	4.198.510,96
JUPIÁ-SC	472.564,00
JUQUIA-SP	590.875,79
JUQUITIBA-SP	677.239,10
JURAMENTO-MG	5.000,00
JURANDA-PR	3.676.332,37
JUREMA-PE	198.232,23
JURUAIA-MG	128.272,01
JURUENA-MT	360.505,24
JURULFB	9.443,51
JURUTI-PA	86.815.114,31
JUSCINEIRA-MT	1.228.931,48
JUSSARA-BA	92.500,00
JUSSARA-GO	1.103.813,82
JUSSARA-PR	3.459.774,05
JUSSIAPE-BA	287.866,50
JUTI-MS	449.553,71
JUVENILIA-MG	97.104,00
KALORE-PR	630.234,86
LABREA-AM	105.975,17
LACERDÓPOLIS-SC	2.387.477,07
LADAINHA-MG	38.810,49
LADÁRIO-MS	95.381,18
LAGAMAR-MG	1.707.151,46
LAGARTO-SE	4.728.595,58
LAGES-SC	36.586.964,13
LAGO DA PEDRA-MA	238.041,12
LAGOA ALEGRE-PI	117.000,00
LAGOA BONITA DO SUL-RS	207.600,00
LAGOA DA CANOA-AL	186.300,00
LAGOA DA CONFUSÃO-TO	3.203.889,98
LAGOA DA PRATA-MG	8.874.500,26
LAGOA DE DENTRO-PB	21.160,33
LAGOA DO BARRO DO PIAUI-PI	83.150,00
LAGOA DO ITAENGA-PE	3.415.099,07
LAGOA DO MATO-MA	7.305,06
LAGOA DO OURO-PE	264.500,00
LAGOA DO PIAUI-PI	73.319,90

Município-UF	Valor da Liberação
LAGOA DO TOCANTINS-TO	85.050,00
LAGOA DOS PATOS-MG	105.000,00
LAGOA DOS TRES CANTOS-RS	565.920,00
LAGOA DOURADA-MG	2.401.063,87
LAGOA FORMOSA-MG	2.707.311,15
LAGOA GRANDE-MG	1.498.100,96
LAGOA GRANDE-PE	25.707,80
LAGOA NOVA-RN	91.684,64
LAGOA REAL-BA	64.467,20
LAGOA SANTA-GO	220.829,30
LAGOA SANTA-MG	10.172.051,81
LAGOA SECA-PB	688.200,00
LAGOA VERMELHA-RS	8.372.598,50
LAGOAO-RS	410.780,00
LAGOINHA-SP	83.260,00
LAGUNA CARAPA-MS	5.470.470,01
LAGUNA-SC	4.723.552,51
LAJE DO MURIAE-RJ	79.352,02
LAJEADO DO BUGRE-RS	374.043,00
LAJEADO GRANDE-SC	120.000,00
LAJEADO NOVO-MA	167.578,39
LAJEADO-RS	42.723.662,73
LAJEADO-TO	845.908,35
LAJE-BA	143.000,00
LAJEDAO-BA	245.610,00
LAJEDO-PE	689.490,96
LAJES PINTADAS-RN	71.280,00
LAJES-RN	32.608,14
LÁJINHA-MG	975.606,89
LAMBARI DOESTE-MT	4.377,75
LAMBARI-MG	1.496.987,26
LAMIM-MG	18.947,45
LAPAO-BA	541.305,10
LARA-PR	14.970.848,33
LARANJA DA TERRA-ES	316.184,12
LARANJAL DO JARI-AP	81.255,24
LARANJAL PAULISTA-SP	13.874.658,36
LARANJAL-MG	2.770.790,67
LARANJAL-PR	203.535,90
LARANJEIRAS DO SUL-PR	3.834.668,99
LARANJEIRAS-SE	1.440.930,95
LAURENTINO-SC	3.139.963,03
LAURO DE FREITAS-BA	39.530.109,09
LAURO MULLER-SC	13.689.974,83
LAVINIA-SP	1.106.569,10
LAVRAS DO SUL-RS	404.250,10
LAVRAS-MG	21.325.615,08
LAVRINHAS-SP	92.300.982,82
LEANDRO FERREIRA-MG	355.345,25
LEBON REGIS-SC	1.441.366,41
LEME-SP	41.701.358,26
LENCOIS PAULISTA-SP	108.455.425,17
LENCOIS-BA	16.934,84
LEOBERTO LEAL-SC	651.240,00
LEOPOLDINA-MG	7.787.471,38
LEOPOLDO DE BULHOES-GO	1.109.776,42
LEOPOLIS-PR	655.745,00
LIBERATO SALZANO-RS	140.694,63
LICINIO DE ALMEIDA-BA	732.108,10
LIDIANOPOLIS-PR	201.200,00
LIMA CAMPOS-MA	255.500,00
LIMA DUARTE-MG	2.494.009,55
LIMEIRA-SP	122.322.206,88
LIMOEIRO DE ANADIA-AL	130.000,00
LIMOEIRO DO NORTE-CE	2.362.258,12
LIMOEIRO-PE	1.351.086,54
LINDOESTE-PR	1.539.546,70
LINDOIA DO SUL-SC	3.095.445,50
LINDOIA-SP	2.227.960,15
LINDOLFO COLLOR-RS	1.644.958,08

Município-UF	Valor da Liberação
LINHARES-ES	73.636.986,74
LINS-SP	310.586.987,76
LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA-BA	3.264.929,53
LOANDA-PR	7.323.055,42
LOBATO-PR	1.025.549,54
LONDRINA-PR	124.756.329,83
LONTRA-MG	75.000,00
LONTRAS-SC	11.623.774,31
LORENA-SP	2.990.216,73
LORETO-MA	4.806.000,26
LOUVEIRA-SP	6.089.711,86
LUCAS DO RIO VERDE-MT	62.550.810,02
LUCELIA-SP	3.491.264,37
LUCENA-PB	555.600,00
LUCIANOPOLIS-SP	165.502,74
LUCRECIA-RN	52.200,00
LUIS ANTONIO-SP	50.320.827,27
LUIS CORREIA-PI	43.439,18
LUIS EDUARDO MAGALHAES-BA	19.063.671,56
LUISLANDIA-MG	100.075,00
LUIZ ALVES-SC	7.651.251,23
LUIZIANA-PR	6.375.472,73
LUIZANIA-SP	139.170,91
LUMINARIAS-MG	638.500,00
LUNARDELLI-PR	228.360,00
LUPECIO-SP	35.734,89
LUPIONOPOLIS-PR	1.245.739,10
LUTECIA-SP	124.916,00
LUZERNA-SC	2.799.651,00
LUZIANIA-GO	149.889.598,33
LUZILANDIA-PI	23.401,50
LUZ-MG	1.787.632,62
MACAE-RJ	30.889.691,11
MACAIBA-RN	15.910.332,33
MACAJUBA-BA	4.546,00
MACAMBARA-RS	4.891.878,50
MACAMBIRA-SE	110.240,00
MACAPA-AP	14.567.379,80
MACAPARANA-PE	984.590,00
MACARANI-BA	181.178,58
MACATUBA-SP	31.217.795,24
MACAUBAL-SP	1.037.791,55
MACAUBAS-BA	363.227,62
MACAL-RN	510.442,76
MACEDONIA-SP	150.705,94
MACEIO-AL	102.693.495,62
MACHACALIS-MG	278.902,50
MACHADINHO DOESTE-RO	1.026.558,78
MACHADINHO-RS	1.014.450,00
MACHADO-MG	4.859.412,43
MACHADOS-PE	86.000,00
MACHEIRA-SC	157.600,00
MACUOCO-RJ	301.984,00
MACURURE-BA	31.449,03
MADRE DE DEUS DE MINAS-MG	407.800,00
MADRE DE DEUS-BA	367.271,20
MAE DO RIO-PA	412.200,00
MAETINGA-BA	6.742,00
MAFRA-SC	11.085.166,98
MAGALHAES DE ALMEIDA-MA	83.618,42
MAGDA-SP	52.740,60
MAGE-RJ	6.195.270,16
MAJQUINIQUE-BA	205.090,17
MAIRI-BA	7.446,78
MAIRINQUE-SP	13.025.358,07
MAIRIPORA-SP	16.182.238,44
MAJOR GERGINO-SC	60.348.000,00
MAJOR ISIDORO-AL	451.350,00
MAJOR VIEIRA-SC	2.310.465,50
MALACACHETA-MG	707.098,67

Em Reals	
Município-UF	Valor da Liberação
MALHADA DE PEDRAS-BA	817.822,00
MALHADA DOS BOIS-SE	447.200,00
MALHADA-BA	168.715,20
MALHADOR-SE	40.000,00
MALLET-PR	10.366.485,98
MAMANGUAPE-PB	2.340.447,72
MAMBAÍ-GO	268.406,80
MAMBORÉ-PR	9.029.489,90
MAMPITUBA-RS	209.100,00
MANACAPURU-AM	606.375,54
MANAIRA-PB	24.348,17
MANAUS-AM	448.689.281,70
MANDAGUAÇU-PR	10.328.678,18
MANDAGUAÍ-PR	22.960.161,71
MANDIRITUBA-PR	9.063.393,71
MANDURI-SP	249.728,43
MANGÁ-MG	902.864,00
MANGARATIBA-RJ	14.348.470,00
MANGUEIRINHA-PR	6.407.920,89
MANHUACU-MG	7.465.763,54
MANHUMIRIM-MG	976.360,45
MANICORÉ-AM	249.352,37
MANOEL RIBAS-PR	3.197.522,63
MANOEL VIANA-RS	2.394.260,53
MANOEL VITORINO-BA	77.600,00
MANSIDÃO-BA	5.153,00
MANTENA-MG	723.261,09
MANTENOPOLIS-ES	80.820,00
MAQUINE-RS	388.010,00
MAR DE ESPANHA-MG	595.637,15
MARA ROSA-GO	1.181.987,85
MARABÁ PAULISTA-SP	166.500,00
MARABÁ-PA	27.360.361,39
MARACACUME-MA	143.100,00
MARACÁI-SP	4.024.868,82
MARACAJÁ-SC	3.303.975,37
MARACAJU-MS	24.416.977,30
MARACANAÚ-CE	79.706.604,56
MARACÁS-BA	1.074.822,92
MARAGOGI-AL	888.156,12
MARAGOGIPE-BA	16.294,08
MARAIAL-PE	95.000,00
MARANGUAPE-CE	3.728.266,61
MARAPANIM-PA	78.000,00
MARAPOAMA-SP	363.800,00
MARATALZES-ES	1.201.296,53
MARATÁ-RS	712.804,90
MARAU-RS	23.540.901,83
MARAVILHA-AL	136.125,00
MARAVILHA-RS	10.000,00
MARAVILHA-SC	13.247.691,84
MARAVILHAS-MG	1.229.877,97
MARCELÂNDIA-MT	1.288.582,01
MARCELINO RAMOS-RS	701.702,72
MARCELINO VIEIRA-RN	18.199,16
MARCIONILIO SOUZA-BA	66.730,64
MARCO-CE	1.110.821,43
MARECHAL CANDIDO RONDON-PR	28.720.442,51
MARECHAL DEODORO-AL	1.421.894,21
MARECHAL FLORIANO-ES	6.117.882,18
MARIA DA FE-MG	4.147.736,96
MARIA HELENA-PR	340.135,10
MARIALVA-PR	18.525.891,12
MARIANA PIMENTEL-RS	709.708,00
MARIANA-MG	5.536.321,71
MARIANO MORO-RS	2.173.646,44
MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS-TO	388.000,00
MARIAPOLIS-SP	376.600,00
MARICÁ-RJ	3.499.899,75
MARILAC-MG	218.760,00

Em Reals	
Município-UF	Valor da Liberação
MARILÂNDIA DO SUL-PR	4.968.105,38
MARILÂNDIA-ES	534.355,70
MARILENA-PR	338.838,07
MARILIA-SP	60.932.674,21
MARILUZ-PR	598.019,53
MARINGÁ-PR	277.995.023,75
MARINÓPOLIS-SP	350.118,00
MÁRIO CAMPOS-MG	2.829.450,32
MARIÓPOLIS-PR	1.339.085,82
MARIPE DE MINAS-MG	6.800,00
MARIPE-PR	1.208.645,65
MARI-PA	8.260,77
MARITUBA-PA	13.948.563,03
MARIZÓPOLIS-PB	4.032,08
MARLIÉRIA-MG	123.000,00
MARMELEIRO-PR	5.883.681,23
MARQUES DE SOUZA-RS	1.286.950,00
MARTINHO CAMPOS-MG	5.310.510,75
MARTINÓPOLE-CE	491.200,00
MARTINÓPOLIS-SP	3.586.329,16
MARTINS SOARES-MG	172.246,40
MARTINS-RN	32.316,74
MARUMBI-PR	241.688,95
MARZAGAO-GO	67.680,12
MASCOTE-BA	72.000,00
MASSAPE-CE	356.088,79
MASSARANDUBA-PB	136.663,60
MASSARANDUBA-SC	10.056.202,63
MATA DE SÃO JOÃO-BA	1.231.496,21
MATA ROMA-MA	210.763,21
MATA VERDE-MG	98.798,00
MATAO-SP	28.880.349,87
MATARACA-PB	19.885,48
MATA-RS	318.368,90
MATEIROS-TO	529.000,00
MATELÂNDIA-PR	9.554.084,15
MATEUS LEME-MG	1.791.413,03
MATIAS BARBOSA-MG	12.253.975,32
MATIAS CARDOSO-MG	874.595,86
MATINHOS-PR	922.370,89
MATIPÓ-MG	1.747.597,64
MATO CASTELHANO-RS	956.300,00
MATO LEITÃO-RS	9.639.491,60
MATO QUEIMADO-RS	55.800,00
MATO RICO-PI	1.079.312,93
MATO VERDE-MG	370.266,56
MATÕES-MA	99.000,00
MATOS COSTA-SC	105.000,00
MATOZINHOS-MG	4.208.832,00
MATRINCHA-GO	570.719,73
MATUPÁ-MT	1.827.270,56
MATUTINA-MG	147.201,28
MAUA DA SERRA-PR	5.822.828,32
MAUA-SP	79.001.625,67
MAUES-AM	158.915,77
MAURILÂNDIA-GO	1.350.856,05
MAURITI-CE	401.791,55
MAXIMILIANO DE ALMEIDA-RS	2.012.179,15
MAZAGÃO-AP	37.600,00
MEDEIROS NETO-BA	425.290,00
MEDEIROS-MG	346.500,00
MEDIANEIRA-PR	25.841.953,97
MEOINA-MG	514.274,57
MELEIRO-SC	6.736.871,34
MENDES PIMENTEL-MG	179.000,00
MENDES-RJ	223.445,97
MENONÇA-SP	743.699,78
MERCEDES-PR	1.758.429,54
MERCEDES-MG	450.462,18
MERIDIANO-SP	2.573.600,59

Município-UF	Valor da Liberação
MESOPOLIS-SP	223.980,54
MESQUITA-RJ	13.858.101,08
MESSIAS-AL	143.624,66
MIGUEL ALVES-PI	46.150,00
MIGUEL CALMON-BA	203.922,55
MIGUEL PEREIRA-RJ	1.186.075,96
MIGUELOPOLIS-SP	2.822.104,93
MILAGRES-BA	141.030,00
MILHA-CE	314.401,30
MILTON BRANDAO-PI	123.371,00
MIMOSO DE GOIAS-GO	474.300,00
MIMOSO DO SUL-ES	3.503.666,44
MINACU-GO	2.774.341,79
MINADOR DO NEGRAO-AL	89.904,76
MINAS DO LEAO-RS	358.080,00
MINAS NOVAS-MG	94.592,62
MINDURI-MG	41.017,48
MINEIROS DO TIETE-SP	603.785,66
MINEIROS-GO	361.729.668,52
MINISTRO ANDREAZZA-RO	178.853,41
MIRA ESTRELA-SP	47.807,48
MIRABELA-MG	172.282,47
MIRACATU-SP	1.087.088,72
MIRACEMA DO TOCANTINS-TO	589.016,79
MIRACEMA-RJ	732.778,27
MIRADOR-MA	382.301,96
MIRADOR-PR	472.230,00
MIRADOURO-MG	545.866,23
MIRAGUAI-RS	4.024.580,35
MIRAL-MG	803.208,28
MIRANDA-MS	3.012.711,81
MIRANDIBA-PE	469.576,74
MIRANDOPOLIS-SP	16.346.687,37
MIRANGABA-BA	15.680,00
MIRANORTE-TO	180.544,68
MIRANTE DA SERRA-RO	437.340,18
MIRANTE DO PARANAPANEMA-SP	284.439.938,60
MIRASELVA-PR	52.000,00
MIRASSOL DO OESTE-MT	2.830.275,15
MIRASSOL-SP	40.263.812,35
MIRIM DOCE-SC	682.807,20
MISSAL-PR	5.342.745,02
MISSAO VELHA-CE	1.811.889,18
MOCOCA-SP	16.118.738,13
MODELO-SC	706.496,91
MOEDA-MG	1.651.319,20
MOEMA-MG	311.845,66
MOGEIRO-PB	123.400,00
MOGI DAS CRUZES-SP	88.683.439,37
MOGI-GUAÇU-SP	278.272.142,43
MOGI-MIRIM-SP	80.697.203,25
MOITA BONITA-SE	254.858,00
MOJU-PA	12.188,45
MOMBACA-CE	600.926,59
MOMBUCA-SP	415.600,00
MONCAO-MA	326.100,00
MONDAI-SC	8.089.381,61
MONGAGUA-SP	1.136.684,53
MONJOLOS-MG	96.000,00
MONSENHOR GIL-PI	162.400,00
MONSENHOR PAULO-MG	2.756.310,00
MONSENHOR TABOSA-CE	52.300,00
MONTALVANIA-MG	866.924,00
MONTANHA-ES	1.284.644,22
MONTAURI-RS	516.037,60
MONTE ALEGRE DE MINAS-MG	2.982.351,63
MONTE ALEGRE DE SERGIPE-SE	273.000,00
MONTE ALEGRE DO PIAUI-PI	786.181,36
MONTE ALEGRE DO SUL-SP	382.438,33
MONTE ALEGRE DOS CAMPOS-RS	53.450,00

Município-UF	Valor da Liberação
MONTE ALEGRE-PA	450.122,47
MONTE ALEGRE-RN	132.000,00
MONTE ALTO-SP	19.125.912,71
MONTE APRAZIVEL-SP	3.162.120,61
MONTE AZUL, PAULISTA-SP	2.039.485,63
MONTE AZUL-MG	888.097,87
MONTE BELO DO SUL-RS	48.510,00
MONTE BELO-MG	19.543.129,61
MONTE CARLO-SC	2.403.744,41
MONTE CARMELO-MG	16.409.771,05
MONTE CASTELO-SC	1.407.573,55
MONTE CASTELO-SP	308.700,00
MONTE DO CARMO-TO	1.939.258,60
MONTE HOREBE-PB	26.837,58
MONTE MOR-SP	13.840.345,60
MONTE NEGRO-RO	107.000,00
MONTE SANTO DE MINAS-MG	1.984.109,60
MONTE SANTO-BA	80.051,34
MONTE SIAO-MG	931.636,50
MONTEIRO LOBATO-SP	396.049,45
MONTEIRO-PB	59.303,89
MONTENEGRO-RS	55.231.053,11
MONTES ALTOS-MA	21.600,00
MONTES CLAROS DE GOIAS-GO	203.153,87
MONTES CLAROS-MG	40.324.847,28
MONTEZUMA-MG	146.820,00
MONTIVIDU DO NORTE-GO	214.587,20
MONTIVIDU-GO	8.043.159,56
MORADA NOVA DE MINAS-MG	45.000,00
MORADA NOVA-CE	1.484.982,35
MOREILANDIA-PE	31.429,35
MOREIRA SALES-PR	2.237.320,00
MORENO-PE	6.822.675,43
MORMAO-RS	472.950,00
MORPARA-BA	37.043,00
MORRETES-PR	284.402,33
MORRINHOS DO SUL-RS	492.900,00
MORRINHOS-CE	8.667,53
MORRINHOS-GO	5.908.422,45
MORRO AGUDO DE GOIAS-GO	175.000,00
MORRO AGUDO-SP	14.699.043,64
MORRO DA FUMACA-SC	12.661.161,87
MORRO DA GARÇA-MG	160.000,00
MORRO DO CHAPEU-BA	224.841,50
MORRO GRANDE-SC	2.717.803,91
MORRO REDONDO-RS	1.287.344,24
MORRO REUTER-RS	1.514.071,84
MORTUGABA-BA	1.432.653,33
MORUNGABA-SP	2.699.586,17
MOSSORO-RN	29.357.358,68
MOSTARDAS-RS	3.594.684,56
MOTUCA-SP	1.155.080,55
MOZARLANDIA-GO	784.673,20
MUANA-PA	98.400,00
MUCAJAI-RR	33.006,38
MUCUGE-BA	71.753,00
MUCUM-RS	720.000,00
MUCURI-BA	7.115.672,71
MUCURICHES	48.000,00
MUITOS CAPOES-RS	2.408.724,40
MULITERMO-RS	677.000,00
MULUNGU DO MORRO-BA	16.773,51
MULUNGU-CE	303.987,00
MULUNGU-PB	147.000,00
MUNDO NOVO-BA	728.842,70
MUNDO NOVO-GO	245.150,00
MUNDO NOVO-MS	1.791.477,20
MUNHOZ DE MELO-PR	624.983,07
MUNHOZ-MG	205.700,00
MUQUEM DO SAO FRANCISCO-BA	205.700,00

		<i>Em Reais</i>
Município-UF	Valor da Liberação	
MUQUI-ES	154.505,63	
MURIAE-MG	15.275.071,46	
MURICI-AL	10.080,00	
MURICILANDIA-TO	173.670,00	
MURITIBA-BA	490.165,82	
MURUTINGA DO SUL-SP	307.950,00	
MUTUIPE-BA	246.181,80	
MUTUM-MG	556.425,29	
MUTUNOPOLIS-GO	270.000,00	
MUZAMBINHO-MG	3.843.010,36	
NACIP RAYDAN-MG	97.200,00	
NANTES-SP	1.814.180,78	
NANUQUE-MG	1.259.230,80	
NAO-ME-TOQUE-RS	84.345.389,11	
NAQUE-MG	90.405,00	
NARANDIBA-SP	8.553.303,92	
NATALANDIA-MG	81.000,00	
NATAL-RN	140.189.253,85	
NATERCIA-MG	361.692,24	
NATIVIDADE DA SERRA-SP	653.810,00	
NATIVIDADE-RJ	71.337,55	
NATIVIDADE-TO	925.400,00	
NAVEGANTES-SC	8.493.499,70	
NAVIRAÍ-MS	10.223.873,10	
NAZARE DA MATA-PE	3.251.504,83	
NAZARE PAULISTA-SP	787.753,97	
NAZARE-BA	758.708,23	
NAZARENO-MG	220.310,00	
NAZARE-TO	120.800,00	
NAZARIO-GO	2.592.721,85	
NEOPOLIS-SE	314.342,24	
NEPOMUCENO-MG	2.358.604,69	
NEROPOLIS-GO	301.020,73	
NEVES PAULISTA-SP	1.745.325,53	
NHANDEARA-SP	506.530,69	
NICOLAU VERGUEIRO-RS	320.710,00	
NILOPOLIS-RJ	16.257.282,60	
NIOQUÊ-MS	514.850,00	
NIQUELANDIA-GO	141.589.422,37	
NISIA FLORESTA-RN	458.843,00	
NITERÓI-RJ	130.705.798,59	
NOBRES-MT	26.099.723,03	
NOMOI-RS	4.748.793,40	
NORDESTINA-BA	39.747,60	
NORTELÂNDIA-MT	1.930.163,34	
NOSSA SENHORA APARECIDA-SE	992.500,00	
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE	2.950.763,87	
NOSSA SENHORA DAS DORES-SE	588.030,74	
NOSSA SENHORA DAS GRACAS-PR	101.474,78	
NOSSA SENHORA DE LOURDES-SE	48.244,44	
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT	526.280,00	
NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE	8.415.778,87	
NOVA ALIANÇA-SP	1.345.600,00	
NOVA ALVORADA DO SUL-MS	84.587.102,86	
NOVA ALVORADA-RS	1.192.084,00	
NOVA AMÉRICA DA COLINA-PR	7.317,18	
NOVA AMÉRICA-GO	72.800,00	
NOVA ANDRADINA-MS	5.064.089,82	
NOVA ARACA-RS	2.880.027,75	
NOVA AURORA-GO	342.000,00	
NOVA AURORA-PR	2.152.069,19	
NOVA BANDEIRANTES-MT	691.708,71	
NOVA BASSANO-RS	29.792.989,33	
NOVA BOA VISTA-RS	427.550,00	
NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE-RO	867.487,48	
NOVA BRASILÂNDIA-MT	431.680,00	
NOVA BRESCIA-RS	380.920,88	
NOVA CAMPINA-SP	2.384.600,00	
NOVA CANAÁ DO NORTE-MT	2.017.654,84	
NOVA CANAÁ PAULISTA-SP	351.548,00	

		<i>Em Reais</i>
Município-UF	Valor da Liberação	
NOVA CANAÁ-BA	23.390,44	
NOVA CANDELARIA-RS	418.400,00	
NOVA CANTU-PR	1.080.430,90	
NOVA CASTILHO-SP	118.820,00	
NOVA COLINAS-MA	249.800,00	
NOVA CRIXAS-GO	1.145.575,86	
NOVA CRUZ-RN	519.963,18	
NOVA ERA-MG	6.031.081,86	
NOVA ERECHIM-SC	6.353.337,71	
NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE-PR	1.097.555,82	
NOVA ESPERANÇA-PR	7.714.958,42	
NOVA EUROPA-SP	24.600.290,39	
NOVA FATIMA-PR	870.693,71	
NOVA FLORESTA-PB	155.394,58	
NOVA FRIBURGO-RJ	19.839.425,67	
NOVA GLÓRIA-GO	515.982,58	
NOVA GRANADA-SP	3.008.026,92	
NOVA GUARITA-MT	33.163,47	
NOVA HARTZ-RS	3.473.827,62	
NOVA IGUAÇU DE GOIÁS-GO	494.086,00	
NOVA IGUAÇU-RJ	50.242.840,02	
NOVA INDEPENDÊNCIA-SP	2.442.814,76	
NOVA IORQUÊ-MA	105.000,00	
NOVA IPIXUNA-PA	71.310,00	
NOVA ITABERABA-SC	591.000,00	
NOVA LACERDA-MT	504.348,17	
NOVA LARANJEIRAS-PR	416.171,11	
NOVA LIMA-MG	73.663.801,70	
NOVA LONDRIANA-PR	6.373.190,63	
NOVA MAMORE-RO	1.585.618,64	
NOVA MARINGÁ-MT	2.071.062,90	
NOVA MODICA-MG	30.525,00	
NOVA MONTE VERDE-MT	1.906.962,89	
NOVA MUTUM-MT	37.572.836,38	
NOVA NAZARE-MT	92.800,00	
NOVA ODESSA-SP	11.390.525,21	
NOVA OLÍMPIA-MT	908.177,88	
NOVA OLÍMPIA-PR	503.450,00	
NOVA OLÍNDIA DO MARANHÃO-MA	96.681,99	
NOVA OLÍNDIA DO NORTE-AM	80.370,00	
NOVA OLÍNDIA-CE	815.328,07	
NOVA OLÍNDIA-PB	52.447,50	
NOVA OLÍNDIA-TO	782.787,12	
NOVA PADUA-RS	317.100,00	
NOVA PALMA-RS	1.035.487,93	
NOVA PETROPOLIS-RS	8.564.423,03	
NOVA PONTE-MG	2.891.082,69	
NOVA PORTEIRINHA-MG	98.900,00	
NOVA PRATA DO IGUAÇU-PR	3.665.624,95	
NOVA PRATA-RS	7.931.222,12	
NOVA RAMADA-RS	1.262.566,65	
NOVA RESENDE-MG	692.026,08	
NOVA ROMA DO SUL-RS	1.855.504,90	
NOVA ROMA-GO	409.030,00	
NOVA ROSALÂNDIA-TO	150.080,00	
NOVA RUSSAS-CE	309.857,98	
NOVA SANTA BARBARA-PR	212.400,00	
NOVA SANTA HELENA-MT	130.477,54	
NOVA SANTA RITA-RS	2.718.957,58	
NOVA SANTA ROSA-PR	3.390.873,59	
NOVA SERRANA-MG	8.936.166,34	
NOVA SOURE-BA	211.323,83	
NOVA TEBAS-PR	480.770,18	
NOVA TRENTO-SC	4.063.092,42	
NOVA UBIRATA-MT	11.776.879,70	
NOVA UNIAO-MG	287.770,00	
NOVA VENEZIA-ES	4.072.639,11	
NOVA VENEZA-GO	1.923.322,13	
NOVA VENEZA-SC	10.208.492,02	
NOVA VICOSA-BA	2.714.712,83	

	Em Reais
Município-UF	Valor da Liberação
NOVA XAVANTINA-MT	1.063.935,10
NOVAIS-SP	2.002.065,83
NOVO AÍRAO-AM	160.000,00
NOVO ALEGRE-TO	25.028,24
NOVO BARREIRO-RS	671.668,00
NOVO CABRAIS-RS	934.310,00
NOVO CRUZEIRO-MG	1.225.450,95
NOVO GAMA-GO	894.038,78
NOVO HAMBURGO-RS	61.476.288,74
NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT	224.608,17
NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO	5.787,07
NOVO HORIZONTE DO SUL-MS	26.110,71
NOVO HORIZONTE-BA	328.250,00
NOVO HORIZONTE-SC	1.776.020,00
NOVO HORIZONTE-SP	42.406.249,59
NOVO ITACOLOMI-PR	200.374,45
NOVO JARDIM-TO	23.134,50
NOVO LINO-AL	48.491,66
NOVO MACHADO-RS	324.500,00
NOVO MUNDO-MT	10.008.221,44
NOVO ORIENTE DE MINAS-MG	184.848,00
NOVO ORIENTE-CE	180.000,00
NOVO PLANALTO-GO	230.400,00
NOVO PROGRESSO-PA	841.817,61
NOVO REPARTIMENTO-PA	593.700,66
NOVO SÃO JOAQUIM-MT	2.945.640,85
NOVO TIRADENTES-RS	248.591,00
NOVO TRIUNFO-BA	5.208,77
NOVO XINGU-RS	147.000,00
NOVO HORIZONTE-MG	109.200,00
NUFORANGA-SP	3.051.973,47
OBIDOS-PA	177.802,69
OCAIRA-CE	1.126.984,75
OCAUCU-SP	748.833,68
OEIRAS DO PARA-PA	98.400,00
OEIRAS-PI	515.165,32
OIAPOQUE-AP	65.014,50
OLARIA-MG	8.500,00
OLHOS D'ÁGUA-MG	334.600,00
OLIMPIA-SP	48.563.840,88
OLÍMPIO NORONHA-MG	13.000,00
OLINDA-PE	62.874.101,34
OLINDINA-BA	129.250,00
OLIVEIRA DE FATIMA-TO	108.000,00
OLIVEIRA DOS BREJINHOS-BA	99.695,22
OLIVEIRA FORTES-MG	93.620,10
OLIVEIRA-MG	5.076.945,18
ONÇA DE PITANGUI-MG	411.520,00
ONDA VERDE-SP	68.908,76
ORATORIOS-MG	592.218,73
ORIENTE-SP	795.053,47
ORINDIÚVA-SP	3.812.065,18
ORIXIMINA-PA	5.584.771,97
ORIZANIA-MG	7.150,44
ORIZONA-GO	4.584.055,87
ORLANDIA-SP	10.872.285,83
ORLEANS-SC	31.735.171,79
OROBÓ-PE	171.000,00
OROS-CE	628.369,92
ORTIGUEIRA-PR	2.894.546,15
OSASCO-SP	286.002.430,63
OSCAR BRESSANE-SP	188.000,00
OSÓRIO-RS	10.195.952,29
OSVALDO CRUZ-SP	28.584.395,99
OTACILIO COSTA-SC	3.340.810,24
OURÉM-PA	3.294.861,20
OURICANGAS-BA	7.508,92
OURICURI-PE	1.722.082,77
OURILANDIA DO NORTE-PA	294.368,38
OURINHOS-SP	25.801.628,95

	Em Reais
Município-UF	Valor da Liberação
OURIZONA-PR	651.462,62
OURO BRANCO-AL	1.118.994,00
OURO BRANCO-MG	16.712.289,86
OURO FINO-MG	1.408.647,81
OURO PRETO DO OESTE-RO	3.340.309,00
OURO PRETO-MG	9.048.126,18
OURO VERDE DE GOIAS-GO	255.140,00
OURO VERDE DE MINAS-MG	171.900,00
OURO VERDE DO OESTE-PR	2.302.747,73
OURO VERDE-SC	741.900,00
OURO VERDE-SP	508.315,34
OUROESTE-SP	447.563,10
OURILANDIA-BA	673.600,00
OURO-RS	8.500,00
OURO-SC	1.086.760,91
PACAEMBU-SP	1.342.971,45
PACAIA-PA	529.079,52
PACAJUS-CE	6.534.453,33
PACATUBA-CE	2.957.269,04
PACATUBA-SE	370.000,00
PACÓ DO LUMIAR-MA	1.572.041,63
PACOTI-CE	434.250,48
PADRE BERNARDO-GO	2.438.148,60
PADRE PARAÍSO-MG	1.107.742,73
PAI PEDRO-MG	97.896,00
PAIAL-SC	126.000,00
PACANDU-PR	2.154.960,08
PAIM FILHO-RS	895.974,03
PAINEIRAS-MG	150.000,00
PAINEL-SC	223.801,23
PAINS-MG	4.274.148,20
PAJEU DO PIAUI-PI	38.718,78
PALESTINA DE GOIAS-GO	73.329,07
PALESTINA DO PARA-PA	12.312,42
PALESTINA-SP	16.274.748,51
PALHOCA-SC	18.649.678,73
PALMA SOLA-SC	5.217.755,60
PALMA-MG	671.880,00
PALMARES DO SUL-RS	1.936.873,16
PALMARES PAULISTA-SP	1.766.005,57
PALMARES-PE	1.600.635,63
PALMAS DE MONTE ALTO-BA	544.302,16
PALMAS-PR	12.913.324,76
PALMAS-TO	82.100.768,79
PALMEIRA DAS MISSOES-RS	18.470.787,79
PALMEIRA DO PIAUI-PI	1.470.818,95
PALMEIRA DO OESTE-SP	1.165.885,22
PALMEIRA DOS INDIOS-AL	908.145,08
PALMEIRAS-PI	134.800,00
PALMEIRANTE-TO	242.000,00
PALMEIRA-PR	21.226.219,50
PALMEIRAS DE GOIAS-GO	6.323.353,62
PALMEIRAS DO TOCANTINS-TO	240.600,00
PALMEIRAS-BA	117.153,00
PALMEIRA-SC	909.853,00
PALMEIROPOLIS-TO	2.080.854,16
PALMINOPOLIS-GO	214.890,00
PALMITAL-PR	1.011.169,43
PALMITAL-SP	4.375.830,32
PALMITINHO-RS	330.184,52
PALMITOS-SC	13.851.570,32
PALMOPOLIS-MG	175.500,00
PALOTINA-PR	18.914.382,25
PANAMA-GO	106.000,00
PANAMBÍ-RS	21.164.880,30
PANCAS-ES	565.783,42
PANELAS-PE	69.029,59
PANORAMA-SP	5.287.678,13
PANTANO GRANDE-RS	3.294.743,28
PAO DE ACÚCAR-AL	17.031,59

Município-UF	Valor da Liberação
PAPAGAIOS-MG	5.161.057,61
PAPANDUVA-SC	9.907.435,94
PARA DE MINAS-MG	19.494.153,63
PARACAMBI-RJ	3.238.329,82
PARACATU-MG	16.987.005,78
PARACURU-CE	355.185,30
PARAGOMINAS-PA	14.396.178,82
PARAGUACU PAULISTA-SP	35.147.436,44
PARAGUACU-MG	3.285.207,88
PARAIBA DO SUL-RJ	1.740.855,43
PARAIBANO-MA	109.295,68
PARAIBUNA-SP	929.011,00
PARAIPABA-CE	3.862.955,77
PARAI-RS	4.437.406,77
PARAÍSO DO NORTE-PR	6.483.437,13
PARAÍSO DO SUL-RS	992.763,02
PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	7.337.234,54
PARAISÓPOLIS-MG	403.572,60
PARAÍSO-SC	71.029,11
PARAÍSO-SP	3.838.797,18
PARAMBU-CE	754.217,77
PARAMIRIM-BA	742.560,06
PARAMOTI-CE	15.809,10
PARANACITY-PR	25.873.448,70
PARANAQUA-PR	58.837.483,31
PARANAÍBA-MS	5.734.535,28
PARANAÍGUARA-GO	1.086.934,26
PARANAÍTA-MT	809.550,52
PARANAPANEMA-SP	4.975.848,63
PARANAPOEMA-PR	856.124,00
PARANAPUA-SP	283.880,49
PARANATINGA-MT	3.286.786,33
PARANA-TO	365.308,00
PARANAVAL-PR	20.944.005,11
PARANHOS-MS	170.100,00
PARAPEBA-MG	8.098.081,78
PARAPUA-SP	2.129.034,41
PARATINGA-BA	327.715,05
PARATI-RJ	1.158.082,20
PARAUPEBAS-PA	14.304.418,17
PARAUNA-GO	18.994.368,14
PARDINHO-SP	3.528.567,14
PARÉCI NOVO-RS	1.947.449,06
PARÉCIS-RO	69.156,48
PARÉLHAS-RN	406.099,22
PARINTINS-AM	378.546,60
PARIPIRANGA-BA	1.229.319,75
PARIPUEIRA-AL	54.822,43
PARIQUERA-ACU-SP	8.428.264,04
PARISI-SP	713.762,00
PARNAÍBA-PI	4.472.516,54
PARNAMIRIM-PE	337.222,45
PARNAMIRIM-RN	17.589.632,36
PARNARAMA-MA	4.003,85
PAROBE-RS	5.090.422,18
PASSA E FICA-RN	692.970,33
PASSA QUATRO-MG	878.439,12
PASSA SETE-RS	740.040,00
PASSA TEMPO-MG	1.197.975,76
PASSAGEM FRANCA-MA	303.680,03
PASSIRA-PE	121.754,40
PASSO DE TORRES-SC	5.848,20
PASSO DO SOBRADO-RS	787.119,00
PASSO FUNDO-RS	74.688.786,95
PASSOS MAIA-SC	827.824,00
PASSOS-MG	12.863.337,16
PASTOS BONOS-MA	1.536.772,65
PATIS-MG	265.000,00
PATÓ BRAGADO-PR	787.505,78
PATÓ BRANCO-PR	33.239.011,60

Município-UF	Valor da Liberação
PATOS DE MINAS-MG	32.488.484,10
PATOS-PB	1.742.118,80
PATROCÍNIO DO MURIAE-MG	1.824.679,81
PATROCÍNIO PAULISTA-SP	6.013.684,21
PATROCÍNIO-MG	28.404.439,22
PATU-RN	47.844,17
PATY DO ALFERES-RJ	2.089.518,63
PAU BRASIL-BA	274.632,08
PAU D'ARCO-PA	60.553,67
PAU D'ARCO-TO	17.409,99
PAU DOS FERROS-RN	840.957,25
PAUDALHO-PE	2.858.628,50
PAULA CANDIDO-MG	529.786,90
PAULA FREITAS-PR	1.300.815,00
PAULICEIA-SP	1.232.811,32
PAULÍNIA-SP	79.186.265,10
PAULISTANA-PI	144.157,34
PAULISTANIA-SP	68.150,00
PAULISTA-PB	157.152,08
PAULISTA-PE	13.304.125,02
PAULISTAS-MG	4.651,04
PAULO AFONSO-BA	2.862.830,61
PAULO BENTO-RS	1.656.753,00
PAULO DE FARIA-SP	271.802,84
PAULO FRONTIN-PR	2.828.025,00
PAULO LOPES-SC	2.430.788,33
PAULO RAMOS-MA	75.822,02
PAVAO-MG	542.679,56
PAVERAMA-RS	4.016.122,18
PE DE SERRA-BA	414.950,00
PEABIRU-PR	2.631.944,14
PECANHA-MG	250.885,57
PEDERNEIRAS-SP	24.751.255,62
PEDRA AZUL-MG	552.911,86
PEDRA BELA-SP	98.804,82
PEDRA BONITA-MG	434.050,00
PEDRA BRANCA DO AMAPARI-AP	578.065,00
PEDRA BRANCA-CE	612.254,63
PEDRA DO INDAÍA-MG	227.206,73
PEDRA MOLE-SE	276.000,00
PEDRA PRETA-MT	14.278.067,02
PEDRALVA-MG	249.800,03
PEDRANÓPOLIS-SP	95.325,00
PEDRA-PE	51.983,81
PEDRAS ALTAS-RS	729.838,00
PEDRAS DE FOGO-PB	34.050,18
PEDRAS DE MARIA DA CRUZ-MG	527.296,36
PEDRAS GRANDES-SC	662.759,30
PEDREGULHO-SP	3.142.210,85
PEDREIRAS-MA	1.287.452,42
PEDREIRA-SP	11.159.250,22
PEDRINHAS PAULISTA-SP	190.490,42
PEDRINHAS-SE	121.100,00
PEDRINÓPOLIS-MG	524.880,00
PEDRO AFONSO-TO	1.058.089,30
PEDRO ALEXANDRE-BA	289.250,00
PEDRO CANÁRIO-ES	1.078.850,07
PEDRO GOMES-MS	785.503,80
PEDRO II-PI	307.380,00
PEDRO LEOPOLDO-MG	25.877.811,88
PEDRO OSÓRIO-RS	1.362.316,04
PEDRO REGIS-PB	5.976,82
PEIXE-TO	1.065.788,00
PEIXOTO DE AZEVEDO-MT	2.406.065,61
PEJUOCARA-RS	5.150.100,00
PELOTAS-RS	51.680.748,17
PENAFORTE-CE	150.000,00
PENAPÓLIS-SP	8.069.719,17
PENDÊNCIAS-RN	21.138,48
PENEDO-AL	191.972,71

	Município-UF	Valor da Liberação
		<i>Em Reais</i>
	PENHA-SC	4.895.559,71
	PENTECOSTE-CE	39.397,11
	PEQUERI-MG	520.641,74
	PEQUI-MG	240.750,00
	PERDIGAO-MG	280.999,23
	PERDIZES-MG	4.358.223,48
	PERDOES-MG	4.618.480,85
	PEREIRA BARRETO-SP	5.724.205,14
	PEREIRAS-SP	1.237.200,00
	PEREIRO-CE	190.760,69
	PERIQUITO-MG	551.440,00
	PERITIBA-SC	471.129,00
	PERITORO-MA	98.150,00
	PEROBAL-PR	611.210,00
	PEROLA DOESTE-PR	2.781.568,15
	PEROLANDIA-GO	538.500,00
	PEROLA-PR	858.604,72
	PERUIBE-SP	880.876,13
	PESCADOR-MG	39.548,21
	PESQUEIRA-PE	1.063.222,25
	PETROLANDIA-PE	961.132,80
	PETROLANDIA-SC	2.618.216,91
	PETROLINA DE GOIAS-GO	1.138.610,00
	PETROLINA-PE	30.270.262,04
	PETROPOLIS-RJ	38.291.732,68
	PIACATU-SP	2.311.700,00
	PIANCO-PB	485.551,00
	PIATA-BA	32.003,34
	PICADA CAFE-RS	526.767,89
	PICARRA-PA	421.199,80
	PICOS-PI	4.596.272,68
	PIQUI-PB	178.342,82
	PIEDADE DE CARATINGA-MG	211.671,71
	PIEDADE DE PONTÉ NOVA-MG	201.000,00
	PIEDADE DO RIO GRANDE-MG	885.808,00
	PIEDADE DOS GERAIS-MG	32.934,04
	PIEDADE-SP	3.341.715,12
	PIEN-PR	1.817.894,17
	PILAR DE GOIAS-GO	128.000,00
	PILAR DO SUL-SP	10.307.587,54
	PILAR-AL	441.431,46
	PILAR-PB	22.933,70
	PILOES-RN	20.312,77
	PIMENTA BUENO-RO	7.047.004,16
	PIMENTA-MG	611.026,99
	PIMENTEIRAS DO OESTE-RO	311.100,00
	PIMENTEIRAS-PI	204.120,00
	PINDAI-BA	104.500,00
	PINDAMONHANGABA-SP	14.123.784,13
	PINDARE MIRIM-MA	44.524,05
	PINDORAMA DO TOCANTINS-TO	1.198.122,00
	PINDORAMA-SP	2.756.270,14
	PINHAI-PR	34.396.247,83
	PINHAL DA SERRA-RS	48.660,00
	PINHAL GRANDE-RS	985.680,52
	PINHAL-RS	1.239.803,20
	PINHALZINHO-SC	8.977.114,10
	PINHALZINHO-SP	1.992.282,16
	PINHÃO-PR	4.727.739,89
	PINHÃO-SE	346.000,00
	PINHEIRAL-RJ	1.322.036,11
	PINHEIRINHO DO VALE-RS	491.500,00
	PINHEIRO MACHADO-RS	1.218.287,46
	PINHEIRO PRETO-SC	8.123.010,21
	PINHEIRO-MA	2.386.118,49
	PINHEIROS-ES	5.625.452,25
	PINTADAS-BA	91.600,00
	PINTOPOLIS-MG	97.198,20
	PIO XII-MA	126.160,00
	PIQUETE-SP	455.666,51

	Município-UF	Valor da Liberação
		<i>Em Reais</i>
	PIRACAJIA-SP	386.291,73
	PIRACANJUBA-GO	5.461.551,57
	PIRACEMA-MG	340.389,53
	PIRACICABA-SP	181.103.050,73
	PIRACURUCA-PI	1.973.150,67
	PIRAÍ DO SUL-PR	6.514.339,17
	PIRAÍ-RJ	2.490.911,61
	PIRAJUBA-MG	3.104.288,00
	PIRAJUI-SP	3.373.914,36
	PIRAJUI-SP	3.334.156,32
	PIRAMBU-SE	145.000,00
	PIRANGA-MG	439.977,19
	PIRANGI-SP	5.577.215,22
	PIRANGUINHO-MG	842.562,89
	PIRANHAS-GO	1.457.912,15
	PIRAPETINGA-MG	1.762.136,99
	PIRAPORA DO BOM JESUS-SP	339.886,90
	PIRAPORA-MG	27.301.498,10
	PIRAPO-RS	266.365,10
	PIRAPOZINHO-SP	2.656.436,44
	PIRAQUARA-PR	3.468.050,73
	PIRAQUE-TO	121.500,00
	PIRASSUNUNGA-SP	20.838.143,19
	PIRATININGA-SP	899.500,00
	PIRATINI-RS	1.125.335,69
	PIRATUBA-SC	131.983,68
	PIRAUBA-MG	271.509,98
	PIRENOPOLIS-GO	295.705,14
	PIRES DO RIO-GO	2.328.484,49
	PIRIPIRI-PI	955.975,88
	PIRITIBA-BA	245.865,00
	PIRIPITUBA-PB	36.750,35
	PITANGA-PR	7.331.497,10
	PITANGUEIRAS-PR	90.000,00
	PITANGUEIRAS-SP	69.854.179,76
	PITANGUI-MG	2.675.347,89
	PIUMA-ES	731.605,44
	PIUMHI-MG	6.974.705,73
	PIUM-TO	414.600,00
	PLACIDO DE CASTRO-AC	80.000,00
	PLANALTA DO PARANA-PR	1.890.728,80
	PLANALTA-GO	1.973.859,97
	PLANALTO ALEGRE-SC	390.605,75
	PLANALTO DA SERRA-MT	1.489.847,67
	PLANALTO-BA	176.222,00
	PLANALTO-PR	4.124.149,73
	PLANALTO-RS	1.278.494,48
	PLANALTO-SP	8.069.432,28
	PLANURA-MG	1.217.313,42
	PLATINA-SP	2.325.463,93
	POA-SP	20.290.738,45
	POCAO-PE	249.263,50
	POCINHOS-PB	50.334,81
	POCO DAS ANTAS-RS	267.700,00
	POCO FUNDO-MG	1.511.904,23
	POCO REDONDO-SE	22.000,00
	POCO VERDE-SE	7.100.104,90
	POCOES-BA	1.797.924,16
	POCONE-MT	5.278.422,96
	POCOS DE CALDAS-MG	39.252.899,41
	POCRANE-MG	241.300,00
	POJUCA-BA	5.255.119,51
	POLONI-SP	1.090.853,84
	POMBAL-PB	572.267,88
	POMBOS-PE	6.546.586,50
	POMERODE-SC	16.711.358,12
	POMPEIA-SP	19.128.083,68
	POMPEU-MG	2.415.099,27
	PONGAI-SP	265.000,00
	PONTA DE PEDRAS-PA	98.400,00

	Em Reais
Município-UF	Valor da Liberação
PONTA GROSSA-PR	183.912.455,86
PONTA PORÁ-MS	9.877.249,55
PONTAL DO ARAGUAIA-MT	211.284,95
PONTAL DO PARANA-PR	1.197.000,00
PONTALINA-GO	4.048.479,74
PONTALUNDA-SP	308.570,00
PONTAL-SP	44.146.580,21
PONTÃO-RS	1.198.300,00
PONTE ALTA DO BOM JESUS-TO	6.387,80
PONTE ALTA DO NORTE-SC	814.783,21
PONTE ALTA DO TOCANTINS-TO	86.800,00
PONTE ALTA-SC	557.121,28
PONTE BRANCA-MT	102.800,00
PONTE NOVA-MG	5.319.024,97
PONTE PRETA-RS	667.292,97
PONTE SERRADA-SC	1.743.389,80
PONTES E LACERDA-MT	2.558.893,72
PONTES GESTAL-SP	1.910.888,44
PONTO CHIQUE-MG	193.370,00
PONTO DOS VOLANTES-MG	142.450,00
PONTO NOVO-BA	107.421,85
POPULINA-SP	372.987,80
PORANGABA-SP	193.930,66
PORANGATU-GO	9.067.652,98
PORCIUNCULA-RJ	185.200,25
PORECATU-PR	2.639.161,38
PORTALEGRE-RN	436.643,38
PORTÃO-RS	25.998.494,25
PORTEIRÃO-GO	1.610.000,00
PORTÉIRINHA-MG	852.220,29
PORTELANDIA-GO	282.259,49
PORTO ACRE-AC	868.100,00
PORTO ALEGRE DO NORTE-MT	8.838,19
PORTO ALEGRE-RS	586.315.649,63
PORTO AMAZONAS-PR	349.190,00
PORTO BARREIRO-PR	689.483,00
PORTO BELO-SC	1.230.926,16
PORTO CALVO-AL	246.000,00
PORTO DA FOLHA-SE	201.000,00
PORTO DE PEDRAS-AL	112.500,00
PORTO DO MANGUE-RN	5.911,89
PORTO DOS GAUCHOS-MT	2.611.057,13
PORTO ESPERIDIAO-MT	1.011.980,20
PORTO ESTRELA-MT	2.117,74
PORTO FELIZ-SP	17.128.133,36
PORTO FERREIRA-SP	45.709.026,94
PORTO FIRME-MG	749.709,03
PORTO FRANCO-MA	2.716.602,92
PORTO GRANDE-AP	211.342,14
PORTO LUCENA-RS	533.680,00
PORTO MAUA-RS	498.500,00
PORTO MURTINHO-MS	991.416,05
PORTO NACIONAL-TO	3.864.890,95
PORTO REAL-RJ	122.635.555,83
PORTO RICO-PR	347.713,46
PORTO SEGURO-BA	2.213.189,72
PORTO UNIAO-SC	8.785.503,80
PORTO VELHO-RS	2.703.774.686,28
PORTO VITORIA-PR	900.000,88
PORTO XAVIER-RS	2.464.488,75
POSSE-GO	4.416.874,01
POTE-MG	736.258,91
POTENCI-CE	7.882,67
POTIM-SP	460.881,29
POTIRAGUA-BA	243.538,60
POTIRENDABA-SP	14.400.283,44
POUSO ALEGRE-MG	162.718.210,28
POUSO ALTO-MG	288.072,25
POUSO NOVO-RS	598.000,00
POUSO REDONDO-SC	6.436.418,57

	Em Reais
Município-UF	Valor da Liberação
POXOREO-MT	2.136.138,70
PRACINHA-SP	157.739,14
PRADO FERREIRA-PR	892.550,00
PRADO-BA	874.567,45
PRADOPOLIS-SP	73.112.326,43
PRADOS-MG	1.042.925,00
PRAIA GRANDE-SC	5.802.323,20
PRAIA GRANDE-SP	26.154.708,53
PRÁINHA-PA	154.351,20
PRANCHITA-PR	4.490.314,09
PRATA-MG	6.874.735,19
PRATANIA-SP	1.088.242,56
PRATAPOLIS-MG	2.703.215,76
PRATINHA-MG	392.597,24
PRESIDENTE ALVES-SP	357.120,00
PRESIDENTE BERNARDES-SP	4.171.572,15
PRESIDENTE CASTELO BRANCO-PR	1.528.819,41
PRESIDENTE CASTELO BRANCO-SC	825.300,00
PRESIDENTE DUTRA-BA	96.204,00
PRESIDENTE DUTRA-MA	5.893.918,89
PRESIDENTE EPITACIO-SP	1.416.095,48
PRESIDENTE FIGUEIREDO-AM	1.449.927,20
PRESIDENTE GETULIO-SC	4.063.220,31
PRESIDENTE JANIÓ QUADROS-BA	1.021.634,01
PRESIDENTE KENNEDY-ES	319.000,00
PRESIDENTE KENNEDY-TO	45.527,13
PRESIDENTE KUBITSCHKE-MG	83.700,00
PRESIDENTE LUCENA-RS	1.213.591,43
PRESIDENTE MEDICI-MA	184.400,00
PRESIDENTE MEDICI-RO	778.819,21
PRESIDENTE NEREU-SC	336.500,00
PRESIDENTE OLEGARIO-MG	5.823.462,93
PRESIDENTE PRUDENTE-SP	58.831.637,54
PRESIDENTE TANCREDO NEVES-BA	5.153,00
PRESIDENTE VENCESLAU-SP	7.923.729,24
PRIMAVERA DO LESTE-MT	169.582.539,44
PRIMAVERA-PE	249.297,49
PRIMEIRO DE MAIO-PR	2.688.577,02
PRINCESA ISABEL-PB	479.781,24
PRINCESA-SC	1.999.625,83
PROGRESSO-RS	418.250,00
PROMISSÃO-SP	3.669.776,26
PRÓPRIA-SE	496.163,42
PROTÁSIO ALVES-RS	488.300,00
PRUDENTE DE MORAIS-MG	1.176.727,57
PRUDENTOPOLIS-PR	11.336.059,95
PUGMIL-TO	452.400,00
PUTINGA-RS	887.555,00
PUXINANA-PB	1.185.275,76
QUADRA-SP	162.550,00
QUARAI-RS	1.442.338,45
QUARTEL GERAL-MG	177.314,00
QUARTO CENTENÁRIO-PR	1.381.704,80
QUATA-SP	65.765.557,65
QUATIGUA-PR	2.346.691,01
QUATIS-RJ	348.707,62
QUATRO BARRAS-PR	17.088.650,56
QUATRO IRMÃOS-RS	638.400,00
QUATRO PONTES-PR	2.786.778,33
QUEDAS DO IGUAÇU-PR	5.078.272,48
QUEIMADA NOVA-PI	172.000,00
QUEIMADAS-BA	208.590,99
QUEIMADAS-PB	1.255.559,74
QUEIMADOS-RJ	1.973.489,36
QUEIROZ-SP	6.313.176,56
QUELUZ-SP	105.837.694,15
QUERÊNCIA DO NORTE-PR	1.361.750,00
QUERÊNCIA-MT	13.485.751,83
QUEVEDOS-RS	1.289.678,84
QUJINGUE-BA	83.753,00

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
QUILOMBO-SC	3.250.146,59
QUINTA DO SOL-PR	1.461.137,51
QUINTANA-SP	431.500,00
QUINZE DE NOVEMBRO-RS	1.001.642,96
QUIRINÓPOLIS-GO	25.759.006,08
QUISSAMA-RJ	757.044,91
QUITANDINHA-PR	2.710.472,04
QUITERIANÓPOLIS-CE	202.474,72
QUIXABA-PE	127.143,00
QUIXABEIRA-BA	50.000,00
QUIXADA-CE	1.742.381,60
QUIXELO-CE	322.500,00
QUIXERAMOBIM-CE	598.098,94
QUIXERE-CE	395.137,70
RAFAEL GÓDEIRO-RN	12.633,91
RAFAEL JAMBEIRO-BA	201.980,00
RAFARD-SP	9.723.104,58
RAMILÂNDIA-PR	79.470,00
RANCHARIA-SP	7.045.788,82
RANCHO ALEGRE DOESTE-PR	5.586.342,86
RANCHO ALEGRE-PR	684.000,00
RANCHO QUEIMADO-SC	243.985,37
RAPOSA-MA	231.400,00
RAPOSOS-MG	438.814,49
RAUL SOARES-MG	1.436.575,80
REALIZA-PR	7.024.090,34
REBOUCAS-PR	1.613.239,15
RECIFE-PE	365.129.323,66
RECREIO-MG	863.218,02
REDENÇÃO DA SERRA-SP	733.660,00
REDENÇÃO DO BURGUÊIA-PI	148.355,73
REDENÇÃO-CE	72.408,06
REDENÇÃO-PA	4.646.863,77
REDENTORA-RS	97.200,00
REDUTO-MG	73.950,00
REGENERAÇÃO-PI	1.143.427,06
REGENTE FELIX-SP	5.706.795,78
REGINÓPOLIS-SP	262.500,00
REGISTRO-SP	195.895.518,70
RELVADO-RS	278.100,00
REMANSO-BA	1.136.656,43
REMÍGIO-PB	169.928,22
RENASCENÇA-PR	3.872.588,57
REPIUTABA-CE	318.670,00
RESENDE COSTA-MG	429.300,00
RESENDE-RJ	283.327.256,72
RESERVA DO CABACAL-MT	15.750,00
RESERVA DO IGUAÇU-PR	928.500,00
RESERVA-PR	5.182.717,82
RESPLENDOR-MG	379.694,93
RESSACUINHA-MG	294.660,80
RESTINGA SECA-RS	8.841.887,40
RESTINGA-SP	1.223.887,14
RETIROLÂNDIA-BA	218.765,00
RIACHÃO DAS NEVES-BA	8.556.232,82
RIACHÃO DO JACUIPE-BA	981.101,19
RIACHÃO-MA	2.451.137,00
RIACHINHO-MG	372.420,00
RIACHINHO-TO	74.760,00
RIACHO DA CRUZ-RN	31.527,93
RIACHO DAS ALMAS-PE	134.000,00
RIACHO DE SANTANA-BA	320.218,37
RIACHO DE SANTANA-RN	150.750,00
RIACHO DOS CAVALOS-PB	48.679,45
RIACHUELO-SE	544.950,00
RIALMA-GO	1.778.471,19
RIANÓPOLIS-GO	4.829.796,41
RIBAMAR FIQUENE-MA	148.820,00
RIBAS DO RIO PARDO-MS	4.820.159,47
RIBEIRA DO AMPARO-BA	4.546,00

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
RIBEIRA DO POMBAL-BA	2.496.868,93
RIBEIRÃO BONITO-SP	1.740.938,29
RIBEIRÃO BRANCO-SP	1.779.174,69
RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT	1.043.260,64
RIBEIRÃO CLARO-PR	1.784.110,06
RIBEIRÃO CORRENTE-SP	507.727,81
RIBEIRÃO DAS NEVES-MG	24.898.574,46
RIBEIRÃO DO PINHAL-PR	414.935,47
RIBEIRÃO DO SUL-SP	381.297,65
RIBEIRÃO DOS INDIOS-SP	186.660,00
RIBEIRÃO GRANDE-SP	320.499,99
RIBEIRÃO PIRES-SP	41.712.858,53
RIBEIRÃO PRETO-SP	271.423.703,80
RIBEIRÃO VERMELHO-MG	516.418,78
RIBEIRÃO-PE	1.241.307,21
RIBEIRÃOZINHO-MT	12.029,00
RIBEIRA-SP	155.850,00
RIBEIRO GONÇALVES-PI	1.320.105,00
RIBEIROPOLIS-SE	87.000,00
RIFAINA-SP	12.682,74
RINÇAO-SP	3.137.468,05
RINÓPOLIS-SP	9.951.121,85
RIO ACIMA-MG	503.090,10
RIO AZUL-PR	3.883.975,20
RIO BANANAL-ES	979.513,00
RIO BOM-PR	190.899,50
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR	246.055,59
RIO BONITO-RJ	5.412.034,09
RIO BRANCO DO IVAÍ-PR	100.472,68
RIO BRANCO DO SUL-PR	8.731.763,00
RIO BRANCO-AC	23.165.401,65
RIO BRANCO-MT	276.055,61
RIO BRILHANTE-MS	56.220.804,34
RIO CASCA-MG	3.028.325,54
RIO CLARO-RJ	533.105,77
RIO CLARO-SP	38.216.339,76
RIO CRESPO-RO	1.112.400,00
RIO DAS ANTAS-SC	956.642,21
RIO DAS FLORES-RJ	190.700,00
RIO DAS OSTRAS-RJ	4.752.589,92
RIO DAS PEDRAS-SP	40.892.520,01
RIO DE CONTAS-BA	339.250,00
RIO DE JANEIRO-RJ	4.451.007.518,42
RIO DO ANTONIO-BA	118.016,60
RIO DO CAMPO-SC	725.127,73
RIO DO OESTE-SC	2.193.663,95
RIO DO PIRES-BA	20.302,64
RIO DO SUL-SC	54.469.888,82
RIO DOS CEDROS-SC	2.888.063,88
RIO DOS INDIOS-RS	114.500,00
RIO FORMOSO-PE	166.600,00
RIO FORTUNA-SC	6.439.455,69
RIO GRANDE DA SERRA-SP	5.261.667,15
RIO GRANDE-RS	36.114.940,68
RIO LARGO-AL	1.824.541,43
RIO MANSO-MG	694.510,42
RIO MARIA-PA	650.070,20
RIO NEGRINHO-SC	7.136.633,23
RIO NEGRO-MS	237.672,93
RIO NEGRO-PR	8.062.131,64
RIO NEVO DO SUL-ES	2.017.781,67
RIO NOVO-MG	313.157,37
RIO PARANAIBA-MG	4.796.883,28
RIO PARDO DE MINAS-MG	807.640,12
RIO PARDO-RS	9.482.031,92
RIO PIRACICABA-MG	754.524,15
RIO POMBA-MG	3.862.843,40
RIO PRETO DA EVA-AM	50.761,06
RIO PRETO-MG	92.544,70
RIO QUENTE-GO	134.489,00

Município-UF	Valor da Liberação
RIO REAL-BA	367.040,72
RIO RUFINO-SC	366.140,00
RIO SONO-TO	123.852,55
RIO TINTO-PB	501.962,64
RIO VERDE DE MATO GROSSO-MS	2.467.717,05
RIO VERDE-GO	92.055.503,47
RIO VERMELHO-MG	92.600,00
RIOLANDIA-SP	36.560,42
RIOZINHO-RS	1.092.700,00
RIQUEZA-SC	1.957.639,02
RITAPOLIS-MG	95.874,08
RIVERSUL-SP	524.000,00
ROCA SALES-RS	1.490.470,00
ROCHEDO DE MINAS-MG	35.158,76
ROCHEDO-MG	1.825.697,57
RODEIO BONITO-RS	2.527.682,27
RODEIO-SC	2.990.338,80
RODEIRO-MG	3.562.589,95
RODELAS-BA	120.248,56
RODOLFO FERNANDES-RN	19.119,83
ROLADOR-RS	1.378.010,00
ROLANDIA-PR	31.733.899,50
ROLANTE-RS	1.950.894,27
ROLIM DE MOURA-RO	8.565.768,75
ROMARIA-MG	988.634,00
ROMELANDIA-SC	828.490,00
RONCADOR-PR	4.232.495,03
RONDA ALTA-RS	2.512.966,33
RONDINHA-RS	1.001.445,48
RONDOLANDIA-MT	143.642,90
RONDON DO PARA-PA	1.138.574,83
RONDONOPOLIS-MT	123.788.218,43
RONDON-PR	9.199.075,88
ROQUE GONZALES-RS	173.234,06
RORAINOPOLIS-RR	205.480,71
ROSANA-SP	246.624,47
ROSÁRIO DA LIMEIRA-MG	95.500,00
ROSÁRIO DO CATETE-SE	148.500,00
ROSÁRIO DO IVAI-PR	526.559,81
ROSÁRIO DO SUL-RS	6.501.595,77
ROSÁRIO OESTE-MT	298.709,80
ROSÁRIO-MA	243.918,41
ROSEIRA-SP	6.032.110,42
RUBELITA-MG	362.027,00
RUBIATABA-GO	11.900.002,29
RUBIM-MG	127.750,00
RUBINEIA-SP	66.000,00
RUIROPOLIS-PA	3.413,82
RUSSAS-CE	4.232.808,55
RUY BARBOSA-BA	727.485,40
RUY BARBOSA-RN	86.400,00
SABARA-MG	22.107.946,01
SABAUDIA-PI	2.249.833,32
SABINOPOLIS-MG	14.347,42
SABINO-SP	72.000,00
SABOIEIRO-CE	370.200,00
SACRAMENTO-MG	7.435.049,25
SAGRADA FAMILIA-RS	102.000,00
SAIRE-PE	170.000,00
SALDANHA MARINHO-RS	566.581,64
SALES OLIVEIRA-SP	18.705.588,25
SALESOPOLIS-SP	234.357,81
SALES-SP	223.716,00
SALETE-SC	1.353.516,84
SALGADINHO-PE	67.200,00
SALGADO DE SAO FELIX-PB	19.387,99
SALGADO FILHO-PR	2.050.430,27
SALGADO-SE	2.241.520,00
SALGUEIRO-PE	2.400.745,15
SALINAS DA MARGARIDA-BA	371.318,76

Município-UF	Valor da Liberação
SALINAS-MG	2.759.711,84
SALINOPOLIS-PA	317.008,84
SALITRE-CE	107.000,00
SALMOURAO-SP	158.708,29
SALOA-PE	727.566,40
SALTINHO-SC	47.510,61
SALTINHO-SP	2.591.437,27
SALTO DA DIVISA-MG	21.640,00
SALTO DE PIRAPORA-SP	5.747.818,78
SALTO DO ITARARE-PR	32.018,54
SALTO DO JACUI-RS	3.593.690,00
SALTO DO LONTRA-PR	906.789,90
SALTO GRANDE-SP	1.353.390,00
SALTO VELOSO-SC	1.539.512,68
SALTO-SP	23.671.604,15
SALVADOR DAS MISSOES-RS	934.035,12
SALVADOR DO SUL-RS	14.864.321,66
SALVADOR-BA	526.158.091,00
SALVATERRA-PA	99.400,00
SAMBAIBA-MA	699.452,00
SANANDUVA-RS	8.451.703,76
SANCLERLANDIA-GO	1.844.412,43
SANDOLANDIA-TO	6.114,10
SANDOVALINA-SP	325.170,00
SANGAO-SC	8.665.361,24
SANHARO-PE	53.465,10
SANTA ADELIA-SP	13.712.350,55
SANTA ALBERTINA-SP	981.530,29
SANTA AMELIA-PR	4.480,99
SANTA BARBARA DE GOIAS-GO	994.400,00
SANTA BARBARA DO MONTE VERDE-MG	76.500,00
SANTA BARBARA DO PARA-PA	751.808,00
SANTA BARBARA DO SUL-RS	8.300.094,63
SANTA BARBARA DO TUGURIO-MG	118.768,94
SANTA BARBARA D'OESTE-SP	143.859.564,99
SANTA BARBARA-BA	213.064,26
SANTA BARBARA-MG	2.818.556,81
SANTA BRANCA-SP	872.818,05
SANTA CARMEM-MT	2.211.084,53
SANTA CECILIA DO PAVAO-PR	480.382,81
SANTA CECILIA DO SUL-RS	433.836,72
SANTA CECILIA-PB	174.000,00
SANTA CECILIA-SC	3.771.138,64
SANTA CLARA DO SUL-RS	1.289.730,53
SANTA CLARA D'OESTE-SP	1.641.571,84
SANTA CRUZ CABRALIA-BA	173.715,10
SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE-PE	265.353,17
SANTA CRUZ DA CONCEICAO-SP	672.595,56
SANTA CRUZ DA ESPERANCA-SP	128.578,84
SANTA CRUZ DA VITORIA-BA	130.000,00
SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS-SP	10.831.234,16
SANTA CRUZ DE GOIAS-GO	666.889,00
SANTA CRUZ DE MINAS-MG	358.013,01
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR	954.906,60
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE	1.362.226,34
SANTA CRUZ DO ESCALVADO-MG	225.000,00
SANTA CRUZ DO RIO PARDO-SP	19.906.870,44
SANTA CRUZ DO SUL-RS	72.844.931,63
SANTA CRUZ DO XINGU-MT	134.100,00
SANTA CRUZ-PE	161.403,92
SANTA CRUZ-RN	197.520,32
SANTA ERNESTINA-SP	130.071,03
SANTA FE DE GOIAS-GO	306.226,80
SANTA FE DE MINAS-MG	180.000,00
SANTA FE DO ARAGUAIA-TO	507.400,00
SANTA FE DO SUL-SP	5.035.850,80
SANTA FE-PR	2.170.178,59
SANTA FILOMENA-PI	633.910,00
SANTA GERTRUDES-SP	24.661.935,37
SANTA HELENA DE GOIAS-GO	7.328.443,29

	<i>Em Reais</i>
Município-UF	Valor da Liberação
SANTA HELENA DE MINAS-MG	297.580,00
SANTA HELENA-MA	989.390,37
SANTA HELENA-PB	75.478,53
SANTA HELENA-PR	5.850.867,08
SANTA HELENA-SC	435.970,00
SANTA INES-MA	2.774.165,37
SANTA INES-PR	75.600,00
SANTA ISABEL DO IVAI-PR	2.301.698,71
SANTA ISABEL DO PARA-PA	251.493,12
SANTA ISABEL-GO	755.070,00
SANTA ISABEL-SP	13.401.634,95
SANTA IZABEL DO OESTE-PR	1.726.148,13
SANTA JULIANA-MG	2.345.943,23
SANTA LEOPOLDINA-ES	408.814,19
SANTA LUCIA-PR	624.800,00
SANTA LUCIA-SP	590.950,67
SANTA LUZIA DO NORTE-AL	22.776,18
SANTA LUZIA DO PARA-PA	792.260,00
SANTA LUZIA DO PARUA-MA	351.728,17
SANTA LUZIA D'OESTE-RD	4.877.702,00
SANTA LUZIA-BA	21.397,17
SANTA LUZIA-MA	212.826,45
SANTA LUZIA-MG	24.367.485,84
SANTA LUZIA-PB	111.044,10
SANTA MARGARIDA DO SUL-RS	1.407.599,00
SANTA MARGARIDA-MG	107.888,88
SANTA MARIA DA BOA VISTA-PE	405.112,01
SANTA MARIA DA SERRA-SP	3.252.269,00
SANTA MARIA DA VITORIA-BA	3.683.112,08
SANTA MARIA DAS BARREIRAS-PA	36.000,00
SANTA MARIA DE ITABIRA-MG	615.183,27
SANTA MARIA DE JETIBA-ES	8.959.307,89
SANTA MARIA DO CAMBUÇA-PE	84.000,00
SANTA MARIA DO HERVAL-RS	1.455.310,00
SANTA MARIA DO OESTE-PR	1.311.975,38
SANTA MARIA DO PARA-PA	656.860,68
SANTA MARIA DO SUACUI-MG	288.876,10
SANTA MARIA MADALENA-RJ	35.067,39
SANTA MARIANA-PR	2.073.473,40
SANTA MARIA-RN	97.800,00
SANTA MARIA-RS	108.589.585,02
SANTA MONICA-PR	2.483.413,92
SANTA QUITERIA-CE	1.358.748,45
SANTA RITA DE CALDAS-MG	1.894.674,00
SANTA RITA DE CASSIA-BA	208.064,00
SANTA RITA DE JACUTINGA-MG	14.219,33
SANTA RITA DE MINAS-MG	546.207,11
SANTA RITA DO ARAGUAIA-GO	468.290,85
SANTA RITA DO IBITIPOCA-MG	88.200,00
SANTA RITA DO ITUETO-MG	57.711,00
SANTA RITA DO NOVO DESTINO-GO	278.300,00
SANTA RITA DO PARDO-MS	1.683.045,00
SANTA RITA DO PASSA QUATRO-SP	12.845.932,75
SANTA RITA DO SAPUCAI-MG	2.013.348,20
SANTA RITA DO TOCANTINS-TO	36.950,00
SANTA RITA DO TRIVELATO-MT	4.230.617,76
SANTA RITA D'OESTE-SP	415.650,00
SANTA RITA-MA	1.011.500,00
SANTA RITA-PB	12.149.638,92
SANTA ROSA DA SERRA-MG	251.490,00
SANTA ROSA DE GOIAS-GO	244.118,92
SANTA ROSA DE LIMA-SC	1.040.925,00
SANTA ROSA DE VITERBO-SP	8.424.580,25
SANTA ROSA DO SUL-SC	2.420.688,85
SANTA ROSA DO TOCANTINS-TO	535.817,00
SANTA ROSA-RS	58.253.054,64
SANTA SALETE-SP	82.808,92
SANTA TERESA-ES	7.457.393,89
SANTA TERESINHA-PB	210.570,00
SANTA TEREZA DE GOIAS-GO	570.816,04

	<i>Em Reais</i>
Município-UF	Valor da Liberação
SANTA TEREZA DO OESTE-PR	7.731.167,51
SANTA TEREZINHA DE GOIAS-GO	673.937,17
SANTA TEREZINHA DE ITAIPU-PR	6.854.518,73
SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO-SC	95.000,00
SANTA TEREZINHA-MT	257.805,34
SANTA TEREZINHA-PE	135.000,00
SANTA TEREZINHA-SC	1.762.277,75
SANTA VITORIA DO PALMAR-RS	20.353.490,07
SANTA VITORIA-MG	125.512.020,43
SANTALUZ-BA	164.700,00
SANTANA DA BOA VISTA-RS	811.871,00
SANTANA DA PONTE PENSA-SP	1.585.083,24
SANTANA DA VARGEM-MG	1.049.787,16
SANTANA DE CATAGUASES-MG	58.750,00
SANTANA DE PARNAIBA-SP	37.485.957,87
SANTANA DE PIRAPAMA-MG	292.814,83
SANTANA DO ACARAU-CE	82.956,05
SANTANA DO ARAGUAIA-PA	62.449,94
SANTANA DO CARIRI-CE	152.000,00
SANTANA DO DESERTO-MG	165.436,04
SANTANA DO GARAMBEU-MG	152.340,00
SANTANA DO IPANEMA-AL	521.802,55
SANTANA DO ITARARE-PR	1.001.893,66
SANTANA DO JACARE-MG	377.259,93
SANTANA DO LIVRAMENTO-RS	7.680.415,12
SANTANA DO MANHUACU-MG	268.034,02
SANTANA DO MATOS-RN	308.814,66
SANTANA DO MUNDAU-AL	178.435,61
SANTANA DO PARAISO-MG	8.847.507,15
SANTANA DO RIACHO-MG	5.287,69
SANTANA DOS MONTES-MG	28.350,00
SANTANA-AP	2.536.126,11
SANTANA-BA	2.131.634,64
SANTAREM-PA	8.457.024,73
SANTIAGO DO SUL-SC	170.100,00
SANTIAGO-RS	10.887.279,46
SANTO AFONSO-MT	161.360,00
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ-SC	5.945.883,62
SANTO AMARO-BA	11.215.740,41
SANTO ANASTACIO-SP	2.680.674,17
SANTO ANDRE-SP	195.532.437,55
SANTO ANGELO-RS	25.142.105,97
SANTO ANTONIO DA ALEGRIA-SP	803.840,01
SANTO ANTONIO DA BARRA-GO	10.814.132,85
SANTO ANTONIO DA PATRULHA-RS	12.731.252,08
SANTO ANTONIO DA PLATINA-PR	12.041.134,30
SANTO ANTONIO DAS MISSOES-RS	2.096.680,51
SANTO ANTONIO DE GOIAS-GO	21.800,00
SANTO ANTONIO DE JESUS-BA	8.495.103,32
SANTO ANTONIO DE LISBOA-PI	26.854,55
SANTO ANTONIO DE PADUA-RJ	2.815.103,78
SANTO ANTONIO DE POSSE-SP	4.162.715,10
SANTO ANTONIO DO AMPARO-MG	495.842,00
SANTO ANTONIO DO ARACANGUA-SP	2.110.665,00
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO-MG	549.012,50
SANTO ANTONIO DO CAIUA-PR	112.500,00
SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO-GO	6.734.493,93
SANTO ANTONIO DO JACINTO-MG	595.420,89
SANTO ANTONIO DO JARDIM-SP	1.668.876,15
SANTO ANTONIO DO LESTE-MT	14.848.444,00
SANTO ANTONIO DO LEVERGER-MT	778.908,33
SANTO ANTONIO DO MONTE-MG	2.188.505,50
SANTO ANTONIO DO PALMA-RS	578.380,27
SANTO ANTONIO DO PARAISO-PR	765.900,00
SANTO ANTONIO DO PINHAL-SP	8.372,22
SANTO ANTONIO DO PLANALTO-RS	1.891.040,00
SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO-MG	354.792,00
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE-PR	4.413.516,12
SANTO ANTONIO DO TAUÁ-PA	492.360,50
SANTO ANTONIO DOS LOPES-MA	175.107,62

Município-UF	Valor da Liberação
SANTO ANTONIO-RN	141.666,50
SANTO AUGUSTO-RS	6.503.904,20
SANTO CRISTO-RS	1.990.811,72
SANTO ESTEVAO-BA	878.865,70
SANTO EXPEDITO DO SUL-RS	330.080,73
SANTO EXPEDITO-SP	483.750,00
SANTO HIPOLITO-MG	220.800,00
SANTO INACIO-PR	5.269.348,93
SANTOPOLIS DO AGUAPEI-SP	820.800,00
SANTOS DUMONT-MG	1.322.866,81
SANTOS-SP	123.618.911,63
SAO BENEDITO DO RIO PRETO-MA	453.181,44
SAO BENEDITO-CE	784.561,34
SAO BENTO ABADE-MG	296.100,00
SAO BENTO DO SAPUCAI-SP	301.693,18
SAO BENTO DO SUL-SC	43.898.130,47
SAO BENTO DO TOCANTINS-TO	90.000,00
SAO BENTO DO UNA-PE	9.020.132,78
SAO BENTO-MA	638.792,00
SAO BENTO-PB	3.693.308,74
SAO BERNARDINO-SC	384.262,00
SAO BERNARDO DO CAMPO-SP	1.543.065.953,88
SAO BERNARDO-MA	389.614,23
SAO BONIFACIO-SC	1.298.071,68
SAO BORJA-RS	15.790.866,12
SAO BRAS DO SUACUI-MG	168.000,00
SAO CAETANO DO SUL-SP	614.900.365,41
SAO CAITANO-PE	2.991.900,00
SAO CARLOS DO IVAI-PR	3.890.221,07
SAO CARLOS-RS	10.000,00
SAO CARLOS-SC	3.580.668,95
SAO CARLOS-SP	157.425.582,12
SAO CRISTOVAO DO SUL-SC	1.903.672,75
SAO CRISTOVAO-SE	1.236.223,69
SAO DESIDERIO-BA	189.575.180,49
SAO DOMINGOS DAS DORES-MG	120.168,76
SAO DOMINGOS DO ARAQUAIA-PA	411.000,00
SAO DOMINGOS DO AZEITAO-MA	282.730,00
SAO DOMINGOS DO MARANHAO-MA	1.802.665,44
SAO DOMINGOS DO NORTE-ES	2.655.821,13
SAO DOMINGOS DO PRATA-MG	1.159.221,53
SAO DOMINGOS DO SUL-RS	682.960,00
SAO DOMINGOS-GO	2.782.838,73
SAO DOMINGOS-SC	5.780.522,18
SAO DOMINGOS-SE	256.400,00
SAO FELIPE D'OESTE-RO	12.799,59
SAO FELIPE-BA	300.830,00
SAO FELIX DE BALSAS-MA	180.125,00
SAO FELIX DE MINAS-MG	293.800,00
SAO FELIX DO ARAQUAIA-MT	1.776.318,96
SAO FELIX DO CORIBE-BA	534.002,90
SAO FELIX DO XINGU-PA	574.100,00
SAO FELIX-BA	460.674,19
SAO FIDELIS-RJ	732.411,14
SAO FRANCISCO DE ASSIS-RS	2.003.282,61
SAO FRANCISCO DE GOIAS-GO	152.758,64
SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA-RJ	821.638,24
SAO FRANCISCO DE PAULA-MG	891.202,00
SAO FRANCISCO DE PAULA-RS	4.542.810,28
SAO FRANCISCO DE SALES-MG	459.050,00
SAO FRANCISCO DO BREJAO-MA	279.800,00
SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	1.668.129,61
SAO FRANCISCO DO GLORIA-MG	218.000,00
SAO FRANCISCO DO GUAPORE-RO	201.916,98
SAO FRANCISCO DO MARANHAO-MA	2.369,46
SAO FRANCISCO DO SUL-SC	4.042.837,71
SAO FRANCISCO-MG	1.583.786,44
SAO FRANCISCO-SP	148.619,57
SAO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM	78.599,32
SAO GABRIEL DA PALHA-ES	3.147.056,88

Município-UF	Valor da Liberação
SAO GABRIEL DO OESTE-MG	25.656.180,48
SAO GABRIEL-BA	286.716,74
SAO GABRIEL-RS	18.670.875,37
SAO GERALDO DA PIEDADE-MG	160.200,00
SAO GERALDO DO ARAQUAIA-PA	1.142.224,43
SAO GERALDO DO BAIXO-MG	3.815,50
SAO GERALDO-MG	1.288.975,09
SAO GONCALO DO ABAETE-MG	1.973.781,27
SAO GONCALO DO AMARANTE-CE	21.021.521,92
SAO GONCALO DO AMARANTE-RN	3.592.379,54
SAO GONCALO DO PARA-MG	1.153.320,00
SAO GONCALO DO PIAUI-PI	12.522,44
SAO GONCALO DO RIO ABAIXO-MG	28.098.533,39
SAO GONCALO DO RIO PRETO-MG	97.460,00
SAO GONCALO DO SAPUCAI-MG	5.851.011,69
SAO GONCALO DOS CAMPOS-BA	51.134.104,75
SAO GONCALO-RJ	68.891.338,19
SAO GOTARDO-MG	5.758.982,37
SAO JERONIMO DA SERRA-PR	1.298.805,06
SAO JERONIMO-RS	12.203.095,20
SAO JOAO BATISTA DO GLORIA-MG	315.175,40
SAO JOAO BATISTA-SC	7.206.810,28
SAO JOAO DA BARRA-RJ	857.464,40
SAO JOAO DA BOA VISTA-SP	24.148.769,32
SAO JOAO DA MATA-MG	60.000,00
SAO JOAO DA PARAUNA-GO	150.000,00
SAO JOAO DA PONTE-MG	95.800,00
SAO JOAO DA SERRA-PI	354.800,00
SAO JOAO DA URTIGA-RS	988.000,00
SAO JOAO D'ALIANCA-GO	1.279.330,09
SAO JOAO DAS DUAS PONTES-SP	222.652,89
SAO JOAO DAS MISSOES-MG	111.117,27
SAO JOAO DE IRACEMA-SP	473.793,95
SAO JOAO DE MERITI-RJ	56.189.685,66
SAO JOAO DE PIRABAS-PA	18.117,06
SAO JOAO DEL REI-MG	8.789.807,76
SAO JOAO DO CAIUA-PR	970.436,38
SAO JOAO DO CARU-MA	130.972,78
SAO JOAO DO ITAPERIU-SC	1.824.889,83
SAO JOAO DO IVAI-PR	1.489.839,14
SAO JOAO DO MANHUACU-MG	118.800,00
SAO JOAO DO MANTENINHA-MG	111.450,77
SAO JOAO DO OESTE-SC	2.556.648,90
SAO JOAO DO ORIENTE-MG	390.050,09
SAO JOAO DO PACUI-MG	2.435,12
SAO JOAO DO PARAISO-MA	189.000,00
SAO JOAO DO PARAISO-MG	1.276.090,48
SAO JOAO DO PAU D'ALHO-SP	14.984,13
SAO JOAO DO PIAUI-PI	149.805,39
SAO JOAO DO POLESINE-RS	905.913,04
SAO JOAO DO RIO DO PEIXE-PB	48.502,53
SAO JOAO DO SABUGI-RN	130.000,00
SAO JOAO DO SUL-SC	970.123,84
SAO JOAO DO TRIUNFO-PR	3.207.879,20
SAO JOAO DOS PATOS-MA	741.675,38
SAO JOAO EVANGELISTA-MG	74.462,18
SAO JOAO NEPOMUCENO-MG	861.232,64
SAO JOAO-PE	457.722,82
SAO JOAO-PR	2.331.783,10
SAO JOAQUIM DA BARRA-SP	46.502.719,23
SAO JOAQUIM DE BICAS-MG	1.331.424,88
SAO JOAQUIM DO MONTE-PE	3.198,41
SAO JOAQUIM-SC	13.558.753,82
SAO JORGE DO IVAI-PR	4.494.142,88
SAO JORGE DO PATROCINIO-PR	910.445,00
SAO JORGE D'OESTE-PR	3.058.124,66
SAO JORGE-RS	581.450,80
SAO JOSE DA BARRA-MG	725.118,97
SAO JOSE DA BELA VISTA-SP	1.811.181,34
SAO JOSE DA BOA VISTA-PR	954.576,49

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
SAO JOSE DA COROÁ GRANDE-PE	607.797,07
SAO JOSE DA LAGOA TAPADA-PB	187.500,00
SAO JOSE DA LAJE-AL	3.388.000,00
SAO JOSE DA LAPA-MG	4.184.543,03
SAO JOSE DA VARGINHA-MG	181.700,00
SAO JOSE DAS PALMEIRAS-PR	91.000,00
SAO JOSE DE MIPIBU-RN	1.616.300,30
SAO JOSE DE PIRANHAS-PB	111.433,57
SAO JOSE DE RIBAMAR-MA	2.887.272,80
SAO JOSE DE UBA-RJ	30.000,00
SAO JOSE DO ALEGRE-MG	95.056,46
SAO JOSE DO BARREIRO-SP	58.419,26
SAO JOSE DO BELMONTE-PE	545.867,11
SAO JOSE DO CALCADO-ES	91.629,65
SAO JOSE DO CAMPESTRE-RN	27.657,89
SAO JOSE DO CEDRO-SC	11.142.317,68
SAO JOSE DO CERRITO-SC	587.900,00
SAO JOSE DO DIVINO-MG	155.406,09
SAO JOSE DO EGITO-PE	536.142,57
SAO JOSE DO GOIABAL-MG	32.495,05
SAO JOSE DO HERVAL-RS	1.883.640,00
SAO JOSE DO HORTENCIO-RS	434.384,00
SAO JOSE DO NHACORA-RS	637.400,00
SAO JOSE DO NORTE-RS	625.693,52
SAO JOSE DO OURO-RS	3.730.434,24
SAO JOSE DO PEIXE-PI	11.909,27
SAO JOSE DO POVO-MT	305.198,00
SAO JOSE DO RIO CLARO-MT	881.742,16
SAO JOSE DO RIO PARDO-SP	8.133.258,11
SAO JOSE DO RIO PRETO-SP	168.505.992,89
SAO JOSE DO SERIDO-RN	215.000,00
SAO JOSE DO SUL-RS	856.050,00
SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO-RJ	3.468.663,63
SAO JOSE DOS AUSENTES-RS	397.001,64
SAO JOSE DOS CAMPOS-SP	347.842.431,05
SAO JOSE DOS PINHAIS-PR	377.915.960,27
SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS-MT	5.009.608,18
SAO JOSE-SC	97.637.488,12
SAO LEOPOLDO-RS	79.483.002,42
SAO LOURENÇO DA MATA-PE	5.292.979,39
SAO LOURENÇO DA SERRA-SP	545.000,00
SAO LOURENÇO DO OESTE-SC	14.449.421,95
SAO LOURENÇO DO SUL-RS	11.624.191,91
SAO LOURENÇO-MG	1.661.575,33
SAO LUDGERO-SC	31.950.058,28
SAO LUIS DE MONTES BELOS-GO	1.307.147,73
SAO LUIS DO PARAITINGA-SP	365.851,91
SAO LUIS DO QUITUNDE-AL	47.000,00
SAO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO-MA	125.808,34
SAO LUIS-MA	216.622.013,94
SAO LUIZ DO NORTE-GO	615.630,33
SAO LUIZ GONZAGA-RS	10.257.658,08
SAO MAMEDE-PB	5.724,00
SAO MANUEL-SP	39.208.573,30
SAO MARCOS-RS	15.260.494,37
SAO MARTINHO DA SERRA-RS	1.812.416,48
SAO MARTINHO-RS	1.369.207,84
SAO MARTINHO-SC	679.090,00
SAO MATEUS DO MARANHÃO-MA	1.809.348,52
SAO MATEUS DO SUL-PR	12.950.354,31
SAO MATEUS-ES	6.248.599,88
SAO MIGUEL ARCANJO-SP	6.050.651,37
SAO MIGUEL DA BOA VISTA-SC	98.950,71
SAO MIGUEL DAS MATAS-BA	380.200,00
SAO MIGUEL DAS MISSOES-RS	13.476.724,20
SAO MIGUEL DE TAÍPÁ-PB	1.550,69
SAO MIGUEL DO ANTA-MG	317.700,00
SAO MIGUEL DO ARAQUAIA-GO	739.855,15
SAO MIGUEL DO GUAMA-PA	1.946.296,59
SAO MIGUEL DO GUAPORÉ-RJ	739.931,71

Em Reais

Município-UF	Valor da Liberação
SAO MIGUEL DO IGUAÇU-PR	19.104.886,54
SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO-GO	2.002.200,12
SAO MIGUEL DO TAPUIO-PI	216.000,00
SAO MIGUEL DOESTE-SC	13.886.233,37
SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	546.611,20
SAO MIGUEL-RN	1.387.600,00
SAO NICOLAU-RS	715.500,00
SAO PAULO DAS MISSOES-RS	308.875,00
SAO PAULO DE OLIVENÇA-AM	12.788,43
SAO PAULO DO POTENGI-RN	684.260,62
SAO PAULO-SP	7.485.182.932,24
SAO PEDRO DA ALDEIA-RJ	4.460.987,33
SAO PEDRO DA CIPA-MT	69.614,32
SAO PEDRO DA SERRA-RS	217.689,98
SAO PEDRO DA UNIAO-MG	238.815,82
SAO PEDRO DAS MISSOES-RS	115.000,00
SAO PEDRO DE ALCANTARA-SC	602.892,49
SAO PEDRO DO BUTIÁ-RS	738.516,42
SAO PEDRO DO IGUAÇU-PR	1.270.339,34
SAO PEDRO DO IVAÍ-PR	1.641.616,01
SAO PEDRO DO PARANÁ-PR	1.077.650,00
SAO PEDRO DO PIAUI-PI	97.392,69
SAO PEDRO DO SUACUI-MG	283.785,78
SAO PEDRO DO SUL-RS	2.317.827,19
SAO PEDRO DO TURVO-SP	1.131.670,40
SAO PEDRO DOS CRENTES-MA	354.860,40
SAO PEDRO DOS FERROS-MG	835.717,54
SAO PEDRO-SP	2.462.736,62
SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS-MA	1.388.497,11
SAO RAIMUNDO NONATO-PI	1.577.240,85
SAO ROMÃO-MG	15.215,81
SAO ROQUE DE MINAS-MG	2.690.278,44
SAO ROQUE DO CANAAS-ES	2.725.658,87
SAO ROQUE-SP	7.020.964,41
SAO SALVADOR DO TOCANTINS-TO	280.520,00
SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA-PR	1.545.403,32
SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA-MG	1.388.003,16
SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA-PA	4.212,31
SAO SEBASTIAO DA GRAMA-SP	1.311.673,63
SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE-MG	70.400,00
SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA-PB	316.704,87
SAO SEBASTIAO DO ALTO-RJ	6.072.000,00
SAO SEBASTIAO DO CAI-RS	16.048.434,27
SAO SEBASTIAO DO OESTE-MG	11.178.565,20
SAO SEBASTIAO DO PARAISO-MG	25.709.923,43
SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	1.396.505,19
SAO SEBASTIAO DO RIO PRETO-MG	70.000,00
SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE-MG	50.000,00
SAO SEBASTIAO-AL	080.086,80
SAO SEBASTIAO-SP	10.484.386,14
SAO SEPE-RS	10.408.038,97
SAO SIMÃO-GO	88.313.506,61
SAO SIMÃO-SP	4.081.359,03
SAO TIAGO-MG	542.117,28
SAO TOMAS DE AQUINO-MG	125.789,05
SAO TOME DAS LETRAS-MG	10.112,83
SAO TOME-PR	4.332.833,31
SAO VALENTIM DO SUL-RS	55.800,00
SAO VALENTIM-RS	1.178.099,20
SAO VALERIO DA NATIVIDADE-TO	714.673,60
SAO VALERIO DO SUL-RS	513.725,00
SAO VENDELINO-RS	305.000,00
SAO VICENTE DE MINAS-MG	415.673,58
SAO VICENTE DO SUL-RS	3.083.193,36
SAO VICENTE FERRER-MA	8.665,03
SAO VICENTE FERRER-PE	394.400,00
SAO VICENTE-RN	380.625,85
SAO VICENTE-SP	40.388.172,48
SAPEACU-BA	39.558,77
SAPE-PB	658.818,06

Município-UF	Valor da Liberação
SAPEZAL-MT	29.433.467,00
SAFIRANGA-RS	8.967.094,29
SAPOEMA-PR	1.190.434,30
SAPUCAIA DO SUL-RS	14.328.344,37
SAPUCAIA-PA	454.000,00
SAPUCAIA-RJ	2.145.412,32
SAPUCAI-MIRIM-MG	272.245,43
SAQUAREMA-RJ	8.539.535,20
SARANDI-PR	21.352.247,42
SARANDI-RS	9.058.188,56
SARAPUI-SP	758.890,55
SARUTAIA-SP	91.200,00
SARZEDO-MG	4.313.474,76
SATIRO DIAS-BA	175.600,00
SATUBA-AL	586.000,00
SATUBINHA-MA	122.000,00
SAUDADE DO IGUAÇU-PR	419.634,73
SAUDADES-SC	21.744.516,06
SCHROEDER-SC	8.067.047,75
SEABRA-BA	1.835.558,17
SEARA-SC	10.184.774,09
SEBASTIANOPOLIS DO SUL-SP	8.134.491,36
SEBÉRI-RS	4.009.310,53
SEDE NOVA-RS	431.000,00
SEGREDO-RS	903.132,00
SELBACH-RS	1.814.754,35
SELVIRIA-MS	548.669,52
SEM PEIXE-MG	126.880,00
SENA MADUREIRA-AC	296.370,74
SENADOR AMARAL-MG	816.850,00
SENADOR CANEDO-GO	16.803.167,63
SENADOR CORTES-MG	83.250,00
SENADOR FIRMINO-MG	118.105,00
SENADOR GUIOMAR-AC	88.413,00
SENADOR JOSE BENTO-MG	327.000,00
SENADOR LA ROCQUE-MA	25.828,54
SENADOR MODESTINO GONÇALVES-MG	470.000,00
SENADOR POMPEU-CE	436.410,84
SENADOR SALGADO FILHO-RS	313.500,00
SENGES-PR	2.417.392,60
SENHORA DO BONFIM-BA	1.586.793,99
SENHORA DE OLIVEIRA-MG	136.000,00
SENHORA DO PORTO-MG	94.000,00
SENHORA DOS REMÉDIOS-MG	416.800,00
SENTINELA DO SUL-RS	1.075.460,00
SENTO SE-BA	133.714,23
SERAFINA CORREA-RS	6.797.641,84
SERICITA-MG	780.374,43
SERINQUEIRAS-RO	357.919,15
SERIO-RS	233.828,59
SEROPÉDICA-RJ	8.454.692,47
SERRA ALTA-SC	1.227.817,05
SERRA AZUL DE MINAS-MG	77.718,37
SERRA AZUL-SP	119.697,68
SERRA BRANCA-PB	237.978,69
SERRA DE SÃO BENTO-RN	21.962,05
SERRA DO RAMALHO-BA	423.510,56
SERRA DO SALITRE-MG	2.465.384,15
SERRA DOS AMORES-MG	2.571.483,32
SERRA DOURADA-BA	228.884,06
SERRA NEGRA DO NORTE-RN	204.889,16
SERRA NEGRA-SP	2.075.229,35
SERRA TALHADA-PE	11.645.127,65
SERRA-ES	261.671.919,08
SERRANA-SP	25.775.543,31
SERRANIA-MG	292.921,55
SERRANOPOLIS DE MINAS-MG	103.140,00
SERRANOPOLIS DO IGUAÇU-PR	2.713.297,71
SERRANOPOLIS-GO	4.021.673,38
SERRINHA-BA	1.706.338,56

Município-UF	Valor da Liberação
SERRINHA-RN	73.800,00
SERRITA-PE	1.036.230,28
SERRO-MG	454.134,27
SERTANEJA-PR	2.551.568,57
SERTANIA-PE	750.634,99
SERTANÓPOLIS-PR	14.149.913,57
SERTÃO SANTANA-RS	2.389.483,88
SERTÃO-RS	5.281.073,00
SERTÃOZINHO-SP	189.199.337,22
SETE BARRAS-SP	2.188.770,47
SETE DE SETEMBRO-RS	60.800,00
SETE LAGOAS-MG	116.495.653,48
SETE QUEDAS-MS	239.658,24
SETUBINHA-MG	95.000,00
SEVERIANO DE ALMEIDA-RS	107.712,98
SEVERÍNIA-SP	985.057,25
SIDERÓPOLIS-SC	16.790.202,90
SIDROLÂNDIA-MS	18.525.444,24
SILVA JARDIM-RJ	1.215.744,21
SILVANIA-GO	24.321.568,53
SILVANÓPOLIS-TO	383.418,00
SILVEIRA MARTINS-RS	1.293.845,11
SILVEIRAS-SP	154.806,23
SILVANOÓPOLIS-MG	545.938,00
SIMÃO DIAS-SE	1.398.597,72
SIMÕES FILHO-BA	58.611.613,77
SIMÕES-PI	138.000,00
SIMOLÂNDIA-GO	741.063,25
SIMONESIA-MG	332.800,76
SIMPLICIO MENDES-PI	39.270,21
SINIMBU-RS	1.043.229,17
SINOP-MT	35.317.404,18
SIQUEIRA CAMPOS-PR	1.587.836,26
SIRINHAEM-PE	68.618,23
SÍTIO D'ABADIA-GO	1.715,42
SÍTIO DO MATO-BA	24.000,00
SÍTIO DO QUINTO-BA	157.500,00
SÍTIO NOVO-MA	102.250,00
SOBRADINHO-BA	847.770,00
SOBRADINHO-RS	3.397.771,04
SOBRADO-PB	23.838,83
SOBRAL-CE	5.983.927,71
SOBRALIA-MG	412.260,00
SOCORRO-SP	4.828.209,14
SOLANEA-PB	118.044,52
SOLEDADE DE MINAS-MG	423.273,78
SOLEDADE-PB	655.394,28
SOLEDADE-RS	8.110.500,15
SOLOMÓPOLE-CE	857.263,18
SOMBRIÓ-SC	2.302.867,03
BONORA-MS	2.158.625,54
SOORETAMA-ES	3.249.304,80
SOROCABA-SP	388.085.871,83
SORRISO-MT	52.366.281,76
SOUZA-PB	4.555.039,84
SOUTO SOARES-BA	128.000,00
SUCUPIRA DO NORTE-MA	245.000,00
SUD MENUCCI-SP	1.409.250,00
SUL BRASIL-SC	672.100,00
SULINA-PR	113.400,00
SUMARÉ-SP	283.057.816,44
SUME-PB	147.317,43
SUMIDOURO-RJ	956.701,66
SURUBIM-PE	2.069.452,28
SUZANÓPOLIS-SP	520.400,00
SUZANO-SP	15.773.746,60
TABAI-RS	283.267,94
TABAPORA-MT	1.262.446,33
TABAPUA-SP	9.101.314,05
TABATINGA-AM	27.854,31

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
TABATINGA-SP	2.555.877,37
TABOAO DA SERRA-SP	39.253.581,71
TABOCCAS DO BREJO VELHO-BA	381.078,00
TABOLEIRO GRANDE-RN	33.849,01
TABULEIRO DO NORTE-CE	2.544.686,46
TABULEIRO-MG	7.334,74
TACAIMBO-PE	871.881,91
TACARATU-PE	77.121,25
TACIBA-SP	302.470,89
TACURU-MS	682.907,32
TAGUAI-SP	1.760.129,45
TAGUATINGA-TO	16.381.539,67
TAIACU-SP	131.000,00
TAILANDIA-PA	2.040.987,00
TAIOBEIRAS-MG	3.737.911,97
TAIO-SC	4.198.244,77
TAIPIU-RN	468.100,00
TAIUVÁ-SP	1.858.688,01
TALISMA-TO	800.891,60
TAMANDARÉ-PE	316.587,24
TAMARANA-PR	2.189.852,08
TAMBÁU-SP	4.591.492,75
TAMBOARA-PR	2.751.036,58
TAMBORIL-CE	85.108,08
TANABI-SP	7.228.503,60
TANGARA DA SERRA-MT	8.861.504,32
TANGARA-RN	97.000,00
TANGARA-SC	9.381.781,25
TANGUA-RJ	1.088.956,47
TANHACU-BA	250.766,40
TANQUE NOVO-BA	420.806,13
TAPARUBA-MG	548.800,00
TAPEJARA-PR	3.818.621,02
TAPEJARA-RS	48.188.681,55
TAPERA-RS	4.098.338,00
TAPERDA-BA	5.163,00
TAPERDA-PB	166.625,00
TAPES-RS	3.804.918,63
TAPIRAÍ-SP	1.717.735,83
TAPIRA-MG	393.416,12
TAPIRAMUTA-BA	171.224,21
TAPIRA-PR	758.445,36
TAPIRATIBA-SP	1.708.473,88
TAPURAH-MT	7.472.934,81
TAQUARACI DE MINAS-MG	944.895,00
TAQUARAL DE GOIAS-GO	6.083,38
TAQUARAL-SP	677.000,00
TAQUARANA-AL	98.387,86
TAQUARA-RS	4.191.525,30
TAQUARI-RS	2.493.485,50
TAQUARITINGA DO NORTE-PE	420.290,66
TAQUARITINGA-SP	6.138.513,84
TAQUARITUBA-SP	6.376.797,25
TAQUARIVAÍ-SP	3.566.843,71
TAQUARUCU DO SUL-RS	321.200,00
TAQUARUSSU-MS	1.115.782,40
TARABAI-SP	569.192,69
TARAUACA-AC	250.431,43
TARRAFAS-CE	258.690,00
TARTARUGALZINHO-AP	549.500,00
TARUMA-SP	21.291.696,01
TARUMIRIM-MG	1.280.257,24
TASSO FRAGOSO-MA	7.827.370,52
TATUI-SP	55.885.687,67
TATUA-CE	723.227,96
TAUBATE-SP	162.839.083,85
TAVARES-PB	11.443,64
TAVARES-RS	855.480,00
TEFE-AM	272.476,74
TEIXEIRA DE FREITAS-BA	20.109.772,46

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
TEIXEIRA SOARES-PR	5.720.594,79
TEIXEIRA-PB	64.919,69
TEIXEIRAS-MG	395.940,00
TEIXEIROPOLIS-RO	75.435,89
TEJUCUOCA-CE	10.121,08
TEJUPÁ-SP	216.848,62
TELEMACO BORBA-PR	7.391.905,43
TELHA-SE	321.095,88
TENENTE ANANIAS-RN	135.000,00
TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN	21.473,31
TENENTE PORTELA-RS	2.080.879,80
TEODORO SAMPAIO-SP	30.062.592,62
TEOFILANDIA-BA	436.365,00
TEOFILO OTONI-MG	15.624.752,00
TEOTÔNIO VILELA-AL	847.963,37
TERENOS-MS	3.663.489,02
TERESINA DE GOIAS-GO	49.942,32
TERESINA-PI	106.630.224,69
TERESÓPOLIS-RJ	17.419.962,96
TEREZÓPOLIS DE GOIAS-GO	620.112,88
TERRA BOA-PR	11.109.912,81
TERRA DE AREIA-RS	509.781,88
TERRA NOVA DO NORTE-MT	143.836,45
TERRA NOVA-BA	85.000,00
TERRA RICA-PR	2.185.081,33
TERRA ROXA-PR	10.224.830,71
TERRA ROXA-SP	1.112.158,79
TERRA SANTA-PA	98.400,00
TESOURO-MT	1.219.735,00
TEUTÔNIA-RS	9.501.235,42
TANGUA-CE	1.737.085,46
TIBAGI-PR	9.879.328,96
TIETE-SP	14.319.079,99
TIGRINHOS-SC	135.000,00
TILUCAS DO SUL-PR	2.096.384,96
TILUCAS-SC	13.848.214,63
TIMBAUBA-PE	1.895.798,35
TIMBÉ DO SUL-SC	398.599,79
TIMBO GRANDE-SC	68.000,00
TIMBO-SC	20.140.031,98
TIMON-MA	3.844.243,58
TIMÓTEO-MG	9.695.036,79
TIO HUGO-RS	491.500,00
TIRADENTES DO SUL-RS	478.270,00
TIRADENTES-MG	145.787,55
TIROC-MG	1.550.452,42
TOBIAS BARRETO-SE	1.145.403,74
TOCANTINOPOLIS-TO	2.681.995,83
TOCANTINS-MG	3.697.884,64
TOLEDO-MG	4.832.800,00
TOLEDO-PR	41.169.486,12
TOMAZINA-PR	509.782,60
TOMBOS-MG	142.029,60
TOME-ACU-PA	1.965.462,86
TONANTINS-AM	4.866,03
TORITAMA-PE	278.139,74
TORIXOREU-MT	1.289,71
TOROPÉ-RS	371.306,80
TORRES-RS	3.344.863,80
TORRINHA-SP	3.420.121,09
TOUROS-RN	151.017,50
TRABUNJ-SP	43.341,32
TRACUATEUA-PA	165.928,88
TRAIRI-CE	259.200,00
TRAMANDAÍ-RS	844.930,29
TRAVESSEIRO-RS	255.700,00
TREMÊMBÉ-SP	4.415.926,62
TRES ARROIOS-RS	1.355.992,07
TRES BARRAS DO PARANA-PR	5.569.905,19
TRES BARRAS-SC	12.384.181,61

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação R\$
TRES CACHOEIRAS-RS	5.610.300,45
TRES CORACOES-MG	4.043.073,84
TRES COROAS-RS	7.814.515,69
TRES DE MAIO-RS	7.584.731,95
TRES FORQUILHAS-RS	67.500,00
TRES FRONTEIRAS-SP	8.805.213,29
TRES LAGOAS-MS	514.922.857,45
TRES MARIAS-MG	216.064.915,82
TRES PALMEIRAS-RS	800.200,00
TRES PASSOS-RS	2.827.110,97
TRES PONTAS-MG	5.302.177,11
TRES RANCHOS-GO	8.379,54
TRES RIOS-RJ	23.549.889,88
TREVISO-SC	714.052,35
TREZE DE MAIO-SC	3.670.744,74
TREZE TILIAS-SC	11.169.858,20
TRINDADE DO SUL-RS	1.282.723,49
TRINDADE-GO	5.471.057,08
TRINDADE-PE	4.682.869,02
TRIUNFO-PB	89.600,00
TRIUNFO-PE	865.171,85
TRIUNFO-RS	109.933.041,23
TRIZIDELA DO VALE-MA	871.035,99
TROMBUDO CENTRAL-SC	1.810.468,51
TUBARAO-SC	56.587.751,02
TUCANO-BA	970.503,24
TUCUMA-PA	775.486,78
TUCUNDUVA-RS	1.756.720,85
TUCURUI-PA	7.882.946,02
TUFILANDIA-MA	370.610,00
TUIUTI-SP	635.238,11
TUMIRITINGA-MG	4.861,98
TUNAPOLIS-SC	702.584,52
TUNAS DO PARANA-PR	1.077.409,39
TUNAS-RS	384.603,56
TUNEIRAS DO OESTE-PR	289.739,09
TUNTUM-MA	222.455,89
TUPACIGUARA-MG	8.596.352,27
TUPANCI DO SUL-RS	335.780,00
TUPANCIRETA-RS	17.452.568,50
TUPANDI-RS	9.888.341,07
TUPARENDI-RS	1.408.351,45
TUPARETAMA-PE	64.146,04
TUPA-SP	10.272.609,03
TUPASSI-PR	5.470.321,90
TUPI PAULISTA-SP	630.217,00
TUPIRAMA-TO	194.885,22
TURIACU-MA	195.000,00
TURIUBA-SP	87.800,00
TURMALINA-MG	5.920.202,13
TURMALINA-SP	584.800,00
TURUCU-RS	615.817,60
TURURU-CE	105.134,02
TURVANIA-GO	307.855,61
TURVELANDIA-GO	16.645.456,82
TURVOLANDIA-MG	756.100,00
TURVO-PR	12.260.515,15
TURVO-SC	12.168.923,55
TUTOIA-MA	232.657,16
UAIUA-BA	304.469,47
UBAI-MG	485.920,00
UBAIRA-BA	196.794,16
UBAITABA-BA	279.964,33
UBAJARA-CE	579.852,27
UBA-MG	31.284.058,54
UBAPORANGA-MG	205.915,35
UBARANA-SP	2.412.011,18
UBATA-BA	41.662,82
UBATUBA-SP	2.136.823,86
UBERABA-MG	104.892.051,29

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação R\$
UBERLANDIA-MG	327.665.373,16
UBIRAJARA-SP	200.978,03
UBIRATA-PR	15.607.134,10
UBIRETAMA-RS	72.000,00
UCHOIA-SP	2.883.454,59
UBAI-BA	115.700,00
UIRAPURU-GO	146.588,83
UIRAUNA-PB	39.364,56
ULIANOPOLIS-PA	805.145,84
UMARI-CE	269.400,00
UMARIZAL-RN	283.517,71
UMBAUBA-SE	1.560.808,97
UMBURATIBA-MG	131.032,14
UMUARAMA-PR	37.475.305,99
UNA-BA	30.476,79
UNAI-MG	11.845.880,58
UNIAO DA SERRA-RS	873.450,00
UNIAO DA VITORIA-PR	23.521.869,65
UNIAO DE MINAS-MG	105.116,00
UNIAO DO OESTE-SC	1.821.176,78
UNIAO DO SUL-MT	49.878,02
UNIAO DOS PALMARES-AL	201.880,97
UNIAO PAULISTA-SP	409.180,00
UNIAO-PI	203.506,72
UNIFLOR-PR	192.100,00
UNISTALDA-RS	459.258,88
UPANEMA-RN	8.685,63
URAI-PR	960.428,60
URANDI-BA	55.015,35
URANIA-SP	9.375.710,59
URBANO SANTOS-MA	75.033,85
URUACU-GO	10.283.317,64
URUANA DE MINAS-MG	160.614,00
URUANA-GO	870.503,84
URUARA-PA	909.680,84
URUBICI-SC	2.540.766,17
URUBURETAMA-CE	869.880,00
URUCANIA-MG	232.642,80
URUCUCA-BA	253.848,69
URUCUIA-MG	282.770,00
URUCUI-PI	2.873.426,25
URUGUAIMANA-RS	25.450.618,53
URUPA-RO	51.821,91
URUPEMA-SC	201.500,00
URUPES-SP	3.658.093,75
URUSSANGA-SC	8.271.813,06
URUTAI-GO	110.400,00
UTINGA-BA	172.548,00
VACARIA-RS	27.417.038,35
VALE DE SAO DOMINGOS-MT	18.000,00
VALE DO PARAISO-RO	32.380,21
VALE DO SOL-RS	1.624.328,25
VALE REAL-RS	335.500,00
VALE VERDE-RS	1.304.345,33
VALENCA DO PIAUI-PI	378.029,88
VALENCA-BA	2.545.864,82
VALENCA-RJ	2.396.896,88
VALENTE-BA	601.843,83
VALENTIM GENTIL-SP	5.253.664,48
VALINHOS-SP	64.606.328,07
VALPARAISO DE GOIAS-GO	3.088.479,02
VALPARAISO-SP	9.491.688,10
VANINI-RS	461.963,76
VARGEAO-SC	4.360.615,24
VARGEM ALEGRE-MG	30.000,00
VARGEM ALTA-ES	2.401.011,63
VARGEM BONITA-MG	808.715,00
VARGEM BONITA-SC	7.994.844,26
VARGEM GRANDE DO RIO PARDO-MG	179.994,45
VARGEM GRANDE DO SUL-SP	8.501.686,47

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação (R\$)
VARGEM GRANDE PAULISTA-SP	2.586.399,72
VARGEM GRANDE-MA	80.000,00
VARGEM-SC	492.529,50
VARGEM-SP	988.152,84
VARGINHA-MG	23.289.291,12
VARJAO DE MINAS-MG	1.858.427,86
VARJAO-GO	186.000,00
VARJOTA-CE	157.346,94
VARRE-SARJ	374.339,57
VARZEA ALEGRE-CE	962.413,34
VARZEA DA PALMA-MG	5.853.786,81
VARZEA DO POÇO-BA	150.572,00
VARZEA GRANDE-MT	48.917.181,10
VARZEA GRANDE-PI	1.848.960,00
VARZEA NOVA-BA	144.000,00
VARZEA PAULISTA-SP	9.864.973,14
VARZEA-PB	31.256,80
VARZEDO-BA	432.983,25
VARZELANDIA-MG	291.391,48
VASSOURAS-RJ	1.997.093,76
VAZANTE-MG	3.484.098,74
VENANCIO AIRES-RS	18.401.275,33
VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES	7.104.840,01
VENTANIA-PR	3.589.041,22
VENTUROSA-PE	216.325,66
VERA CRUZ DO OESTE-PR	3.403.685,48
VERA CRUZ-BA	2.114.713,47
VERA CRUZ-RS	3.129.623,27
VERA CRUZ-SP	240.938,71
VERA-MT	5.875.302,69
VERANOPOLIS-RS	31.118.373,48
VERDEJANTE-PE	78.800,00
VERDELANDIA-MG	216.947,70
VEREDA-BA	253.900,00
VEREDINHA-MG	175.000,00
VERE-PR	3.647.323,89
VERISSIMO-MG	234.900,00
VERTENTE DO LERIO-PE	144.320,00
VESPASIANO CORREA-RS	252.215,00
VESPASIANO-MG	21.220.918,75
VIADUTOS-RS	554.263,38
VIAO-MS	20.605.373,63
VIANA-ES	94.406.472,34
VIANA-MA	1.429.504,82
VIANOPOLIS-GO	3.058.454,61
VICENTE DUTRA-RS	727.821,01
VICENTINA-MS	187.008,18
VICENTINOPOLIS-GO	3.826.014,22
VICOSA DO CEARA-CE	153.116,90
VICOSA-AL	230.780,29
VICOSA-MG	6.031.807,64
VICTOR GRAEFF-RS	757.213,20
VIDAL RAMOS-SC	2.030.047,00
VIDEIRA-SC	46.129.093,39
VIGIA-PA	417.920,01
VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE-MT	1.433.579,59
VILA FLORES-RS	848.692,00
VILA LANGARO-RS	828.422,00
VILA MARIA-RS	3.175.233,88
VILA NOVA DO PIAUI-PI	6.328,49
VILA NOVA DO SUL-RS	490.287,00
VILA PAVAO-ES	100.000,00
VILA PROPICIO-GO	1.589.507,20
VILA RICA-MT	1.841.724,13
VILA VALERIO-ES	525.922,48
VILA VELHA-ES	87.835.817,75
VILHENA-RO	44.132.178,03
VINHEDO-SP	46.566.636,48
VIRADOURO-SP	2.988.835,11
VIRGEM DA LAPA-MG	572.828,72

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação (R\$)
VIRGINIA-MG	283.601,04
VIRGOLANDIA-MG	117.898,88
VIRMOND-PR	301.763,10
VISCONDE DO RIO BRANCO-MG	6.838.142,18
VISEU-PA	163.455,22
VISTA ALEGRE DO ALTO-SP	25.562.047,63
VISTA ALEGRE DO PRATA-RS	1.088.991,00
VISTA ALEGRE-RS	151.689,13
VISTA GAUCHA-RS	1.140.500,00
VITOR MEIRELES-SC	213.680,83
VITORIA BRASIL-SP	61.000,00
VITORIA DA CONQUISTA-BA	53.875.110,65
VITORIA DAS MISSOES-RS	1.306.028,40
VITORIA DE SANTO ANTAO-PE	12.014.475,84
VITORIA DO JARI-AP	29.695,14
VITORIA DO MEARIM-MA	213.500,00
VITORIA DO XINGU-PA	21.429,17
VITORIA-ES	500.345.836,78
VITORINO FREIRE-MA	584.295,83
VITORINO-PR	10.098.428,42
VOLTA GRANDE-MG	183.800,11
VOLTA REDONDA-RJ	17.743.440,60
VOTORANTIM-SP	21.240.350,07
VOTUPORANGA-SP	27.728.452,28
WAGNER-BA	5.700,00
WANDERLANDIA-TO	1.595.093,52
WANDERLEY-BA	438.623,00
WENCESLAU BRAZ-MG	372.752,03
WENCESLAU BRAZ-PR	2.659.722,34
WESTFALIA-RS	497.308,65
WITMARSUM-SC	1.435.778,00
XAMBIA-TO	87.081.735,85
XAMBRE-PR	626.460,00
XANGRI-LA-RS	724.026,77
XANXERE-RS	23.000,00
XANXERE-SC	51.055.522,76
XAVANTINA-SC	1.462.828,19
XAXIM-SC	22.655.759,12
XEXEU-PE	4.560,15
XINGUARA-PA	1.060.080,03
XIQUE-XIQUE-BA	750.064,09
ZACARIAS-SP	164.350,83
ZE DOCA-MA	311.135,24
ZORTEA-SC	213.471,18

Anexo II - Detalhamento dos Gêneros de atividade beneficiados

Em Reais

Genero de Atividade	Nome	Valor da Liberação
TRANSPORTE TERRESTRE		23.706.347.898,32
FABRICACAO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETROLEO E DE BIOCOMBUSTIVEIS		21.798.375.872,80
ELETRICIDADE, GAS E OUTRAS UTILIDADES		8.464.076.032,81
FABRICACAO DE VEICULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS		4.946.234.577,28
FABRICACAO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS		4.041.238.329,59
METALURGIA		3.208.387.610,51
COMERCIO VAREJISTA		3.193.642.957,83
AGRICULTURA, PECUARIA E SERVICOS RELACIONADOS		3.162.229.710,17
TELECOMUNICACOES		2.646.539.492,32
ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS		2.405.646.042,70
FABRICACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		2.292.391.668,60
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA		2.070.070.471,86
COMERCIO POR ATACADO, EXCETO VEICULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS		1.843.116.340,20
FABRICACAO DE PRODUTOS QUIMICOS		1.568.326.600,49
ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES		1.285.022.940,39
FABRICACAO DE MAQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELETRICOS		1.082.185.482,12
FABRICACAO DE PRODUTOS DE MINERAIS NAO-METALICOS		1.010.638.949,40
FABRICACAO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLASTICO		989.863.559,73
FABRICACAO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL		906.838.664,60
FABRICACAO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		862.561.446,07
SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO		862.682.826,26
COMERCIO E REPARACAO DE VEICULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS		640.279.585,71
ALUGUEIS NAO-IMOBILIARIOS E GESTAO DE ATIVOS INTANGIVEIS NAO-FINANCEIROS		637.765.053,60
EXTRACAO DE MINERAIS METALICOS		558.168.429,89
FABRICACAO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEICULOS AUTOMOTORES		524.622.131,97
TRANSPORTE AEREO		474.152.859,71
FABRICACAO DE PRODUTOS TEXTEIS		417.181.985,33
FABRICACAO DE BEBIDAS		378.987.690,37
FABRICACAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, PRODUTOS ELETRONICOS E OPTICOS		372.037.287,55
EXTRACAO DE MINERAIS NAO-METALICOS		285.481.984,92
CONSTRUCAO DE EDIFICIOS		269.229.352,03
ATIVIDADES DE ATENCAO A SAUDE HUMANA		262.247.221,32
CONFECCAO DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS		253.992.237,90
SERVICOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANALISES TECNICAS		246.873.343,67
PREPARACAO DE COUROS E FABRICACAO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALCADOS		225.522.225,12
FABRICACAO DE MOVEIS		206.598.120,32
CAPTACAO, TRATAMENTO E DISTRIBUICAO DE AGUA		204.118.375,21
COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS; RECUPERACAO DE MATERIAIS		181.819.820,45
ATIVIDADES IMOBILIARIAS		149.480.444,89
FABRICACAO DE PRODUTOS FARMOQUIMICOS E FARMACEUTICOS		146.173.596,90
FABRICACAO DE PRODUTOS DIVERSOS		141.412.822,37
PRODUCAO FLORESTAL		129.149.883,99
EDUCACAO		122.918.493,56
SUBTOTAL		68.954.730.218,58

Continua...

		Em Reais
Genaro de Atividade - nome (Continuação)		Valor da Liberação
SUBTOTAL		99.954.730.218,88
SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS AS EMPRESAS		93.452.271,27
EDICAÇÃO E EDICAÇÃO INTEGRADA A IMPRESSÃO		88.581.238,61
ALIMENTAÇÃO		88.095.497,23
IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES		81.582.144,85
ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL		71.192.676,36
ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO		61.937.555,32
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA		60.994.678,13
ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		58.258.737,28
ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO		48.590.252,23
ALOJAMENTO		46.428.752,20
AGÊNCIAS DE VIAGENS E OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVA		38.813.024,63
ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO		33.181.214,47
SERVIÇOS DE EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS		32.848.312,66
MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		32.238.255,20
ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER		24.960.744,86
ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS		21.591.669,03
ATIV. CINEMATOGRAFICAS, VIDEOS, TELEVISÃO, GRAV. DE SOM, EDIÇÃO DE MÚSICA		17.207.575,45
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO		14.787.192,23
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS		13.101.002,51
SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE		13.088.970,28
ATIVIDADES DE APOIO A EXTRAÇÃO DE MINERAIS		11.812.718,97
TRANSPORTE AQUAVIÁRIO		10.390.934,58
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS		9.841.830,06
ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA		9.573.930,93
REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS		9.136.296,49
OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS		8.578.542,24
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO		7.000.000,00
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL		5.626.984,00
DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS		5.038.043,73
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO		4.522.200,00
PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO		4.321.700,00
SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		4.261.494,15
PESCA E AQUICULTURA		3.104.522,19
ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS		2.958.668,86
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES		2.916.258,11
ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL		2.815.800,00
EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL		2.731.575,85
CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA		724.075,40
ATIVIDADES VETERINÁRIAS		642.939,86
ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE		426.500,00
TOTAL		100.000.000.000,00

Anexo III - Projetos selecionados e incluídos no PAC

<i>Em Reais</i>	
Nome Completo do Cliente Final	Valor da Liberação
REFINARIA ABREU E LIMA S/A	9.889.997.989,99
PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS	9.409.999.497,06
TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GAS S/A TAG	5.699.997.243,57
SANTO ANTONIO ENERGIA S/A	1.592.231.202,00
ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A.	940.611.589,99
TRANSPORTADORA GASENE S/A	612.751.996,93
SERRA DO FACAO ENERGIA S/A	430.000.000,00
SUEZ ENERGIA RENOVAVEL S/A	409.595.650,00
COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO	380.000.000,00
VALE S/A	332.397.800,00
ALCOA ALUMINIO S/A	262.427.300,00
COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL	215.075.695,36
AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT S/A	191.260.893,53
POCOS DE CALDAS TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA	161.215.324,88
AUTOPISTA LITORAL SUL S/A	146.398.000,00
AUTOPISTA FERNAO DIAS S/A	139.917.821,66
CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S/A	117.251.140,00
LT TRIANGULO S A	114.812.875,34
AGUAS DO AMAZONAS S/A	103.213.582,14
ENERGETICA AGUAS DA PEDRA S/A	101.364.000,00
ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S/A	98.719.004,00
ENERGETICA CORUMBA II S.A.	98.628.000,00
IJUI ENERGIA S/A	98.356.281,77
GERDAU ACOS LONGOS SA	92.768.900,00
RIO VERDE ENERGIA S/A	91.900.000,00
BARRA BIOENERGIA S/A	85.000.000,00
FOZ DO CHAPECO ENERGIA S/A	75.461.164,29
INTERLIGACAO ELETRICA DE MINAS GERAIS S/A	70.591.051,56
SANTA FE ENERGIA S/A	64.000.000,00
FOZ DO RIO CLARO ENERGIA S/A	63.412.000,00
RETIRO BAIXO ENERGETICA S/A	57.754.174,71
COPEL GERACAO E TRANSMISSAO S/A	55.747.896,00
TERMELETRICA VIANA S/A	48.397.497,45
MONEL MONJOLINHO ENERGETICA S/A	42.804.270,79
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG	41.400.000,00
SANTA CRUZ SA ACUCAR E ALCOOL	41.150.000,00
ATE VII FOZ DO IGUAQU TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A	39.000.000,00
COMPANHIA ESPIRITO SANTENSE DE SANEAMENTO CESAN	36.732.584,75
CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP	30.000.127,79
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN	28.940.063,32
CAMARGO CORREA GERACAO DE ENERGIA S/A	28.025.221,55
EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ESPIRITO SANTO S.A.	27.718.199,26
SPE ARVOREDO ENERGIA S/A	26.000.000,00
SANTA LUZIA ENERGETICA SA	22.837.000,00
COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO CASAN	18.541.138,97
JAUJU TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA	17.715.000,00
SPE VARGINHA ENERGIA S/A	16.300.000,00
ACUCAREIRA ZILLO LORENZETTI SA	15.428.775,30
BAGUARI I GERACAO DE ENERGIA ELETRICA S/A	15.000.000,00
AGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	14.925.854,45
COSAN S/A BIOENERGIA	13.186.196,93
GERACAO CIII S.A.	12.564.551,82
EBTE - EMPRESA BRASILEIRA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA S/A	10.000.000,00
COMPANHIA ENERGETICA SAO SALVADOR	9.493.111,47
RODOVIA DO ACO S/A	7.776.136,33
COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO	7.301.798,80
RONDON ENERGIA S.A.	7.016.000,00
PARCIS ENERGIA S.A.	6.323.292,31
COQUEIROS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A	6.062.930,00
BONS VENTOS GERADORA DE ENERGIA S/A	5.200.000,00
SAPEZAL ENERGIA S.A.	5.136.630,12
USINA SANTA ISADEL S.A.	4.433.149,73
HIDRELETRICA AREIA BRANCA S/A	3.400.000,00
FERRARI TERMOELETRICA S/A	2.469.530,03
USINA ACUCAREIRA ESTER SA	1.611.177,69
SPE COCAIS GRANDE ENERGIA S/A	723.601,39
CAMPOS DE JULIO ENERGIA S/A	439.000,00
TOTAL	32.836.810.095,01

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) –
Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 498, DE 2010

Requer Voto de Aplauso ao povo de Uruará/AM, pelo transcurso em 12 de maio, do aniversário do Município.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Povo de Uruará, no Amazonas, pelo transcurso de seu aniversário de criação.

Requeiro, ainda, que deste Voto de Aplauso seja cientificado o Prefeito Fernando Falabella e, por seu intermédio, o Vice-Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal, Srs. Marcos Antonio Magalhães de Carvalho e Alexandre Pereira dos Santos.

Justificação

Localizado na microrregião Parintins, no centro amazonense, Uruará festeja, em 12 de maio, seu aniversário de criação. A história está ligada a Crispim Logo, que, em 1814, fundou o lugar, às margens do Rio Amazonas, com o nome de Santana da Capela.

Em 1938 tornou-se Município.

Atualmente, com quase 20 mil habitantes, é próspero município do meu Estado.

Em Uruará realiza-se anualmente, no mês de julho, o Festival de Verão, no qual se apresentam talentos musicais de todo o Estado.

O Voto que ora requeiro é justa homenagem do Senado Federal ao povo do município amazonense.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2010. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 499, DE 2010

Requer Voto de Aplauso ao povo de Humaitá/AM, pelo transcurso, no dia 15 de maio, do aniversário do Município.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Povo de Humaitá, no Amazonas, pelo transcurso do seu aniversário de criação, no dia 15 de maio.

Requeiro, ainda, que deste Voto de Aplauso seja cientificado o Prefeito José Cidenei Lobo do Nascimento e, por seu intermédio, o Vice-Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal, Srs. Renato Pereira Gonçalves e Rademacker Chaves.

Justificação

Humaitá, localizado no centro amazonense, na microrregião do Rio Madeira, festeja, no dia 15 de maio, seu aniversário de criação. A história de Humaitá começa em 1869, ano em que o comendador José Francisco Monteiro criou a Freguesia de Nossa Senhora do Bem de Humaitá. Em 1883, por Lei Provincial, assinada pelo então 3º Vice-Presidente da Província do Amazonas, a sede do município é estabelecida no lugar chamado Humaitá. E, em 1894, Humaitá ganha foros de Município.

Hoje, com quase 33 mil habitantes, é um dos mais importantes municípios do meu Estado.

Ali realiza-se, anualmente, no mês de julho, o Festival da Canção, que se vai tornando conhecido no Amazonas e na Região Norte.

O Voto que ora requeiro é justa homenagem do Senado Federal a esse próspero município amazonense.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2010. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 500, DE 2010

O Senador que este subscreve com base no Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal requer seja oficiado ao Cerimonialista Ronan Ramos de Oliveira, voto de congratulações pela sua posse como membro da Academia Brasileira de Cerimonial e Protocolo – ABCP.

Justificação

Natural de Muriaé, Minas Gerais, Ronan Ramos de Oliveira, iniciou sua carreira como jornalista, atuou na Rádio Itatiaia, posteriormente na TV Itacolomi, TV Alterosa, na Rede Manchete, TV Bandeirante, Record e TV Tupi.

Iniciou sua carreira de Criminalista Público na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em 1990, ocupou esse cargo também no Governo Estadual de 1994 a 1998.

Nos seus diversos trabalhos publicados destaca-se o Livro do Cerimonial Brasileiro, onde Ronan trata com sabedoria e brilhantismo um dos temas mais polêmicos do cerimonial brasileiro que é “ordem de Precedência”.

Em sua posse na Academia Brasileira de Cerimonial e Protocolo Ronan Ramos de Oliveira, passou a ter acento na cadeira que tem como patrono Juscelino Kubitschek de Oliveira e ocupar o cargo de diretor responsável pelas relações internacionais.

Destaca-se que foi no governo do patrono da cadeira ocupada pelo mineiro Ronan, que foi criado em 1951, o primeiro cerimonial para atender ao governo

de estado desde então os governantes não abriram mão de um cerimonial.

Com a continuidade dessa iniciativa de JK, por profissionais como Ronan Ramos de Oliveira, o Cerimonial Brasileiro, seja nas diversas esferas de Governo ou dos Poderes Constituídos jamais perderá a qualidade e profissionalismo necessários para a atividade.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2010. – Senador **Eduardo Azeredo**.

REQUERIMENTO Nº 501, DE 2010

O Senador que este subscreve, com base no Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado voto de aplauso à FUNDAÇÃO DOM CABRAL de Minas Gerais, por ter alcançado a 6ª posição no Ranking de Educação Executiva 2010, publicado pelo jornal inglês Financial Times.

Justificação

A Fundação Dom Cabral, de Minas Gerais, passou a ocupar recentemente a 6ª posição no Ranking de Educação Executiva, publicado pelo jornal inglês Financial Times. Em 2009, a Fundação Dom Cabral é um centro de desenvolvimento de executivos, empresários e empresas por meio de soluções educacionais integradas. Seu Centro de Desenvolvimento do Conhecimento em Gestão (CDCG), com 10 mil m², conta com biblioteca, auditório, anfiteatros e salas de aula. Além disso, o centro abriga a Galeria dos Empreendedores – espaço dedicado à história dos grandes empresários do País.

Tendo o empresário Aloysio Faria como seu benefício, a Fundação Dom Cabral cumpre sua proposta de contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, por meio da valorização das pessoas, da tenacidade, da ousadia, da inovação e da ética.

A nova colocação no mais importante ranking de educação executiva do mundo é, de acordo com os diretores da instituição, resultado do empenho de todos aqueles que acreditam na força do trabalho com as empresas e na produção do conhecimento como indutor do desenvolvimento sustentável da sociedade, como os 25 mil executivos das 1.026 organizações que foram atendidas pela Fundação Dom Cabral em 2009.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2010. – **Eduardo Azeredo**.

REQUERIMENTO Nº 502, DE 2010

Requer Voto de Pesar pelo falecimento, decorrente de acidente vascular cerebral, no dia 19 de março de 2010, do treinador de Muay Thai Luiz Alves.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento, decorrente de acidente vascular cerebral, no dia 19 de março de 2010, do atleta Luiz Alves, consagrado treinador de Muay Thai.

Requeiro, ainda, que este Voto seja levado ao conhecimento dos familiares de Luiz Alves, por intermédio do lutador Rodrigo “Minotauro”, do qual Luiz Alves era treinador.

Justificação

No dia 18 de março passado, registrei neste Plenário o acidente vascular cerebral de que fora vítima o treinador Luiz Alves, um dos maiores cultores e lutadores de Muay Thai que o Brasil já conheceu e a quem deve parte significativa da evolução, no País, dessa modalidade esportiva originária da Tailândia. Arte marcial com mais de dois mil anos de existência, o Muay Thai foi criado pelo povo tailandês como forma de defesa nas suas guerras e para alcançar boa saúde.

Na oportunidade daquele registro, lamentei o fato, mas com o pensamento positivo na certeza de que o atleta haveria de se recuperar e, assim, retornar à prática desse esporte. No entanto, quis o destino que Luiz fosse chamado, vindo a falecer no dia seguinte, 19 de março.

O Voto que requeiro ao Senado da República é, assim, sentida demonstração de pesar pelo falecimento do atleta.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2010. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa Propostas de Emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2010

Altera o art. 114 da Constituição Federal para fixar a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar demandas trabalhistas fundadas em contrato por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O inciso I do art. 114 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 114**.....

I – as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as relativas a contratos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Matéria que vem suscitando controvérsias acerca da competência jurisdicional, a contratação, pela Administração Pública, de agentes administrativos para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a partir da permissão constante no art. 37, IX, da Constituição Federal, encontrou solução em julgados do Supremo Tribunal Federal, entre eles o Conflito de Competência nº 7.128, decidido pelo Pleno em 2.2.2005, quando ficou assentada a competência da Justiça do Trabalho para o deslinde de tais relações jurídicas.

Em face da necessidade de conferir celeridade aos processos e julgamentos nessa área – potencialmente obstaculizada por longas discussões acerca da competência jurisdicional – estamos apresentando esta proposta de Emenda à Constituição com o objetivo de impor um ponto final a uma discussão que já o encontrou na nossa Corte Constitucional.

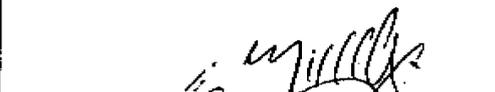
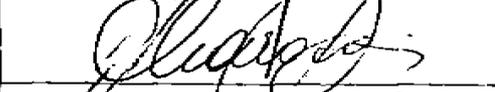
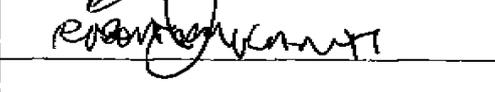
Sala das Sessões, 12 de maio de 2010.

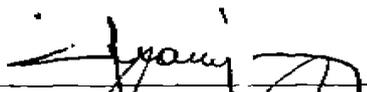
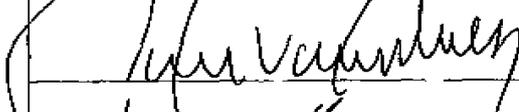
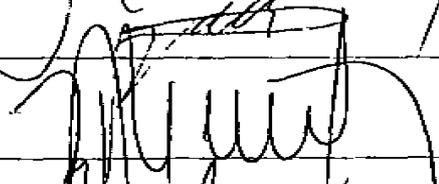
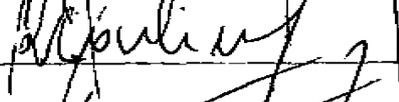
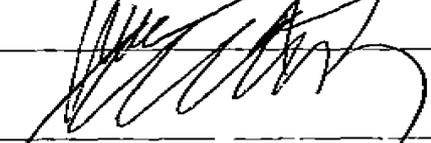
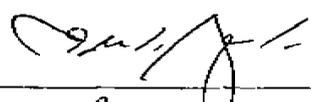
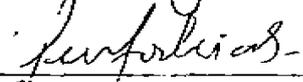
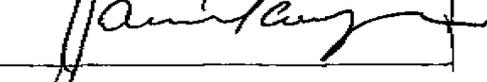
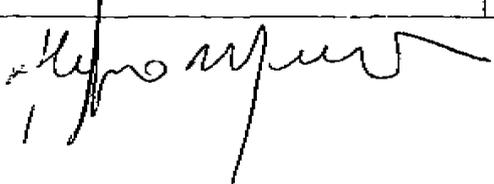


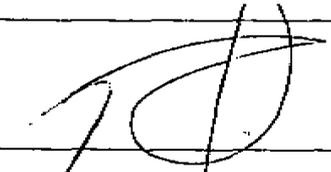
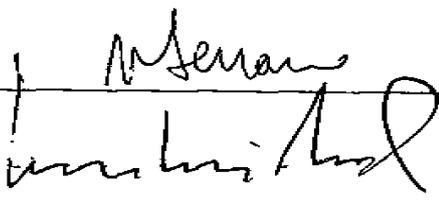
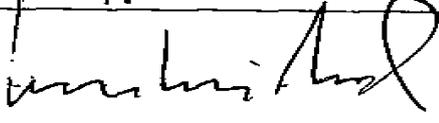
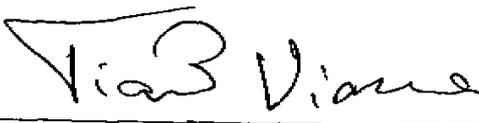
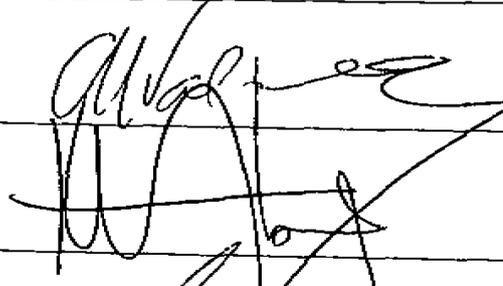
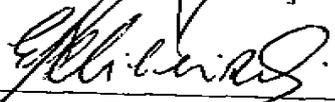
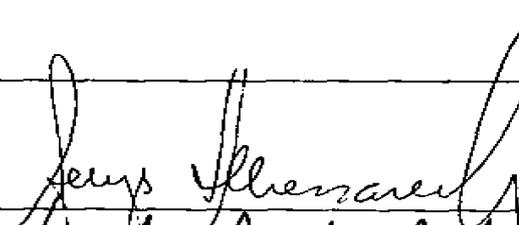
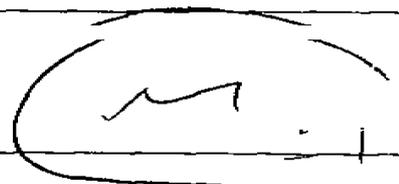
Senador PAPANÉO PAES

SIGNATÁRIOS DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Altera o art. 114 da Constituição Federal para fixar a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar demandas trabalhistas fundadas em contrato por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público

ASSINATURA	PARLAMENTAR
	Ycelso Coelho (PSSB)
	ALVARO DIAS
	PEDRO SIMON
	ROBERTO CARVALHO
	Cristovam Buarque
	HERACLILO FORTES
	VALDIR TRAPP
	Augusto Botelho

	EFRAIM MORAIS
	PAULO DUQUE
	JARBAS VASCONCELOS
	JOÃO VICENTE CLAUDINO
	ROBALBA CIARLINA
	GILVAIR
	ANTONIO CARLOS JUNQUEIRA
	EDUARDO AZEREDO
	JORGE XANARI
	EDUARDO SUPlicy
	INÁCIO ARRUDA
	DONATELLE
	AMÍLCAR
	OSMAR DIAS
	AULÍSIO MERIDANTE

	JOÃO TENÓRIO
	Fátima
	MARISA SERRANO
	MARC MACHES
	TIO VIANNA
	ANTONIO CARLOS VALADARES
	KÁTIA AGREU
	DALGEMAR PEREIRA
	SERYS
	Flávio Azevedo
	MARIA

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II as ações que envolvam exercício do direito de greve; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IV os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VII as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VIII a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IX outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º - Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

~~§ 2º - Recusando-se qualquer das partes à negociação ou à arbitragem, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho.~~

~~§ 3º - Compete ainda à Justiça do Trabalho executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 1998)~~

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2010

Altera o art. 223 da Constituição Federal para determinar que as transferências de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sejam submetidas à deliberação do Congresso Nacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 223 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar, renovar e transferir concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º - O ato de outorga, renovação ou transferência somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A possibilidade de transferência de outorgas para exploração dos serviços de radiodifusão está prevista no art. 89 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que “aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão”. Já o art. 90 desse ato normativo determina que “nenhuma transferência, direta ou indireta de concessão ou permissão, poderá se efetivar sem prévia autorização do Governo Federal, sendo nula, de pleno direito, qualquer transferência efetivada sem observância desse requisito”.

No entanto, tem-se constatado a ocorrência de transferências de outorgas ao arrepio da lei, efetivadas sem conhecimento do Poder Concedente, por meio de prática conhecida como “contrato de gaveta”. A ineficiente estrutura de fiscalização do Ministério das Comunicações tende a agravar essa situação e não indica solução satisfatória para o problema a curto prazo.

Além do evidente desrespeito à lei, esse procedimento pode ter como consequência grave a exposição da sociedade a uma comunicação sem qualquer compromisso com os princípios constitucionais que devem pautar a programação das emissoras de rádio e de televisão. Por razões evidentes, o projeto de programação de uma emissora objeto de transferência espúria não é submetido à análise do Poder Concedente e, portanto, o beneficiário desse ato ilegal não tem qualquer compromisso com as disposições constitucionais pertinentes.

Essas as razões que nos levam a propor um acompanhamento mais sistemático das transferências de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, determinando que sejam submetidas à deliberação do Congresso Nacional. É evidente que a prática das

transferências de “gaveta” escaparão desse crivo, mas acreditamos que, ao dar publicidade a essa problemática, trazendo essa discussão para o âmbito do Legislativo, poderemos contribuir para seu equacionamento.

Não temos dúvida de que a exigência de apreciação pelo Congresso Nacional de todos os atos de outorga e renovação para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens praticados pelo Executivo, introduzida pela Constituição de 1988, contribuiu enormemente para a democratização dos procedimentos de licenciamento desses bens públicos.

Estamos certos, portanto, de que a apresentação da presente Proposta de Emenda à Constituição e o seu exame pelo Congresso Nacional significa uma oportunidade importante para o aperfeiçoamento do processo de outorgas para a exploração do serviço de radiodifusão no País.

Solicitamos, por isso, a atenção e o apoio dos eminentes colegas à presente proposição legislativa.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2010.



Senador **FLEXA RIBEIRO**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Subseção II Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

DECRETO Nº 52.795, DE 31 DE OUTUBRO DE 1963.

TÍTULO X *DAS TRANSFERÊNCIAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES*

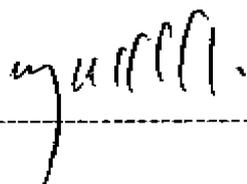
CAPÍTULO I *Generalidades*

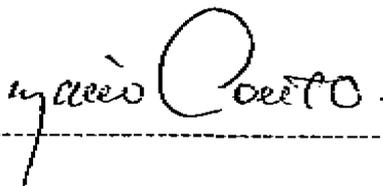
Art 89. As concessões e permissões poderão ser transferidas direta ou indiretamente.

Art 90. Nenhuma transferência, direta ou indireta de concessão ou permissão, poderá se efetivar sem prévia autorização do Governo Federal, sendo nula, de pleno direito, qualquer transferência efetivada sem observância desse requisito.

ASSINATURA

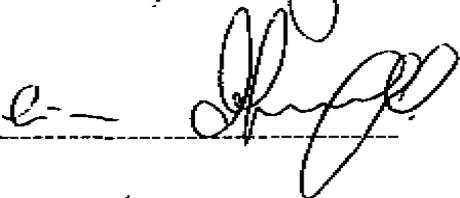
NOME

1. 

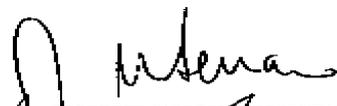


2. 

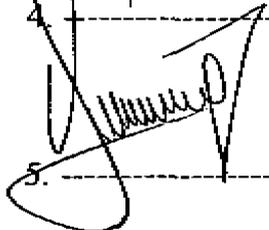
EDUARDO AZEREDO

3. 

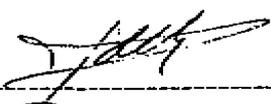
CICERO LUCENA

4. 

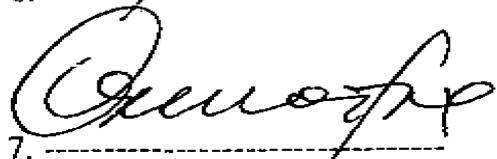
Marise Senam

5. 

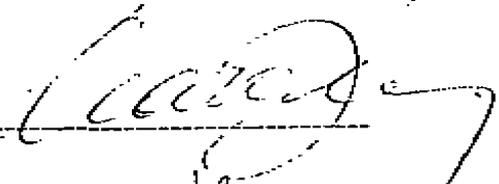
Acir GURGACZ

6. 

Rob R. Rez

7. 

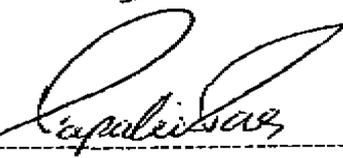
Osmar Dias

8. 

ALVARO DIAS

9. 

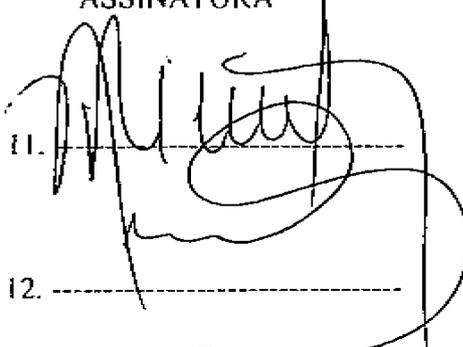
SERGIO GUERRA

10. 

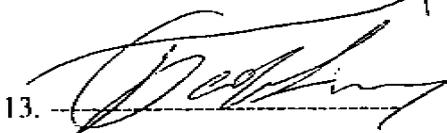
Papete Soares

ASSINATURA

NOME

11. 

11. FRANCISCO VICENTE CAUDINO

12. 

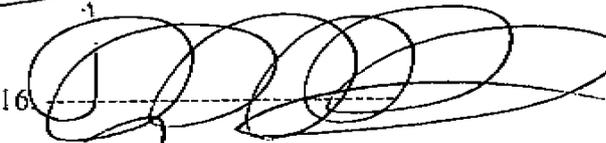
12. P. Simon

13. R. Quintanilha

13. LEOMAR QUINTANILHA

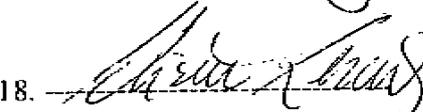
14. 

14. Tarcia Araujo

15. 

15. Luiz Roberto

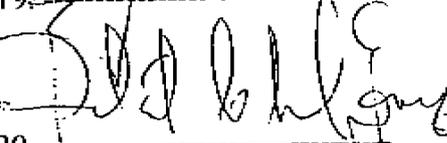
16. Patricia Saboga

17. 

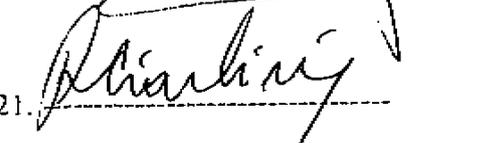
17. Eliseu Resende

18. 

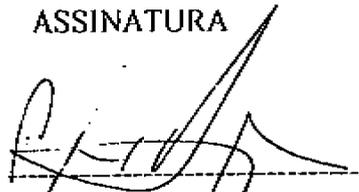
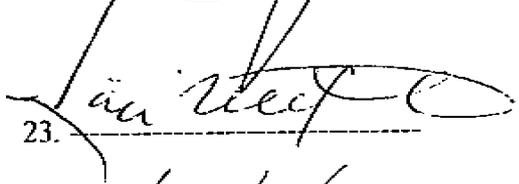
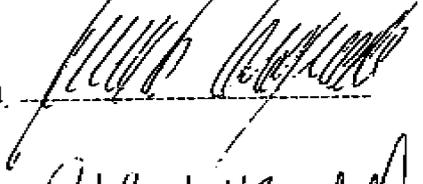
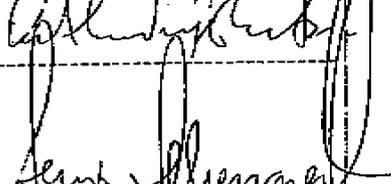
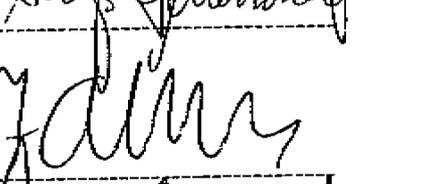
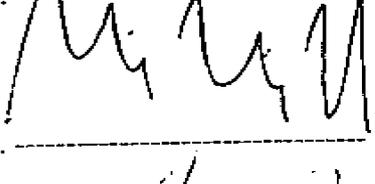
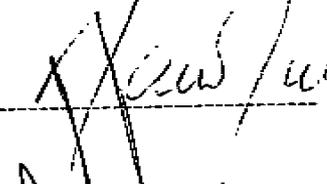
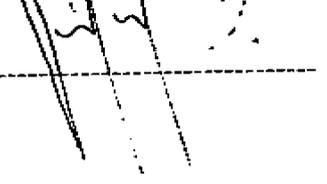
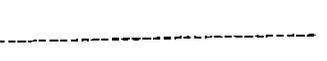
18. Jefferson Peralta

19. 

19. Declaro a Anula (com 2)

20. 

20. Rosalley Corlino

ASSINATURA	NOME
22. 	TERE AZEVEDO
23. 	GÁBOR BALCÓ
24. 	RENATO CASAGRANDE
25. 	ARTHUR VIEGAS
26. 	ANA SENISE
27. 	FLÁVIO AZEVEDO
28. 	PAULO ZAVA
29. 	JAIME CÂMARA
30. 	
31. 	

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – As Propostas de Emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O primeiro orador inscrito é o Senador Paulo Paim. Não estando no plenário...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É difícil eu não estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Já está na tribuna. Rapaz, eu disse que V. Ex^a era uma síntese de Martin Luther King, Mandela, Obama e Pelé, porque tem uma agilidade extraordinária e já está na tribuna.

V. Ex^a sintetiza toda a grandeza da raça negra no nosso País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa; Senadores, Senadoras, companheiros aposentados que voltaram hoje às galerias, meu amigo Warley, Presidente da Cobap, primeiro, quero agradecer a todos, ao Senador Mário Couto, ao Senador Geovani, ao Senador Jayme Campos, pela vigília de ontem à noite.

Nós nos comprometemos a só sairmos daqui depois que as MPs 475 e 474 fossem lidas aqui no plenário. Havia uma dúvida se a Câmara as mandaria ou não. Fomos até a Câmara e conversamos com o Presidente Michel Temer, que se comprometeu a mandar as MPs até as 10 horas. Às 10 horas e 02 minutos, a MP estava aqui. V. Ex^a, Senador Mão Santa, pediu inclusive que eu a lesse. Eu li, ela entrou na pauta e está pronta para ser votada.

Primeiro, meus cumprimentos ao Presidente da Câmara, Michel Temer. Ele cumpriu o acordo que firmou conosco ontem. Segundo, meus cumprimentos ao Mozart, Primeiro-Secretário daquela Casa, que também fez sua parte.

Agora, Sr. Presidente, quero apenas dizer que fiquei perplexo quando peguei os jornais, hoje pela manhã, e vi uma série de blogs que diziam que, no Senado, vai ter de mudar tudo, porque vieram dois índices: um índice de 7% e um de 7,72%. Não sei quem plantou essa notícia totalmente inverídica. Estou com a MP, o substitutivo, oriunda da Câmara dos Deputados.

E o que diz o art. 1º?: “Os benefícios mantidos pela Previdência Social serão reajustados a partir de 1º de janeiro de 2010, conseqüentemente retroativos, em 7,72%.”

Não existe, em nenhum lugar, o tal índice de 6,14% ou de 7%. São 7,72%. Não existem dois índices. Isso chegou à Mesa ontem à noite.

Outro esclarecimento: na questão do fator, como é que fica?

Até 31 de dezembro de 2010, o fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, segundo a fórmula constante do Anexo dessa lei.

§ 10. A partir de 1º de janeiro de 2011, o fator previdenciário não será mais aplicado ao cálculo do salário de benefício.

Ou seja, ficarão somente as 80 contribuições de 1994 para cá. E acabou o redutor a partir de 1º de janeiro, conforme está aqui muito claro e votado na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, quero também dizer que, coerente com aquilo que tenho falado, avisei ontem que entraria hoje com o seguinte requerimento:

Nos termos do art. 311, inciso I, requeiro a inversão de pauta do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2010, proveniente da Medida Provisória nº 475, de 2009, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social 2010, 2011, altera a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, preferencialmente sobre os demais que constam na Ordem do Dia.

Deixo claro a todos: esse requerimento será apreciado na hora em que forem votadas as MPs. Eu gostaria que fosse hoje, mas percebi que há todo um movimento para que seja na próxima terça-feira. Queria, Sr. Presidente, que ficasse aqui selado com todos os Líderes: se não der para votar hoje, que a gente não deixe mais na expectativa milhões e milhões de brasileiros que esperam o fim do fator e também o reajuste retroativo a janeiro. Que todos os Senadores sejam convocados para que, na próxima terça-feira, seja votada a MP dos aposentados.

Senador Jayme Campos, tenho aqui a assinatura de diversos Líderes. Sei que alguns Líderes disseram o seguinte: em respeito, nós votaremos, na semana que vem, as quatro MPs. Votaremos as duas que estão na pauta, votaremos a do salário mínimo e votaremos também a dos aposentados.

Desde que votem – e a palavra, para mim, de um Senador, de uma Senadora valem –, isso é o que importa. Eu só peço isto: se não quiserem aprovar o meu requerimento, se assim entenderem, porque alguns dizem que há um procedimento, mas todas as MPs vencem no dia 1º de junho, então, todas têm que ser votadas. Na terça-feira, votamos as quatro MPs, independentemente da ordem que o meu requeri-

mento está propondo. Eu só peço isto: que haja esse compromisso.

Senador Jayme Campos, com alegria, recebo um aparte de V. Ex^a.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador Paulo Paim, só a caráter de informação a V. Ex^a, nós reunimos ontem a Bancada do Democratas, e ficou bem definido que, nas medidas provisórias, ou seja, as que estejam aqui na Casa, primeiro, dentro do acordo firmado entre a Bancada do PSDB e a Bancada do Democratas, terá que se votar este projeto de lei que chegou da Câmara, o do fator previdenciário. A título de informação, V. Ex^a pode ter certeza de que os democratas não abrem mão de ser o primeiro item da pauta na próxima terça-feira. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador. É bom saber que já há essa disposição dos partidos em relação a esse tema. Quero dizer que estou convicto de que essa será a posição de todos os Líderes.

Senador Valadares, V. Ex^a, como Líder do PSB – e me permita que eu diga –, foi o primeiro a assinar, e não há problema algum de que essa matéria seja votada em primeiro lugar.

Senador Valadares, por favor.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Paulo Paim, já comuniquei ao meu Partido – aliás, acompanhando também o procedimento do PSB na Câmara dos Deputados – que, aqui no Senado Federal, assim como fizemos na primeira hora, quando da apresentação do projeto da derrubada do fator previdenciário por V. Ex^a, o Senado aprovou a matéria de sua iniciativa com o meu voto. E, por natureza, pode-se verificar o histórico da minha vida política, eu não sou homem de voltar atrás, de ter duas posições. A minha posição aqui sempre foi a favor da correção dessa injustiça, não só de um reajuste adequado que recomponha, o máximo possível, os proventos dos aposentados, como também a derrubada, de uma vez por todas, do fator previdenciário, que reduz, ao longo do tempo, a remuneração que foi conquistada com muito trabalho, com muito esforço e com muito sacrifício pelos aposentados.

Por isso eu o parabeno mais uma vez e me solidarizo com V. Ex^a. Com a tramitação sugerida no requerimento de que na próxima semana, com o acordo que certamente haverá para aprovação das medidas provisórias, essa matéria deverá ser o primeiro item a ser aprovado pelo Senado Federal. Significa dizer que o Senado dará o seu contributo, dará a resposta que os aposentados estão esperando em todo o Brasil, esses homens que durante a sua vida deram tanto sacrifício

para o desenvolvimento do Brasil e, por isso, merecem nosso apoio e nossa solidariedade. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Valadares, quero dizer a V. Ex^a que essa sua posição foi a mesma expressada pelo Deputado Federal Alberto Albuquerque, quando chegamos em Porto Alegre, no Aeroporto Salgado Filho, com a presença de 500 manifestantes. Todos nós, de todos os partidos, fizemos depoimentos, e lá essa palavra foi afirmada pelo líder do PSDB no meu Estado.

Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Paulo Paim, primeiro quero dizer a V. Ex^a que hoje amanheci muito feliz. Muito feliz porque tenho a certeza de que estamos caminhando na direção de corrigir uma grave injustiça no Brasil. A classe dos aposentados, posso lhe garantir, é a classe mais abandonada neste País. E quero dizer a V. Ex^a, para ser justo comigo mesmo: respeito V. Ex^a, tenho carinho, aprendi a admirar o amigo. E hoje me considero um amigo seu. Mas não tenho e não tive a sorte na minha vida de ter essa lisura, essa capacidade que V. Ex^a tem de conciliador. Não tenho, infelizmente Deus não me deu. Quando V. Ex^a agradece ao Michel Temer – eu me refiro a isso –, eu não consigo agradecer a Michel Temer. Primeiro porque a obrigação dele era mandar esse projeto, essa medida provisória muito antes de ontem. Se ele não mandou, meu caro Paulo Paim, é porque ele tramava alguma coisa em função disso. Quando V. Ex^a me convidou para ir lá falar com o Presidente, eu dizia pelos corredores, andando com V. Ex^a, que devia ter sido armada alguma coisa em função de fazer caducar a medida provisória. Isso é ter compaixão, meu caro Senador. Isso é ter sensibilidade, meu caro Senador. Isso é maldade. Isso é maldade. Cria V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que, se V. Ex^a não tivesse a capacidade de raciocínio de fazer aquilo naquele momento, apoiado pelos sindicatos, pode ter certeza V. Ex^a de que hoje nós não estaríamos felizes, nós estaríamos aborrecidos, por causa exatamente de uma pessoa que é Presidente da Câmara e que estava matutando e bolando como poderia fazer para que a medida provisória caducasse. Ele mesmo confessou isso para mim, Senador! A minha intenção era a mesma sua: era de agradecer hoje. Não vou fazê-lo, Senador. Ao contrário, quero lamentar a postura do Michel Temer. Lamentar. Não precisava ter feito o que fez, não precisava deixar os aposentados aqui até as dez e meia da noite passando fome. Não precisava fazer isso! Se a avó dele estivesse aqui, ele não faria isso. Mas a avó dele não precisa estar aqui porque Michel Temer é rico, e a avó dele deve morar na riqueza. Por isso, ele maltratou os aposentados. Senador Paulo Paim, nós vamos votar na terça-feira o projeto. Não

tenho dúvida de que a maioria dos Senadores, senão a unanimidade, vai votar a favor. A nossa grande preocupação agora é com o Presidente da República. Essa é a minha grande preocupação. Desejo, espero, que a sensibilidade do Presidente Lula não vá de encontro à sensibilidade que ele mostra ter para com o Bolsa Família. Espero que o Presidente possa dizer à Nação que a mesma sensibilidade que move o seu coração, em relação às pessoas pobres deste País, dando o Bolsa Família, ele tenha com os aposentados deste País. A mesma, a mesmíssima. Porque se ele fizer o contrário eu vou ter a certeza de que o Bolsa Família é um projeto social de fachada, é mais um projeto político para dar prestígio ao Presidente da República. Espero que nada disso aconteça. Espero, inclusive – prometi a V. Ex^a –, que o Presidente Lula não vete esse projeto. Aí, sim, eu poderei ir à tribuna agradecer ao Presidente da Nação brasileira pelo ato dele. Senão, vai ter que encarar este Senador. Sou pequeno diante do Presidente da República, muito pequeno, mas prometo à Nação brasileira que farei o que for possível para mostrar à Nação brasileira a má vontade do Presidente Lula para com os aposentados deste País. Espero, mais uma vez repetindo, Senador Paulo Paim, que nada disso aconteça e que, no mínimo, a gente possa dar o mínimo. Os aposentados merecem muito mais do que se está dando, isso é o mínimo, isso é um ganho apenas, é apenas o primeiro passo. Nós não poderemos parar aí, meu caro Senador Paulo Paim, nós temos que ir avante, temos que avançar. Eu não sei por que, mas hoje no País é moda – desculpe estar tomando seu tempo –, é moda: qualquer político que vá a um palanque, a primeira coisa que diz é combater a desigualdade social. O Governo que está aí fala aos quatro cantos no combate à desigualdade social, e essa desigualdade patente, meu companheiro, essa desigualdade berrante, meu companheiro, essa desigualdade galopante, meu companheiro, será que não se combate? Será que não se corrige? Dá 7,71%! Nós avançamos, mas não iguala, não combate a desigualdade, não termina com a desigualdade! Ela melhora um pouquinho, muito pouquinho. Por isso, precisamos avançar, avançar e muito, mostrar à nação brasileira que essa Nação hoje pode, essa Nação avançou economicamente, esse negócio de fundo previdenciário deficitário é uma grande mentira! Liberem a CPI da Previdência, liberem a CPI da Previdência pedida por mim que mostrarei à Nação que isso é uma grande enganação, apenas para não dar ganhos de direito aos aposentados neste País. Quero parabenizar V. Ex^a pela persistência, pelo caráter, pela dignidade. Parabéns a V. Ex^a e a todos aqueles que participam dessa luta. Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado pelo aparte, Senador Mário Couto, que esteve comigo ontem lá na Câmara, conversando com o Presidente Michel.

Ontem, depois de um debate duro entre nós e o Presidente, houve o compromisso de que ele remetaria a matéria ainda ontem à noite, o mais tardar hoje pela manhã, e ela chegou ontem à noite.

Deixe-me falar, Senador Mário Couto. Eu queria lembrar alguns fatos rapidamente. Inúmeras propostas que eu aprovei nesta Casa, como o Estatuto do Idoso, também me diziam que o Presidente as vetaria; não vetou. A política de salário mínimo, diziam-me que o Presidente a vetaria; não vetou. A PEC paralela diziam que era uma encenação aqui no Senado, que a Câmara não a votaria porque a base não deixaria. Isso não aconteceu, e ela foi promulgada.

Então, estou muito tranquilo nesse debate. Eu poderia lembrar, para reflexão nossa, que aprendi na política, e V. Ex^a me fez um elogio nesse sentido, que nós temos de atacar. Eu me sinto, num embate como esse, como se eu estivesse num campo de guerra: qual a tática e qual a estratégia? E, nesse momento, o que é que o comando, no meu entendimento, teria de orientar? O Senado tem de cumprir a sua parte. Nós cobramos a votação da Câmara durante dois anos, e ela não votou. Nós aqui – não só eu, mas outros também como o Senador Mão Santa e dezenas de Senadores – xingamos inclusive os Deputados, que não estavam cumprindo a sua parte. Dezenas de Senadores vieram à tribuna. Por isso, o momento é de assumirmos a nossa responsabilidade e votarmos a matéria.

Para mim, o limite é terça-feira da semana que vem, porque sabemos que a MP cai no dia 1º. Se quiserem jogar para a última semana, significa que é para não votarem.

Senador Mário Couto, nessa mesma reflexão... Depois de votarmos aqui, vamos acionar nossa infantaria que vai estar mobilizada na terça-feira. Eu recebo, em meu gabinete, como dizia outras vezes, cerca de dez mil correspondências por semana. O 0800 do Senado confirma ou não... Hoje mesmo, recebi várias. De todas as matérias discutidas aqui, no Senado, escolheram os dez temas que a população mais está acompanhando. Disparado, Senador... Eu achei que escolheriam o pré-sal, eu achei que seria o projeto da ficha limpa, eu achei que seria a PEC nº 300. Mas sabe qual escolheram, disparado? Escolheram só dez entre mais de cinquenta. Ficou em primeiro lugar o debate do fator previdenciário e o da justa luta dos aposentados.

Isso demonstra – e vou mandar pôr nos Anais – que a população brasileira está acompanhando esse

debate. E acompanhando muito bem! E sabe o que quer! Por isso, na terça-feira, eu acredito que nós teremos, sim, vigília nas câmaras de vereadores, nos sindicatos, nas residências, nas centrais, nas confederações, na Cobap, nas associações de aposentados, acompanhando cada passo dessa votação.

Estou muito tranquilo nesse sentido.

Também quero dizer que eu defendo o Bolsa Família, porque sei o que é passar fome. Quando você não tem emprego, o Bolsa Família salva vidas. Eu digo aqui, com a maior tranquilidade, que é uma alegria poder dizer que 30 milhões de pessoas saíram do estado de miséria absoluta, e o salário mínimo foi fundamental para isso.

Mas quero dizer também, Senador Mão Santa – e não gosto de abusar nunca do tempo, que sempre, generosamente, me é dado aqui –, que eu havia preparado um pronunciamento em que eu faço uma analogia entre a luta, que foi fruto do debate hoje pela manhã, da história de Joaquim Nabuco; o 13 de maio, amanhã, Dia da Abolição da Escravatura; e a situação dos aposentados no Brasil.

Como o tempo não vai permitir que eu o leia, Senador Mão Santa, não vou dar como lido este pronunciamento, que é uma análise comparativa da atuação, no passado, dos escravocratas,...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...dos abolicionistas, e do tratamento dispensado hoje aos aposentados e pensionistas. A situação dos aposentados e pensionistas hoje é semelhante à dos negros no tempo da escravidão – e como sou negro, eu sei da história dos meus antepassados. Por isso, fiz esse estudo comparativo e vou esperar a oportunidade de comentá-lo aqui no Senado.

Eu tinha um sonho, como alguém já disse em outros pronunciamentos em outros países: de que seria amanhã, no máximo, dia 13 de maio, que nós iríamos libertar os aposentados, votando o fim do fator e também o reajuste, pelo menos, de 7,7%. Infelizmente, não vai haver a votação entre hoje e amanhã, mas, na terça-feira... Eu conversei com inúmeros Líderes e eles me disseram: “Tudo bem, Paim, hoje não vai dar, mas votamos na semana que vem”. Não estou aqui dizendo o nome dos Líderes da base e da Oposição, mas, na terça, com certeza, a gente vai pedir o testemunho deles, pois esse acordo foi firmado. Na terça-feira que vem vamos votar o fim do fator e o reajuste dos aposentados, conforme acordado na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, a vigília na terça-feira vai ser feita aqui no plenário, como já fizemos três vezes. V. Ex^a

acompanhou, o Senador Zambiasi acompanhou; enfim, a maioria dos Senadores que está no plenário, neste momento, acompanhou. Eu sei, Senador Simon, que se enganam aqueles que pensam que o povo gaúcho, o povo brasileiro, não fará a vigília; fará sim. Quando eu ando pelo interior...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...do Rio Grande, Senador Zambiasi, pessoas de idade, de 60, 70, 80 anos, me dizem: “Saiba, Senador, que também não dormi, eu fiquei com a TV Senado ligada acompanhando, passo a passo, o debate”.

Senador Zambiasi, tenho só mais dois minutos, mas concedo a V. Ex^a.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Vou pedir a sua generosidade, Senador Mão Santa, apenas para acrescentar duas palavras a respeito do pronunciamento do Senador Paim. Eu concordo que este é o tema que merece maior atenção do País neste momento. Não é a Copa do Mundo, não é o jogo do Grêmio contra o Santos, hoje à noite, não é o pré-sal; é a solução para o problema dos aposentados, a questão do fator previdenciário e esse reajuste para aquele que ganha acima de um salário mínimo. Estava lendo uma notícia aqui, Senador Paim, lá do nosso Rio Grande. Em São José dos Ausentes, lá em cima da serra, neste momento,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Onde nasceram os meus pais.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – ...na terra natal dos seus pais, neste momento, Senador Paim, a sensação térmica é de dois graus abaixo de zero. Qual o custo para um homem e uma mulher que lutaram a vida inteira para chegar com dignidade aos seus 60, 70 anos de idade? Imagine o custo da sobrevivência desse cidadão e dessa cidadã, que estão aguardando que nós melhoremos um pouquinho mais os proventos deles para que possam ter um pouco mais de lenha para colocar no fogão ou gás para aquecerem um pouco mais a casa. Eu estou falando de uma situação, de uma cidade do Rio Grande. Pode ser uma lá do Amazonas onde, de repente, a necessidade seja outra, mas, guardadas as proporções, é a mesma coisa. Então, o ar-condicionado para refrescar onde as temperaturas são muito altas tem o mesmo custo para aqueles lá do Rio Grande que estão enfrentando uma temperatura de dois graus abaixo de zero agora. Por isso, não dá mais para esperar. E nós estamos – eu estava comentando com o Senador Simon aqui – solidários com a sua luta. Essa luta é sua e, por ser sua, é nossa luta. Portanto, Senador Paim, V. Ex^a pode contar, com certeza, com a solidariedade do Plenário desta Casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Zambiasi, permita-me que eu diga isto: não é de graça que V. Ex^a sem ser pré-candidato à reeleição está em primeiro lugar no nosso Estado. Pesquisas nossas, inclusive. A sua forma simples e direta de falar é que agrada o povo gaúcho e o povo brasileiro. V. Ex^a deu exemplo da lenha, deu exemplo do gás. E V. Ex^a citou, neste momento, o exemplo do remédio, da roupa. Nós estamos falando de algo em torno de vinte, trinta reais para cada cidadão com esse aumento, com esse reajuste pelo qual nós estamos brigando tanto aqui. Por isso, o nosso povo não entende.

Senador Zambiasi, mais uma vez, quero lhe cumprimentar. E permita-me, neste minuto, ainda lhe dizer que fiquei muito feliz quando ouvi hoje a publicação do Diap e observei que V. Ex^a ficou entre os Senadores mais destacados do nosso querido Brasil. Desta Pátria que há de fazer justiça, sim, aos aposentados e pensionistas. Esses homens e mulheres que estão nas galerias desde ontem passaram a noite, dormiram um pouco de manhã, e voltaram aqui.

Palmas deste Senador a V.S^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, alternando, vamos chamar o Líder; e o Líder é Jayme Campos. Jayme Campos representa o Estado de Mato Grosso, pelo DEM. S. Ex^a é uma liderança que representa, com grandeza, a parte produtora do nosso País, além de uma vida política das mais brilhantes – três vezes extraordinário Prefeito da sua cidade, extraordinário Governador do Estado, extraordinário Senador e é um ícone da produção, não só de Mato Grosso, mas do Brasil e, sem dúvida nenhuma, um dos maiores valores do DEM.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, por suas palavras generosas e bondosas.

Senadores e Senadoras, quero iniciar minha fala dizendo da luta desse valoroso Senador Paulo Paim. Creio que a Presidência desta Casa devia até fazer uma homenagem a V. Ex^a diante da sua luta e, que, se possível, aprovássemos, hoje ou amanhã na parte da manhã, essa matéria relevante, com a qual, indiscutivelmente, nós vamos resgatar uma dívida com os nossos aposentados. Talvez só os mais abastados, os poderosos deste País não saibam que R\$30, R\$40 no bolso do aposentado representam muito.

Todavia, eu quero aqui, nesta oportunidade, cumprimentar o Senador Paulo Paim por sua insistência, por sua perseverança. A matéria já se encontra na Casa. E eu espero que, na próxima terça-feira, nós possamos votá-la, na medida em que, dentro da Bancada dos Democratas, está muito bem definido que não abriremos mão, em hipótese alguma, da votação do primeiro

item da pauta dentre as medidas provisórias que hoje se encontram aqui no Senado Federal.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com o passar dos anos, o ser humano adquire sabedoria e torna-se irmão do tempo, fazendo refletir em sua própria existência as lembranças do passado e as promessas do futuro. O ontem e o hoje são peças que se encaixam perfeitamente como uma trilha a pavimentar os caminhos do amanhã. Aqueles que compreendem o que passou convertem-se em fochos de luz a iluminar de esperança os passos das novas gerações.

Ao ler, no último domingo, uma entrevista publicada no jornal *Diário de Cuiabá*, concedida ao ilustre intelectual e jurista Evaldo de Barros, pelo centenário pecuarista Carlos Reiners, entendi, eu mesmo, que a maturidade traz, além da sapiência, o compromisso inarredável com a prudência e com a verdade.

Prestes a completar 103 anos, o criador, lúcido e corajoso, falou da sua vida com a destreza dos vaqueiros tangendo a boiada nas tardes do Pantanal. Contou histórias de seus antepassados, rememorou sua infância, lembrou dos pais e dos amigos.

Ao lado da sua esposa, Dona Didi, Carlos Reiners constituiu-se em um dos pilares mais firmes das tradições do povo mato-grossense. Sua família é um exemplo de união e prosperidade. Seus 14 filhos, 40 netos e 25 bisnetos sorveram da fonte de cristalina dos mais puros ensinamentos de temor a Deus, respeito ao próximo e devoção à Pátria.

Ele mesmo, filho de um engenheiro alemão, deixou os estudos na adolescência para se dedicar à atividade pecuária. Trabalhou de sol a sol. Domou o gado e as intempéries para dar escolaridade aos descendentes. Tem orgulho de ter formado todos os filhos em cursos superiores. Por isso fala da vida com gratidão e carinho. Bendiz o passado e se alegra com a chegada do futuro.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago a história deste amigo de meus familiares, deste velho militante do PSD, homem que aprendi a admirar e respeitar desde a minha infância, para lembrar que o País possuía em 2007, segundo o censo daquele período, realizado em 97% dos Municípios brasileiros, 11.422 idosos com mais 100 anos; sendo 7.950 mulheres e 3.472 homens.

Embora representassem, à época, menos de 0,1% da população nacional, eles guardam em suas vidas a memória da cultura e das histórias de nossa gente. Mais do que isso, trazem uma carga genética que pode explicar o processo de longevidade tão desejado por todos. Esses cidadãos são arquivos biológicos expressivos para que se estude a própria natureza da sociedade brasileira.

Nesse sentido, Sr^{as} e Srs. Senadores, proponho a elaboração de um levantamento das condições sociais e econômicas dessa população. Tal investigação servirá de base para os estudos que compreendam os hábitos e o modo de vida dessas pessoas que alcançaram uma idade avançada.

O País precisa preparar políticas de apoio e auxílio a essa gente, ao mesmo tempo em que resgatará o modo de vida e a evolução biológica dessa clientela. Esse documento, feito caso a caso, possibilitará o conhecimento da trajetória da mentalidade nacional ao longo desse último século.

Assim, a Nação poderá articular um grande programa de amparo social e revitalização histórica desses brasileiros que são um verdadeiro retrato genético do século XX. Se, de um modo, a documentação de suas biografias lançará novas luzes sobre nosso cotidiano, por outro, permitirá a criação de um mapeamento para melhor entendimento da própria formação biológica de nossa gente.

A responsabilidade pela execução deste plano ficará a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em parceria com os Ministérios da Saúde e da Cultura. Digo isso, porque, além do levantamento de dados censitários, o setor de saúde poderia preparar um diagnóstico dos aspectos genéticos dessa longevidade, enquanto a área de cultura resgataria o valor histórico dessas vidas.

Esse programa, Sr. Presidente, poderia singelamente ser batizado de “Brasil 100”, uma homenagem aos nossos compatriotas que conseguiram transpor a ponte da longevidade num País onde o idoso é vítima permanente da perda de contato com a força de trabalho, da desvalorização de seus vencimentos e pensões, e da pobreza generalizada.

É relevante lembrar que recentes estudos da Organização das Nações Unidas apontam um crescimento vigoroso no número de idosos em nosso País. Segundo essas mesmas projeções, em 2025, Senador Mário Couto, o Brasil terá a sexta maior população mundial de idosos.

De tal forma, quando vejo aqui o Senador Paulo Paim lutar por uma causa justa porque ainda há a ameaça, por parte do Poder Executivo, de vetar o fator previdenciário, imagino que há um descompromisso total com os mais idosos, com aqueles que construíram a grandeza do País, hoje uma das maiores economias do mundo.

Não acredito, em hipótese alguma, que o Presidente Lula, que sempre defendeu os trabalhadores brasileiros, venha, desta feita, vetar esse projeto, tendo a oportunidade ímpar também de ser o Presidente dos aposentados e trabalhadores, que certamente

tem o compromisso com aqueles que construíram a grandeza do nosso Brasil.

Mas não tenho dúvida, se eventualmente ele vetar esse projeto, Senador Mário Couto, de que o veto será derrubado no plenário da Casa. Não tenho dúvida alguma de que, por mais governista que seja, um Senador terá a coragem de votar em favor de um veto escarecedor como esse contra nossos aposentados neste imenso Brasil.

Mas, em reconhecimento à coragem desses brasileiros, renovo aqui meu compromisso de lutar pela recomposição das aposentadorias de nossos idosos com o fim do fator previdenciário e a reposição de perdas, que vêm achatando anualmente os vencimentos dos aposentados e pensionistas.

Para finalizar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de requerer à Mesa desta Casa que seja consignado voto de aplauso ao Sr. Carlos Reiners pela beleza da sua trajetória e pelos ensinamentos que emanam de sua vida exemplar e também ao Dr. Evaldo Duarte de Barros, que, semanalmente, nas páginas do jornal semanal *Diário de Cuiabá*, faz um minucioso resgate da vida de cuiabanos e mato-grossenses, que muito contribuem com os valores éticos e a tradição da nossa gente.

Nosso País só alcançará o patamar de nossa sociedade plenamente desenvolvida quando reservar aos idosos uma posição de destaque nos grandes debates nacionais, recebendo deles sabedoria, conhecimento e conselhos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Jayme Campos, V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

E receba os cumprimentos da Mesa pela beleza de pronunciamento que V. Ex^a faz à Pátria.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Fora do microfone.) – Meus cumprimentos também, Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora nós vamos chamar um orador inscrito.

Valter Pereira cedeu a Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Antonio Carlos Valadares não estando então vamos chamar aqui...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, pela ordem.

O Senador Valadares já está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Então pronto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Eu apenas gostaria de solicitar a V. Ex^a, se enten-

der oportuno, que encerrasse a Ordem do Dia porque assim o Senador Valadares terá mais tempo para se pronunciar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Grande sugestão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E eu gostaria de me inscrever também para falar pela Liderança, já que o Senador Arthur Virgílio me delegou essa incumbência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a comprova aqui a sua história política. É o mais veterano, apesar de ser bem novinho, porque há 40 anos era Vereador lá em Londrina, lançado na política por um piauiense, Dalton Paranaçuá, prefeito daquela cidade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 503, DE 2010

Com fundamento no disposto no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado voto de congratulações pelo centenário pecuarista Carlos Reiners, de Mato Grosso, que acaba de completar 103 anos pela beleza de sua trajetória e pelos ensinamentos que emanam de sua vida exemplar.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2010. – Senador **Jayme Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 504, DE 2010

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada do requerimento nº 470, de 2010, de minha autoria.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2010. – Senador **Flávio Arns**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência defere o requerimento.

Por sugestão de Alvaro Dias, o Senador AD, passamos à

ORDEM DO DIA

A Presidência, até o presente momento, não recebeu informação sobre o acordo de lideranças para a deliberação da pauta de hoje.

Dessa forma, transfere as matérias constantes da pauta de hoje para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 477, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 477, de 2009, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo, no valor global de dezoito bilhões, cento e noventa e um milhões, setecentos e vinte e três mil, quinhentos e setenta e três reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de cinco bilhões, setecentos e trinta e seis milhões, setecentos e quarenta e três mil, duzentos e oitenta reais, para os fins que especifica.

(Lido no Senado Federal no dia 28-4-2010)

Relator revisor: Senador Eduardo Azevedo

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.03.2010)

Prazo final prorrogado: 1º-6-2010

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 480, DE 2010

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 480, de 2010, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores, da Saúde, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de um bilhão, trezentos e setenta e quatro milhões e cinquenta e sete mil reais, para os fins que especifica.

(Lido no Senado Federal no dia 28-4-2010)

Relator revisor: Senador Jayme Campos

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2010)

Prazo final prorrogado: 1º-6-2010

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2010
(Proveniente da Medida Provisória nº 474, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2010, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010, estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023 e revoga a Lei nº 11.944, de 28 de maio de 2009 (proveniente da Medida Provisória nº 474, de 2009).

(Lido no Senado Federal no dia 11-5-2010)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2010)

Prazo final prorrogado: 1º-6-2010

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2010
(Proveniente da Medida Provisória nº 475, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2010, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social em 2010 e 2011 (proveniente da Medida Provisória nº 475, de 2009).

(Lido no Senado Federal no dia 11-5-2010) Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2010)

Prazo final prorrogado: 1º-6-2010

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 309, DE 2009
(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009 (nº 5.939/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – PETROSAL e dá outras providências.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos; e
- de Serviços de Infraestrutura.

(Sobrestando a pauta a partir de 19-4-2010)

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2010
(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 (nº 5.940/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Serviços de Infraestrutura; e
- de Assuntos Econômicos.

(Sobrestando a pauta a partir de 7-5-2010)

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2010
(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010 (nº 5.941/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a União a ceder onerosamente à Petrobras Brasileiro S.A. – PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos; e
- de Serviços de Infraestrutura.

(Sobrestando a pauta a partir de 7-5-2010)

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 (nº 5.938/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências (exploração e produção de petróleo; competências do CNPE, da ANP e do Ministério de Minas e Energia; casos de contratação direta e de licitação para exploração de petróleo; contratos de partilha de produção; rateio das rendas governamentais no regime de partilha de produção (royalties); comercialização do petróleo.)

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos; e
- de Serviços de Infraestrutura.

(Sobrestando a pauta a partir de 7-5-2010)

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Gim Argello), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 278, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto De Decreto Legislativo nº 278, de 2010, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que

aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2010.

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 279, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto De Decreto Legislativo nº 279, de 2010, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2010.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do

Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que

o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

21

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

22

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

23

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (no 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a

Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruda), que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas.

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator:

Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior; e

– de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador João Durval.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas.

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do *caput* do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007,

na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Pau-

lo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

47

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob no 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

48

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

49

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

50

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do

Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

51

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

52

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

53

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

54

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 77, DE 2007**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do
Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

55

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2009**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e
143 do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

56

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e
143 do Regimento Comum)*

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

57

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Recurso nº 11, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

58

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 5, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 8, de 2006)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para

tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob n^{os} 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda n^o 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO N^o 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso n^o 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n^o 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei n^o 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob n^{os} 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1^o pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda n^o 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2^o pronunciamento (sobre as Emendas n^{os} 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO N^o 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado n^{os} 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n^o 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1^o e 22 da Lei Complementar n^o 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob n^{os} 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1^o pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado n^o 390, de 2005-Complementar),

Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de n^{os} 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2^o pronunciamento (após a aprovação do Requerimento n^o 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado n^o 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda n^o 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Regimentalmente, então, V. Ex^a tem o dobro do tempo que teria antes da Ordem do Dia. Mas eu também não iria tirá-lo jamais da tribuna, pelo respeito que tenho a V. Ex^a e à grandeza de Sergipe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Que o povo do Piauí o traga de volta.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Amém!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, destaco a responsabilidade que nós, Senadores e Senadoras, temos perante a necessidade cada vez mais urgente de viabilizarmos um Judiciário mais ágil e capaz de proporcionar a segurança que a sociedade brasileira demanda.

Já dizia o nosso inesquecível e glorioso patrono desta Casa, Rui Barbosa, que “*A justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta*”. E quantos dizem que a justiça que tarda é justiça que falha?

Na reforma do Judiciário, que aprovamos por meio da Emenda Constitucional n^o 45, de 2004, incluímos o inciso LXXVIII ao artigo que dispõe sobre os direitos e garantias individuais do cidadão, o art. 5^o da Constituição Federal. O novo inciso estabelece que: “*A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantem a celeridade de sua tramitação*”.

Sr. Presidente, precisamos trabalhar para que esse direito possa se tornar uma realidade na vida das pessoas. Após a reforma do Judiciário, foi celebrado o primeiro pacto de Estado por um Judiciário mais rápido e republicano, firmado pelos chefes dos três Poderes. Desde então, a prioridade para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário foi colaborar para a realização de indispensáveis reformas processuais e atualização de normas legais.

Em maio de 2010, completamos um ano da celebração do pacto republicano de Estado por um sistema

de justiça mais acessível, ágil e efetivo. O pacto fixou como objetivo o incremento do acesso universal à justiça, especialmente dos mais necessitados; o aprimoramento da prestação jurisdicional, sobretudo mediante a efetividade do princípio constitucional da razoável duração do processo e a prevenção de conflitos; e o aperfeiçoamento e fortalecimento das instituições de Estado para uma maior efetividade do sistema penal no combate à violência e à criminalidade, por meio de políticas de segurança pública combinadas com ações sociais e proteção à dignidade da pessoa humana.

Imbuído desse sentimento, conseguimos que fossem aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pelo Presidente Lula, a Lei nº 12.153, de 2009, que criou o Juizados Especiais da Fazenda Pública, resultado do projeto de minha autoria, bem como a Lei Complementar nº 132, de 2009, que eu relatei e que reorganizou e revigorou a atuação das defensorias públicas.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vem adotando iniciativas louváveis em seu campo de atuação, ordenando o funcionamento do Judiciário do ponto de vista interno. Tanto é assim que verificamos que a corregedoria do CNJ tem orientado os Tribunais de Justiça dos Estados e Governos Estaduais e Municipais sobre a instalação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, o que deverá ocorrer a partir do dia 23 de junho próximo. As orientações do CNJ visam criar um padrão único de funcionamento para os novos juizados, com intuito de garantir um atendimento de qualidade aos cidadãos.

Não é demais lembrar que os Juizados Especiais da Fazenda Pública vão dar maior agilidade ao andamento das causas cíveis contra Estados, Municípios, autarquias, fundações, empresas públicas a eles vinculadas e que não ultrapassem 60 salários mínimos. Os cidadãos terão um Judiciário mais rápido para processarem instituições municipais e estaduais, por exemplo, por danos morais ou materiais, falta de medicamentos, vagas em escolas, protesto contra o ICMS, multas de trânsito, ações contra o Detran para questionar multas de trânsito, lançamentos tributários, entre outros.

A nós, Parlamentares, portanto, cabe-nos o dever de propiciar as condições para que o Poder Judiciário possa robustecer sua estrutura física e seus recursos humanos e também o dever de debater e aprovar as reformas que venham assegurar a celeridade e a efetividade da atuação jurisdicional.

Temos visto, Sr. Presidente, que a criação dos institutos da súmula vinculante e da repercussão geral, também decorrentes da reforma do Judiciário, que se operou por meio da Emenda Constitucional nº 45, de

2004, tem reduzido o número de processos que chegam ao exame do Supremo Tribunal Federal.

Por exemplo, em 2006, mais de 116 mil processos foram distribuídos ao Supremo. Já em 2009, esse número baixou para 43 mil, naturalmente em decorrência dessas reformas que passaram aqui pelo Congresso Nacional.

Agora, precisamos atuar pela redução do volume de processos sob os cuidados do Superior Tribunal de Justiça. Atualmente, naquele Tribunal há 250 mil ações em tramitação, aguardando decisão. Quer dizer, um volume descomunal de processos em andamento, que tornam quase impossível resolver essa situação de um dia para outro.

Por isso, chamamos a atenção dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras para as reformas amplas do sistema processual penal e também da lei que rege o processo civil, em discussão nesta Casa.

Em breve votaremos, neste Plenário, o projeto do Código de Processo Penal, que é o PLS nº 156, de 2009, formulado por uma comissão de juristas presidida pelo Ministro do STJ Hamilton Carvalhido, projeto que foi adotado por iniciativa da Presidência do Senado Federal e relatado pelo nosso companheiro de Partido, o PSB, Renato Casagrande. Também em breve começaremos a discutir o projeto do novo Código de Processo Civil, formulado pela Comissão de Juristas presidida pelo Ministro do STJ Luiz Fux.

Esses projetos merecem destaque, especialmente porque contemplam nossa preocupação de evoluir nas reformas voltadas à promoção do acesso à Justiça e da efetividade da prestação jurisdicional.

Em relação ao novo Código de Processo Civil, mesmo que o projeto da comissão de juristas ainda não tenha começado a tramitar, estamos acompanhando a matéria e enalteçemos, desde logo, o uso do meio eletrônico como ferramenta indispensável à prática dos atos processuais.

A entrada do processo na era digital vai agilizar trâmites burocráticos na comunicação entre os juízes, entre o juiz e o Ministério Público, assim como facilitará o acesso do cidadão e de seu advogado ao conteúdo de seu processo. Enalteçemos também o maior estímulo às instâncias mediadoras e conciliadoras, que propiciam soluções mais rápidas e eficazes aos litígios.

A redução do número de recursos, tema complexo e delicado do processo civil, também deverá ser objeto de nossa apreciação. É conhecido por todos que o excesso de recursos prolonga a vida de um processo e, em muitos casos, por décadas uma causa fica sem solução final. O prejuízo é incalculável para quem busca o Judiciário na esperança de fazer valer o seu direito. Muitos desses recursos são protelatórios, um artifício

usado por advogados para ganhar tempo e evitar que o processo chegue ao fim. A punição aos advogados que atuam dessa maneira deverá ser mais severa. Segundo o Ministro Luiz Fux, em declarações produzidas pela revista *Istoé*, atualmente, se uma parte recorrer em tudo, o processo pode chegar a ter trinta recursos. O projeto do novo Código de Processo Civil, segundo o Ministro, vai reduzir o número de recursos em mais de 70%. Ao fim e ao cabo, prevê-se que os instrumentos do novo Código de Processo Civil reduzirão em ao menos 50% o número de novas ações que chegam ao Judiciário. Portanto, nós Parlamentares temos o dever de discutir e votar, com a maior brevidade possível, esse projeto do Código de Processo Civil formulado pela Comissão de Juristas.

Na área penal, precisamos pensar uma reforma que, além de trazer celeridade, combata a impunidade e traga segurança à população. Conforme o enunciado da atual campanha do Conselho Nacional de Justiça, no âmbito da justiça criminal, “*a solução não é punir menos, é punir melhor*”. Esse é o lema da campanha. Não queremos que estejam soltos aqueles que não merecem estar soltos, assim como não queremos que estejam presos aqueles que não merecem estar presos. Assim como há pessoas capazes de se reinserirem ou permanecerem pacificamente no convívio social, há criminosos de alta periculosidade, que não podem ser soltos ou permanecer em liberdade. Precisamos construir um sistema de justiça criminal capaz de fazer essa identificação e essa diferenciação de forma criteriosa, cristalina e, acima de tudo, com justiça.

O projeto do novo Código de Processo Penal (CPP), de forma geral, atende a estas duas finalidades primordiais: o reforço das garantias fundamentais dos cidadãos e o incremento da qualidade e da eficiência da prestação jurisdicional. Acreditamos que as diversas medidas previstas no projeto do novo Código de Processo Penal, como as que proporcionam uma maior celeridade no julgamento dos processos criminais e aquelas que disciplinam a aplicação rigorosa das medidas cautelares, farão com que o sistema de justiça criminal se torne mais eficaz. Isso significa coibir a impunidade, assegurar que a pena seja cumprida com rigor, inclusive para que o preso seja monitorado de perto pelo Estado, quando da progressão do regime ou do livramento condicional.

Eu gostaria de, brevemente, destacar apenas três alterações, propostas para o novo Código de Processo Penal, que favorecem uma justiça criminal mais ágil e efetiva. Primeiro, que a nova disciplina dos recursos em geral e, especificamente, dos embargos declaratórios e dos embargos infringentes trarão mais celeridade ao julgamento final perante os tribunais brasileiros.

Em segundo lugar, o novo Código de Processo Penal ampliará o poder e as alternativas cautelares do magistrado. Isso significa fortalecer as garantias de que o processo penal alcançará sua eficácia. Atualmente, as medidas cautelares previstas são apenas a fiança, a prisão e a liberdade provisória. O projeto prevê um total de 14 medidas cautelares. Entre elas, destacamos, além do aumento do valor da fiança, as inovações do recolhimento domiciliar, do monitoramento eletrônico, da suspensão do exercício de função pública ou atividade econômica, da proibição de frequentar determinados lugares, do afastamento do lar ou outro local de convivência com a vítima e da proibição de se aproximar ou manter contato com pessoa determinada. Todas essas medidas poderão ser aplicadas pelo juiz mesmo antes do julgamento do processo criminal, sempre que necessárias para assegurar a aplicação da lei penal.

Em terceiro lugar, propõe-se o estabelecimento de um modelo acusatório, no lugar do modelo inquisitório. Atualmente, todo o inquérito passa pela Justiça. Seu encaminhamento é feito diretamente ao juiz, que o remete ao autor privativo da ação penal (Ministério Público). Este, se entender que a instrução inquisitória não está completa, devolverá à polícia, via juiz, para novas apurações. Isso cria uma burocracia na fase do inquérito. O juiz não deve assumir a função de investigador. Esse papel é da polícia e do Ministério Público. Por isso, o projeto busca estimular uma aproximação entre a polícia e o Ministério Público, desburocratizando a fase do inquérito. O Juiz (das Garantias) funcionará apenas na determinação do arquivamento do inquérito.

Não posso deixar de mencionar que, aqui no Senado, temos debatido e aprovado projetos que propiciam um maior controle no regime de cumprimento das penas. Destaco o PLS 165, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que institui o monitoramento eletrônico dos condenados e das pessoas que tiverem sua prisão preventiva decretada. O projeto foi aprovado pela CCJ e se encontra na Câmara dos Deputados desde 2007.

Destaco, também, o PLS 421, de 2008, de minha autoria, apresentado com o objetivo de tornar mais rigorosa a progressão entre regimes penitenciários e a concessão do livramento condicional, inclusive pela exigência de exame criminológico do condenado. Esse projeto, que tramita em conjunto com o PLS 30, de 2008, da Senadora Kátia Abreu, foi aprovado em novembro passado pela CCJ e aguarda análise da Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Sr. Presidente, já encerro.

Em nome da segurança e previsibilidade jurídicas, o processo deve ser um instrumento de celeridade e distribuição de justiça, algo que não vem ocorrendo atualmente. O tempo que vivemos hoje exige estatutos processuais que primem pela eficiência, que não abriguem formalismos inúteis e procrastinações destituídas de sentido. Precisamos contribuir para tornar o processo cível e o processo penal mais simples, mais céleres, desburocratizados e abertos.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Inácio Arruda, V. Ex^a deseja um aparte?

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Sim, Excelência.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É com muito prazer que eu concedo - com a aquiescência do nosso Presidente, já que só temos dois minutos - um aparte a V. Ex^a, o que certamente vai fortalecer os argumentos aqui expendidos neste discurso.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Eu quero registrar, meu caro Valadares, primeiro, a importância deste debate aberto, aqui no plenário do Senado Federal; segundo, que a comissão constituída para tratar do novo Código de Processo está fazendo um trabalho que considero muito significativo, aberto. Esse trabalho ensejou, inclusive, que uma atividade da Universidade de Fortaleza, por meio do Departamento do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade de Fortaleza, do curso de Direito, da sua coordenadora, do Centro Acadêmico, reunisse a Ordem dos Advogados, tribunais, convocasse para um debate para fazer proposições...

(Interrupção do som.)

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – É, digamos assim, um contexto de emendas populares para o Código, algo que considero muito significativo, que nunca tivemos. Quer dizer, o Código, a atual comissão...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Código de Processo Civil?

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Claro. A atual comissão está recolhendo emendas da sociedade. Há pouco, estive com o Ministro Fux, que já recebeu esse conjunto de emendas. Queria destacar a importância do seu pronunciamento, chamando a atenção da sociedade brasileira, que deve opinar, deve discutir, deve tratar da peça jurídica que vai tratar da jurisdição para resolver as pendências e os problemas da sociedade brasileira. Ela é uma grande condutora.

Nós vamos decidir em última instância, votando, mas ela pode dar uma grande contribuição, digamos assim. V. Ex^a também abre esse debate no Senado Federal. Obrigado, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Peço mais dois minutos, Sr. Presidente.

O seu depoimento demonstra que a comissão de juristas, que hoje tem a coordenação do Ministro Luiz Fux, está agindo acertadamente ao ouvir nos Estados a opinião de quantos desejam celeridade na Justiça brasileira.

Sabemos que não podemos confundir justiça ágil com justiça apressada. Precisamos, com equilíbrio e ponderação, traçar o equilíbrio entre o direito à celeridade do processo e a garantia do devido processo legal, pois a injustiça não está só na demora da solução de um caso, mas também na decisão que não respeite o princípio do contraditório e da ampla defesa.

Percebemos que os projetos de reformas processuais, tanto na área cível como na criminal, procuram adequar a realidade processual brasileira ao processo contemporâneo,...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...condensando e concentrando os procedimentos, ganhando eficiência e exigindo a participação constante do juiz e das partes, na plena observância do princípio do contraditório e das garantias constitucionais. Com a votação desses projetos, estamos seguros de que avançaremos nos propósitos do II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça Mais Acessível, Ágil e Efetivo, e estaremos cumprindo nosso papel, como Parlamentares, de propiciar um sistema de justiça mais célere e eficaz.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Chamamos aqui um Líder. O Líder que está inscrito é o Senador César Borges.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente. Eu já fiz inúmeras solicitações a V. Ex^a...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente Mão Santa...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– O Senador César Borges fala todo dia aqui. Eu falo uma vez por semana.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente Mão Santa, só para informar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pode informar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Eu cheguei aqui uma hora da tarde. Só para lhe informar. Se V. Ex^a disser que não tem possibilidade, eu vou embora agora. Não tem problema. Cheguei aqui uma hora da tarde, antes do César Borges, muito antes. Ele chegou e disse: “Boa tarde, Senador Mário Couto. Estou em segundo lugar. O senhor está em primeiro”. Falei: “Boa tarde, Senador. Vou defender a sua posição de segundo lugar”. Aí veio uma sessão especial do inesquecível Joaquim Nabuco, que todo mundo respeita. Eu corri, peguei uma autorização de Líder e dei à Mesa, a V. Ex^a, antes de terminar a sessão.

Olhe que horas são agora: seis e vinte. V. Ex^a nem olha para mim. Nem olha!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Estou olhando.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Aliás, é comum V. Ex^a trocar olhares comigo. Nossa amizade nos tornou muito próximos. E é comum: eu olho daqui, o senhor olha de lá, não é? como diz o meu irmão marajoara, nós fazemos a nossa tabelinha. Mas hoje não está sendo assim, não sei por que. Eu vou lhe trazer um queijo do Marajó, já, já; um queijo de búfala.

Então, se V. Ex^a disser que eu não tenho oportunidade de falar, esqueça que eu cheguei a uma hora da tarde. Vou para casa feliz da vida, volto amanhã na mesma tentativa. Eu só queria saber se eu tenho o direito de falar, porque fui eu o primeiro que cheguei aqui. O primeiro que chegou aqui, nesta tarde de hoje, chama-se Senador Mário Couto. Uma hora da tarde! Não almocei ainda, só para falar para o meu Estado do Pará, só porque quero falar para o meu Estado. Todo esse sacrifício... Aliás, não é sacrifício, é uma obrigação. Mas, se V. Ex^a disser que não tem nada para o Mário Couto, eu vou embora, alegre e feliz da vida.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – As explicações. O Senador AD, Alvaro Dias, sugeriu que antecipássemos a Ordem do Dia. Regimentalmente, depois da Ordem do Dia, perdem-se as inscrições para comunicação inadiável, mas eu garanto que estarei aqui. E eu recebi já muitos telefonemas e *e-mails* de que jamais o povo do Brasil pode perder a voz vibrante do Senador Mário Couto.

Quero dizer que eu estou inscrito – mas V. Ex^a passa na minha frente – como Líder do PSC. V. Ex^a é o próximo Líder.

O Garibaldi Alves, essa figura ímpar, eu consegui aqui inscrevê-lo, agora, substituindo Roberto Cavalcanti como orador inscrito.

Então, ele fala pela liderança e com a força, com certeza, do Senhor do Bonfim, que protege César Borges. Com a palavra...

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu anuncio para todo o Brasil que usará da palavra hoje Mário Couto, Garibaldi Alves, Alvaro Dias, Pedro Simon, Paulo Duque e o cearense aqui.

Até às 10 horas da noite, acabou-se a audiência da Globo, SBT e Bandeirantes, com os oradores anunciados.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a.

Quería fazer aqui duas colocações. A primeira é com relação ao Senador Mário Couto, que diz que vai trazer um queijo para V. Ex^a lá do Pará. Ele não sabe que eu trago sempre um caruru, aquele verdinho que V. Ex^a adora. Vencemos o queijo do Pará.

Em segundo lugar, o Senador Garibaldi Alves pode falar uma vez por semana – eu provavelmente falo também uma ou duas –, mas quando ele fala vale duas vezes a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Aí foi uma disputa do Senhor do Bonfim com Nossa Senhora de Nazaré, mas eles se ajeitam, estão em casa, na Sagrada Família.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – É questão de mãe e filho, eles se ajeitam.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que me traz aqui é uma preocupação externada pela imprensa baiana. Mais uma vez, vou me valer do jornal *A Tarde*, que, na semana passada, na sexta-feira e no sábado, divulgou as seguintes matérias: “Ministérios Públicos federal e estadual querem revisão de todas as licenças ambientais desde 2005”. e “Ação civil pública questiona a Prefeitura de Salvador e a Superintendência Municipal do Meio Ambiente”.

A reportagem diz, no seu bojo, no seu corpo, que foi dada entrada num processo contra o Município de Salvador no último dia 03 de maio, na 4^a Vara Federal, com a chancela dos Ministérios Públicos – aqui já foi dito – federal e estadual e mais o Ibama, resultado de um inquérito civil iniciado em 2008.

Veja bem, Sr. Presidente, eu vou voltar a dizer: o que pretendem os Ministérios Públicos federal e

estadual é a revisão de todas as licenças ambientais dadas desde 2005.

Na quarta-feira passada, os representantes anunciaram que, além das recomendações para pressionar os bancos a cortarem os financiamentos aos projetos, foram feitos pedidos ao Ministério do Meio Ambiente e da Saúde para interditar 33 empreendimentos já construídos e para paralisar as obras dos que estão em andamento até a realização de nova avaliação ambiental.

Imagine o que significa isso, Senador Jayme Campos. Que insegurança jurídica e que prejuízo se poderá trazer a toda uma economia do Estado, que emprega na construção civil mais de 11 mil pessoas, a empreendimentos que estão realizados, outros em realização, porque já estão praticamente concluídos? E prejudica até empreendimentos públicos também, tanto do Governo do Estado, como do Município de Salvador.

O que é alegado nessas ações do Ministério Público? Questionam-se os licenciamentos ambientais conseguidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Salvador, que teriam sido realizados de forma monocrática, sem ouvir o Conselho Municipal de Meio Ambiente, como se, para construir uma edificação simples, um prédio, fosse preciso ouvir o Conselho Municipal de Meio Ambiente. Claro que existe o Conselho, e o Conselho deve ser ouvido em questões ambientais que mereçam que haja essa audiência do Conselho Municipal, mas não para alvarás de construção de edificações em áreas em que são permitidas edificações.

A Prefeitura de Salvador já responde a processo contra os licenciamentos junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que expediu, há algum tempo, uma liminar declarando que o Ibama seria competente para licenciar e fiscalizar as edificações e construções em Salvador. O Tribunal Regional Federal definiu isso. Desde então, o Ibama fiscaliza e embarga obras em Salvador ao arripio das licenças dadas pelo Município, que é um ente federativo, e pelo Estado, que é um ente federativo e que conta com o Instituto do Meio Ambiente.

Pois bem, Sr. Presidente, contra essa decisão do TRF, os licenciamentos ambientais em Salvador foram concedidos com base em preceitos constitucionais, conforme determina a Carta Magna, por força do art. 30, inciso I e II, que dá competência aos Municípios de forma a suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, enfatizando a sua preponderância sobre assuntos de interesse local. Ou seja, sobre o Município, é área urbana. Afinal de contas, em 1988, quando a Constituição cidadã foi concebida, nós, Par-

lamentares, demos ao Município a condição de ente federativo. Hoje, o Governo Federal tenta retirar essa condição do Município por meio do Ibama?

Além disso, Sr. Presidente, os licenciamentos ambientais estão em consonância com o que determina a Lei Municipal nº 7.400, de 2008, aprovada, de forma democrática, pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo Prefeito, que estabeleceu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano na cidade de Salvador.

Essa lei tem, como alguns princípios: “a função social da cidade e da propriedade imobiliária urbana e o direito à cidade sustentável”.

Nesse sentido, é preciso equilibrar as oportunidades econômicas e a ocupação do solo sempre com respeito ao meio ambiente.

Ninguém é contra o respeito ao meio ambiente. Mas seremos contra trazer a insegurança jurídica e paralisar um setor da maior importância como é o da construção civil para uma cidade que tem tanto desemprego como Salvador, onde precisamos sempre gerar mais postos de trabalho. Esta é uma obrigação que deve ser de todos os governantes, seja o Prefeito Municipal, o Governador do Estado ou o Presidente da República: sempre estar procurando gerar mais emprego e renda para o povo brasileiro.

Atualmente, nossa Capital, Salvador, tem mais de três milhões de habitantes. Há 40 anos, tinha cerca de um milhão, ou seja, nesse período, a cidade triplicou sua população. Essa população precisa de emprego, renda, moradia, saúde, educação, segurança e mobilidade urbana, que são pilares da função social da cidade.

Sr. Presidente, esse tipo de questionamento dos Ministérios Públicos e do Ibama tem causado uma insegurança jurídica terrível, muito grande.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Principalmente no tocante às reformas e construções em diversas áreas da cidade, destacando-se as obras no entorno – na Avenida Paralela e na Avenida Otávio Mangabeira.

Senador Antonio Carlos Júnior.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador César Borges, esse assunto já foi ventilado aqui por V. Ex^a e por mim e já está passando dos limites a atuação dos Ministérios Públicos Federal e Estadual e dos órgãos de controle ambiental. Isso já está ficando abusivo, ou seja, é troféu para o Ministério Público Estadual, Federal e para os órgãos ambientais paralisar obras em Salvador...

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – O Ibama.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – O Ibama. Para paralisar obras em Salvador. Ou seja, é uma vitória quando eles conseguem fazer isso, contra os interesses da cidade, da economia do Estado, contra os interesses da população, porque há geração de emprego e renda, como V. Ex^a disse. Inclusive sobre esse assunto, além do jornal *A Tarde* ter feito matéria nesse fim de semana, o editorial do *Correio* também foi nessa linha, no domingo. Por quê? Porque está havendo uma saturação de posições desses órgãos, tanto do Ministério Público quanto do Ibama. Está havendo abusos e, portanto, já se chegou ao ponto de fazer editorial. Está insustentável essa situação. Então, é preciso que haja responsabilidade, que haja justiça na intervenção desses órgãos, para que não haja abusos, como está ocorrendo. E V. Ex^a tem total razão.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Eu lhe agradeço, Senador Antonio Carlos, e chego a dizer o seguinte, reforçando o seu aparte – e desculpe não ter destacado aqui o *Correio*, porque não tinha lido o editorial –, mas destaco o seguinte: o Ministério Público Federal chegou a encaminhar recomendações a nove bancos, entre eles o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, para suspender financiamentos, incluindo os que já foram concedidos. Imagine! Quer dizer, uma relação privada entre banco e investidor, ou entre banco e o poder público municipal para financiar obras e melhorias para a qualidade de vida da população, como o Canal de Mussurunga, o Parque Tecnológico, que é comandado pelo Governo do Estado. Pois bem, oficiou que não devia ser mais financiado ou que suspendesse a liberação de financiamentos de 30 empreendimentos imobiliários localizados no entorno da Avenida Paralela.

Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador César Borges, V. Ex^a vem em boa hora fazer esse pronunciamento aqui, na medida em que está coberto de razão, quando mostra a sua indignação em relação à insegurança jurídica no seu Estado, que não é primazia, privilégio da Bahia, de Salvador; a mesma coisa também está sendo praticada no Estado do Mato Grosso. Lamentavelmente, o Ministério Público extrapolou todos os parâmetros em relação às políticas do Brasil, sobretudo à questão ambiental. Ora, a própria Constituição, no seu art. 24, Senador, Governador César Borges, é muito clara em relação a que tanto a Federação quanto os Estados e Municípios podem, de forma concorrente, legislar a questão tributária, a questão ambiental etc. Entretanto, o Ministério Público passou agora a interferir em todos os setores da vida pública deste País. Ora, quando V. Ex^a traz aqui, é uma

denúncia que eu digo isso, que estão interferindo até nas construções privadas.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Nas relações privadas!

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Ora, que existe um contrato firmado entre Banco do Brasil, Caixa Econômica etc com o setor privado, ele vai lá e recomenda ou determina que essa instituição deixe de repassar os recursos contraídos, ou seja, deixe de dar financiamentos a um empreendimento que já está em fase até adiantada. Ora, imagine o tamanho do prejuízo que vai dar para o setor, que vai dar para o empresário, e até mesmo para o cidadão que adquiriu o imóvel lá, um apartamento em fase de construção. De tal maneira que alguma coisa tem que ser feita. Extrapolou-se todos os parâmetros da legislação neste País, na medida em que lá em Mato Grosso – vou dar um exemplo para V. Ex^a – além dessas áreas a que o senhor está se referindo, até em feira pública. Quem é responsável pela fiscalização de feiras públicas é a Prefeitura que dá alvará ao feirante. Ou seja, se houver alguma coisa errada em relação à política sanitária, a Prefeitura tem a responsabilidade de fazer essa fiscalização e, na verdade, cabe à Prefeitura que tem a legislação própria na questão de uso do solo. Não é o Ministério Público. Nós temos um Plano Diretor, existe praticamente em todas as cidades brasileiras e, desta feita, o Ministério Público quer legislar, quer tomar a frente de todas a competência que existe por parte do poder público municipal e do próprio poder público estadual. De forma que é pertinente a fala de V. Ex^a. Cumprimento-o e penso que o Congresso Nacional tem que fazer algo na defesa, sobretudo na segurança, em relação a esse assunto que V. Ex^a acaba de colocar.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Agradeço a V. Ex^a e reforço mais o seu aparte dizendo que essas interdições, paralisações, prejuízos para essas relações do setor privado para o setor privado, do setor privado para o setor público se fazem ao arrepio das licenças ambientais dadas pelos órgãos competentes do Município e do Estado.

Quer dizer, o Ibama quer fiscalizar, multar no País inteiro desconhecendo que há um arcabouço em um sentido de competência concorrente que a Constituição prevê isso. Então, ou a justiça decide isso, ou nós temos, e há projetos para isso, de modificar a nossa Constituição por meio de uma lei complementar que está passando na Comissão de Constituição e Justiça, ou até por uma emenda constitucional. Não pode é perdurar esse tipo de instabilidade e onde há uma verdadeira invasão de competência por parte da União, por meio do Ibama, ou dos Ministérios Públicos, por meio do Judiciário, tentando impedir as relações que seriam

normais e desrespeitando até os poderes constituídos. Porque um prefeito municipal é eleito, um Governador é eleito, o Presidente da República é eleito. Entretanto, o Ministério Público, que não tem eleição, se acha acima de todo o processo institucional e do arcabouço institucional brasileiro, e que ele pode interferir em qualquer nível de Governo e a qualquer hora.

Pois bem, continuando, Sr. Presidente.

Esse tipo de questionamento dos Ministérios Públicos e do Ibama tem causado uma insegurança jurídica muito grande, principalmente no tocante às reformas e construções em diversas áreas da cidade de Salvador. Essa insegurança pode emperrar a expansão de emprego e renda no Município, sobretudo na construção civil, que é considerado um dos mais dinâmicos da economia baiana. Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, o segmento foi responsável por gerar R\$8,1 bilhões, em 2008, como a terceira maior participação no Produto Interno baiano. Somente no primeiro trimestre deste ano, o setor criou 11 mil empregos formais e poderá crescer mais de 8% no ano de 2010.

Recentemente, a imprensa publicou uma declaração, inclusive do Secretário da Indústria e Comércio e Mineração do Estado, James Correia, que criticou essa medida, citando inclusive relatos de empresários que estiveram reunidos com ele em São Paulo, que apontam um ambiente de insegurança jurídica na Bahia. De acordo com eles, a Bahia, apesar de ser, do ponto de vista estratégico, um bom ponto para investimento, fica desinteressante face à pouca confiança jurídica em relação a outros Estados, como Pernambuco e Ceará.

Segundo o Secretário se estima em 20 mil o número de operários da construção civil que poderiam até ficar desempregados em Salvador por conta da paralisação de obras.

Sr. Presidente, é importante mencionar as contradições dos próprios autores dessa ação pública contra o Município de Salvador.

Primeiro, o Ibama recorreu da decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região junto ao Supremo Tribunal Federal, alegando que a delegação para fiscalizar e embargar obras em Salvador está fora de sua competência e que não dispõe de recursos humanos e financeiros para exercer essas atividades. Quer dizer, o próprio Ibama recorreu ao Supremo Tribunal.

E veja bem, Sr. Presidente, o relator do processo no Supremo Tribunal foi o então Ministro Cezar Peluso, vice-Presidente de então, que hoje é o Presidente da Suprema Corte, que esteve aqui, hoje, entre nós. E de forma clara reafirmando que há processos que têm que ser respeitados.

Em janeiro de 2009, o relator, Ministro Cezar Peluso, deferiu o pedido de suspensão de liminar concedido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, justificando que não existe dever jurídico para o Ibama realizar licenciamentos ambientais e fiscalização nas construções em Salvador, e que inclusive essas atividades causariam graves danos ao planejamento e execução de suas reais tarefas.

Em março deste ano, eu pessoalmente estive em audiência com o Ministro Gilmar Mendes e com o Prefeito de Salvador João Henrique, buscando o cumprimento da decisão proferida pelo próprio STF que desautoriza o Ibama a realizar fiscalização e os embargos das construções e obras públicas em Salvador.

Em julho do ano passado, o Prefeito de Salvador pediu ao Supremo o cumprimento da decisão que atribuiu ao Município a concessão de licenças ambientais. O então Presidente do STF, Ministro Gilmar Mendes, pediu as informações sobre o caso Ibama. Naquele momento, o Ministro Gilmar Mendes alertou o Ibama de que “as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal devem ser cumpridas de forma imediata e sem criação de quaisquer obstáculos para sua fiel execução”.

Naquela ocasião, segundo o Ministro, na ação ficou comprovada a “grave lesão à ordem, à economia, à saúde e à segurança públicas”, ao acrescentar em seu despacho de então que “não há dúvida” de que o licenciamento de todas as áreas discutidas no pedido do Ibama estão no âmbito da fiscalização dos órgãos ambientais estaduais e municipais.

Entretanto, numa decisão recente, o Ministro Gilmar Mendes, contrariando entendimento anterior dele próprio e do Ministro Peluzo, disse que, como a Constituição dá poder a todos os órgãos, de forma concorrente, para fazerem fiscalização, preferiu fazer interpretação no sentido amplo, dizendo que o Ibama, no caso de ausência de licenciamento ambiental ou licença concedida em descumprimento de norma estabelecida por órgão ambiental, poderia intervir. Mas isso não é o fato de Salvador. Lá há uma licença ambiental concedida pela Prefeitura e pelo Estado. E aí, novamente, se gerou uma confusão de competências.

Por isso, até numa conversa informal que tive com o Ministro Gilmar Mendes, ele acha que essa é uma questão que nós temos, Senador Garibaldi Alves, de deliberar aqui, nós temos que esclarecer. Esse conflito de competência cabe ao Congresso Nacional.

Afinal de contas, o Ibama se diz não competente, mesmo porque não tem recursos humanos e físicos, mas pode vir a ser e assumir essas competências que, pela Constituição, são dos Municípios e dos Estados brasileiros.

Nesse sentido, Sr. Presidente, também fiz um pedido de vista hoje, na CCJ, ao PLC nº 01, de 2010, do Deputado Sarney Filho, que pretende dirimir essas dúvidas. Eu até pedi vistas ao processo para discutirmos isso e voltará à Comissão de Constituição e Justiça, na próxima semana. É preciso que fique clara, bem clara, transparente essa distribuição de competência entre os Entes da Federação com relação ao meio ambiente.

Finalmente, Sr. Presidente, já encaminhando para o encerramento, são contraditórias e incoerentes as posições do Ministério Público, Federal, Estadual no tocante à construção de novas sedes, porque esses dois organismos estão construindo as suas sedes e elas se localizam exatamente na Avenida Paralela, na proximidade do Centro Administrativo, respectivamente. O próprio Secretário James Correa chamou a atenção para a incoerência. E vou aqui dizer, literalmente, o que foi colocado pelo Secretário: "Neste caso, parece ser incoerente contraditar a competência do órgão a que eles mesmos recorreram quando foram construir seus novos edifícios."

Quer dizer, para construir a sede do Ministério Público Federal da Bahia ou do Ministério Público Estadual, recorreram à licença ambiental da Prefeitura. Agora, só vale para o Ministério Público? Não vale para os outros setores da economia?

Portanto, Sr. Presidente, o meu pronunciamento é mais no sentido de que é preciso que o Congresso Nacional, nós, Senadores e Deputados, que podemos legislar, fazer leis complementares, fazer mudanças constitucionais, tomemos uma posição firme e inequívoca quanto a essas questões. O que não é possível é permitir a paralisação de obras públicas e de novas construções, trazendo intranquilidade, gerando desemprego, trazendo transtornos à população de uma cidade importante como Salvador, que precisa de muito emprego e muita renda para sua população; trazendo entraves desnecessários, sem fazer as análises criteriosas que devem ser feitas à luz da legislação ambiental, inclusive respeitando as competências de outros Entes Federados, como os Municípios e os Estados, e equilibrando crescimento econômico com respeito ao meio ambiente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – E, agora, um orador inscrito, Garibaldi Alves. Em seguida, como Líder, Mário Couto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem pede o Senador Paulo Paim, enquanto

chega à tribuna o nosso Senador Garibaldi Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, encontra-se nesta Casa a Medida Provisória que trata do salário dos aposentados e pensionistas, e do fim do fator previdenciário.

Mas, Sr. Presidente, eu queria dizer a V. Ex^a que já tinha solicitado ao Presidente Sarney a relatoria da MP que trata do benefício dos aposentados e pensionistas, a MP nº 475. Quero dizer que o meu relatório já está pronto. Estou com o relatório, aqui em mão, prontinho para dar o parecer sobre a MP nº 475.

Como não foi indicado ainda o relator, eu peço a V. Ex^a que sugestione ao Presidente Sarney que eu possa ser o relator da medida, que vai ser votada na terça-feira. O relatório está pronto. Se assim a Presidência entender, eu poderia, inclusive, já ler o relatório. O relatório, já lido, seria votado, então, na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Paulo Paim, eu vou me comunicar agora, por telefone, com o Presidente Sarney e darei andamento à solicitação de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Dr^a Cláudia Lyra, vamos comunicar ao Presidente Sarney que o Senador Paulo Paim pede para ser o Relator da MP nº 475.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, o Senador Antonio Carlos Valadares pediu que eu solicitasse a V. Ex^a a deliberação sobre o Requerimento nº 471, de 2010, de autoria do Senador e de outros, entre os quais eu mesmo, sobre uma homenagem que será prestada aos defensores públicos. Ele pediu que o requerimento fosse votado hoje, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Dr. Zé Roberto, esse requerimento está aí, de Antonio Carlos Valadares, para homenagear os defensores públicos? (*Pausa.*)

Enquanto o nosso Zé Roberto verifica a burocracia, tem a palavra o orador da tribuna, Senador Garibaldi Alves. E anuncio que o próximo orador, como Líder, é o Senador Mário Couto.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^s e Srs. Senadores, o Senador Mário Couto fique tranquilo, porque eu vou falar muito pouco. Meu discurso será breve. Quero apenas dizer que é muito justa essa postulação do Senador Paulo Paim de ser o relator da matéria com

relação aos aposentados. Ninguém melhor do que ele conhece essa luta, como o Senador Mário Couto conhece também. Como todos nós, mas são eles os Senadores que acompanharam mais de perto, que fizeram maiores gestões, até mesmo junto à Câmara dos Deputados.

Quero ser breve, como já disse, e ir direto a um assunto que tem chamado a atenção de toda a sociedade: o flagelo do *crack*, uma droga que é um subproduto, um refugio da cocaína e que, lamentavelmente, tem-se disseminado pelo Brasil, principalmente entre os jovens e crianças, e hoje vem destruindo milhares de famílias em todo o País, sem distinção de classe social.

É preciso, Sr. Presidente, encarar esse problema de frente, sem falsos pudores. É urgente uma ação imediata e eficaz que encontre um caminho para cuidar dessa verdadeira legião de pessoas hoje degradadas por essas drogas. Essa é uma realidade que, faça-se justiça, há muito tempo a imprensa denuncia.

Porém, o mais grave é que essa situação se alastra pelo Brasil inteiro, pelas cidades do interior, arrastando nossos jovens para uma viagem sem volta. De arrasto vai também a família, desestruturada e sem ter a quem apelar.

Tenho ouvido relatos estarrecedores. Até agora, Sr. Presidente, o que mais me comoveu, mais me sensibilizou e mais me arrasou foram os relatos feitos pelas mães por ocasião da comemoração do Dia das Mães, quando, ao mesmo tempo em que se instalava um clima de alegria, por outro lado, mães diziam do seu flagelo, do seu sofrimento, da sua dor pelo filho estar envolvido com essa droga terrível.

Todas as autoridades no assunto são unânimes na afirmação de que ela é a mais terrível de todas as drogas. Primeiro, pela dependência quase imediata que atinge o seu consumidor; depois, pela ação degradante que provoca no organismo. E o mais cruel é que é uma droga barata. Isso mesmo, barata! O preço acessível faz com que ela esteja ao alcance das pessoas mais pobres. Assim, qualquer bem pode ser trocado pela pedra de *crack*. O pequeno roubo aumenta a freguesia e engorda o lucro desses verdadeiros mercenários da morte.

Sei, Sr. Presidente, que essa questão é por demais complexa e que tem inúmeros pontos a serem discutidos. De início, o fato de o Brasil não produzir um único pé de coca. Toda essa desgraça vem sendo importada para o País de outros países e, a despeito do esforço da nossa polícia, a falta de estrutura para atacar esse problema se torna hoje uma realidade.

Diante de tantos dados estarrecedores, e felizmente vendo uma reação que tem tido eco aqui no Congresso Nacional e em várias outras instâncias do

Parlamento, fico, realmente, pensando que devemos nos mobilizar cada vez mais. Isso é muito importante, pois esse problema, esse mal que assola a nossa sociedade, precisa do apoio intransigente de todos e do respaldo de leis que orientem esse enfrentamento.

Mais que isso, precisamos de apoio para essa parcela dominada pela dependência do *crack*. Inúmeras matérias, inúmeros testemunhos, demonstram a dificuldade do viciado em romper esse círculo vertiginoso, da impotência que o impede de sair do mergulho profundo nas águas escuras do vício. É preciso ajuda especializada, de profissionais e espaço próprio para esses doentes. Sim, pois o *crack* hoje é uma epidemia e como tal deve ser tratada, Sr. Presidente.

Precisamos criar centros de tratamento e recuperação. No próprio Rio Grande do Norte, meu Estado, nós precisamos desses centros de recuperação. O nosso Estado, infelizmente, não tem-se preocupado efetivamente com esse problema. O Governo Estadual, nos últimos anos, não apresentou sequer uma proposta concreta de política pública para enfrentamento desse mal. Sabemos que não resolveremos esse problema somente com ações policiais, mas é importante o apoio, o acolhimento e programas de ressocialização para os dependentes. Por isso, acredito que a criação dos centros de tratamento e recuperação é fundamental para que possamos dar mais tranquilidade a milhares de pais e mães que estão assistindo, impotentes, à destruição dos seus filhos e da sua família.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Garibaldi Alves, V. Ex^a está trazendo um problema sério realmente. É uma verdadeira epidemia o que está acontecendo no Brasil; estima-se que há 1,2 milhão de pessoas usando *crack* aqui. E o prof. Ronaldo Laranjeira, da USP, numa audiência recente na Comissão de Saúde e na CAS, disse que fazem lá um trabalho já há doze anos mais ou menos. Nesse trabalho deles, constatou-se que, nos primeiros cinco anos de uso de *crack*, 25% das pessoas morreram. Se a gente for transpor esse trabalho para nossa realidade – de 1,2 milhão de pessoas usando *crack* –, é possível que, nos próximos cinco anos, morram 300 mil pessoas. É muita gente, Senador: são 60 mil pessoas por ano! Então, nós temos que tomar uma atitude urgente, não só o Governo, o Ministério da Saúde, como também a sociedade, as famílias. O senhor está falando realmente em casas de reabilitação, casas de apoio para internação. Porque realmente o *crack* bota a pessoa lá no fundo do buraco mesmo; até a higiene pessoal eles relaxam completamente porque a droga lesa o cérebro da pessoa também. E o nosso sistema de

saúde, dentro dos princípios da psiquiatria moderna, praticamente acabou com as internações psiquiátricas. Então, esse é um assunto que tem que ser discutido, debatido e, provavelmente, nós vamos ter que apoiar essas casas religiosas que já existem de amparo a essas pessoas, arranjar uma forma de apoiá-las para que elas possam ampliar a sua ação. É uma situação grave e vamos pedir mobilização das famílias para evitar que as pessoas se dediquem ao uso do *crack*. Parabéns pelo discurso de V. Ex^a

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Pois não, Senador César Borges.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Concedo o aparte a V. Ex^a, com muita satisfação.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – V. Ex^a está lembrado de minhas palavras na tribuna, segundo as quais, quando V. Ex^a faz um discurso, vale por dois, porque a importância do tema que V. Ex^a traz hoje é realmente grande para todo o nosso País. Fico a me questionar, Senador Garibaldi Alves, a quem nós devemos recorrer para combater o *crack*. A quem nós devemos recorrer? Quer dizer, é uma epidemia nacional que está-se alastrando por todo o País. Se o senhor me permite eu mesmo responder à pergunta, acho que são os poderes constituídos. Os Poderes recolhem impostos dos contribuintes, dos brasileiros para exatamente fazer o combate a esse tipo de criminalidade. Eu vou apenas citar um fato: na Bahia, até *outdoors* foram feitos dizendo que a criminalidade cresceu por causa do *crack*. E não tenho dúvida de que, se o *crack* estiver livre, tomando conta da mente dos nossos jovens, vai aumentar a criminalidade. Como se o Estado não tivesse essa responsabilidade direta.... Tem, sim, essa responsabilidade direta. Não podemos deixar que o tráfico de drogas tome conta deste País e aja livremente, que campeie livremente desde as ocupações mais pobres de nossas grandes cidades até as pequenas cidades e que tome conta também da classe média. A classe média alta pode consumir outro tipo de droga, mas o *crack* é a droga consumida pela classe mais pobre do nosso País. Nós vamos apelar a quem? Nós vamos recorrer a quem? Temos que exigir que os Poderes constituídos... É claro que nós vamos pedir à sociedade, a todas as famílias, Senador Augusto Botelho, que participe. Qual família que não está preocupada, que não quer ver seus filhos longe do *crack*? Mas só isso é suficiente? É preciso que o

aparelho policial, repressor, com inteligência, com recursos, com tecnologia, possa dar à sociedade essa proteção. Eu queria dar essa colaboração ao seu discurso porque acho que essa é uma grande questão. A todos nós compete exigir que os Poderes constituídos assumam inteiramente a responsabilidade de combater essa praga que assola o nosso País e os nossos Estados. Muito obrigado, Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Agradeço-lhe, Senador César Borges, como também ao Senador Augusto Botelho.

Nós temos, claro, que responsabilizar os governos, o Poder Público, e reclamar uma ação mais determinada com relação a isso. A sociedade até que está ajudando. Cito como exemplo a Campanha produzida pela RBS, no Rio Grande do Sul, que está mobilizando toda a sociedade gaúcha. O Senador Paulo Paim, deve, claro, estar acompanhando isso. Vemos as emissoras de televisão abordarem o problema, mas há muito pouca ação efetiva, como disse o Senador César Borges, por parte dos governos.

O Senador Augusto Botelho, com a sua autoridade de médico, sabe muito bem que essas clínicas montadas pela igreja e pelas instituições sociais são instaladas com a maior boa vontade e com o maior entusiasmo, mas, de qualquer maneira, são precárias. Também precisamos pensar seriamente na política de combate ao tráfico.

O Brasil não produz a folha da coca, mas somos rota permanente da cocaína para o mercado interno e o internacional, e, ainda pior, o país está sendo invadido pelo refugio dessa droga, que é o *crack*. Essa é uma luta que nós devemos abraçar. Aqui no Congresso foi criada a Frente Parlamentar Mista de Combate ao *Crack*, presidida pelo Deputado Fábio Faria, do meu Estado, que conta com a nossa companheira Senadora Rosalba na diretoria, como vice-Presidente, que já está discutindo com o Governo, segundo estou sabendo, estratégias para o enfrentamento dessa droga.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Garibaldi, só quero cumprimentar V. Ex^a por abordar esse tema tão importante, que envolve, como tenho dito, 190 milhões de brasileiros. Quem não tem problema com as drogas conhece uma família, um amigo, que tem. Enfim, eu quero cumprimentar o Senador Augusto Botelho pela iniciativa da audiência – nós, a maioria dos Senadores, assinamos com ele o requerimento – para debater o combate ao *crack*. Eu estive na audiência. V. Ex^a tem razão, a imprensa cumpre um papel fundamental para prevenir e, principalmente, alertar a nossa juventude e recomendar-lhes que não se aproximem de nenhum tipo de droga. O *crack*, infelizmente, é uma droga que mata e muito. Na audiência pública,

achei interessante o que um dos especialistas que estava lá demonstrou: o *crack* é a pior das drogas. Vendia-se a imagem, Senador Flávio Arns, inclusive para mim, de que o *crack* não tinha volta. Quem consumia o *crack* estava liquidado. Era morte certa; uma questão de tempo. E ele mostrou que não. Em países como Estados Unidos, Itália, Alemanha, no trabalho que ele apresentou, há volta, sim, só que tem que se investir muito, como o Senador César Borges disse. É preciso que o Estado, enfim, o Governo invista muito. Existe uma série de métodos que são usados e que podem recuperar até mesmo aqueles que usaram o *crack*. Em torno de 20% a 30% são recuperados, mas é preciso muito investimento. Se não houver investimento por parte do Poder Público, é claro que não tem volta. Eu usei o seguinte termo lá: eles estão tomando veneno todo dia, um veneno mortal, que vai matá-los ali na frente. E a lição que ficou para mim daquela audiência pública foi a necessidade de investir na prevenção e de buscar recuperar aqueles que, infelizmente, entraram por esse caminho. Digo sempre, com a maior tranquilidade – não com orgulho, mas com tristeza –, que, na minha família, eu vi o efeito das drogas. É devastador. A destruição é total. Felizmente, nesse caso, depois de muita luta por anos e anos, conseguimos a recuperação, mas é algo que faz qualquer mãe, qualquer pai chorar, eu diria, lágrimas de sangue frente àquilo a que se assiste devido às drogas. Parabéns a V. Ex^a!

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Senador Garibaldi...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Quero destacar a importância do debate deste tema e acrescentar ao que o Senador Paulo Paim comentou que ontem, de fato, foi feita uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais. Há cerca de 1,5 milhão de pessoas dependentes do *crack* no Brasil. Dessas pessoas, uma em cada quatro vai morrer nos próximos cinco anos, ou seja, quase 400 mil pessoas vão morrer por causa do *crack*, de acordo com as estimativas, nos próximos cinco anos. É algo avassalador. Ao mesmo tempo, das pessoas que entram para um programa de recuperação, de cada dez, duas, se tanto, se recuperam. Então, vamos ter um problema sério. Mais ainda, houve a denúncia na audiência pública – o alerta com denúncia – de que o que existe no Brasil em termos de Caps (Centros de Atendimento Psicossocial), destacando sua importância para um conjunto de áreas, é absolutamente, Senador Garibaldi, insuficiente e inadequado para o atendimento da dependência. O que é necessário, foi dito e ressaltado, são as comunidades terapêuticas, muitas vezes ligadas a denominações, a confissões religiosas, mas existe um absoluto preconceito do Poder Público, do Ministério, em relação a essas

entidades. O Poder Público não ajuda essas entidades com um centavo sequer. Não têm nenhuma orientação. E muitas delas, de acordo com a Senad, Secretaria Nacional Antidrogas, estão fazendo um trabalho de alta qualidade, mas existe um preconceito extraordinário. Hoje o brasileiro que queira se tratar da dependência não tem para onde ir. Não tem para onde ir. É o caos. E nós dissemos, então, sugerindo aos participantes, que eles nos ajudem a organizar as idéias para apresentarmos, a partir do congresso, uma sugestão para o atendimento dessas pessoas. Obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Flávio Arns e ao Senador Paulo Paim e vejo que nós, no Congresso, por tudo isso que foi dito, graças a Deus, não estamos nos omitindo, como também a sociedade não pagará o alto preço da omissão.

Mas eu vou terminar, tendo em vista que o meu horário está esgotado. O Senador Papaléo Paes está justamente ao lado daquele grande prejudicado pelo fato de eu estar extrapolando o horário, que é o Senador Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não. No tempo até que nós podemos dar um jeito, mas eu não quero é que se esgote a paciência do nosso grande orador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador Papaléo.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Garibaldi, não é V. Ex^a o culpado não, é o Presidente mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Do Mário Couto a paciência está esgotando.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Sr. Presidente, Sr. Senador, V. Ex^a traz, mais uma vez, um tema extremamente importante. Já ouvi o aparte de todos os presentes aqui, dada a importância de um tema que mostra a gravidade para a saúde pública das drogas, principalmente o *crack*, que, como V. Ex^a relatou muito bem, é facilmente trocado por qualquer objeto. Isso aí realmente fez com que esse vício fosse disseminado. Recentemente, várias emissoras de televisão passaram documentários, todas elas entrevistando pessoas que usam *crack*. E todas, sem exceção, todas referem que basta provar a primeira vez, basta dar um primeiro trago para ter 10, 15 segundos de euforia e imediatamente ter necessidade de manter esse vício para recuperar aquele estado de euforia. Então, é lamentável, lastimável. E todos já se referiram, inclusive o Senador Flávio Arns ainda há pouco, às providências a serem tomadas. Mas eu lamento muito ver que o poder público não age sequer de forma repressiva à concentração de crianças que vivem nas praças das maiores cidades e até das pequenas cidades. Aquilo parece ser

algo normal para o poder público, completamente normal. Deixam aquelas crianças se acabarem, se deteriorarem sem tomarem nenhuma providência. É claro que eu poderia falar muito mais, mas eu quero parabenizar V. Ex^a pelo tema que traz a esta Casa, porque nós precisamos, sim, ter muita responsabilidade com ele.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Papáleo Paes. O Senador Mário Couto está de pé e eu não sei se ele está de pé para deixar o plenário ou para ir para a tribuna. Parece que ele vai para a tribuna.

Então, vou encerrar para que possamos ter o Senador Mário Couto na tribuna, não sem antes fazer um apelo a todos os Governantes, inclusive o do meu Estado, o Governador Iberê Ferreira, que assumiu há um mês, para que possamos intensificar as ações contra a droga do *crack*.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora o Senador finalmente... ele que chegou aqui a uma hora da tarde, antes de ele ler – é a paciência de Jó, na Bíblia –, eu peço permissão para ler um requerimento.

REQUERIMENTO Nº 505, DE 2010

Requeiro, nos termos regimentais, inserção em Ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do jornalista e membro da Academia Fortalezense de Letras, Cláudio Roberto de Abreu Pereira.

Segue-se a justificativa.

Senador: Inácio Arruda.

Passo a nossa Secretária-Executiva.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 505, DE 2010

Requeiro, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do jornalista e Membro da Academia Fortalezense de Letras Cláudio Roberto de Abreu Pereira.

Justificação

Cláudio Roberto de Abreu Pereira filho de Maranguape, terra de Capistrano de Abreu, irmão de seu avô, formado em jornalismo pela Universidade Federal do Ceará, teve uma vida que deixou profundas marcas na cultura cearense.

Em Maranguape, no Colégio Agapito dos Santos, ficou notória sua inquietação com a comunicação. Ainda no primário, teve a iniciativa de manuscruver um jornal mural, com críticas literárias e de cinemas.

Aos 14 anos, mediante concurso para aprendiz bancário, ingressa no Banco do Nordeste do Brasil e

ali cria a Revista Alvorada, impressa por meio de mimeógrafo.

Em 1965, em pleno regime militar, já era membro da Associação Cearense de Imprensa. Ingressava na Universidade Federal do Ceará, onde fundou o GRUTA – Grupo Universitário de Teatro e de Arte, órgão ligado ao DCE. Também era responsável pelas articulações político-culturais e sindicais, que nada agradavam ao regime ditatorial da época, o que lhe rendeu várias prisões, inclusive com torturas na conhecida “Casa dos Horrores”.

Em 1973, foi vítima de um grave acidente automobilístico, que o deixou paraplégico, mas não o impediu de continuar sua atuação cultural e política. Na imprensa, atuava com “free lancer” e na política, como representante do movimento popular nos bairros mais humildes e nas favelas.

Também teve atuação marcante junto à Cruz Vermelha Brasileira, onde ocupou o cargo de diretor da entidade.

Em 1985, com a eleição da Prefeita Maria Luíza Fontenele, que inovava sua gestão com a chamada “Administração Popular de Fortaleza”, foi convocado a compor sua equipe à frente do Departamento de Turismo e também ficou responsável por estruturar, implantar e instalar a Fundação Cultural de Fortaleza, órgão que dirigiu em quatro diferentes administrações.

Foi durante sua gestão à frente da cultura que Fortaleza recebeu o título inédito de Capital Turística do Brasil, em promoção da ABRAJET – Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo, no Rio de Janeiro. Por sua gestão à frente da pasta da Cultura, recebeu a Medalha Pedro Ernesto, maior comenda oficial do Rio de Janeiro.

Dentre suas realizações, tais como o Festival de Vídeo e Mostra de Fortaleza, o Festival de Teatro de Fortaleza, implantou a Escola de Música de Ancuri, dando início à formação da Orquestra Sinfônica de Fortaleza, projeto que mereceu referências até no exterior.

Participou do projeto de implantação do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, ocupando a Diretoria de Marketing e Relações Públicas. Também foi membro-fundador da Academia Fortalezense de Letras.

Cláudio Roberto de Abreu Pereira, casado com a professora Martine Suzanne Kuns, sempre será lembrado por sua atuação cultural e política para o Estado do Ceará, e em particular, para a nossa capital Fortaleza, razão pela qual apresento o presente voto de pesar e de condolências à família, em razão do seu falecimento nesta data.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2010. – Senador **Inácio Arruda**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O requerimento vai à publicação e será encaminhado na forma do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216

e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Exmº Ministro da Fazenda, informações do âmbito da Receita Federal, sobre a quantidade e quais são as empresas que aderiram ao Programa Empresa Cidadã, criado pela Lei nº 11.770, de 2008.

Salas das Sessões, 12 de maio de 2010. – Senadora **Patrícia Saboya**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 507, DE 2010

Requer, ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, informações relativas à repartição da propriedade fundiária no País, conforme os dados oficiais e os publicados pela imprensa.

**Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador JOSÉ SARNEY,**

Com fundamento no disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no inciso I, alínea “a”, do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, as seguintes informações abaixo, baseadas em notícia divulgada pela imprensa, e em especial, pela revista *Veja* em sua edição nº 5.163, de 5 de maio do corrente, com a matéria: “Demarcação de Terras: processos repletos de trambiques antropológicos” (mapa/quadro ilustrativo da matéria em anexo).

01 – Fornecer mapa/quadro demonstrativo e representativo (à semelhança do mapa/quadro da revista *Veja*) com os dados públicos e oficiais da real situação das áreas demarcadas de acordo com as seguintes categorias: de proteção ambiental discriminadas por sua especificação e natureza (parques, apas, reservas, flonas etc); para assentamento para fins de reforma agrária; para posse de remanescentes de quilombos e terras indígenas.

02 – Especificar quantitativamente e proporcionalmente do quanto que foi alegadamente colocado pela revista *Veja* como área demarcada, e o que realmente significou reserva, posse ou propriedade legal destas terras, e o que significa esses valores proporcionalmente em relação à titulação das terras nacionais.

JUSTIFICAÇÃO

A revista *Veja* em edição do último dia 5 de maio trouxe uma importante e perturbadora matéria intitulada “Demarcação de Terras: processos repletos de trambiques antropológicos” (mapa/quadro ilustrativo da matéria em anexo). Alegam os jornalistas que subscrevem o noticiado que existem esquemas criminosos tanto para o reconhecimento estatal de integrantes de supostas minorias, que em tese fazem jus a direitos agrárias vinculados a titulação de propriedades, tais como as populações indígenas, remanescentes de escravos – quilombolas –, assentados pela reforma agrária e as terras suscetíveis de proteção ambiental; como demarcações e invasões feitas à margem da lei.

Se os dados revelados procedem e são verdadeiros, estaremos num quadro que seria ao mesmo tempo preocupante, mas, contraditoriamente, alvissareiras do ponto de vista humano e ambiental. O que preocupa é que não há confiabilidade nos dados apresentados, ou até mesmo, que estes existam com tal precisão. Inclusive foi levantada até dúvida sobre a lisura dos chamados laudos antropológicos que legitimaram tais demandas e demarcações de terras. A controvérsia neste caso ainda prossegue com ditos e desditos, réplicas e trélicas. Aliado a esse debate, combatem-se também setores da sociedade civil organizada com interesses diametralmente opostos: sem-terra x produtores rurais (ruralistas).

Essa discussão tomada pelo calor de emoções e distorcidas pela nebulosidade das informações em nada contribui para darmos uma solução ao problema da terra em nosso País. Faz-se imprescindível as informações corretas suplicadas por esse requerimento.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2009.


Senador **PEDRO SIMON**

UM PAÍS LOTEADO

A parcela do Brasil destinada a preservação do ambiente, comunidades indígenas, quilombolas e reforma agrária já beira 90% do território. Nos próximos anos, esse número deve subir ainda mais, porque o governo pretende demarcar mais 334 reservas ambientais, 232 indígenas, 948 quilombos e fornecer 50 000 lotes para a reforma agrária. A agricultura e as demais atividades econômicas terão apenas 8% de área para se desenvolver

EXTENSÃO JÁ DEMARCADA

■ Reservas e áreas livres de preservação ambiental:

550 000 quilômetros quadrados, 64,5% do território ou:

O EQUIVALENTE A ACRE, AMAZONAS, RONDÔNIA, RORAIMA, AMAPÁ, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, TOCANTINS, PARÁ E MARANHÃO

■ Cidades e infraestrutura:

255 000 quilômetros quadrados, 3% do território ou

O EQUIVALENTE A CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PARAÍBA

■ Reservas indígenas e quilombos:

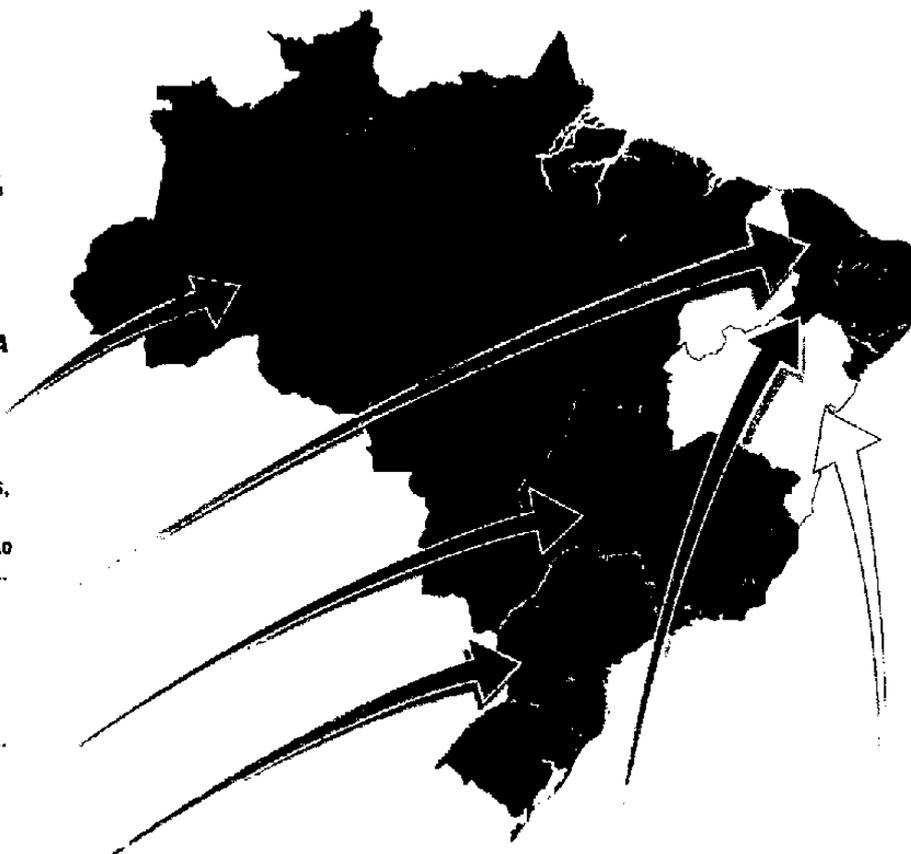
1 110 000 quilômetros quadrados, 13,1% do território ou

O EQUIVALENTE A GORÁS, SERGIPE, DISTRITO FEDERAL, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO E RIO DE JANEIRO

■ Assentamentos de reforma agrária:

850 000 quilômetros quadrados, 10% do território ou

O EQUIVALENTE A SÃO PAULO, PARANÁ, SANTA CATARINA, RIO GRANDE DO SUL E ALAGOAS



EXTENSÃO QUE PODE VIR A SER DEMARCADA

Reservas indígenas e quilombos	72 600 quilômetros quadrados	1% do território
Assentamentos de reforma agrária	15 000 quilômetros quadrados	0,2% do território
Reservas e áreas livres de preservação ambiental	15 000 quilômetros quadrados	0,2% do território

equivalente a Pernambuco



Quanto sobriaria de território para produção e desenvolvimento: 700 000 quilômetros quadrados, 8% DO TERRITÓRIO OU O EQUIVALENTE A BAHIA E PIAUÍ

Fontes: FUNAI, IBAMA, Instituto Chico Mendes e Earthmap Satellite

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão encaminhados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº508, DE 2010

Nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja consignado nos anais do Senado Federal Voto de Aplauso pelos 25 anos da UNESC – Faculdades Integradas de Cacoal, Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

A UNESC – Faculdades Integradas de Cacoal, é uma instituição de ensino superior sem fins lucrativos mantida pela Associação Educacional de Cacoal, fundada em 14 de maio de 1985. Completando neste ano 25 anos.

Sua origem se deu com a criação da primeira faculdade particular do estado – a Faculdade de Educação de Cacoal – que iniciou suas atividades em julho de 1987 com a implantação do curso de Pedagogia. Em 1988 implantou o curso de Letras. Esses primeiros cursos tiveram início em sede própria da instituição. Antes disso, porém, desde 1985, já ministrava curso preparatórios para o vestibular em salas alugadas em escolas de ensino fundamental e médio de Cacoal.

Na época de sua instalação, após a realização do primeiro processo seletivo, em 1987, a estrutura física que a instituição dispunha era formada apenas por quatro salas de aula, em construção de madeira, e um pequeno bloco administrativo, em construção mista de madeira e alvenaria. Foram nessas salas que as primeiras turmas dos cursos de Pedagogia e Letras tiveram aulas. Toda sua estrutura atual está construída em alvenaria com salas dispostas em dez blocos, totalizando mais de 12.000 metros quadrados de construção.

Seu corpo discente é formado por alunos provenientes, na graduação, de municípios e distritos do interior do Estado e, na pós-graduação, de diversos municípios de Rondônia. Sua atuação como instituição de ensino superior ultrapassa as divisas do Estado, contribuindo para a formação científica, educacional, tecnológica e profissional da população da região Norte do país.

O objetivo inicial da UNESC quando se instalou em Cacoal era a qualificação dos profissionais que atuavam na área da educação e que exerciam funções nas escolas do município. Poucos eram os profissionais naquela época que tinham curso superior. Hoje, a UNESC está voltada para a

formação de profissionais qualificados para o crescente mercado de trabalho do município, do estado e da região Norte, ocasionado pelo desenvolvimento globalizado e pela expansão de fronteiras.

Em 2010, a UNESCO iniciou suas atividades também no município de Vilhena (campus II), após credenciamento pelo MEC por meio da Portaria nº 1223/2009. Os dois primeiros cursos autorizados foram os de Ciências Contábeis e Biomedicina.

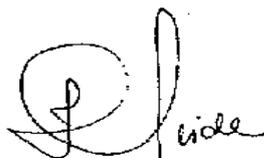
Seu papel nessa entrada do século vinte e um não se restringe somente à formação desses profissionais para o mercado de trabalho. Estende-se para uma ação pedagógica capaz de abrir horizontes, mostrar novas idéias e concepções, dar oportunidade de escolha, conscientizar sobre o importante papel do homem na sociedade nesse constante processo de evolução e transformação, assumindo-se como uma instituição aberta à comunidade e ciente de sua responsabilidade social.

A UNESCO tem como missão produzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria das condições de vida da sociedade.

A instituição tem como princípios: o respeito à pessoa humana, significando que qualquer membro da comunidade, seja dirigente, professores, alunos e funcionários merecem de todos os demais o mesmo respeito enquanto pessoa; o respeito à autoridade, que significa o respeito à hierarquia da organização tanto administrativa como acadêmica, sendo a autoridade exercida com observância do princípio anterior e; o respeito ao trabalho do outro, que consiste na compreensão de que todas as tarefas, de qualquer membro da comunidade, são relevantes para a consecução dos objetivos comuns da comunidade, independentemente do nível hierárquico de quem as executa.

Por ter sido pioneira no oferecimento de educação superior à população rondoniense, especialmente aos habitantes da região central do Estado, reputo que a UNESCO é merecedora desta justa e excepcional homenagem.

Sala das sessões, 10 de maio de 2010.



Senadora FÁTIMA CLEIDE

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O requerimento lido vai à publicação e posteriormente ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Foram lidos em sessão anterior os **Requerimentos nºs 358 e 471, de 2010**, do Senador Antonio Carlos Valadares e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão do dia 25 de maio seja destinado a comemorar o Dia Nacional da Defensoria Pública.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Leio mais um expediente:

Ao Exm^o Senhor Presidente do Senado Federal.

Assunto: Alteração do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 4, de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente, na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, dirijo-me a V. Ex^a para encaminhar em anexo proposta de alteração do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 4, de 2010, sugerido pelo Relator da matéria, Senador Tião Viana, e aprovado pelo colegiado e representantes de Lideranças com assento nesta Comissão, na reunião realizada hoje, dia 12 de maio de 2010.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protesto de elevada estima e distinta consideração.

Deputado Waldemir Moka.

Será publicado o cronograma alterado.

É o seguinte o ofício recebido:

Of. Pres. nº 206/2010/CMO

Brasília, 12 de maio de 2010

Ao Excelentíssimo Senhor

Senador José Sarney

Presidente do Senado Federal

Assunto: alteração do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 4/2010-CN (PLDO para 2011).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar, em anexo, proposta de alteração do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 4/2010-CN (PLDO/2011), sugerido pelo relator da matéria, Senador Tião Viana e aprovado pelo Colegiado de Representantes de Lideranças com assento nesta Comissão, em reunião realizada hoje, dia 12-5-2010.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.
– Deputado **Waldemir Moka**, Presidente.

PROJETOS EM TRAMITAÇÃO

PLDO PARA 2011

CRONOGRAMA

ALTERADO

- 01. Leitura em Sessão no Senado Federal 16/04/2010
 - 02. Distribuição de Avulsos..... até 21/04/2010
 - 03. Realização de Audiências Públicas..... até 28/04/2010
 - 04. Apresentação do RELATÓRIO PRELIMINAR perante a Comissão..... até 17/05/2010
 - 05. Apresentação de Emendas ao Relatório Preliminar..... de 19 a 21/05/2010
 - 06. Votação do Relatório Preliminar com Emendas pela Comissão..... até 1º/06/2010
 - 07. Apresentação de Emendas ao PROJETO DE LEI..... de 2 a 11/06/2010
 - 08. Publicação das Emendas até 16/06/2010
 - 09. Relatório do Relator..... até 18/06/2010
 - 10. Discussão e Votação do Relatório e das Emendas..... até 1º/07/2010
 - 11. Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do CN..... até 6/07/2010
- (*) Parágrafo 2º, Art. 166 da Constituição Federal

PLN Nº	MSG/CN/ ORIGEM	EMENTA	RELATOR
004/2010	026/2010 179/2010	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.	Sen. TIÃO VIANA (PT/AC)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
 Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo Luiz Eduardo Magalhães (Anexo II) - Ala C - Sala T-08 - 3216-6892/93
 Consultoria de Orçamentos (CD) - 3216-5109
 Consultoria de Orçamentos (SF) - 311-3318 e 311-3319

Avulso da matéria: Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional – 3311-4050

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, o Brasil está na expectativa de ouvir este que, em pouco tempo, tornou-se o maior tribuno do Congresso Nacional, o Senador Mário Couto, do Estado do Pará.

V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

Vou até prorrogar por mais uma hora a sessão.

E, então, Mário Couto, esse vibrante Parlamentar do Congresso brasileiro.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado pela bondade de V. Ex^a.

Digo a V. Ex^a que insisti tanto em falar na noite de hoje, Senador Paulo Duque, porque se trata de um assunto que me causa constrangimento e, tenho certeza, aflição ao povo do meu Estado.

Tenho vindo eu aqui a esta tribuna, Senador Mão Santa, Senador Augusto, por diversas vezes falar do meu Estado e mostrar a necessidade de se corrigir tantas coisas do meu Estado hoje. Falo, na maioria das vezes, em segurança pública. V. Ex^a é testemunha, temos até conversado. Mas venho falar de um outro assunto muito importante. E precisa ter o povo paraense a consciência do momento em que vivemos em nosso Estado. É um momento muito delicado. É um momento muito difícil. Eu não tenho por que simplesmente vir aqui para falar e prejudicar a Governadora do meu Estado.

Primeiro, não sou nem candidato, não sou candidato a absolutamente nada, Senador Papaléo, para que digam que estou fazendo isso para me promover; segundo, não rogo pela desgraça do meu Estado, ao contrário, eu amo o meu Estado, eu gosto muito do meu Estado. O povo do meu Estado me deu a confiança de vir para cá, depositou a confiança em mim para que eu viesse para cá representá-lo.

Tenho andado muito no interior do meu Estado, tenho visto no interior do meu Estado coisas que jamais vi. Tenho 20 anos de Parlamento, seguidos, Senador ACM, 20 anos seguidos dentro do Parlamento. Dezesesseis anos como Deputado Estadual... Fui tudo na Assembleia: Líder do Governo, Líder do meu Partido, Presidente da Assembleia e, agora, estou aqui. Mas nunca vi, Senador Papaléo Paes, um momento tão difícil no Estado do Pará.

Dói, Senador Paulo Duque, dói. Se V. Ex^a andar comigo no interior do meu Estado, dói de ver o abandono do interior do meu Estado. E, pelas minhas an-

danças, porque ando muito, vivo no interior do Estado, dediquei a minha vida inteira ao interior do Estado, posso afirmar à sociedade paraense que a educação no meu Estado agoniza. A educação no Estado do Pará nunca esteve tão mal como agora.

Vou mostrar alguns aspectos da educação atual do meu Estado. A educação do meu Estado é real: agoniza. Eu aqui falei, meu Presidente Mão Santa, algumas semanas atrás, que o Governo do Estado do Pará devolveu, Senador Papaléo Paes, a importância de R\$19 milhões na área de segurança pública. Eu e o Senador Flexa Ribeiro insistimos ao Ministro da Justiça para mandar, através do Pronasci, R\$21 milhões. O Ministro mandou os R\$21 milhões para a Segurança do meu Estado. A Governadora aplicou o R\$1,9 milhão, não prestou contas e devolveu o resto. Foi obrigada a devolver o resto do dinheiro porque não prestou contas. Mas eu pensei que ia parar aí. Eu pensei que fatos dessa natureza não se repetissem mais no meu Estado. Lógico que foi muito desgastante para os Senadores conseguirem aquele recurso. Nós jamais imaginávamos, pelo que acontece hoje de violência no meu Estado, que a Governadora não soubesse, ou não tivesse capacidade de usar o dinheiro.

Mas pasmem, senhoras e senhores, não parou por aí: a Governadora, neste momento, devolve - é obrigada a devolver - R\$82 milhões na educação, nobres Senadores! Oitenta e dois milhões a Governadora, meu querido Senador Flávio Arns, está devolvendo porque não cumpriu as exigências do Governo Federal! Olhem aqui, Senadores! Olhe, Brasil, a irresponsabilidade de uma senhora chamada Ana Júlia Carepa, que é Governadora do Estado do Pará. Nos jornais, é manchete. O *Diário do Pará*, um dos jornais de maior circulação no Estado do Pará, olhem o que diz: "Educação do Estado perde R\$82 milhões". Onde já se viu isso!? Qual é o Estado que perde essa verba logo na educação?!

Ô Ana Júlia Carepa! Ô Ana Júlia Carepa, isso é educação! Isso é o futuro do nosso Estado! Isso é o futuro do nosso País, Ana Júlia Carepa! O nosso Estado não pode negligenciar na educação! É um caos, é um suicídio para o Estado do Pará! São R\$82 milhões devolvidos!

E o jornal diz o seguinte: "Governo do Estado não cumpre sua parte e Ministério da Educação sequestra verba destinada a municípios paraenses". Essa verba, Senador, seria repassada para os municípios, para a educação. Os prefeitos agora perderam esse dinheiro.

Onde está, onde está, meu nobre Senador, a responsabilidade de um governo com a população, Senador Jayme Campos? Onde está a responsabili-

de de um governo com a sociedade paraense, aquela sociedade que votou e colocou a governadora no poder para dirigir o destino do Estado, para dirigir os destinos dos jovens, das crianças do Estado do Pará? E ela não dá educação.

Um milhão. Um milhão ou mais de crianças estão hoje sem escola no Pará. Perguntem-me por quê, Senadores. Porque os professores entraram em greve. Entraram em greve pela terceira vez, meu Senador Augusto.

Paulo Duque, quando a Governadora Ana Júlia assumiu o Estado do Pará, foi agradecer aos professores. Os professores votaram maciçamente; os militares votaram maciçamente na Governadora Ana Júlia Carepa! Os professores significam uma boa parte, uma boa parcela da sociedade paraense. Esta, agora, já é a terceira greve.

Quando aqueles professores, Augusto Botelho, que votaram na Governadora, que ajudaram a Governadora a ir para o poder, para governar o Estado do Pará, quando fizeram a primeira greve, ela mandou os policiais jogar *spray* de pimenta nos olhos deles. Essa foi a primeira resposta de Ana Júlia aos professores para chegar ao Governo do Estado. Esta aqui é a terceira greve em menos de quatro anos. Jamais, em momento algum, jamais, em qualquer governo passado, os professores fizeram três greves em três anos, reivindicando seus direitos.

Olhem as manchetes dos jornais: "Governo deixa um milhão de alunos sem aula". Ana Júlia Carepa, tu já sentaste para pensar, Ana Júlia Carepa? Ou tu só pensas em dançar, Ana Júlia Carepa? Eu não gosto de falar assim contigo, Ana Júlia Carepa. Mas é impressionante! É impossível pensar que V. Ex^a tem responsabilidade! V. Ex^a é irresponsável, Governadora! Como é que V. Ex^a deixa mais de um milhão de jovens sem estudar no meu Estado? E V. Ex^a ainda quer que eu fique calado! Não posso, Governadora. Eu não posso ficar calado! Eu não devo ficar calado! Eu tenho a obrigação de falar. Eu tenho a obrigação de denunciar. O paraense não me perdoaria se eu aqui ficasse calado, se aqui eu não mostrasse o caos, a falência da educação no meu Estado! A educação agoniza no meu Estado!

Senador Mão Santa, com toda a incompetência que hoje tem o Governador da sua terra, mas a incompetência da Governadora da minha terra chega aos limites e aos parâmetros da maior irresponsabilidade! Vou lhe mostrar que a Governadora de meu Estado bate recordes de incompetência em termos de administração no Brasil.

Senador Flávio Arns, o professor, na minha querida terra, na terra de Nossa Sr^a de Nazaré, a nossa

padroeira milagrosa, lá naquela terra de turismo, lá naquela terra de minérios, lá naquela terra da Ilha do Marajó, é onde ele ganha menos em todo o Brasil, meu nobre Senador. Até o Piauí, que o Mão Santa diz que tem um Governador ruim, paga melhor que a Governadora Ana Júlia Carepa! Até o teu Governador, que tu dizes que é ruim, paga melhor que a Governadora Ana Júlia Carepa.

E lá vai jornal: "Professor paraense é o que tem o salário menor". Mas tu não disseste isso, Ana Júlia. Tu disseste que tu ias respeitar os professores. Tu disseste que tu ias fazer uma educação de primeira qualidade. Tu prometeste aos professores, tu prometeste publicamente, Ana Júlia Carepa. Eu não sei se tu não gostas do Pará, se tu não tens competência, ou se é falta de interesse teu. Prefiro, sinceramente, Ana Júlia, ficar com a incompetência. Eu acho que você não tem competência para ser a Governadora de um Estado. Como é que o governo de um Estado pode pensar em fazer educação quando paga R\$5,00 a hora de um professor, meus nobres Senadores? É verdade: R\$5,00, Flávio Arns. A Governadora do Estado do Pará paga a um professor R\$5,00. Enquanto isto, ela tem mais de dois mil assessores, assessores particulares, ganhando de R\$5.000,00 para cima. E os professores ganhando R\$5,00 a hora, aqueles professores que ela enganou, aqueles professores para quem ela prometeu, aqueles professores que ela disse que iria respeitar.

Vamos para frente. Mostre, TV Senado, mais uma manchete. Olha como a educação do meu Estado agoniza. Mais uma manchete. Tudo isso são jornais de agora. De ontem, de anteontem, de hoje, jornais de agora. Mais uma manchete: "Estudantes fecham escola em Marabá".

Eu tenho andado. Eu tenho visitado as escolas. Senadores, dói. Eu mostrei aqui, Senador Papaléo, nesta tribuna, um bebedouro, Senador ACM Júnior, o bebedouro de uma escola. Era uma panela, daquelas panelas já usadas, toda machucada, com um caneco dentro. Cada estudante passava naquela panela, metia o caneco e bebia.

Eu passei noutra escola, havia alunos sentados no chão das salas de aula. No chão! Lá no fundo da escola, uma enorme montanha de cadeiras quebradas. Esses estudantes que foram às ruas protestar não são os únicos. Lógico que muitos professores temem perder seus empregos! Eu sei disso. Outros não. Outros vão à luta. Outros mostram.

Mas, Senador Paulo Duque, lamento que o meu Estado, Senador, esteja passando um momento tão triste na educação. Senador, pense comigo. Senador Paulo Duque, pense comigo, raciocine comigo. Imagine V. Ex^a Governador do Estado do Rio de Janeiro. V. Ex^a,

no primeiro ano, põe um Secretário de Educação; no final do ano ele se demite, ou é demitido. No segundo ano, põe outro Secretário; no fim do segundo ano, o secretário se demite ou é demitido. No terceiro ano, Senador ACM, põe outro Secretário, que se demite ou é demitido. No quarto ano, põe outro Secretário.

Mário Cardoso foi o primeiro Secretário; Iraci Gallo, segunda Secretária; Socorro Coelho, terceira Secretária, e agora Luiz Cavalcanti, que assumiu antontem.

Senador, como é que se pode fazer um plano para melhorar a educação se todo o ano muda o Secretário? Como? Imagina como!

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Mário Couto, atentai bem: para o Senhor do Bonfim eu dei três minutos e para Nossa Senhora de Nazaré eu vou dar três minutos, por questão de justiça, de religião. Você sabe que sou do Partido Social Cristão. Para você não reclamar, para o Senhor do Bonfim eu dei mais três e para Nossa Senhora de Nazaré, que V. Ex^a representa, três. É porque o Antonio Carlos Júnior, que está ali, tem que pegar o avião. Eu gostaria de ouvi-lo a noite toda. Aliás, querendo, deixe-os terminar e você volta e fica aqui sozinho.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou terminar.

Então, nobres Senadores, não há nenhuma condição. Troca-se o Secretário todo ano. Como é que vai ter condição de fazer um planejamento para melhorar a educação no Estado do Pará? A educação no Estado do Pará agoniza. É preciso tomar alguma providência. A Governadora Ana Júlia não vai tomar providência nenhuma. A tendência é piorar. A Governadora só pensa agora na sua reeleição. Eu não acredito, eu não concebo que alguém ainda aceite essa senhora para governar um Estado tão grande e tão rico e que hoje passa por essas dificuldades em função da má administração dessa senhora chamada Ana Júlia Carepa.

Governadora, sinceramente, pense no seu povo, Governadora. Pense nas crianças, Governadora. Pense no seu filho, Governadora. O seu filho está estudando em uma escola particular, se é que a senhora tem filho, pois não conheço a sua vida. A senhora pode, a senhora é Governadora. Pense naquele que não pode. Pense naquele que não tem aula hoje. Pense naquele que está sem educação hoje, Governadora. Põe a sua sensibilidade para funcionar. Abra o seu coração. Não deixe a educação do Pará agonizar. Não deixe a educação do Pará morrer, Governadora. A senhora prometeu, Governadora. A senhora prometeu mais respeito aos professores, mais dignidade aos profes-

sores, melhores salários aos professores. A senhora enganou os professores do Estado do Pará. A senhora enganou os militares do Estado do Pará. Um militar no Estado do Pará hoje ganha R\$1.000,00. Mil reais, Governadora! Isso é uma vergonha! O Pará bate recordes e recordes seguidos. Esse é mais um. Esse é mais um recorde que nós estamos batendo, que a senhora está batendo.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mário Couto, esse foi o discurso mais bonito que eu vi na minha vida. Se eu fosse V. Ex^a, terminaria logo, porque é o mais bonito que eu já ouvi.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou descer. Já vou descer, Senador Mão Santa.

V. Ex^a bate mais um recorde. V. Ex^a, Governadora Ana Júlia, bate o recorde de pagar menos, em todo o Brasil, ao professor, o sofrido professor paraense. Quem paga com isso, Governadora, são os jovens paraenses, são as crianças do Pará. Parece que a senhora não está nem aí para as crianças do meu Estado. Parece que a senhora nem liga para as crianças do meu Estado. Saber a senhora sabe, saber a senhora sabe como estão as escolas do meu Estado. Saber a senhora sabe quanto ganha o professor.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Mário Couto, eu estou dando mais para Nossa Senhora do que para o Senhor do Bonfim. Aí eu não sei como é que vai ficar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou descer, Senador. É porque eu precisava falar isso. Eu não iria para a minha casa hoje sem falar. Eu esperei desde uma hora. V. Ex^a vai ter que ter paciência. Eu não sou médico. Agora vou virar. Eu não sou médico, V. Ex^a é. V. Ex^a olhou para mim e disse: “Eu sou médico! Vou lhe receitar um remédio”. E eu falei: pode receitar. E V. Ex^a disse: “O remédio da paciência”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Bíblia... Jó...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu não sou médico, agora vou lhe receitar o remédio da paciência. Fique aí e me escute mais um pouquinho.

Governadora, V. Ex^a sabe. Não sei se V. Ex^a faz de propósito. V. Ex^a tenta agora conquistar o povo do Pará. V. Ex^a tem raiva de mim. Não importa...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não importa, Governadora. Não importa que V. Ex^a tenha raiva de mim. O que importa é a minha obrigação. Eu estou cumprindo com a minha obrigação aqui. Vou continuar

denunciando e falando. Vou continuar mandando as correspondências necessárias ao Ministério Público. Não vou parar!

Esta é a voz do povo paraense.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, com as minhas desculpas ao Senador ACM.

Eu estava aqui desde uma hora da tarde, Senador ACM, ansioso para falar de um assunto muito importante do meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Mário Couto, receba os nossos aplausos pelo brilhante pronunciamento.

Convidamos para usar da palavra o Senador Antonio Carlos Júnior, que representa a Bahia de todos os santos!

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem comentei desta tribuna o abandono por que passa o Centro Histórico de Salvador.

Citei artigo de Caetano Veloso, publicado no jornal *O Globo* desse fim de semana, em que o compositor baiano reclama providências do Governo petista de Jaques Wagner e utiliza, como paradigma, a recuperação do Pelourinho empreendida pelo Governo Antonio Carlos Magalhães.

Hoje, trago aos senhores notícias sobre outro problema que vem afligindo os baianos de Salvador e cujos reflexos, inclusive econômicos, ultrapassam as fronteiras da cidade.

Refiro-me à incrível violência que tomou conta de Salvador, um surto que já assume feições endêmicas e que assombra a todos nós baianos, como resume muito bem o articulista Samuel Celestino em artigo recém-publicado: “Salvador é uma cidade sitiada pelo medo”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o início do Governo Jaques Wagner, venho alertando, desta tribuna, para a escalada da insegurança que se verifica na Bahia e, mais especificamente, em nossa Capital. No que tange ao combate à violência urbana, a impressão geral é de que o Governo Jaques Wagner vai findar sem ter sido inaugurado, para recorrer a uma expressão muito a gosto dos baianos.

O Governador está conseguindo a “façanha” de destruir um dos mais emblemáticos símbolos da baianidade, que é o jeito hospitaleiro de ser da terra de meus pais, de meus avós. Graças, em grande parte, à omissão e à incompetência do Governo Estadual – neste instante, eu comentava com o Senador César Borges a questão da gestão; e ele também já se referiu ontem aqui às questões de gestão do Governo do

Estado –, a violência urbana está conseguindo transformar a tão cantada e decantada terra da felicidade na terra do medo.

Em Salvador, Sr^{as} e Srs. Senadores, a população amedrontada vive um clima quase de guerra, em um crescente e asfíxiante autoconfinamento. A ausência do Estado é hoje a grande responsável pela medrança, pelo crescimento do poder paralelo do banditismo em Salvador.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho procurado ser comedido, econômico, em minhas críticas ao atual Governo do Estado da Bahia, não porque ele não as mereça – pois merece, sim! –, mas até mesmo para que minhas observações sobre a conjuntura baiana não sejam rotuladas, injustamente, de político-partidárias.

Contudo, ninguém que ame verdadeiramente Salvador (e a Bahia!) pode se conformar com a situação caótica em que se encontra a cidade, muito menos pode pretender colher dividendos políticos com o instante de temor que ela vive. O que queremos, todos, é a volta da tranquilidade para a população de Salvador. É passar um freio nesse retrocesso sem similar ao longo de sua história de quase quinhentos anos.

Aqui está o Senador César Borges, que foi governador. Se nós fizermos paralelo do Governo Jaques Wagner atual, em vários campos – segurança, saúde, educação, atração de investimentos –, não há comparação com os períodos do Senador Antonio Carlos, do ex-Governador Paulo Souto e do Senador César Borges, principalmente na segurança, onde a situação era muito diferente nos governos anteriores.

É verdade, embora não sirva de consolo: a situação da Bahia não difere muito da que vem ocorrendo nas demais grandes cidades do País. A diferença, senhores, é que, na maioria dos outros Estados, os governadores não estão de braços cruzados. Não estão inertes, paralisados, cegos para o problema, como está o Governador da Bahia.

É estarrecedor. Enquanto alguns governadores lançam verdadeiras cruzadas de combate ao crime e à violência, na Bahia o Governo age como se estivesse depondo armas ante o poderio do inimigo. Como comenta o jornalista Samuel Celestino, em sua análise a que já me referi, Salvador experimenta algo a que não estava acostumada, que é a violência diuturna, sem fronteiras, sem limites e sem combate.

Salvador está transformada, Srs. Senadores. Transformada e transfigurada. A cidade está ferida.

As famosas noites de Salvador, antes ruidosas pelo riso e pela música, hoje são marcadas pelo som de tiros, pela desova de cadáveres, pelos toques de recolher. Os arrastões se sucedem em bares e restaurantes, como aconteceu quarta-feira. Enquanto as

pessoas assistiam a um jogo de futebol, numa pizzaria, houve um arrastão, e todos foram assaltados.

Sr. Presidente, são chagas...

A situação de abandono por que passa o Pelourinho e a crise de violência que grassa em Salvador são chagas causadas por uma mesma doença. Têm a mesma origem: a desídia de um governo estadual, que até pode ter tido boas intenções, mas não soube, não quis ou não teve competência – e eu acho que é o caso – para transformá-las em ações positivas, em realizações transformadoras.

Salvador não merecia passar por isso.

A Bahia não merecia isso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. César Borges (DEM – BA) – Senador, eu pediria um aparte antes de encerrar. Em primeiro lugar, quero agradecer a V. Ex.^a a referência que fez ao período em que governei o Estado da Bahia, quando os índices eram nada próximos, bem melhores do que os que apontam o atual Governo. Muitas vezes, o atual Governo procura justificar no passado a sua falta de ação. Mas, afinal de contas, depois de três anos e meio quase, caminhando para o final do Governo, não apresenta nada que avance, como diz o articulista Samuel Celestino, a quem eu quero também render homenagem e parabenizar pelo corajoso artigo de hoje, “*Salvador sitiada pelo medo*”: de que adiantam mais 40 ou 50 carros, diante da comoção em que vive a sociedade baiana pelo grau de violência a que estamos hoje submetidos, em todo o Estado, onde temos receio de que qualquer familiar, qualquer filho nosso ou parente próximo se desloque e chegue um pouco mais tarde? Mas eu queria dizer a V. Ex.^a que essa questão não é uma questão que seja restrita à cidade de Salvador e à região metropolitana de Salvador. Lamentavelmente, isso é generalizado no Estado da Bahia, por menor que seja o Município. Os assaltos a banco, por exemplo, acontecem em todo o interior. As quadrilhas dominam cidades como Amargosa. Recentemente, foi Utinga, Ibirapitanga e assim por diante. Agências do Banco do Brasil não podem ser reabertas porque coloca-se em risco de vida a população e também os funcionários do Banco do Brasil. Mas veja bem, na segunda maior cidade do Estado, Feira de Santana, a Princesa do Sertão, o jornal *A Tarde* publicou, no dia de terça-feira, dia 11: “Doze assassinatos em Feira de Santana no último fim de semana”. E mais, Senador Antonio Carlos: em 2010, foram registrados 156 homicídios em 129 dias. Mais de um, caminhando para 1,5 assassinatos/dia em Feira de Santana. Em 2009, foi um total de 366 mortes. Então, dizia-se que, em Feira de Santana, estava morrendo um baiano, um feirense por dia. Agora, nesse início, já passa para 1,5, e não sabemos como vai

concluir o ano. É esse estado que a Bahia está vivendo na questão da segurança pública. Quero parabenizar V. Ex.^a pelo seu pronunciamento sempre equilibrado e dizer que não é uma questão de crítica pessoal sua ou minha. É uma questão que, como Senadores representantes da Bahia, temos que colocar aqui porque na imprensa, na mídia baiana, entre a população, em qualquer lugar que se vá, há sempre uma reclamação por falta de segurança pública. Então, eu me solidarizo com V. Ex.^a como baiano porque estou vivendo esse clima existente hoje na Bahia.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Senador César Borges, sua intervenção foi precisa. O que fica comprovado, inclusive nas conversas que temos tido, é exatamente que a questão é de má gestão. É incompetência. Eu quis trazer esse assunto de Salvador, mas V. Ex.^a tem razão, é no Estado inteiro. Eu trouxe o episódio de Salvador, juntei com o do Pelourinho, aproveitando inclusive esse excelente artigo do jornalista Samuel Celestino, alertando o Governo de que as coisas não podem continuar como estão. Se não houver uma drástica mudança na gestão da segurança pública, vamos ter uma piora dessa situação a cada dia. Então, é incompetência, é má gestão.

A questão do Governo Wagner, que gosta de olhar para o retrovisor e fica dizendo que só olha para frente, é isso, é incompetência. Em vez de ele usar o tempo para pensar em ações positivas de gestão, ele fica olhando para o passado, fica olhando para trás, para o retrovisor e criticando os Governos anteriores, que tiveram um desempenho de gestão muito melhor, sem comparação, em relação ao dele, como foi o do Senador Antonio Carlos, o de V. Ex.^a e o do ex-Governador Paulo Souto.

Então, é preciso mudar a gestão na Bahia. É preciso mudar, as coisas não podem continuar como estão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) –

Oradora inscrita, por permuta com o Senador Augusto Botelho: Lúcia Vânia. Ela é do PSDB e representa o Estado de Goiás.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem e pela paciência da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É que eu gostaria, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex.^a está inscrito aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sim, mas agradeço se

puder dar a informação, uma vez que o Senador José Sarney anunciou, na tarde de hoje, quando ele recebeu o projeto relativo ao Ficha Limpa, que ele gostaria que fosse apreciado em regime de urgência.

Então, eu agradecerá se V. Ex^a pudesse informar, já que o Presidente recebeu o projeto, se o projeto já foi ou se será lido nesta tarde ou princípio de noite. Conversei há pouco com o líder Aloizio Mercadante, até em comunhão com tantos outros Senadores, inclusive líderes, como José Nery, do PSOL; Renan Calheiros, do PMDB; Arthur Virgílio, do PSDB, e outros, inclusive dos Democratas, Agripino Maia, e acredito que todos estão de acordo – e o Senador Aloizio Mercadante me disse isso – em assinar a solicitação de urgência para a tramitação do projeto.

O Senador Demóstenes Torres, inclusive com vistas a apressar a tramitação, disse que vai avocar a si, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a relatoria, até para apressar tudo.

Então, quero aqui informar, Presidente Mão Santa, que o Senador Aloizio Mercadante autorizou-me – e ele próprio também assina e convida todos os demais líderes – a apresentar, na tarde de amanhã, o requerimento para tramitação em urgência do projeto relativo à Ficha Limpa.

Então, assim, convido todos os demais Senadores e líderes para assinarem.

É essa a informação que peço a V. Ex^a e também o que informo à Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nós informamos a V. Ex^a que ele ainda não chegou à Mesa Diretora. Assim que chegar, nós faremos tudo, em consideração ao desejo de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, com as minhas escusas pela demora na tribuna.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Não há problema. V. Ex^a é muito delicado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fez 88 anos nesta terça-feira a cidade de Aparecida de Goiás, que compõe a região metropolitana de Goiânia.

Aqui, do plenário desta Casa, cumprimento o povo de Aparecida, que, a par das dificuldades próprias de uma região em situação de verdadeira explosão demográfica, tem motivos para comemorar.

Compartilho com o povo de Aparecida e com sua administração, na pessoa do seu Prefeito Maguito Vilela, ex-Governador de Goiás, o auspicioso momento de autoafirmação de sua municipalidade e,

consequentemente, do crescimento da autoestima de seus cidadãos.

Aparecida de Goiás não é mais a cidade-dormitório de Goiânia, a capital, e com crescimento desordenado em todos os sentidos. Pelo contrário, é um Município com identidade própria, o segundo de Goiás em número de habitantes, com 510770 mil habitantes.

Prova deste novo perfil do Município de Aparecida é a divulgação, na semana passada, pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás, a Seplan, de que o Município passa a situar-se entre os três Municípios com melhores condições para se investir no Estado de Goiás. De fato, Anápolis, Rio Verde e Aparecida formam o pódio na atração de investimentos do Estado.

Segundo informações da Prefeitura de Aparecida, no ano passado, foram atraídas 130 novas empresas, que investirão, neste ano de 2010, R\$1,5 bilhão, com a geração de 15 mil novos postos diretos de trabalho.

A Secretária de Indústria e Comércio do Município projeta investimento da ordem de R\$5 bilhões até 2012, sendo R\$2 bilhões somente em 2010.

De fato, Aparecida compõe hoje a chamada região de negócios do Estado.

Não é possível ao Município aproveitar tamanhas oportunidades de emprego de mão de obra sem um sólido sistema de qualificação. Neste sentido, deverão entrar em operação neste ano o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, novas unidades do Senai e do Senac, além do Centro Vocacional Tecnológico.

Por outro lado, acaba de ser anunciado o comprometimento do Ministro da Educação, Fernando Haddad, de autorizar a construção de 20 novas escolas no Município. Projeta-se, ainda, a implantação de mais duas escolas de tempo integral, além das duas já existentes.

Cumprimento o Município, mais uma vez, porque percebo que a educação está como prioridade, sendo reconhecida como o melhor caminho na busca do desenvolvimento local sustentável.

Conforme tenho sustentado dessa tribuna em mais de uma oportunidade, a educação é, sem nenhuma dúvida, a chave do desenvolvimento sustentável ou autossuficiente.

Também disse aqui na semana passada, ao falar da escola de tempo integral, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de Goiás, a vivência escolar é um momento privilegiado na construção da cidadania.

O conhecimento oferecido pela escola deve ser o da realidade, por isso, em qualquer contexto, ela precisa capacitar o aluno para que saiba, diante da complexidade do mundo real, fazer a cada dia as suas

opções. Isso é cidadania. E sem cidadania não há sociedade desenvolvida.

Como é de conhecimento dos Senhores, relatei recentemente nesta Casa a PEC 96-A, que trata da Desvinculação das Receitas da União, DRU. A promulgação da Emenda nº 59 enseja cerca de R\$20 bilhões a mais para os investimentos públicos na educação brasileira.

Lutamos por isso, porque educação não se faz com bravatas e discursos vazios, mas, também, com recursos substanciais.

Alegro-me, pois, com o povo de Aparecida de Goiás nos seus 88 anos. Tão nova a cidade, mas tão ciente do seu destino de polo de desenvolvimento do nosso Estado e de berço de uma população que aí nasceu e se orgulha de ser aparecidense.

Destaco aqui, para não ser injusta, o papel que tem desempenhado a Câmara Municipal de Aparecida que, no exercício do seu papel de verdadeira representante do povo, ajuda a construir o presente e o futuro da cidade.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de poder, aqui desta tribuna, saudar um dos municípios mais prósperos do Estado de Goiás, o Município de Aparecida de Goiânia, que ontem completou os seus 88 anos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC — PI) — Agora, para usar da palavra, o Senador Augusto Botelho, inscrito. Ele tinha cedido, mostrando cavalheirismo, à encantadora Senadora Lúcia Vânia.

S. Ex^a o Senador Augusto Botelho, médico, representa o Estado de Roraima e o Partido dos Trabalhadores.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT — SP. Sem revisão do orador.) — Os Senadores médicos — Mão Santa, Papaléo Paes e Augusto Botelho — recomendaram a todos os Senadores que façamos a vacina contra a gripe H1N1 influenza. Eu já a tomei hoje, e não houve problema algum comigo.

Recomendo a todos que tomem a vacina. Não sei se o Presidente Mão Santa já o fez.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC — PI) — Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a tinha nos indagado sobre o projeto de lei Ficha Limpa. Segundo as informações do nosso eterno Secretário-Executivo, Dr. José Roberto, e João Pedro, há, antes do projeto, quatro medidas provisórias e quatro projetos com urgência constitucional.

Então, a Mesa Diretora está agilizando tudo isso, e levaremos em consideração o apelo feito por V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT - SP) — Muito obrigado. Uma vez lida, ela ganha número, e daí é que podemos requerer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC — PI) — Todas, legalmente, são anteriores. Quatro medidas provisórias e quatro projetos com urgência constitucional. Já foram, vamos dizer, endossadas as urgências pelas Lideranças.

Mas chegará o momento, e nós queremos agilizar.

Agradecido.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT — SP) — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT — RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje tratarei de dois temas em minha fala.

O primeiro deles é uma homenagem que quero fazer aos enfermeiros e enfermeiras, a toda a enfermagem, neste dia 12 de maio, o dia no Brasil dedicado aos que exercem a enfermagem.

Quero fazer uma homenagem aqui do Senado a todos os membros da equipe de enfermagem do Brasil: auxiliares de enfermagem, técnicos e técnicas de enfermagem, enfermeiros e enfermeiras. Principalmente aqueles profissionais que atuam nos hospitais, clínicas, nos postos e nas equipes de saúde da família também do meu querido Estado de Roraima.

No ano de 1938, um decreto do Presidente Getúlio Vargas instituiu o dia 12 de maio como o Dia do Enfermeiro. A escolha da data se deu porque, nesse dia, nasceu Florence Nightingale, uma italiana filha de ingleses, a pessoa considerada a fundadora da enfermagem nos moldes em que conhecemos a enfermagem hoje em dia, Senador Mão Santa. Parabéns a todos e a todas que fazem da enfermagem um serviço primordial nas mais diversas áreas da saúde.

Os meus votos são de muito sucesso aos anjos da guarda dos pacientes. É assim que gosto de chamar o pessoal da enfermagem dos hospitais, das clínicas: de anjos da guarda dos pacientes.

O meu discurso também tratará hoje de um tema primordial para o desenvolvimento de Roraima e do Brasil como um todo: a inclusão digital dos nossos cidadãos.

O Governo Federal lançou recentemente o Plano Nacional de Banda Larga, que promete universalizar o serviço de internet a baixo custo nos próximos quatro anos.

Sr. Presidente Mão Santa, o que me motivou a subir aqui hoje nesta tribuna não foi só fazer um elogio a esse plano tão importante. Quero saber o motivo pelo

qual o Estado de Roraima, o meu Estado, não participará desse importante plano de inclusão digital.

A informação foi dada pelo Sr. Cezar Alvarez, coordenador do Programa de inclusão Digital do Governo, ao *site* de notícias G1.

Afinal, Roraima é ou não parte do Brasil, Sr. Coordenador? Por que o meu Estado não merece ser contemplado nesse Plano Nacional de Banda Larga? Não aceitaremos isso! É preciso encontrar uma alternativa.

Segundo o Sr. Cezar Alvarez, não será possível expandir o serviço para Roraima até 2014, prazo apresentado para a implementação da banda larga em todos os outros Estados do País, porque o Estado é muito difícil. Sim, concordo. Realmente, o acesso é difícil, mas precisamos e temos o direito de ser incluídos no plano de inclusão digital via banda larga, mesmo que, a princípio, seja via Venezuela, aproveitando uma ligação por fibra ótica que temos com aquele país e que já está iluminada pela OI.

Atualmente, a OI tem mais de mil ligações na nossa capital, por meio de fibra ótica, a internet de banda larga. O Governo Federal tem a obrigação de verificar a possibilidade de aproveitar o mesmo caminho, que pertence a Eletrobrás, para fazer chegar a internet de alta velocidade a baixo custo a casa dos roraimenses, Sr. Presidente Mão Santa. A OI já está estendendo a fibra ótica de Boa Vista até Manaus. Existem várias frentes de trabalho. Existem mais de dez máquinas especiais que abrem a vala e enterram a fibra ótica, trabalhando nesse sentido.

Nós, roraimenses, não admitiremos ficar fora desse importante programa do Governo Federal. Vou conversar e negociar com os dirigentes do programa as alternativas viáveis para também atendermos Roraima no Plano Nacional de Banda Larga. O Governo sabe que é possível seguir esse caminho e não pode deixar Roraima fora desse plano.

O Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Sr. Rogério Santanna, sabe da possibilidade de implementarmos banda larga em Roraima, utilizando os cabos de fibra ótica da Venezuela. Na mesma matéria onde o Cezar Alvarez diz que Roraima não será incluída no Plano Nacional de Banda Larga, Santanna declara que é do conhecimento do Governo Federal que Roraima é abastecida por uma linha de energia elétrica da Venezuela, e existe um acordo entre os Governos do Brasil e da Venezuela. Nós, o Brasil, compramos parte da energia da Venezuela para usar em Boa Vista. E usar essa fibra ótica pela Venezuela é uma possibilidade.

Então, Sr. Presidente Mão Santa, o que eu quero é um compromisso do Governo Federal de que

vai estudar todas as possibilidades possíveis antes de anunciar publicamente que Roraima ficará fora do Plano Nacional de Banda Larga. Não aceito que meu Estado seja alijado de tão importante programa de inclusão social do Governo Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC –PI) – Senador Augusto Botelho, eu o convidaria para presidir este final de sessão, quando eu gostaria de usar da palavra.

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Com a palavra o Senador pelo Piauí, Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Augusto Botelho, que preside esta reunião de 12 de maio, Parlamentares presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes no plenário do Senado da República e os que nos assistem pelo fabuloso sistema de comunicação do Senado, quero fazer também, como Augusto Botelho, nós que somos da saúde, a nossa homenagem aos enfermeiros e às enfermeiras do nosso Brasil.

E o Augusto foi muito feliz. Nós, que conhecemos e avaliamos o valor, sabemos que não é comum se prestar homenagem a enfermeira e a enfermeiro. Durante as festas, bodas, carnavais, desfiles, nos momentos de felicidades, são esquecidos os enfermeiros e as enfermeiras. Nós só lembramos quando ocorre uma calamidade, uma desgraça, uma doença, um infortúnio. Aí nós nos lembramos deles e agradecemos a Deus a existência desses profissionais.

O Augusto falou de anjo e eu digo: é o médico da cabeceira. É dura a vida de enfermeira. Nós sabemos. A noite, Acir Gurcacz, é longa. Como é longa a noite! E nós temos essa vivência de médico plantonista, ao longo dos anos, em maternidades, em pronto-socorro, em UTIs. É longa a noite. Horas, minutos, segundos, e esse pessoal da enfermagem, nós sabemos, está ali de atalaia. É uma obstinação, uma dedicação, um estoicismo. Mas tudo isso vem do amor, amor ao próximo.

Eu lembro, Augusto Botelho, quando, de chofre, Sua Excelência o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso me chamou – eu fui, mas não era um negócio bom, não – e disse: “Olha, Mão Santa, eu estou sendo abordado pelo Poder Judiciário, que quer fazer um intervenção lá no Piauí. “

Sabe por quê, Augusto Botelho? Porque a Constituição de 5 de outubro de 1988, Acir Gurgacz, mandava... É muito fácil para quem está aqui em Brasília fazer justiça. Mandava que demitisse todo mundo que fora nomeado sem concurso antes de 5 de outubro de 1988.

Olha, eu ouvi e vi o Fernando Henrique Cardoso e tive um diálogo com ele. E eu disse: Presidente, eu pensei nisso. Acabei de ser eleito Governador do Piauí, há poucos meses, e analisei essa exigência que estão fazendo. Eram milhares e milhares que deveriam ser demitidos.

Aí, Acir Gurgacz, eu botei todo mundo para trabalhar e fui ver os que trabalhavam. Quando eu vi aqueles carcereiros no sistema penitenciário, à noite, acordando, tomando conta dos presos, e eu ia tirá-los... Eles foram nomeados sem concurso por algum governador que me antecedeu.

Acir Gurgacz, na minha cidade tinha uma penitenciária, e eu, Governador, fui lá olhar aqueles agentes penitenciários no muro, na noite. A maioria era de enfermeiros e enfermeiras. Diziam que eu podia fazer um concurso, mas eu vi, Deus prepara os homens. Eu disse: eu posso fazer o concurso, Acir Gurgacz, como estavam mandando as letras frias da lei. Daí ter o espírito da lei, de Montesquieu. E eu digo: se eu fizer um concurso, evidentemente que essas enfermeiras velhas, que estão há 20 anos, 25 anos, serão reprovadas. Seria um holocausto tirar aquele pessoal, ó Augusto Botelho, porque não saberiam mais exercer outra profissão.

Aí eu, com a minha coragem, Augusto Botelho, fiz a seguinte pergunta ao Presidente e estadista Fernando Henrique Cardoso. Ele é um estadista, eu era até do PMDB e ele do PSDB. Eu olhei assim, só nós dois e eu disse: Presidente Fernando Henrique Cardoso, não tem o usucapião da terra? O sujeito mora por cinco anos e já não tem direito pela lei? Esse pessoal já está aí há 15 anos, 17 anos. Então eu acho, na minha constituição cerebral, de Deus, que é um usucapião de emprego, do trabalho.

Ele não tem culpa se lá entrou e não fez concurso. Foi um Governador, foi um político influente, e ele está trabalhando. Aí eu disse: permita-me, Presidente, fazer uma comparação. Aí vem-me a enfermeira, porque Deus não prepara. E digo: me permita imaginar, Presidente, que a sua mãe fosse enfermeira há 17 anos – porque tinha gente com 17 anos de trabalho – lá no hospital, parteira de Uruçuí, sul do Piauí. A sua mãe, enfermeira há 17 anos, como todas, dedicada e cumprindo o serviço. Não tem hora para criança nascer; em geral nasce à noite, para os abortos, eclâmpsia, urgências e hemorragias, que são muitas no campo obstétrico

e ginecológico. Imagine, Presidente, que a sua mãe fosse enfermeira e estivesse lá há 17, 15 anos, com sua responsabilidade, sua dedicação e seu trabalho – que nós, médicos, acompanhamos e avaliamos, não é, Augusto? – e eu fosse demiti-la? Eu, que acabei de entrar, não tenho nada no Estado, estou há poucos meses, uma pessoa que eu me sinto...

Ele era um grande estadista. Ele baixou a cabeça, pensou e refletiu, e não houve mais perseguição. E ainda estão lá os funcionários. Isso é o que se chama de espírito da lei, de Montesquieu, que fez a tripartição do Poder.

Então, é essa a homenagem que queremos fazer a essas enfermeiras. Delas, nunca nos lembramos numa festa ou num desfile. Homenagem elas não recebem. E Augusto Botelho hoje as resgatou nesta instituição que é padrão da democracia do Brasil, o Senado da República. Quero associar-me nesta homenagem – não só a Florence Nightingale, da Inglaterra, e a nossa Ana Nery, mas a todos os enfermeiros e enfermeiras. É o médico de cabeceira.

Uso da palavra, neste instante, para analisar a saúde do nosso País e o faço com muita propriedade. Quero dizer que imaginávamos, Acir Gurgacz, que a saúde deveria ser como o sol: igual para todos. Somos testemunhas da evolução da tecnologia na Medicina em nosso País, da saúde pública, do passado com Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e Veronese, e sobretudo agora, quando o País sai na liderança do tratamento da Aids e da tecnologia científica.

Acir Gurgacz, eu conheci Christiaan Barnard. Ele era assim do seu tipão, mas era um pouco mais moreno. Era bonitão. Eu o conheci. Eu fui médico nessa... Christiaan Barnard, o da África do Sul, o que fez o primeiro transplante cardíaco, veio, convidado pelo Brasil, proferir umas palestras, e elas foram feitas no Hospital do Servidor do Estado, onde eu era médico residente. Era o único auditório que, naquela época, no ano de 1967, tinha esses tradutores simultâneos. E era usual, quando esses importantes conferencistas terminavam os cursos, ter uma comemoração lá no Canecão, que estão fechando agora. E lá se dançava. Os médicos renomados, como o meu Professor Mariano de Andrade, e nós residentes ficávamos com ele.

Mas eu chamei isso tudo para mostrar a grandeza do Brasil. Ele, o medalha de ouro, e o medalha de prata, o Euclides Zerbin. Eu também tive o privilégio de auxiliar cirurgia com ele e depois com Jatene. Então, é muita vivência e nós sabemos a grandeza da evolução da tecnologia na Medicina e da competência do médico brasileiro.

E nós do Piauí somos orgulhosos. Teresina é uma das cidades de Medicina mais avançada neste

País. Isso, Acir Gurgacz, porque na Ditadura Vargas, nos anos 30, ele saiu colocando tenentes interventores em todo este Brasil afora. O do Piauí não deu certo, o Landri Sales, cearense, e ficou um médico, Leônidas Melo, pneumologista naquele tempo, cursou no Rio de Janeiro. Então ele implantou um sistema de saúde que avançou, foi ícone no Norte e Nordeste. E a influência da classe médica é tão grande que inúmeros médicos foram Governadores do Estado, Senadores da República, e eu aqui represento essa história de grandeza. E Deus me permitiu, no meu Governo, colocar Teresina na era dos transplantes, ajudando com meu Secretário de Saúde, Paulo Lages, propiciando bolsa de estudo, avanço na tecnologia, e Teresina entrava na era dos transplantes; fazíamos transplantes cardíacos com êxito.

Então nós queremos fazer uma retrospectiva do que hoje pensamos. A saúde também pode mais. Ela é muito boa, mas para quem tem dinheiro ou um plano de saúde. Os pobres estão aí esperando, marcando consulta com três meses, marcando cirurgias com seis meses, à espera. Houve um avanço com esse sistema de médico de família, mas nós temos que fazer alguns acertos.

Senador Augusto Botelho, eu quero dizer que a resolutividade diminuiu. Muitos médicos da minha idade – Deus, bom, me permitiu estar aqui no Senado –, muitos da minha geração, Augusto Botelho, cirurgiões de alta resolutividade, de alta competência, pelas tabelas decrescentes, hoje, para sobreviver com dignidade... Porque essa é a profissão que mais tem dignidade. E aqui estamos com orgulho.

Eu, neste momento, represento a beleza da história democrática deste País, simbolizada pelo médico que foi o maior de todos, Juscelino Kubitschek, e nós nos apresentamos, orgulhosos da contribuição que a classe médica dá à democracia.

É preciso saber que o médico cirurgião tem na sua mente, pela sua formação, Augusto Botelho, os princípios administrativos necessários ao êxito. E Juscelino como símbolo de dezenas e centenas.

Lembro-me, Flexa Ribeiro... Flexa, V. Ex^a já foi Prefeito? Pois eu caí nessa tolice. Me candidataram e eu ganhei. Tive medo, Augusto, tive medo porque eu era um cirurgião muito brilhante. Era o Pelé fazendo gol, Roberto Carlos cantando e eu operando os pobres na Santa Casa. Mesmo nível, mesmo respeito. Fui um dos melhores cirurgiões deste País. Fui para a minha cidade porque quis. Eu tinha proposta para ficar no Rio, São Paulo, Anápolis e tal. Fui porque quis. E aí, Flexa Ribeiro, de repente, me elegeram Prefeito. Olha, eu tive medo. Aí meu irmão mais velho disse: “Olha onde você vai se meter. Você está acostumado só nesta

Santa Casa aí; as companhias não são essas. Você vai encontrar muito bicho”.

Não é, não? E nós conhecemos muitos aloprados. Eu fui, e eu estava com medo de assumir, Flexa Ribeiro. Com medo. Mas eu acredito em Deus, no estudo, que leva à sabedoria, e no trabalho.

Aí, Augusto Botelho, comecei a ler tudo que é livro de administração. O Luiz Inácio não é justo quando ele diz “nunca antes”. O Getúlio foi um fenômeno. Ele fez um Dasp. Lá tem um livro, no Dasp, de Wagner Estelita, sobre chefia e administração, critério de promoção. Quer dizer, este Brasil foi feito muito antes. Eu li. Que beleza! Que beleza o Dr. Abelardo Camarim, Deputado Federal do PSB de São Paulo, três vezes Prefeito! E eu estava com medo de assumir. Aí eu estudando, e Adalgisa dormindo, e eu entrava na madrugada. Flexa Ribeiro, você já teve medo? Eu dizia: olha aí, Mão Santa. Estava tão bom. Eu operava. Era o Pelé fazendo gol, o Roberto cantando e o Mão Santa operando. E agora vai se lascar, com esse negócio de prefeito. E, quando eu vi, estava numa fria.

A minha vida em Fortaleza, onde me formei, e no Rio de Janeiro, todo ano reciclava, e na última semana ia comprar livros em El Ateneo, em Buenos Aires, onde havia poucos livros em português.

E com medo e lendo Whitaker Pentead, Taylor... Aí se aproximando o dia primeiro eu disse: “tô é lascado”, Flexa Ribeiro, “como fui entrar nessa fria?” Aí quando eu estava lendo, lá pelas duas horas da madrugada, Augusto Botelho, como a gente estudava Medicina... Aí vi um livro – nunca me esqueço – de Assis Jacob... Olha, atentai bem, capa amarela, Taylor, o mago da administração... Ele dizia assim: “Administrar é fácil. Olha o cirurgião... ter comando, ter coragem, saber começar, saber terminar, trabalhar em equipe, fazer diagnóstico, acompanhar e ter o controle”. Aí tomei coragem. Deu certo. De repente eu era Governador e deu certo. E o povo aprovou e me jogou para cá. Assim foi o Juscelino. E dizem, aonde se vai – está ali Flexa Ribeiro, empresário vitorioso, líder da Federação das Indústrias do Pará – se leva a sua formação profissional.

Abelardo Camarinha, antes de político, você era? Professor. Então, é professor. É como Franco Montoro. Lá no Piauí tinha o professor Wall Ferraz, melhor Prefeito, que me fez Governador. Aonde vai, leva. E eu levei essa formação.

Então, já que o nosso Henri Fayol... No primeiro tratado de planejamento, o engenheiro francês diz: “Unidade de comando e unidade de direção. Planejar, organizar, comandar, coordenar e fazer o controle”. Essas cinco etapas da administração de Fayol são resumidas na vida de um cirurgião.

Daí por que Juscelino deu certo. Daí por que nós estamos aqui. Fomos um brilhante Governador do Estado do Piauí. Fui eu, Acyr Gurgacz, que fiz a mais bela história do desenvolvimento universitário no Brasil: 400 faculdades e 36 campus universitários. Fomos nós que transformamos 78 povoados em 78 cidades, nós, Juscelino do Piauí.

Atentai bem! Abelardo Camarinha, que foi três vezes Prefeito. Essa experiência... Eu fui e quando li o livro ele disse o cirurgião... Aí eu tomei coragem e assumi a prefeitura. O cirurgião, o planejar – de que Henri Fayol falava –, organizar, coordenar, comandar e fazer o controle é o pré-operatório, quando se faz o diagnóstico; o transoperatório é a operação propriamente dita, é a execução da obra e o controle, que o Tribunal de Contas, o controle que o Rui Barbosa ensinou a este País, é justamente o pós-operatório.

Então, o cirurgião tem na intuição das suas ações o processo administrativo.

Eu lia muitos artigos importantes. Tinha em São Paulo... Não sei se esse extraordinário Deputado Federal Abelardo Camarinha, do PSB – Partido extraordinário do PSB. Aliás, o Governador do Piauí, hoje, é do PSB. Graças a Deus, ele era o vice. Saiu o do PT, que ali era uma desgraça. PT, administrando um Estado, é pior do que um terremoto. Terremoto, ô Flexa Ribeiro, você sabe disso. PT não é pior do que um terremoto? Olha que o Mário Couto já falou sobre o estrago hoje. Olha aí o tripé do Piauí: mentira – muita mentira –, corrupção – muita corrupção, como roubam! – e incompetência – como são incompetentes! Esse é o tripé. O terremoto é 15 segundos, 20 segundos...

Abelardo Camarinha, esse seu Partido é bom. Lá tem o Skaf, Paulo Skaf, que é um grande homem. Mas eu queria lembrar que tem o Pinotti, aquela figura extraordinária. Foi Deputado Federal, professor, cirurgião. Você o conheceu, Augusto Botelho?

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Foi secretário.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Uma honra minha... Pinotti recebeu o maior título do Rio de Janeiro, na Academia Brasileira de Medicina – a mais antiga sociedade, e o Presidente Sarney, no começo do nosso mandato, me convidou para acompanhá-lo. Ele foi Secretário de Saúde, foi professor. Foi dessa nova criação de José Serra, essa nova criação que seria uma secretaria de educação universitária.

Então, eu lia todos os artigos de Pinotti. E me dou por satisfeito, porque li um artigo aqui de Renilson Rehem de Souza, médico, foi Secretário de Estado de Saúde de São Paulo, de 2007 a 2008, e também, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi Secretário de Atenção à Saúde, do Ministério.

Mas, Senador Augusto Botelho, há um artigo para reflexão sobre a Medicina hoje, que trago nesta oportunidade, para que todos os governantes vejam a realidade que vivemos hoje. Esse descalabro... Medicina de alto padrão...

Outro dia, fui ao Incor e vi estagiário do Canadá, vi a Engenharia se casando com a Medicina e fazendo aparelhagem médica desse *spacemaker*, que antigamente só tinha importado, alta tecnologia na Medicina científica do transplante.

Então, diz Renilson Rehem de Souza:

As conquistas do SUS não podem ficar à mercê da incerteza e da falta de comprometimento de governantes com aquela causa.

Bandeiras político-partidárias não combinam com a saúde pública e os inúmeros desafios de uma área tão complexa que impacta diretamente na qualidade de vida de todos os brasileiros.

Isso é premissa básica para que as ações sejam pautadas, única e exclusivamente, em benefício do cidadão, em vez de atender a outros interesses.

Defender a saúde fora do campo partidário, entretanto, não significa isentar-se de escolher um lado.

É fato que a saúde, no Brasil, avançou de forma sem precedentes nas últimas duas décadas, com a aprovação constitucional e implantação do SUS (Sistema Único de Saúde).

Hoje, o Brasil é o segundo maior transplantador de órgãos do mundo, tem o maior programa de imunização em massa entre todos os países, erradicou doenças como paralisia infantil e o sarampo, possui um programa de controle da Aids reconhecido como exemplar pela Organização Mundial de Saúde e desenvolve um bem-sucedido Programa de Saúde da Família, iniciado na década passada.

A ampliação do Programa de Saúde da Família, a proibição da propaganda de cigarros e de eventos ligados à indústria do tabaco, a introdução de um Programa de Dispensação de Medicamentos Excepcionais, para doenças raras e crônicas, e o fortalecimento da parceria com as Santas Casas e hospitais beneficentes, por meio de incentivos especiais, conforme critérios de produtividade e eficiência, são algumas das conquistas de extrema relevância para a consolidação do SUS na década passada.

Do mesmo modo, o Brasil obteve enorme avanço ao aprovar a lei dos medicamen-

tos genéricos, com grande benefício para a população, por ter ampliado o acesso a remédios nas farmácias em razão da redução dos preços, bem como ao introduzir o programa Bolsa Alimentação, para combater a mortalidade infantil e a desnutrição, especialmente no Nordeste.

Mas a saúde pode mais, muito mais.

E o debate passa pela escolha de um projeto nacional alinhado com as necessidades de fortalecimento do SUS, da ampliação do acesso e melhoria da assistência na prestação de serviços de saúde, da descentralização da gestão, da construção de redes assistenciais regionalizadas e hierarquizadas e do aperfeiçoamento e criação de novas políticas públicas para o setor.

Em outras palavras, as conquistas do SUS não podem ficar à mercê da incerteza, da falta de comprometimento de alguns governantes com essa importante causa ou da contaminação ideológica e político-partidária que interrompe projetos bem sucedidos implantados por governos antecessores, em prejuízo de milhares de cidades que deles se beneficiaram.

Senador Augusto Botelho, Deputado Abelardo Camarinha, é ridículo dizermos que há consultas de médicos gerais sendo feitas por R\$2,50. Eu estive na cidade de Picos, que é a “São Paulo” do Piauí – os médicos me levaram lá. Sabe quanto custa um RX de braço, se quebrar? Seis reais! Além do filme, do enfermeiro, do médico radiologista, há o risco permanente de enfermidades hematológicas, como leucemia, pelas descargas. Seis reais e pouco! Tem consulta ainda de R\$2,50. Toda vez, Augusto Botelho, quando estou em Teresina, a graxa é R\$5,00 e eu dou R\$10,00 para poder fazer a comparação e fazer essa crítica, pois estão ridículas as tabelas daquele programa do SUS, que seria como o sol, igual para todos. Em outras palavras, as conquistas do SUS não podem ficar à mercê de incertezas.

Desde 2000, uma emenda constitucional estipula percentuais mínimos sobre o Orçamento de cada esfera de governo a serem gastos com a saúde.

Mas, por falta de empenho do atual presidente e de seus ministros, Estados, municípios e a própria União continuam jogando com os números em seus balanços para mostrar, na teoria, o que na prática não aplicaram na área da saúde.

Tem muita mentira, muita propaganda, muita mídia. Vão a um hospital público e vejam as filas, vejam a face do sofrimento, da desesperança do povo brasileiro.

Ao tratar a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 sob o espectro partidário, uma vez que a aprovação do projeto foi obtida pela gestão anterior, o Governo Lula deixou milhares de brasileiros sem assistência adequada em saúde.

Do mesmo modo, o atual Governo interrompeu os mutirões de saúde, que ampliaram a oferta de cirurgias eletivas para catarata, retinopatia diabética, varizes e próstata.

Tinha no Governo passado esses mutirões, os velhinhos prostáticos, infelizes, os cegos com as cataratas, e o Governo atendia. E não tem mais.

Quem não se lembra de notícias veiculadas pela grande mídia, de pacientes do SUS sendo levados para operações de catarata na Venezuela após o fim dos mutirões?

Na saúde, o que está dando certo deve continuar e ser aperfeiçoado.

Algumas das causas que defendemos como prioritárias para o fortalecimento do SUS em todo o País são a expansão da produção de medicamentos genéricos e a ampliação da assistência farmacêutica, pela revisão e atualização sistemática da cesta de medicamentos oferecidos.

Caro Presidente Luiz Inácio, os aloprados estão lhe enganando. Existia uma Ceme – Central de medicamentos. Eu andava, no bolso de trás, Acir Gurgacz, não era com talão de cheque. Era com um pequeno...., porque tinham padronizado, gratuitamente, para todos os pobres os medicamentos necessários, sem sofisticação. Então, teve o antes, o antes até melhor do que o hoje, irresponsável e mentiroso.

Outras prioridades são os incentivos ao modelo de parceria com o terceiro setor, para profissionalizar a gestão de hospitais públicos, e proporcionar maior resolutividade ao atendimento ambulatorial com implantação de unidades de alta resolutividade.

É justamente em defesa do debate suprapartidário em torno da saúde pública que lançamos, no último dia 27 de abril, o Movimento Brasil em Saúde, em Brasília, para promover um novo salto de qualidade na gestão do SUS e melhorar a vida das pessoas.

E esse é um alerta a todos nós que temos muito ainda a fazer. O Brasil pode muito mais na saúde tendo-se a responsabilidade.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz. Em seguida, o Senador Flexa Ribeiro, que vai tomar a vacina agora, dando o bom exemplo de que tem que tomar a vacina para a gripe H1N1.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Nós já tomamos a vacina, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Já, Senador Gurgacz, já tomamos.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Muito bem.

Sr. Presidente, amanhã, eu viajo cedo com uma equipe da Força Aérea. Tenho este discurso e gostaria de deixá-lo como lido. Deixo aqui ao lado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Pois não. Muito obrigado.

Esta semana, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós tivemos várias reuniões, no Estado de Rondônia, uma delas com os servidores do Incra, na minha cidade de Ji-Paraná, em Rondônia, onde nos foi colocada uma preocupação muito grande por que passam os servidores do Incra, neste momento, com os seus salários sem reajustes já há alguns anos.

Estivemos lá e recebemos várias reivindicações dos servidores de Ji-Paraná, que correspondem aos servidores do Incra, não só do Estado de Rondônia mas de todo o País. Recebemos essas reivindicações e participamos, hoje à tarde, de uma reunião, junto com os representantes do Incra, no Ministério do Planejamento, em que avançamos bastante para a solução dos brasileiros. Ficou marcada para o dia 18 uma reunião definitiva para resolver em definitivo os problemas dos servidores do Incra.

Quero registrar aqui a nossa preocupação com essas pessoas que ajudaram muito na colonização do Estado de Rondônia, do País inteiro, mas principalmente do meu Estado de Rondônia, onde o Incra teve realmente uma grande participação.

As pessoas que hoje ocupam o Estado de Rondônia foram trazidas pelo Incra. O Incra realmente teve uma função muito grande no passado de Rondônia, uma importância muito grande na atual situação do Estado de Rondônia e tem uma importância muito grande com relação ao futuro do nosso Estado de Rondônia, um Estado que é altamente produtivo, um Estado que quer crescer, quer desenvolver e precisa, cada vez mais, da atuação do Incra.

Como já disse, estivemos hoje reunidos com uma equipe de recursos humanos do Governo Federal e que se comprometeu a resolver essa questão bastante polêmica.

Dia 18, ficou definido que teremos uma solução final para esse problema.

O que nos traz hoje aqui, Senador Mão Santa, nosso Presidente, é o assunto sempre ligado à produção agrícola do nosso Estado e do nosso País. Na abertura da Agrishow (Feira Nacional de Tecnologia Agrícola em Ação), realizada no final de abril, o Ministro da Agricultura, Wagner Rossi, fez várias críticas à substituição de área agrícola produtiva por área de preservação ou de reserva legal. Por outro lado, defendeu a implantação de um programa de agricultura de baixo carbono como forma de preservação ambiental.

Em seu primeiro pronunciamento como Ministro, Rossi disse que precisamos mostrar que a agricultura pode produzir sem destruir, mas não é arrancando 20% dos canaviais para fazer floresta. O Ministro também afirmou que somente um doido pode propor que se corte produção em um País que é o celeiro do mundo.

A questão ambiental é de grande importância para Rondônia, e garanto, Sr. Presidente, que nunca é demais que eu venha aqui no plenário desta Casa tocar no assunto e mostrar pontos de vista racionais que batem de frente com a propaganda de um ambientalismo irresponsável que vem ganhando espaço na mídia.

Há duas semanas, proferi um pronunciamento no qual fiz, de verdade, um convite para um cineasta que instale em Porto Velho um estúdio para filmagens cinematográficas no qual possa produzir a sequência de seu filme.

Fiz o convite não apenas por fazer, mas porque realmente acho que uma celebridade da envergadura de James Cameron deve realmente tomar cuidado com as suas palavras, pois elas podem ganhar uma repercussão muito grande. Principalmente quando entra num assunto sério como meio ambiente, ainda mais procurando interferir na política interna de outro País. Sugerir, então, que ele aproveitasse o seu poder de influência para fazer algo realmente plausível, produtivo e positivo.

Eu falo assim porque tantos ecologistas, ambientalistas e produtores da agroindústria devem, no final das contas, andar de mãos dadas. Estamos, de verdade, na mesma luta, Senador Augusto Botelho.

Ambientalistas e produtores precisam andar juntos. O nosso objetivo é o mesmo. Já foi o tempo em que se pensava que os recursos naturais eram inesgotáveis. Hoje ninguém mais acredita nisso. Principalmente quem vive da exploração desses recursos não

acredita que eles vão durar para sempre. E, se existe algum agroprodutor que pense dessa forma, está decididamente pensando de forma errada e deve ser orientado para o caminho certo. E esse caminho é um só: da exploração com respeito e consciência.

Repito aqui que, quando falo que ambientalistas e produtores rurais devem seguir de mãos dadas na luta pelo meio ambiente, falo porque é a mais pura verdade.

Ambos - ambientalistas e produtores rurais - estão lutando pelo mesmo objetivo, que é garantir as condições para a sobrevivência da raça humana e demais seres vivos com respeito ao meio ambiente. Sem esse respeito, nada pode ser produzido com continuidade. Não há como plantar, não há como colher, não há como ter pasto para criar animal algum com sustentabilidade. Esse respeito, reitero, é fundamental.

E por que é tão fundamental, Sr. Presidente?

Para responder isso, basta que olhemos para um mapa-múndi, para um globo, ou que imaginemos o nosso planeta, simplesmente, dentro da nossa cabeça.

A Terra, todos podemos imaginar, é coberta por cerca de 70% de água. Dos 30% remanescentes, temos 17% de terras desérticas, áreas montanhosas, calotas polares e áreas de habitações urbanas onde nada pode ser cultivado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, restam apenas 13% de terras emersas cultiváveis, e desses 13%, apenas 4,7% da área do mundo tem condições de suportar cultivos permanentes. Nessa área, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso cultivar e gerar alimentos para cerca de seis bilhões de pessoas.

É exatamente por esse motivo que só posso concluir que a luta dos ambientalistas também é a luta dos produtores rurais, assim como é a luta de todo ser vivo e inteligente deste planeta.

Não aceito que me enquadrem, como fui enquadrado recentemente, como defensor da agroindústria. Sou defensor do produtor e também do ambientalismo, com critérios e com limites.

Defendo, Sr. Presidente, a vida humana em harmonia e integrada com seu meio. Não vou tapar meus olhos e esquecer que as pessoas de Rondônia, do Amazonas, do Acre, de Roraima e do Pará precisam viver, comer e pagar suas contas. Também sou incapaz de fechar os olhos para o fato de que pessoas de diversos pontos do mundo usam a soja do Mato Grosso, cozinham o arroz produzido em Rondônia e comem a carne produzida em meu Estado.

Não é uma opção humana fazer uso de alimentos! É uma necessidade fisiológica. Para isso, dependemos de alimentos cultivados nos 13% deste imenso planeta, onde isso é possível ser feito.

Mas, Sr. Presidente, é preciso ter uma ideia do que representam esses 13% das terras emersas. Somente o Brasil tem 5,7% dessa superfície total de terras de todo o mundo! Cerca de 60% de todo o território brasileiro é dominado pela Amazônia, Senador Flexa Ribeiro e Senador Augusto Botelho, nossa região. Rondônia, meu Estado, tem cerca de 3% do território brasileiro inserido na grande Floresta Amazônica. E vejam como é impressionante o quanto um pequeno Estado como Rondônia é capaz de produzir, tendo apenas 3% do território brasileiro e uma ínfima parcela das terras emersas do planeta.

Os números, meus amigos de Rondônia, são incapazes de mentir. Os números são claros. Há pouquíssima terra arável, e muito menos realmente cultivável, para uma população tão grande. E o pior: a população cresce, e a nossa terra cultivável só tende a diminuir.

Não há outra forma de enxergar a realidade. Caminhamos realmente não para uma escassez de alimentos, mas para uma redução da oferta, um grande aumento da demanda e um conseqüente aumento dos preços.

Se os produtores rurais fossem - como quer a mídia convencer o povo - mais interessados nos lucros do que na sustentabilidade, reduziriam suas produções para simplesmente fazer pender para o lado deles a relação da oferta e da procura, aumentando os preços, assim como faz quem produz petróleo: diminuam a produção para aumentar os seus preços.

Como disse antes, eu volto a afirmar: comer não é uma opção humana! Comer é uma necessidade inevitável.

Mas o que querem, então, os nossos produtores? O que queremos nós, de Rondônia?

Nós queremos produzir. Não queremos fazer espetáculo, especulação com terras ou com o crédito de carbono. O nosso povo quer produzir com respeito ao meio ambiente, pois ele sabe que vem da natureza o nosso sustento.

Os produtores de Rondônia querem continuar produzindo nas áreas consolidadas de cultivo, nas áreas que tiveram que desmatar para terem direito à posse da terra,

Eles querem apenas isto: que as regras do jogo sejam mantidas, em nome de um bom relacionamento com a natureza, um relacionamento já consolidado, há anos, em áreas consolidadas de cultivo.

Encaro esse anseio como uma contribuição dessas pessoas, homens e mulheres que chegaram ao Estado, assim como eu cheguei, há mais de vinte anos, com muita disposição para a luta. Gente que fica entristecida ao ver suas conquistas escorrendo por entre seus dedos. E essa conquista é parte integrante da

produção mundial de alimentos, em uma área menor que os 13% das terras aráveis do planeta, para alimentar mais de seis bilhões de pessoas, mais de seis bilhões de vidas.

Pedir um código florestal flexível que garanta a efetivação de uma situação já consolidada é o anseio desse povo que produz e que contribui com essa cadeia alimentar em escala global. Um anseio pequeno, mas útil, tendo em vista os números que apresentei aqui. Números impossíveis de inventar ou de disfarçar, pois estão aí, estão aqui, estão em todo lugar, para serem vistos e confirmados.

Por isso, Sr. Presidente, é preciso que o novo código florestal leve em consideração as características e as histórias regionais, assim como o zoneamento ecológico e econômico de cada Estado, como, por exemplo, o que foi feito no meu Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, era sobre isso que eu queria falar hoje. Sobre esse imenso planeta e sobre como temos tão pouco espaço para produzir os nossos alimentos e sobre como ambientalistas, a agroindústria e cada um de nós deve-se manter unido com o propósito de descobrir soluções para garantir a vida aqui.

No mundo, as pessoas precisam comer e nós queremos produzir alimentos.

Este é um tema que trago aqui praticamente todas as semanas, que diz respeito à produção agrícola na região amazônica. Nós realmente precisamos, queremos viver na Amazônia e queremos viver da Amazônia, produzindo e preservando o meio ambiente.

Essa convivência harmônica tem que ser feita dessa forma, deve ser feita dessa forma e pode ser feita dessa forma.

Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Acir Gurgacz, V. Ex^a traz à tribuna a sua preocupação com o seu Estado e com a região. Lamentavelmente, ainda não há uma vontade política para integrar a nossa região ao processo de desenvolvimento do País. Acho que somos considerados pelo Governo Federal como algo que pode esperar, que pode aguardar, porque parece que lá não existem 23 milhões de brasileiros. Outro dia eu até disse, na Comissão de Assuntos Econômicos, que acho que os amazônidas tinham que pedir cidadania venezuelana, porque aí eles iriam ser atendidos pelo Presidente nas suas necessidades. É a única forma de a gente acelerar o crescimento. Então, V. Ex^a tem toda razão. A Amazônia é tratada como algo que onera ou pesa sobre a Nação. Pelo contrário: a Amazônia é a solução do Brasil. É a solução do Brasil. Lá no início do século XIX, Belém era uma cidade economicamente mais forte do que São Paulo. A Amazônia, na

fase áurea da borracha, sustentou o desenvolvimento do restante do Brasil. São Paulo foi construída com o esforço dos amazônidas, dos guerreiros do Acre, de Rondônia, dos seringueiros – os “soldados da borracha”, como eram conhecidos; tanto que Belém foi uma base americana na guerra. E depois que carregaram os recursos da Amazônia para o Sul e o Sudeste, esqueceram de devolvê-los à nossa região. E querem tratar a Amazônia como se a Amazônia fosse uma só. Santa ignorância! Santa ignorância! Agora mesmo, coisa de um ano atrás, fizeram algo que é inconcebível: não pode haver cultura de cana na Amazônia. Isso não passa na cabeça de ninguém que tenha bom senso. O Senador Augusto Botelho sacode a cabeça afirmativamente. Quer dizer, isso é total desconhecimento do que é a Amazônia. Amazônia são várias amazônias. Aqui, os técnicos do Ibama, as ONGs que têm outros interesses em engessar a Amazônia, outros interesses, e sabemos quais são, não são interesses que atendam à soberania do Brasil...

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – As nossas áreas são 60% do território brasileiro – a Amazônia Legal.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Temos a maior reserva de floresta tropical do mundo, temos a maior reserva de água doce do mundo, temos a maior reserva mineral do mundo. Agora foi descoberto um aquífero em Santarém, na área de Alter do Chão, lá de Mojuí, que é o maior aquífero subterrâneo do mundo. É maior que o aquífero Guarani, considerado até então o maior do mundo, várias vezes maior. Temos a maior biodiversidade do mundo. Essa biodiversidade está sendo pirateada à vista do Governo, que não toma providência. Hoje mesmo pedi vista de um projeto na CAE. O Governo queria doar três Tucanos para o Paraguai. Senador Botelho, eu pedi vista e até justifiquei para o Senador Jucá, que me perguntou por que eu tinha pedido vista, dizendo que eu queria saber quais eram os tucanos: podia ser o Tasso Jereissati, o Sérgio Guerra, o Arthur Virgílio. Então, eu queria saber qual era o tucano. Aí eu fui ver que eram aeronaves Tucano que ele estava doando para o Paraguai. Não tenho nada contra doar para o Paraguai, mas tem que doar para a Amazônia. Então, vou fazer um substitutivo no parecer do Senador Romero Jucá porque acho que tem que atender aos irmãos paraguaios – do Presidente bispo Lugo, uma grande figura –, mas tem que atender primeiro aos brasileiros. Tem gente morrendo na Amazônia por falta de água potável, por falta de saneamento, com malária. Um país que quer ser e vai ser – porque o Brasil pode mais, como disse o Senador Mão Santa –, um país do Primeiro Mundo, primeiro tem que olhar para o próprio umbigo. Só pa-

íses do quarto mundo ainda convivem com doenças como a malária, como nós temos na Amazônia; com a dengue, que mata brasileiros todos os anos. Aí vamos começar a perdoar dívida de um país tal, de outro país. Acho que isso podem fazer aqueles países que já atenderam a sua população toda. Nós ainda, lamentavelmente, não podemos fazer isso. Então, eu pedi vista, primeiro porque tomei um susto. Como eu disse, pensei que queriam deportar os Senadores Tasso Jereissati, Sérgio Guerra e Arthur Virgílio. Até não me incluí porque sugeri logo que fossem os três, enquanto o Senador Jucá não dava o nome. Mas não eram esses “tucanos”, mas aviões Tucano. Aí vou fazer um substitutivo para que a gente possa aplicar esse dinheiro lá na Amazônia.

Então, essa questão da cana, Senador Augusto Botelho, é porque não conhecem o Estado de V. Ex^a, Roraima, que não tem floresta, é campo natural na maior área, como há campo natural em Rondônia, como há campo natural no Pará, área de cerrado no Pará. A Ilha de Marajó tem uma parte de floresta e uma parte de campo natural. Agora dizer que vão plantar cana derrubando floresta, aí não vão fazer isso. Ninguém vai concordar. Agora, onde for campo natural ou área alterada, aí não há como aceitar que o Governo... E olhe que o Presidente Lula parece que é amigo da maioria dos governadores da Amazônia. O PT governa, ou melhor, desgoverna o Estado do Pará, governa o Estado do Acre, é aliado do Governador do Amazonas, é aliado do Senador de Jucá, de Roraima. Não sei por que o Senador Jucá não faz um protesto para plantar cana em Roraima, Senador Augusto Botelho. V. Ex^a também. Quero participar, junto com os Senadores do Amazonas... Quería até fazer uma proposta, Senador Acir: vamos reunir os Senadores, independente de partido, de coloração partidária, de coloração ideológica; vamos defender a Amazônia em conjunto. Nós somos nove... Não sei se nove, mas oito com certeza. Se formos nove, somos 27 Senadores; se formos oito, somos 24, mas somos uma força.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Sem dúvida.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Se nos unirmos e defendermos a Amazônia, independentemente de querer bajular governo ou querer ter questão ideológica, colocando as questões regionais, as questões de desenvolvimento, de melhoria da qualidade de vida do nosso povo, vamos conseguir. E aí quem não defender a Amazônia vai ter que mostrar a cara na tribuna.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Vamos criar aqui a bancada da Amazônia, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Lógico. Quer dizer, vai ter que vir aqui e dizer: vou votar contra o projeto porque o Governo pediu-me para votar contra ou mandou-me votar contra o projeto que vai beneficiar a Amazônia. Quero colocar essa proposta; que possamos fazer uma reunião na próxima semana. Vamos ver quem vai, quero saber quem vai, quais são os Senadores da Amazônia que vão atender o convite para fazermos a bancada da Amazônia no Senado Federal. Quero deixar essa ideia e tenho certeza de que vou contar com os Senadores Augusto Botelho, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Arthur Virgílio, Jefferson Praia, enfim, com os Senadores da Amazônia. Vamos dizer quais são os interesses que temos, interesses regionais que precisam ter alteração na legislação e vamos fechar questão. Aí, quem quiser ser subserviente ao Governo, que chegue aqui e diga: não vou votar pela Amazônia. Pronto. Posso contar com V. Ex^{as}?

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Com certeza, será um prazer nós iniciarmos esse pacto da Amazônia, que é muito importante. Aliás, eu tenho vindo aqui, toda semana – o senhor é testemunha disso e sempre faz um aparte que valoriza muito o meu pronunciamento –, trazer esses problemas que nós enfrentamos na Amazônia, essa discriminação que nós enfrentamos na Amazônia. E não é por parte do Governo brasileiro, Senador Flexa Ribeiro, tanto é que o nosso Presidente Lula tem olhado para nós com carinho, assim como também fez o Presidente Fernando Henrique Cardoso quando esteve na Presidência da República. Nós temos problemas é nas questões externas, com as ONGs internacionais.

E eu posso imaginar por quê. Imaginemos só a produção mineral que tem a Amazônia – vamos falar só das coisas mais importantes, Presidente Augusto Botelho: o ouro de Roraima, o diamante de Rondônia, o gás do Amazonas...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – O cobre, o ouro, o minério de ferro, o manganês, a bauxita, tudo do Pará.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Isto deve assustar o mundo, a quantidade de riquezas que nós temos na Amazônia, sem contar a produção agrícola que podemos ter. Já produzimos em pequena escala, mas, pela maneira como produzimos, já demonstramos ao mundo a capacidade que temos para produzir na Amazônia.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Acir, perdoe-me por estar me intrometendo no pronunciamento, mas o nosso Presidente Senador Augusto Botelho, amazônida como é, há de ter a compreensão disso. Eu, quando estava presidindo a Federação das Indústrias do meu Estado, lá no início da década de

noventa, propus que houvesse uma união – eu propus, não, eu criei o que até hoje funciona, e funciona bem: a Ação Pró-Amazônia. O que era a Ação Pró-Amazônia? É exatamente o que proponho fazermos aqui, como bancada. As federações dos nove Estados se reúnem para defender os interesses do setor e da região junto à CNI. Isso vem lá de 1990 ou 1991 e funciona perfeitamente até hoje. Reúnem-se, tomam posição e votam em bloco. E quis fazer essa experiência nos Executivos estaduais. Eu até dizia que deveríamos criar a OEA, Organização dos Estados Amazônicos. Lamentavelmente, a vaidade dos governantes não permitiu que isso acontecesse, nem àquela altura. Lá foi tentado, ainda conseguimos realizar umas duas reuniões. Depois, a tentativa se perdeu, e até hoje não se consegue dar prosseguimento. Ficam trabalhando, disputando entre si espaços, como se quisessem dividir o bolo sem tê-lo criado. Penso que, assim como aqui na bancada, tem de haver a união dos Governadores da Amazônia. Deveriam chegar ao próximo Governo Federal e dizer: o projeto que nós entendemos melhor para a Amazônia – quem tem de dizer o que é melhor para a Amazônia somos nós – é esse. Então, qual é o compromisso que o pré-candidato ou o candidato terá com a nossa região? Se não for assim, continuaremos a ser cobiçados internacionalmente. Dizem que isso não é verdade, mas é! Sabe lá se um dia não aparece alguém como Ahmadinejad e diz: “A Amazônia é internacional! Pela sua importância, ela é área internacional, e não do Brasil”. E, então, não sei qual será a língua que começaremos a falar. Com certeza, vamos voltar ao Tupi-Guarani.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Muito obrigado, Senador, pela sua colocação.

Lanço um desafio aos candidatos a presidente da República: vamos criar o Ministério da Amazônia para trabalharmos essa questão importante. Estamos em campanha eleitoral, Senador Flexa Ribeiro. Isso é importante!

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Desculpe, Senador, mas não resolve o Ministério da Amazônia. O que resolve é vontade política, não é preciso ministério. As necessidades da Amazônia perpassam todos os ministérios. Se a Amazônia estiver contemplada com vontade política pelo Governo Federal, nos diversos ministérios, não é preciso criar o Ministério da Amazônia, que já foi criado, já existiu e não funcionou.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Mas é um desafio para os candidatos a presidente da República colocar, expor para nós amazônidas o que se preten- de com a Amazônia.

Temos aqui um desafio próximo, que é o Código Florestal. Vamos nos unir, a bancada federal, aqui no

Senado para discutirmos de fato o que cada Estado da Amazônia precisa para se incluir no Código Florestal Brasileiro, para que este venha a contemplar o seu Estado do Pará, o meu Estado de Rondônia, o seu Estado de Roraima, assim como os demais Estados da Amazônia, como o Mato Grosso, o Amazonas e demais Estados que compõem a Amazônia Legal. É um grande desafio. Concordo consigo que devemos começar a nos reunir para discutirmos e debatermos a nossa Amazônia, porque, volto a dizer, queremos viver na Amazônia e viver da Amazônia. Se isso ameaça, talvez, a economia mundial, sorte de nós brasileiros, que possuímos a Amazônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Até a próxima, se Deus quiser.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. ACIR GURGACZ.

Senhor Presidente, Senhoras e senhores senadores, Senhor Presidente, antes de iniciar meu pronunciamento de hoje, no qual pretendo abordar a dura situação aqui a publicação de um livro que complementa a obra do excelentíssimo doutor Altamiro J, dos Santos, intitulado Direito de Segurança Pública e Legítima Defesa Social, publicado este ano. O livro é uma louvável contribuição à teorização e aplicação da prática do Direito no Brasil.

Trata-se de um trabalho que tem como escopo e propósito a abertura de novos horizontes para a implantação e arraigamento da cultura a paz, fraternidade, solidariedade e convívio humano. Desta forma, registro aqui nos anais do Senado Federal esta obra que considero de grande importância para a propagação da Justiça no país.

Senhoras e senhores senadores, quero questionar aqui qual é o caminho mais efetivo para combater o uso de entorpecentes. O assunto está sendo discutido em praticamente todas as nações, seja de forma oficial ou não. Isso porque um argumento é comum: a guerra às drogas está sendo perdida.

O número de usuários de drogas cresceu em todo o mundo. Hoje, a ONU aponta que cerca de 190 milhões de pessoas utilizam algum tipo de entorpecente.

Provavelmente o número está abaixo da realidade, por dois motivos: o primeiro está ligado à velocidade com que se expande o número de adeptos às drogas; o segundo se refere à hipocrisia com que o tema é tratado.

Nem todo mundo que usa droga admite que faz.

Se considerarmos como valor médio de doses de drogas cerca de 10 dólares, chegamos a um cálculo simples: se cada usuário, no mundo, tomar uma dose

por dia, resulta em uma renda diária de um bilhão e novecentos milhões de dólares. Ou seja, uma renda mensal de 57 bilhões de dólares.

Caso cada usuário de drogas venha a consumir duas doses por dia – o que não é uma quantidade assustadora, considerando-se que em muitos depoimentos publicados recentemente chegamos a ver pessoas consumindo sete doses diárias de crack - o valor mensal arrecadado pelo tráfico chega à ordem de 114 bilhões de dólares. Isso considerando apenas 190 milhões de usuários de drogas no planeta.

Senhor presidente, é muito dinheiro. Não há Estado no mundo capaz de convencer a sociedade do crime de desistir de um mercado tão lucrativo como esse. Produtores e traficantes de drogas não pagam impostos e vêm o resultado de suas ações criminosas vertendo de forma a causar inveja a qualquer iniciativa financeira no mundo.

Então, eu pergunto ao povo de Rondônia, que me ouve agora, como enfrentar isso?

Em recente publicação na imprensa rondoniense, relatos chocantes de usuários de crack mostram o poder negativo, corruptor, dessa droga. Jovens são cercados e seduzidos pelo crack em bairros carentes de Porto Velho, capital de Rondônia, como o bairro Cai N'Água. Segundo informações da Polícia Civil, as apreensões de cocaína, da qual o crack é derivado, só tem crescido na capital. Em janeiro de 2009 o total de cocaína e derivados apreendidos chegou a mais de 11.800 quilos, enquanto em janeiro deste ano o número subiu para cerca de 13.600 quilos. O ano de 2009 fechou com quase 186.800 quilos de cocaína apreendidos.

Na reportagem publicada em Rondônia há o relato chocante de uma jovem de apenas 16 anos que começou a usar drogas ainda menina. No texto, ela fala:

“Aos 11 anos eu conheci a maconha. Tinha curiosidade de saber qual era o efeito que ela tinha, porque minha prima usava e sempre me oferecia. Eu resolvi experimentar. Comecei a matar aula, e lá mesmo em Cacoal só andava com meninos barra-pesada. Logo minha prima me ofereceu o crack. Foi aí que realmente eu fiquei completamente dependente de droga, era viciada.”

Hoje a jovem se encontra internada na Casa da Adolescente da Capital, e contou à reportagem do periódico que em pouco tempo como usuária de crack já estava se prostituindo para sustentar o vício. Ela relata o seguinte:

“Minha prima também se vendia para comprar o crack. Chegou um ponto em que eu já estava sustentando a mim e a ela. Era fácil achar clientes. Os carros buzinavam, encostavam e eu entrava em carros de

pessoas que eu nunca tinha visto, mas já combinava o programa ali

Mesmo para ter certeza de que no final receberia quantias que geralmente eram o suficiente apenas para comprar a nossa droga”.

Essa realidade, senhoras e senhores senadores, não é uma exclusividade de Rondônia.

Considerando a quantidade de usuários de crack e outras drogas no país, hoje, quantas histórias como essa se repetem todos os dias?

Por isso, senhor presidente, eu me questiono: Qual será a maneira mais correta de enfrentar esse negócio que implica no crescimento constante da violência em nossas fronteiras? Rondônia é um Estado que sofre muito com o tráfico de cocaína em sua fronteira com a Bolívia, com atraindo fácil, e que encontram, na maioria das vezes, a prisão e a desgraça.

Como disse, o mundo inteiro busca uma saída para o problemas das drogas.

Na semana passada, nos Estados Unidos, o Estado da Califórnia aprovou a realização de um plebiscito para votar a legalização da maconha. O objetivo é um só: aumentar a arrecadação de impostos no Estado, que vem passando por grandes problemas financeiros. As autoridades que aprovam o plebiscito afirmam que a Califórnia poderá ganhar por dois aspectos: Primeiro, com a taxação da venda da droga; Segundo, com a redução de despesas no setor policial de combate ao tráfico da maconha.

O Estado norte-americano da Califórnia já está dividido e as opiniões são extremamente divergentes.

Hoje em dia, aqui no Brasil, a Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia (CBDD) discute o assunto. Em fevereiro, um encontro da comissão reuniu o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) – Ellen Gracie e Carlos Velloso – para discutir, estava, no Terceiro encontro da Comissão, a condição do usuário de drogas. Atualmente, o usuário não pode ser preso, mas responde a processo penal.

Não há uma definição, na lei, sobre a quantidade de drogas que – encontrada com a pessoa – esclareça se o instado pela lei é traficante ou apenas usuário.

Há um consenso de que é preciso fazer algo para tornar clara a diferença entre traficante e usuário, para que se possa delimitar claramente uma nova estratégia para combater o problema de saúde que representa o consumo de entorpecentes.

O intuito deveria ser um apenas: reduzir a demanda desestimulando o usuário. Isso, dentro dessa ótica, se faz hoje pelo medo.

Mas será que esse é o caminho certo?

O jornal **Le Monde Diplomatique** Brasil, em setembro do ano passado, publicou um artigo redigido em 1997 por um especialista em Inteligência Criminal da Scotland Yard chamado John Grieve.

O texto é dividido em 10 itens, cada um apontando motivos para legalizar as drogas, sob o argumento de que a repressão revelou-se ineficaz ao longo dos anos. E isso foi dito por um policial!

Cabe destacar, no início do texto, que o profissional em combate ao tráfico de drogas afirma que a grande maioria dos usuários de drogas adere ao vício por motivos recreacionais – ou seja, por diversão.

Esta, não podemos esquecer, é uma realidade britânica, mas ousado considerar que os motivos que levam ao vício não sejam muito diferentes em qualquer canto do mundo. Mas seja por diversão ou como válvula de escape para as pressões sociais ou desagregação da família, o uso dos entorpecentes resulta em danos à saúde. Apesar do tema ser controvertido, há mais evidências apontando malefícios do que em favor de benefícios – salvo uso administrado por médicos. Por exemplo, recentes estudos feitos na Austrália ligam o uso da maconha à esquizofrenia.

Diante dos motivos que levam as pessoas a usarem drogas, das consequências para a saúde e dos motivos do tráfico, fica o questionamento acerca da legalização, defendida pelo especialista da Scotland Yard no artigo citado. Para ele, o combate repressivo e violento às drogas vem aumento a demanda, a criminalidade e os riscos à saúde. Ele mostra que implicações globais estão ligadas a um comércio de mais de 600 bilhões de dólares por ano (em cifras de 1997) e cita o quanto os sistemas jurídicos de todo o mundo seriam aliviados com essa medida.

Não quero, com isso, defender a legalização, mas apenas me unir à legião que hoje questiona os meios disponíveis para o combate às drogas e seus efeitos.

Até mesmo porque, mesmo diante de incontáveis argumentos que apontam para a legalização como uma saída para o problema, resta uma pergunta: a legalização reduziria a demanda por drogas?

Este, no final das contas, é o grande questionamento. A situação legal do usuário, a legalização das drogas, a regulamentação da produção ou o que for, esbarra na força motriz do tráfico: a demanda. Não deduzir a demanda significa manter o consumo – talvez expandi-lo – e contribuir para um gigantesco problema de saúde coletivo.

Atualmente, em Rondônia, existem 12 Centros de Atenção Psicossocial, os conhecidos CAPS. No entanto, apenas Porto Velho tem uma unidade para atendimento de pessoas viciadas em drogas e álcool. Essa unidade foi inaugurada em novembro do ano

passado e já está tratando cerca de 300 pessoas. Segundo informações colhidas hoje nesta unidade, esse número tende a crescer porque o seu trabalho ainda está sendo pouco divulgado.

Mesmo assim, a unidade atende pessoas do interior do Estado, que não encontram esse tipo de cuidado em suas cidades. São pessoas das mais variadas idades, dos 12 aos 60 anos, buscando um meio de escapar da escravidão imposta pela droga.

E senhor presidente, segundo informações colhidas hoje mesmo, junto ao Caps de Porto Velho, posso dizer que o **crack** é um dos responsáveis por fazer com que crianças vão até lá buscar socorro. Crianças de 12 anos, meninos e meninas, que foram covardemente apresentadas e induzidas ao mundo das drogas. E, senhoras e senhores senadores, esse número, segundo afirma a fonte entrevistada no Caps, só vem aumentando, emparelhando com a cocaína.

Por tudo isso, todas essas informações que apresento aqui agora, senhor presidente, que acredito que a questão do combate às drogas está exatamente no controle da demanda. Neste sentido, a discussão parecer retornar para o início. Afinal de contas, não estamos tratando apenas de questões contábeis – com relação a impostos ou taxas sobre uma nova linhagem de produtos tributáveis.

Senhoras e senhores senadores, tão pouco estamos tratando da economia em munição ou aparato policial militar no combate ao narcotráfico. Sequer estamos colocando em xeque apenas o formato legal da punição a quem usa ou a quem trafica entorpecentes.

O objetivo, eu recorro aqui, é um só: reduzir o consumo das drogas para reduzir os malefícios à saúde.

Senhor presidente

Senhoras e senhores senadores

Era isso que eu tinha a dizer. – Senador **Acir Gurgacz**.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz – o Senador Augusto Botelho vai descansar; é merecido o descanso de S.

Ex^a –, que preside a sessão, eu estive no plenário, na semana passada, e propus uma parceria com os paraenses.

Hoje temos a rede mundial de comunicação, a Internet. E nós estamos trabalhando com afinco na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para que todos os brasileiros tenham acesso à Internet banda larga, com qualidade, com preço, com valor que seja suportado pela renda *per capita* dos brasileiros. Quer dizer, não adianta oferecer algo que o cidadão não tem condições de pagar. É o mesmo que não oferecer.

Esse negócio de universalização da banda larga é uma palavra bonita, dá palanque, dá para fazer uma festa. Já fizemos tantas festas neste Brasil, quando a Petrobras disse que o Brasil era autossuficiente em petróleo! Não era. Ainda não era. Agora, com o pré-sal...

Tivemos uma reunião hoje, uma audiência pública, de seis comissões, das 14 horas e 45 minutos até às 19 horas, ouvindo seis convidados, do Ministério da Fazenda, do Ipea, da Consultoria do Senado, da Petrobras, do TCU, discutindo pré-sal, discutindo projetos. Eu saí da reunião... Já até mudei aqui o raciocínio, já estou falando da reunião, porque é importante, Senador Acir. Eu saí da reunião convencido pelo que eles disseram lá. E eles sabem que não temos condições de votar da forma como o Governo quer, para fazer palanque eleitoral, os projetos do pré-sal em regime de urgência. Podem até querer empurrar goela abaixo, vergar o Senado Federal, mas vão ter que colocar o grupo de Senadores da base do Governo aqui, porque a Oposição, se precisar, ficará aqui, como ficamos ontem, até às 22 horas e 30 minutos, aguardando o projeto ser encaminhado da Câmara, que estava dando chá de gaveta lá, por ordem do Governo, que não queria mandar o projeto dos aposentados para cá. Aí ficamos aqui. E íamos ficar até a hora em que fosse preciso.

Aí o Presidente Michel Temer resolve mandar, por volta das 10 horas da noite, com as galerias e a tribuna lotadas de aposentados.

Assim nós vamos fazer no pré-sal, assim nós vamos fazer com a PEC que cria o piso salarial dos militares.

O representante do Ministério da Fazenda, na audiência de hoje, terminou a exposição dele com a frase: “A última palavra é do Congresso Nacional”. Eu pedi licença a ele e disse: “V. S^a tem que mudar essa frase. Tem que ser assim: a última palavra deveria ser do Congresso Nacional”. E expliquei para ele, porque nós legislamos, aprovamos os projetos, que vão para sanção; aí o Presidente os veta. Então eles teriam que voltar para o Congresso aprovar ou não o veto presi-

dencial. Mas nunca é marcada sessão do Congresso, e o processo legislativo não termina. Seríamos, sim, nós que deveríamos dar a última palavra.

Mas, voltando ao caso da Internet a que estava me referindo, eu pedi uma parceria aos paraenses: que nós, através da rede mundial, através do *e-mail*, do *Twitter*, recebêssemos dos paraenses de todos os Municípios, de todas as comunidades do Pará, informações que possamos trazer para a tribuna do Senado, pedindo que a Governadora acorde, porque só faltam seis meses, para que ela termine e o Pará saia da noite escura que estamos vivendo há três anos e meio. Então eu propus essa parceria e deu certo, Senador. Deu certo.

Hoje, o *Twitter* do Senador Flexa Ribeiro está fechando quase quatro mil seguidores. Eu tenho uma honra muito grande disso. Ainda ontem à noite, quando estava aqui, abri ali o computador e, enquanto discutia a questão dos aposentados, eu estava recebendo e respondendo, recebendo e respondendo os *twitters*, porque você interage com o cidadão; V. Ex^a pode prestar um melhor serviço ao seu Estado, o Estado de Rondônia, eu, ao Estado do Pará e nós, ao Brasil.

Mas, como eu disse, essa parceria, esse apoio que eu pedi, eu quero até estender ao Brasil todo. Se tiver alguma coisa errada lá no Piauí do Mão Santa, que diz que tem muito... A gente fica disputando quem é o pior Governo, se é do Piauí ou do Pará. Eu acho que ele perde disparado para nós, lamentavelmente, mas perde disparado. Aí nós vamos ter que fazer um *ranking* de cabeça para baixo, quem é o pior vai para cima. Mas eu acho que, lamentavelmente, o Pará vai levar essa taça, a taça que ninguém quer vai acabar caindo no colo dos paraenses, lamentavelmente.

Então, quero aqui agradecer a alguns amigos que estão sempre trocando ideias conosco através do *Twitter*: Fernando; Ivan; Aldair; Giselle; Luiz; o Victor Picanço, que é da juventude do PSDB; o Adilson, de Curuçá – esses todos são de Belém –; o Rafael, de Salinas; o Zé Dudu, lá de Parauapebas. Quer dizer, são tantos, que dão incentivo para que a gente continue esse trabalho, que é feito com muita vontade de ajudar o meu Estado e os nossos Municípios.

Pois bem. Como eu disse, fui motivado a criar esse serviço após a informação que recebi do Lucas Nogueira, um jovem de Belém, que me mandou uma foto do forro de uma sala de aula do Colégio Ulysses Guimarães. É um colégio estadual que fica na Avenida Governador José Malcher, no Bairro de Nazaré, bairro nobre de Belém. O forro estava caindo na cabeça dos estudantes. Ele mandou a foto, eu mostrei a foto aqui do forro desabado, que, por sorte, não feriu nenhum aluno. E fiz então essa proposta para que a

gente pudesse fiscalizar, que todos os paraenses pudessem ser fiscais da situação em que se encontra a saúde, a educação, a segurança, a infraestrutura nos Municípios e nos mandasse, e o Brasil também, para que a gente possa ajudar aqueles Estados ou transmitir aos Senadores para que façam isso, cada um nos seus Estados.

É fantástica essa ferramenta, Senador Acir, é fantástica! Você tem condições de receber sugestões de projetos para que possa fazer projetos de caráter nacional e projetos de caráter regional.

Mas são ideias. Acho que aprendemos... Eu, pelo menos, aprendo a cada dia. Hoje, aprendi muito na audiência do Fundo Social. Aprendi muito e saí de lá convicto, como eu disse, de que não podemos aprovar o projeto da forma como o Governo quer. Nós temos que discuti-lo, nós temos que tirar a urgência. Há uma interconexão entre os vários projetos que foram fatiados no pré-sal. O próprio representante do Ministério da Fazenda disse que eles não podem ser aprovados sem que haja uma avaliação, uma conexão entre os pareceres. Disse ele que isso foi feito na Câmara. Aqui no Senado não vejo isso. Eu ainda não vi uma articulação por parte do Governo para que isso aconteça.

Então, como eu vinha dizendo, os twiteiros fiscais, nome que demos aos amigos que nos passam as informações, podem usar, como eu disse, o meu e-mail, que é flexaribeiro@senador.gov.br, ou o twitter [@flexa.ribeiro@yahoo.com.br](https://twitter.com/flexa.ribeiro). Aí vamos voltar à tribuna para trazer as informações.

E, hoje, venho para falar de algo inusitado lá de Altamira. Recebi uma denúncia, no Município de Altamira, onde vai ser implantada – não é lá, mas lá é o polo da região – a usina de Belo Monte... Criamos uma subcomissão do Senado Federal, da Comissão de Fiscalização e Controle, para acompanhar *pari passu* a implantação desse grande projeto para que o Estado do Pará, os Municípios impactados – são 11 – e a população daqueles Municípios, seja rural, urbana ou indígena, seja atendida e respeitada nas suas necessidades.

Vamos defender a implantação, mas tenho certeza absoluta que, com o trabalho do Senado Federal, numa subcomissão formada por cinco Senadores titulares e cinco suplentes, vamos fazer a implantação e, acompanhando-a, mostrar ao mundo que Belo Monte vai servir de exemplo e vamos acabar com essa história de que não é possível construir hidrelétrica na Amazônia. Belo Monte vai dar o exemplo com certeza absoluta.

Em referência ao Município de Altamira, vem a denúncia: três escolas do Governo, uma no Distrito de Cachoeira da Serra – um abraço à minha amiga

Preta –, que fica a 1.100 quilômetros da sede do Município, Altamira, na divisa com Mato Grosso. A Câmara não aprova a regulamentação para a criação de novos Municípios. Esse distrito tem 15 mil habitantes e todas as condições de emancipar-se, mas não podemos fazê-lo.

A outra no distrito de Cachoeira da Serra, que é um é mais próximo da fronteira com o Mato Grosso. E uma outra na sede do Município, na comunidade Assurini.

Essas três escolas estaduais foram deixadas pelo governo de Simão Jatene, lá em 2006, Senador Acir. Lá em 2006! Já se vão três anos, quatro meses e doze dias. Eu já estou fazendo a contagem regressiva. Eu já conto de trás para frente. Aqui eu tive que contar da frente para trás. Então, já vai esse tempo todo.

As escolas foram deixadas 95% prontas. Todas rebocadas, todas forradas. Faltava fazer o muro, faltava concluir as instalações elétricas, as instalações de água. Pois bem, com mais uns quarenta dias de trabalho elas poderiam estar funcionando e prestando serviço àquelas comunidades.

Sabem o que a Governadora fez até hoje? Nada! Nada nessas escolas. Não enterrou um prego nas escolas. E o que acontece com as escolas? Estão sendo sucateadas, porque o Governo teve a irresponsabilidade de não concluir, pensando que estaria penalizando o governo do PSDB. Não. Está penalizando o povo. E o povo está tão descrente desse desgoverno que a Governadora não pode nem andar pelo Estado.

Ainda quinta-feira passada, o Presidente esteve em Tomé-Açu, lançando um projeto de agricultura familiar com o plantio de palma, que é o dendê, um projeto de minha autoria, de minha autoria, que eu aprovei aqui, por unanimidade, está há quatro anos, lá na Câmara Federal, e o governo não deixa aprovar. Aí o Presidente vai lá no meu Estado, lá em Tomé-Açu e lança um projeto dizendo que é do Governo Federal. É por isso que a Governadora pega as obras do governo passado, do Simão Jatene, e diz que foi ela que construiu; troca a placa e inaugura de novo. Essa é a grande obra desse governo que está lá.

Então, como eu dizia, essas escolas estão-se acabando, estão-se acabando. E o que é pior, o que é pior, os alunos que deveriam estar estudando em condições condignas, não! Olha a informação que me passaram. Eu vou ler aqui, até para poder ser bastante preciso na informação que veio lá do twiteiro fiscal, lá de Altamira, lá de Assurini, lá de Cachoeira da Serra, lá de Castelo dos Sonhos.

Foi feito um laudo técnico de vistoria da Escola Estadual de Cachoeira da Serra – e eu tenho o laudo técnico. E esse laudo serve bem

para ilustrar a situação, já que o mesmo se aplica às outras duas unidades. O documento relata que há mato por todos os lados, pintura já destruída, vidros quebrados, infiltrações, ausência de lâmpadas, calhas, telhas se soltando etc, tudo em decorrência do abandono.

Essa é a marca da incompetência do PT. Agora, se fosse só a parte física... Vejam o que eles dizem dos alunos: Cada escola iria atender uma média de quase mil alunos por dia. É a esperança e o sonho de milhares de famílias de Altamira. São comunidades e distritos distantes, que precisam com urgência de educação de qualidade no próprio distrito.

Como disse, Cachoeira da Serra, fica a mais de mil quilômetros da cidade de Altamira assim como Castelo do Sonho. Obviamente, é impossível qualquer deslocamento diário dos jovens para estudarem na sede do Município. Mil e cem quilômetros na Transamazônica, Senador, não é fácil. Ou na Santarém/Cuiabá também não. São duas obras, ditas do PAC, que estão empacadas em meu Estado. Não andam.

Por sinal, tive uma notícia e, aí o Pará todo precisa saber, foi feito um levantamento das obras do PAC no Brasil todo. Sabe quem está na pior situação? O Pará. Não sei. Dizem que quando você passa por essas dificuldades diz "eu não joguei pedra na cruz". Não tem um ditado popular que fala assim? Eu não sei o que os paraenses fizeram para merecer esse castigo. Esse castigo do Governo Federal, do desgoverno estadual. Eu não entendo, não entendo.

Mas a solução encontrada pela Prefeitura foi inchar as escolas de ensino fundamental criando "salas" improvisadas no corredor de outros colégios, ou mesmo com aulas ocorrendo a céu aberto, debaixo de árvores e, com isso, assumem uma responsabilidade que é do governo do Estado.

A Prefeita Odileida foi além e alugou casas para servir de alojamento aos professores que vão lecionar nessas comunidades, uma vez que o Governo do Estado sequer toma conhecimento do problema. É preciso alugar, pois, como eu disse, esses distritos ficam a mais de mil quilômetros da sede do Município, que é de onde saem os professores. Porque eles não podem ir e vir, eles têm que ficar nos distritos.

O clamor da população, portanto, é que as obras sejam concluídas.

Governadora, ainda dá tempo de V. Ex^a inaugurar as escolas. Mande concluir. V. Ex^a vai lá inaugurar, vai ser aplaudida pelos paraenses. Eu vou vir aqui na tribuna elogiar a inauguração das escolas lá em Cachoeira da Serra, de Castelo do Sonho, do Asurini. Agora, não castigue a juventude do Pará, em especial a de Altamira.

Vou terminar, Sr. Presidente, lamentando que não haja por parte do Governo do Estado qualquer sentimento de respeito para com os paraenses. Qualquer sentimento. Nem de culpa, nem de culpa. Quanto à propaganda oficial que o Governo faz, como ele não tem obra, ele diz: "A grande obra do Governo é cuidar das pessoas".

Gente, cuidar das pessoas desse jeito! O Senador Mário Couto vem à tribuna diariamente, contando quantas pessoas foram mortas. Antigamente, ele dizia que morriam determinado número por final de semana - vamos dizer, sete assassinatos por final de semana. Agora, já está contando por dia; já são sete por dia. Daqui a pouco, ele terá que subir na tribuna para dizer que é por hora.

Há um Município no Pará que hoje é um Município modelo no Brasil. Lá as escolas todas são equipadas com lousa digital, quadro digital, ligado ao computador. O professor dá aula pelo computador, e a matéria sai na lousa. O Município fica no nordeste do Estado, e há treze anos é governado pelo PSDB. Já é o quarto governo do PSDB. O Prefeito atual, Adnan Demachki, está em seu segundo mandato. Antes foi Prefeito o nosso querido amigo Sidney Rosa, que é industrial na cidade. Então, antes de ele assumir, o Município era conhecido como "Paragobala". Sabe por quê, Senador Acir? É que o Município era abandonado, isso lá em 1994/1995 – Sidney Rosa assumiu em 1996 a prefeitura. Dizia-se que era Paragobala porque matavam um e já deixavam outro amarrado para o dia seguinte, tal era a insegurança que existia no Município.

Hoje, o Município é modelo para o Brasil, e a transformação começou com o Prefeito Sidney Rosa, que foi o Prefeito que iniciou a mudança nos dois primeiros mandatos, seguido pelo Prefeito Adnan, que recebe prêmios todos os anos do Governo Federal, da merenda escolar, pela qualidade de ensino.

Agora, foi incluído, lamentavelmente, naquela pirotecnia que foi o Arco de Fogo, dois anos atrás, e hoje o ex-Ministro teve que ir lá reconhecer que cumpre com suas obrigações com a questão ambiental. Inclusive o próprio Prefeito desautorizou um desmatamento autorizado pelo Governo de Estado, pela Secretaria de Meio Ambiente. Por quê? Porque ele tem um pacto com a sua cidade de Paragominas, de que não derruba árvores mais, só faz reflorestar. Então, são esses exemplos que devem ser seguidos no meu Estado.

Não quero mais voltar aqui para falar disso. Mandem-me, meus twitteiros, meus fiscais, pelo twitter, por e-mail, notícia boa. Vocês aí do PT, que estão nos Municípios, mandem, rapazes. Eu quero ver. Se vocês me mandarem uma foto ou algo de bom para o Município...

Eu tenho andado, Senador Acir, junto com o nosso pré-candidato ao Governo, Simão Jatene, junto com nossos Parlamentares, todos os finais de semana, no seminário lançado pelo Instituto Teotônio Vilela, intitulado “O Pará que nós queremos”. A gente está em contato com o povo. A gente vai lá na comunidade e vê o sofrimento, a angústia, a desesperança da população e a baixa estima de que foram acometidos os paraenses. Mas isso vai mudar. Nós vamos ter uma nova era. Não há noite, por mais escura que seja, que não tenha fim. O sol está para raiar para o Pará e para o Brasil, Senador Acir.

Vou encerrar por aqui hoje. Quero só mandar um abraço aos nossos amigos de Igarapé-Miri, onde estivemos no final de semana retrasado, levando lá o nosso “O Pará que queremos”, com o Senador Mário Couto, com o pré-candidato ao Governo Simão Jatene, o Deputado Pioneiro, a Deputada Ana Cury, o Deputado Ítalo Mácola, o Deputado Federal Nicias Ribeiro, a Cilene Couto. E lá fizemos “O Pará que queremos”. Estivemos na sede do Município. Isso acontece nos Municípios por onde a gente anda. V. Ex^a sabe como é corrente política no interior, principalmente na nossa região: é tipo água e azeite, não se misturam de jeito nenhum. É Flamengo e Fluminense, não tem jeito. Corinthians e São Paulo, não tem jeito. Paissandu e Remo, para colocar lá no meu Pará. Aonde nós vamos, as correntes políticas todas se juntam e se unem para tirar o Pará do vermelho.

Assim aconteceu em Igarapé-Miri. A ex-Prefeita Dilza Pantoja, do PMDB, o ex-Prefeito Dantas, do DEM, o ex-Prefeito Mário Leão, também do PMDB, o ex-prefeito Aladim, do PSDB, todos os últimos ex-prefeitos se juntaram e buscam, através da união dessas correntes, tirar Igarapé-Miri do vermelho. Pasmem! O Brasil precisa saber. Às vezes, viemos aqui reclamar que a Governadora discrimina Municípios que são governados por prefeitos da oposição. Esse Município é do PT. Então, ela não discrimina os Municípios da Oposição, não; ela discrimina todo o Estado do Pará. Então, a população não quer nem ver o Prefeito. O Prefeito não pode nem sair na rua, e é do PT.

E aí quero agradecer, pois também estivemos na Vila Suspiro, depois fomos à Vila de Maiauatá, que é o reduto do nosso Vereador Fuxico. Quando digo nosso, o Vereador Fuxico é do DEM. Tenho aqui os vereadores que estavam lá conosco: a Vereadora Carmozina, do PV; o Vereador Mendonça, do PMDB; a Vereadora Constância, do DEM; o Vereador Fuxico, do DEM; vereadores de outros Municípios que vão até lá, o Deputado Pioneiro, o Deputado Ítalo Mácola, que é liderança lá no Município, como falei.

Então, lá na Vila Maiauatá, nós, com o Vereador Fuxico – a Vila Maiauatá é uma comunidade, um distrito de Igarapé-Miri, onde não existem ruas; são palafitas, a maioria de tábua, algumas de concreto. Poucas, poucas. Mas a população lá, num final de tarde de domingo, recebeu-nos para discutir as necessidades lá do distrito, para discutir o que é que eles estão reivindicando, para fazer parte do plano de Governo.

Sabe por quê, Senador Acir? Porque o nosso Governo vai chegar à campanha – nós não fazemos micareta, que é carnaval fora de época; e agora inventaram campanha fora de época; nós não fazemos isso, não, nós respeitamos a legislação –, nós vamos chegar, a partir de 5 de julho, depois das convenções, vamos ter um projeto, um programa de Governo com o qual o nosso então candidato ao Governo vai poder chegar ao Município, junto com o Senador Flexa Ribeiro, junto com o Senador Mário Couto, com os nossos candidatos a Deputado Federal, Deputado Estadual, com os nossos aliados – porque são muitos os que estarão conosco nessa caminhada, muitos dos partidos que vão retornar à nossa aliança –, vamos assumir o compromisso e vamos dizer: “Aqui, em Igarapé-Miri, vamos fazer isso, isso e isso!” E podem cobrar, podem cobrar, porque já aconteceu isso no Governo do Simão Jatene, de 2002 a 2006. Ele apresentou a agenda mínima: disse que construiria cinco hospitais regionais de média e alta complexidade. Disseram que era loucura. Ele entregou os cinco hospitais regionais de média e alta complexidade.

Agora, entre as inserções do PSDB, uma era exatamente esta: o então candidato em 2002, dizendo que, se fosse eleito, iria fazer isso. Depois, mostravam-se os hospitais entregues. O PT entrou na Justiça para retirar o programa do ar, porque seria propaganda antecipada. Você dizer o que iria fazer e mostrar o que fez seria propaganda antecipada. Você fazer palanque, como faz o Presidente Lula, toda semana, com a sua candidata não é propaganda antecipada. Ele pede voto, diz que o povo sabe quem ele quer que o substitua, que o suceda. Isso tudo os ouvidos não ouvem e os olhos não enxergam.

Mas agradeço a V. Ex^a, mando um abraço a todos amigos de Igarapé-Miri. Na semana que vem, farei o relato das outras visitas que foram feitas ainda no fim de semana que passou e das que faremos a partir de sexta-feira, no interior do nosso Estado.

Obrigado, Presidente Acir, pelo tempo que V. Ex^a me disponibilizou. Tenho certeza de que faremos, na próxima semana, uma reunião da bancada da Amazônia. Não há a bancada rural?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Há bancada para tudo. Vamos instalar a da Amazônia aqui no Senado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vamos fazer a da Amazônia aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Sem dúvida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Parabéns a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado. Parabéns pelo seu pronunciamento.

Em nome do Senado, cumprimento os alunos do Centro de Ensino Fundamental Vargem Bonita, do Núcleo Bandeirante. Sejam todos bem-vindos ao Senado Federal.

Cumprimento também, em nome do Senado, os alunos da Escola Classe Agrovila, de São Sebastião. Sejam todos bem-vindos ao nosso Senado Federal. É um prazer tê-los conosco nesta noite.

Aproveito a oportunidade, Senador Flexa Ribeiro, para agradecer ao Dr. Mozart. Ontem, quando presidia esta sessão, telefonei ao Dr. Mozart para que enviasse ao Senado, em caráter de urgência, o projeto dos aposentados. Ele fez um esforço muito grande e, perto

das 22 horas, veio pessoalmente trazer esse projeto que é tão importante para todos os aposentados brasileiros. Começamos já a discutir essa matéria aqui no Senado para que possamos, em definitivo, resolver essa questão que está causando uma polêmica muito grande em todo o Brasil.

Aproveito também para dizer aos servidores do Incra, com os quais estive reunido em Rondônia, principalmente aos servidores do meu Estado de Rondônia, da minha cidade, Ji-Paraná, que estamos trabalhando. Hoje, tivemos uma reunião importantíssima com o Departamento de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento e, no dia 18, às 15 horas, teremos uma reunião definitiva para resolver as questões dos servidores do Incra.

Então, dedico aos meus amigos do Incra esta sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – A Presidência recebeu o Ofício nº S/12, de 2010 (nº 712/2010, na origem), da Câmara dos Deputados, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Moreira Gomes Júnior para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o disposto no art. 130-A da Constituição Federal.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO Nº S/12, DE 2010

Of. n. 712/10/SGM/P

Brasília, 11 de maio de 2010.

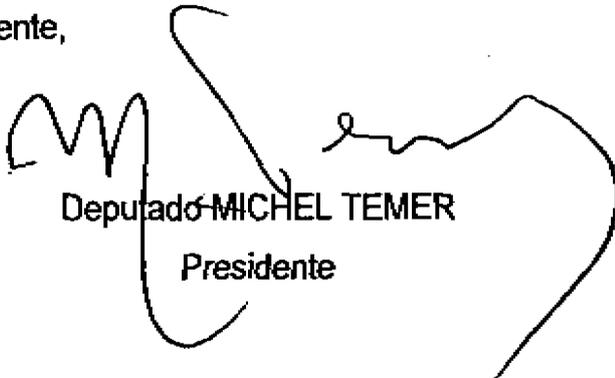
A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
N E S T A

Assunto: Indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público

Senhor Presidente,

Considerando o disposto no inciso VI do art. 130-A da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, no art. 5º da mesma, comunico a Vossa Excelência que, em sessão realizada no dia 11 de maio de 2010, o Plenário desta Casa elegeu o Senhor LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Atenciosamente,



Deputado MICHEL TEMER
Presidente

Luiz Moreira Gomes Júnior

possui Graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1996), Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999) e Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007). Atualmente é Diretor com Antônio Carlos Alpino Bigonha da Coleção ANPR de Direito e Democracia (Lumen Juris) e é Coordenador e Supervisor da Coleção Del Rey Internacional. Tem experiência nas áreas de Direito e de Filosofia, com ênfase em Filosofia do Direito, Teoria Democrática, Teoria do Estado e Filosofia Política.
(Texto informado pelo autor)

Última atualização do currículo em 04/03/2010
Endereço para acessar esta CV:
<http://attes.cnpq.br/5170172618488620>



Certificado
pelo autor em
04/03/10

Dados pessoais

Nome Luiz Moreira Gomes Júnior
Nome em citações bibliográficas MOREIRA, Luiz.
Sexo Masculino

Formação acadêmica/Titulação

- 2003 - 2007** Doutorado em Direito (Conceito CAPES 5) .
Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.
Título: A Constituição como simulacro, *Ano de Obtenção:* 2007.
Orientador: Joaquim Carlos Salgado.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / *Área:* Direito / *Subárea:* Direito Público / *Especialidade:* Teoria da Constituição.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / *Área:* Direito / *Subárea:* Teoria do Direito / *Especialidade:* Filosofia do Direito.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / *Área:* Direito / *Subárea:* Teoria do Direito / *Especialidade:* Teoria do Estado.
- 2000 - interrompido** Doutorado interrompido em 2002 em Filosofia .
Eberhard Karls Universität Tübingen.
Título: Die demokratische Frage, *Orientador:* Otfried Höffe.
Bolsista do(a): Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico, . .
Ano de interrupção: 2002
Palavras-chave: Democracia; Filosofia Política.
- 1997 - 1999** Mestrado em Filosofia (Conceito CAPES 6) .
Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.
Título: Fundamentação do Direito em Jürgen Habermas, *Ano de Obtenção:* 1999.
Orientador: José Henrique Santos.
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, . .
Grande área: Ciências Humanas / *Área:* Filosofia.
Grande área: Ciências Humanas / *Área:* Filosofia / *Subárea:* Filosofia Social e Política.
- 1996 - 1997** Aperfeiçoamento em A dialética em Platão e Hegel .
Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil.
Título: A dialética em Platão e Hegel e as críticas de Hans-Georg Gadamer e Carlos Crome-Lima ao sistema hegeliano. *Ano de finalização:* 1997.
Orientador: Manoel Araújo de Oliveira.
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, . .
- 1991 - 1996** Graduação em Direito .
Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil.

Atuação profissional

Fundação Escola Superior do Ministério Público do DF Territórios, FESMPDFT, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - Atual Vínculo: Contrato de Trabalho, Enquadramento Funcional: Coordenador de Especialização, Carga horária: 10

Outras informações Coordenador Acadêmico do Curso de Especialização em Direito Constitucional Positivado da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - FESMPDFT.

Instituto Brasiliense de Direito Público, IDP, Brasil.**Vínculo institucional**

2007 - Atual Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor do Mestrado em Direito, Carga horária: 20

Outras informações Membro do Corpo Docente e Professor Orientador do Curso de Mestrado em Direito, área de concentração "Constituição e Sociedade".

Universidade de Fortaleza, UNIFOR, Brasil.**Vínculo institucional**

2007 - Atual Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor Colaborador

Outras informações Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional/ Mestrado e Doutorado da Universidade de Fortaleza - UNIFOR.

Escola Superior Dom Helder Câmara, ESDHC, Brasil.**Vínculo institucional**

2005 - 2008 Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Assessor Editorial e Membro do Colegiado, Carga horária: 40

Vínculo institucional

2003 - 2008 Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor Adjunto, Carga horária: 40

Vínculo institucional

2003 - 2004 Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Coordenador de Graduação, Carga horária: 40

Ministério Público Federal, MP/PE, Brasil.**Vínculo institucional**

2005 - 2006 Vínculo: Cargo em Comissão FC-05, Enquadramento Funcional: Assessor Jurídico, Carga horária: 40

Outras informações Assessor Jurídico da Procuradoria Regional Eleitoral, da Procuradoria da República em Minas Gerais, Ministério Público Federal.

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, TJ-CE, Brasil.**Vínculo institucional**

1996 - 2005 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assessor Jurídico, Carga horária: 40

Outras informações Assessor Jurídico vinculado à Comissão e Coordenação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, TJ-CE.

Vínculo institucional

1995 - 2005 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Oficial de Justiça Avaliador, Carga horária: 40

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, Brasil.**Vínculo institucional**

2002 - 2002 Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor Assistente III, Carga horária: 20

Atividades

8/2002 - 12/2002 Ensino, Direito, Nível: Graduação.

Disciplinas ministradas
Filosofia do Direito

2/2002 - 6/2002 Ensino, Direito, Nível: Graduação.

Disciplinas ministradas
Sociologia Jurídica

2/2002 - 6/2002 Ensino, Direito, Nível: Graduação.

Disciplinas ministradas
Sociologia Jurídica

Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, ESMEG, Brasil.

Vínculo institucional

1999 - 1999 Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 45

Outras informações Curso "Fundamentação do Direito em Habermas", com 45 horas/aula.

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito / Especialidade: Filosofia do Direito.
2. Grande área: Ciências Humanas / Área: Filosofia / Subárea: Ética / Especialidade: Filosofia Social e Política.
3. Grande área: Ciências Humanas / Área: Filosofia / Subárea: História da Filosofia / Especialidade: Filosofia Contemporânea.

Idiomas

Alemão	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Espanhol	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.
Italiano	Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Pouco.
Inglês	Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.
Francês	Compreende Pouco, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Prêmios e títulos

- 1995 Primeiro lugar na área de Filosofia, Sociologia e Psicologia do XIV Encontro de Iniciação à Pesquisa, Universidade Federal do Ceará - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Produção em C,T & A**Produção bibliográfica****Artigos completos publicados em periódicos**

1. MOREIRA, Luiz. . Direitos Humanos: A proposta transcendental de Otfried Höffe. Síntese (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 29, n. 93, p. 35-47, 2002.
2. ★ MOREIRA, Luiz. . Legitimation des Rechts bei Habermas. Aufklärung und Kritik, Nürnberg, v. 1/2002, p. 70-88, 2002.

Livros publicados/organizados ou edições

1. MAUS, Ingeborg. ; MOREIRA, Luiz. . O Direito e a Política. Teoria da Democracia. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. v. 01. 314 p.
2. JAKOBS, G. ; MOREIRA, Luiz. . Tratado de Direito Penal. Teoria do Injusto Penal e Culpabilidade. 01. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. v. 01. 850 p.
3. ACKERMAN, Bruce ; BIGONHA, A. C. A. ; MOREIRA, Luiz. . A Nova Separação dos Poderes. 01. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. v. 01. 116 p.
4. BIGONHA, A. C. A. ; MOREIRA, Luiz. ; ELSTER, J. ; FERREJOHN, J. ; PASQUINO, P. ; FRANKENBERG, Günter. ; KRAMER, L. D. ; NAGEL, R. F. ; ROSENFELD, M. ; TUSHNET, M. ; WALDRON, J. . Limites do Controle de Constitucionalidade. 01. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. v. 01. 270 p.
5. MOREIRA, Luiz. ; BIGONHA, A. C. A. ; MAUS, Ingeborg. ; BRUNKHORST, H. ; WALDRON, J. ; GARDBAUM, S. ; GRIFFIN, S. M. . Legitimidade da Jurisdição Constitucional. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. v. 01. 298 p.
6. MOREIRA, Luiz. ; FRANKENBERG, Günter. ; DENNINGER, E. ; PREUSS, U. K. ; ROCHA, José de Albuquerque. ; ALEXY, R. ; BRUNKHORST, H. ; CITTADINO, G. ; FORST, R. ; GOMES, A. T. ; GÜNTHER, Klaus. ; KOSKENNIEMI, M. ; OLIVEIRA, M. A. C. ; SAMPAIO, José Adércio Leite. ; HABERMAS, J. . Jürgen Habermas, 80 anos. Direito e Democracia. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. v. 01. 339 p.
7. JAKOBS, G. (Org.) ; MOREIRA, Luiz. (Org.) ; OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. (Org.) ; CHAMON JUNIOR, L. A. (Org.) . Direito Penal do Inimigo. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. v. 1. 142 p.
8. SCHMITT, Carl. ; MOREIRA, Luiz. . Teoria do Partisan. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. v. 1. 100 p.

9. SCHMITT, Carl. ; MOREIRA, Luiz. . O Conceito do Político. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. v. 1. 141 p.
10. SUNSTEIN, C. R. ; MOREIRA, Luiz. . A Constituição Parcial. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. v. 1. 462 p.
11. DOEHRING, K. ; MOREIRA, Luiz. . Teoria do Estado. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. v. 1. 428 p.
12. ★ MOREIRA, Luiz. . A Constituição como simulacro. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. v. 1. 112 p.
13. PETTIT, Philip. ; MOREIRA, Luiz. . Teoria da liberdade. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. v. 1. 247 p.
14. HASSEMER, Winfried. ; MOREIRA, Luiz. . Direito Penal libertário. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. v. 1. 244 p.
15. FRANKENBERG, Günter. ; MOREIRA, Luiz. . A gramática da Constituição e do Direito. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. v. 1. 435 p.
16. TRIBE, Laurence. ; DORF, Michael. ; MOREIRA, Luiz. . Hermenêutica Constitucional. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. v. 1. 158 p.
17. SCHMITT, Carl. ; MOREIRA, Luiz. . O guardião da Constituição. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. v. 1. 234 p.
18. BOCKELMANN, Paul. ; VOLK, Klaus. ; MOREIRA, Luiz. . Direito Penal. Parte Geral. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. v. 1. 415 p.
19. SCHMITT, Carl. ; MOREIRA, Luiz. . Legalidade e Legitimidade. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. v. 01. 102 p.
20. ROXIN, Claus. ; ARZT, Günther. ; TIEDEMANN, Klaus. ; MOREIRA, Luiz. . Introdução ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. v. 01. 230 p.
21. ZIPPELIUS, Reinhold. ; MOREIRA, Luiz. . Introdução ao estudo do Direito. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. v. 1. 158 p.
22. SCHMITT, Carl. ; MOREIRA, Luiz. . Teologia Política. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. v. 1. 152 p.
23. GRIMM, Dieter. ; MOREIRA, Luiz. . Constituição e Política. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. v. 1. 291 p.
24. ACKERMAN, Bruce. ; MOREIRA, Luiz. . Nós, o povo soberano. Fundamentos do Direito Constitucional. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. v. 1. 444 p.
25. DWORKIN, Ronald. ; MOREIRA, Luiz. . A Virtude Soberana. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. v. 1. 689 p.
26. HÖFFE, Otfried. ; MOREIRA, Luiz. ; MERLE, Jean-Christophe. . A democracia no mundo de hoje. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. v. 1. 564 p.
27. MOREIRA, Luiz. . Fundamentação do Direito em Habermas. 3. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. v. 1. 204 p.
28. ★ APEL, Karl-Otto. (Org.) ; MOREIRA, Luiz. (Org.) ; OLIVEIRA, Manfredinho Araújo de. (Org.) ; FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. (Org.) . Com Habermas, contra Habermas. 1. ed. São Paulo: Landy, 2004. v. 1. 321 p.
29. GÜNTHER, Klaus. ; MOREIRA, Luiz. . Teoria da argumentação no Direito e na Moral. Justificação e aplicação. 1. ed. São Paulo: Landy, 2004. v. 1. 422 p.
30. FAVOREU, L. ; MOREIRA, Luiz. ; TOLEDO, Cláudia. . As Cortes Constitucionais. 1. ed. São Paulo: Landy, 2004. v. 1. 131 p.
31. ★ MOREIRA, Luiz. (Org.) ; MERLE, Jean-Christophe. (Org.) . Direito e Legitimidade. São Paulo: Landy, 2003. v. 01. 425 p.
32. Lima Vaz, Henrique Cláudio de. (Org.) ; MOREIRA, Luiz. (Org.) . Ética e Direito. 1. ed. São Paulo: Landy & Loyola, 2002. v. 01. 366 p.
33. MOREIRA, Luiz. . Fundamentação do Direito em Habermas. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002. v. 1. 183 p.
34. ★ MOREIRA, Luiz. . Fundamentação do Direito em Habermas. 1. ed. Belo Horizonte & Fortaleza: Mandamentos & Fortifivos, 1999. v. 1. 208 p.

Capítulos de livros publicados

1. MOREIRA, Luiz. . Direito e Política. In: José Adércio Leite Sampaio. (Org.). Constituição e Crise Política. 1 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, v. 1, p. 149-157.
2. SAMPAIO, José Adércio Leite. ; MOREIRA, Luiz. . Constituição, Direito e normatividade. In: José Adércio Leite SAMPAIO. (Org.). Crises e desafios da Constituição. 1 ed. ., 2004, v. 1, p. 175-187.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. GENOINO, José. ; MOREIRA, Luiz. . Judicialização da Política. Teoria e Debate, São Paulo, p. 08 - 10, 01 out. 2009.
2. MOREIRA, Luiz. . O Constitucionalismo e a ideologia da dominação. Revista Notícias ANPR - Associação Nacional dos Procuradores da República, Brasília - DF, p. 15 - 16, 05 out. 2008.

3. MOREIRA, Luiz. . A greve do Bispo. *Jornal O Povo*, Fortaleza, p. 5 - 5, 30 dez. 2007.
4. MOREIRA, Luiz. . A greve do Bispo do Serião. *Jornal O Estado do Paraná - Caderno Direito e Justiça*, Curitiba, p. 16 - 16, 30 dez. 2007.
5. MOREIRA, Luiz. . Sobre a reeleição. *Caderno Pensar do Jornal Estado de Minas*, Minas Gerais, p. 3 - 3, 15 set. 2007.
6. MOREIRA, Luiz. . O Real e o Ideal. *Clássico para todos: A República/Platão*. *Jornal Estado de Minas. Caderno Pensar*, Minas Gerais, p. 6 - 6, 26 maio 2007.
7. MOREIRA, Luiz. . Entendimento para a transformação. *Jornal Estado de Minas. Caderno Pensar*, Minas Gerais, p. 2 - 2, 17 dez. 2006.
8. MOREIRA, Luiz. . Somos corruptos?. *Jornal Estado de Minas. Caderno Pensar*, Minas Gerais, p. 3 - 3, 09 jul. 2005.
9. MOREIRA, Luiz. . Exigência universal. *Jornal Estado de Minas. Caderno Pensar*, Minas Gerais, p. 3 - 3, 11 jun. 2005.
10. MOREIRA, Luiz. . Discurso e democracia.. *Jornal Estado de Minas. Caderno Pensar*, Minas Gerais, p. 3 - 3, 06 nov. 2004.
11. MOREIRA, Luiz. . Canto do sabiá e a partitura. *Jornal Estado de Minas. Caderno Cultura*, Minas Gerais, p. 6 - 6, 23 abr. 2003.

trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. MOREIRA, Luiz. . Os fundamentos éticos do Direito. In: XIII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da UFC, 1994, Fortaleza. *Anais do XIII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da UFC*, 1994.

resumos publicados em anais de congressos

1. MOREIRA, Luiz. . Fundamentação do Direito em Jürgen Habermas. In: VIII Encontro Nacional de Filosofia, 1998, Cavambu. *Anais do VIII Encontro Nacional de Filosofia*, 1998.
2. MOREIRA, Luiz. . A Pragmática transcendental de Karl-Otto Apel. In: III Jornada Nacional de Iniciação Científica da 48. Reunião Anual da SBPC, 1996, São Paulo, 1996.

apresentações de Trabalho

1. MOREIRA, Luiz. . Símbula Vinculante: o Estado de Exceção Institucionalizado. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

demais tipos de produção bibliográfica

1. JORGE NETO, Nagibe de Melo. ; MOREIRA, Luiz. . Apresentação. Salvador, 2008. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação).
2. HABERMAS, J. ; MOREIRA, Luiz. . Legitimação dos Direitos Humanos. Belo Horizonte: *Jornal Estado de Minas*, 2006. (Tradução/Outra).
3. MOREIRA, Luiz. . Constituição e Liberdade Política. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. (Tradução/Artigo).

rodução técnica

demais tipos de produção técnica

1. MOREIRA, Luiz. . Curso Tópicos em Filosofia do Direito e Teoria da Constituição. 2008. .
2. MOREIRA, Luiz. . Curso de Introdução às teorias da argumentação jurídica. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
3. MOREIRA, Luiz. . Com Habermas: Direito, discurso e democracia. 2005. .
4. MOREIRA, Luiz. . Filosofia do Direito Contemporâneo. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
5. MOREIRA, Luiz. . Ética do discurso: Direito e democracia em Apel e Habermas. 2002. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

Bancas

Participação em bancas examinadoras

Dissertações

1. Matias, João Nogueira Matias; MORAES, Germana de Oliveira.; MOREIRA, Luiz. . Participação em banca de Nagibe de Melo Jorge Neto. *Jurisdição, democracia e direitos fundamentais: o controle das políticas públicas pelo Poder Judiciário..* 2007. Dissertação

(Mestrado em Direito (Direito e Desenvolvimento)) - Universidade Federal do Ceará.

2. ROCHA, José de Albuquerque.; MORAES FILHO, José Filomeno; MOREIRA, Luiz.. Participação em banca de Marcelo Ribeiro Uchôa. *Controle do Judiciário: da expectativa à concretização (o primeiro biênio do Conselho Nacional de Justiça)..* 2007. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Universidade de Fortaleza.
3. FABRIZ, Daurly César.; KROHLING, Aloisio.; MOREIRA, Luiz.. Participação em banca de Betânia Silva Belisário. *Políticas de ação afirmativa e o direito fundamental à igualdade: o sistema de cotas raciais para o ingresso dos negros no ensino superior brasileiro.* 2007. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória.
4. COELHO, Inocêncio Mártires.; LIMA, Martonio MontAlvares Barreto.; MOREIRA, Luiz . Participação em banca de Alcimor Aguiar Rocha Neto. *Controle jurisdicional de constitucionalidade dos pressupostos de edição de medidas provisórias.* 2007. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Universidade de Fortaleza.

Teses de doutorado

1. SALGADO, Joaquim Carlos.; Megale, Maria Helena Damasceno e Silva; FERREIRA, M. A. B.; Gambogi, Luís Carlos Balbino; MOREIRA, Luiz.. Participação em banca de Marcella Furtado de Magalhães Gomes. *O homem, a Cidade e a Lei. A dialética da virtude e do direito em Aristóteles..* 2009. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
2. Diniz, Arthur José Almeida; Gambogi, Luís Carlos Balbino; Megale, Maria Helena Damasceno e Silva; Horta, José Luiz Borges; MOREIRA, Luiz.. Participação em banca de Ricardo Henrique Carvalho Salgado. *A Fundamentação da Ciência Hermenêutica em Kant.* 2008. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
3. MAGALHAES, J. L. Q.; LIMA, T. M. M.; SENA, A. G.; THIBAU, T. C. S. B.; MOREIRA, Luiz . Participação em banca de Volneida Costa. *A proteção ao trabalho como requisito de efetivação dos direitos fundamentais: por uma interpretação constitucionalmente adequada à concretização dos direitos sociais.* 2008. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.

Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação

1. SAMPAIO, José Adércio Leite.; BREGUNCI, Thiago.; MOREIRA, Luiz.. Participação em banca de Michelle Soares Mendonça. *Amicus Curiae: um estudo sobre a natureza jurídica do instituto no processo constitucional brasileiro.* 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
2. SAMPAIO, José Adércio Leite.; BREGUNCI, Thiago.; MOREIRA, Luiz.. Participação em banca de Lucas de Moraes Gualtieri. *O foro por prerrogativa de função e os desafios constitucionais de sua aplicação pelo Supremo Tribunal Federal.* 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
3. SAMPAIO, José Adércio Leite.; BREGUNCI, Thiago.; MOREIRA, Luiz.. Participação em banca de Mirian Fátima de Souza Dumont. *O princípio da igualdade e a política de cotas para negros nas universidades públicas.* 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
4. SAMPAIO, José Adércio Leite.; BREGUNCI, Thiago.; MOREIRA, Luiz.. Participação em banca de Fátima dos Santos Faria. *Direito à imagem x direito à informação: como a mídia trata a pessoa pública.* 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Eventos

Participação em eventos

1. Os 60 anos da Lei Fundamental alemã e os Limites do Controle de Constitucionalidade.A Lei Fundamental e a Democracia. 2009. (Seminário).
2. IV Congresso de Direito da FAETE - Constituição 20 anos.A Constituição como Simulacro. 2008. (Congresso).
3. I Congresso Jurídico: Efetividade das normas constitucionais. ANAMAGIS/APROBATUM.A Constituição como simulacro. 2008. (Congresso).
4. V Conferência dos Advogados do Maranhão. OAB-MA.Constituição e Política: a função do Supremo Tribunal Federal. 2008. (Congresso).
5. A Constituição como Simulacro. Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR.A osmose entre o Altar e o Trono. 2008. (Seminário).
6. A Constituição como Simulacro. Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR Poder Constituinte e o Controle de Constitucionalidade como formas de restrição à Soberania Popular. 2008. (Seminário).
7. A Constituição como Simulacro. Mestrado em Direito da UniBrasilDireito Fundamentais e Soberania Popular. 2008. (Seminário).
8. Controle orçamentário e políticas públicas. Procuradoria Geral de Justiça MG.Afivismo judicial, política e democracia. 2008. (Seminário).
9. Fórum Comemorativo "Constituição, 20 da mais democrática".A Constituição de 1988: democracia, processo legiferante e o STF. 2008. (Seminário).
10. Controle Jurisdicional das Políticas Públicas.Controle Jurisdicional das Políticas Públicas. 2008. (Encontro).

11. Curso de Especialização em Direito do Estado e Processo - Justiça Federal do Ceará/Cetrede.A Constituição como Simulacro. 2008. (Encontro).
12. I Congresso Mineiro de Filosofia do Direito. Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais..Kant e o Direito contemporâneo. 2007. (Congresso).
13. IV Congresso Internacional de Filosofia Política e Jurídica. Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Londrina..A Constituição como simulacro. 2007. (Congresso).
14. Conferência na Escola da Magistratura do Estado de Ceará.A Constituição como Simulacro. 2007. (Congresso).
15. VIII Semana Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora.A Constituição da República. 2007. (Seminário).
16. Conferência na Escola da Magistratura Regional Federal da Segunda Região.A Constituição como Simulacro. 2007. (Encontro).
17. Seminário Internacional Dom Helder: processo e efetividade dos direitos fundamentais. Escola Superior Dom Helder Câmara.Filosofia do Direito e os problemas do mundo contemporâneo. 2006. (Seminário).
18. Constituição e crise política. Congresso da Procuradoria da República em Minas Gerais.Pela politização da estética. 2005. (Congresso).
19. Constituição e Mudança social. Congresso da Procuradoria da República em Minas Gerais..Habermas e Günther: mal-entendidos e incompreensões. 2004. (Congresso).
20. Seminário de Filosofia do Direito e Ciências Penais.Direitos Humanos e Soberania do Povo em Habermas. 2001. (Seminário).

Orientações

Supervisões e orientações concluídas

Dissertação de mestrado

1.  Alcimar Aguiar Rocha Neto. Controle jurisdicional de constitucionalidade dos pressupostos de edição das medidas provisórias. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Universidade de Fortaleza, . Orientador: Luiz Moreira Gomes Júnior.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Ana Paula da Silva Gomes. Imunidade parlamentar e o princípio constitucional da isonomia dentro do Estado democrático de Direito. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Orientador: Luiz Moreira Gomes Júnior.
2. Marcos Menezes Campolina Diniz. Fidelidade partidária: a quem pertence o mandato eletivo, ao Partido ou ao candidato?. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Orientador: Luiz Moreira Gomes Júnior.

Outras informações relevantes

Pesquisador visitante de Teoria da Constituição perante o Prof. Dr. Dr. h. c. mult. Peter Häberle, na Universidade de Bayreuth (2001).

Pesquisador-associado de Filosofia Política e do Direito perante o Prof. Dr. Dr. h. c. mult. Otfried Höffe, na Universidade de Tübingen.

Consultor Educacional da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - FESMPDFT.

Aprovado e e Classificado em Quinto Lugar no Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Adjunto de Direito Público, do Departamento de Direito Público da UFMG..

DECLARAÇÃO

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR, brasileiro, casado, professor universitário, RG: 1373493-87, SSP-CE, CPF: 435.320.553-68, residente e domiciliado à Rua Turfa, 638, apto. 302, Prado, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, declara que é sócio do Instituto de Ensino Superior de Contagem, CNPJ: 10.295.291/0001-46, sito à Rua Papa Paulo VI, 39, Inconfidentes, na cidade de Contagem, Minas Gerais, desde 19 de agosto de 2008, possuindo capital social de 18,75% e que é proprietário da microempresa Luiz Moreira Gomes Júnior ME (Instituto Democracia), CNPJ: 10.563.850/0001-51, sito à Rua Paracatu, 872, sala 302, Barro Preto, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Brasília, DF, 12 de maio de 2010.



Luiz Moreira Gomes Júnior

DECLARAÇÃO

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR, brasileiro, casado, professor universitário, RG: 1373493-87, SSP-CE, CPF: 435.320.553-68, residente e domiciliado à Rua Turfa, 638, apto. 302, Prado, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, declara que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes

Brasília, DF, 12 de maio de 2010.



Luiz Moreira Gomes Júnior

DECLARAÇÃO

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR, brasileiro, casado, professor universitário, RG: 1373493-87, SSP-CE, CPF: 435.320.553-68, residente e domiciliado à Rua Turfa, 638, apto. 302, Prado, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, declara que não cumpre quaisquer sanções criminais ou administrativo-disciplinares, ou que existam contra ele procedimentos dessa natureza instaurados.

Brasília, DF, 12 de maio de 2010.



Luiz Moreira Gomes Júnior

DECLARAÇÃO

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR, brasileiro, casado, professor universitário, RG: 1373493-87, SSP-CE, CPF: 435.320.553-68, residente e domiciliado à Rua Turfa, 638, apto. 302, Prado, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, declara que não possui parentes que exerçam ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional.

Brasília, DF, 12 de maio de 2010.



Luiz Moreira Gomes Júnior

DECLARAÇÃO

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR, brasileiro, casado, professor universitário, RG: 1373493-87, SSP-CE, CPF: 435.320.553-68, residente e domiciliado à Rua Turfa, 638, apto. 302, Prado, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, declara que não atuou em juízos ou tribunais, estaduais ou federais, seja como magistrado, membro do Ministério Público ou como advogado.

Brasília, DF, 12 de maio de 2010.



Luiz Moreira Gomes Júnior

DECLARAÇÃO

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR, brasileiro, casado, professor universitário, RG: 1373493-87, SSP-CE, CPF: 435.320.553-68, residente e domiciliado à Rua Turfa, 638, apto. 302, Prado, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, declara que não figura em quaisquer ações ou processos judiciais, seja como autor ou réu.

Brasília, DF, 12 de maio de 2010.

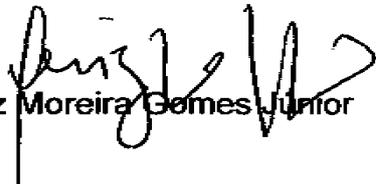


Luiz Moreira Gomes Júnior

INFORMAÇÃO

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR, brasileiro, casado, professor universitário, RG: 1373493-87, SSP-CE, CPF: 435.320.553-68, residente e domiciliado à Rua Turfa, 638, apto. 302, Prado, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, informa que **NÃO** é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de Membro da Câmara dos Deputados e que não é servidor dos Poderes Legislativos municipais, estaduais ou federal, seja em cargo efetivo ou comissionado.

Brasília, DF, 12 de maio de 2010.


Luiz Moreira Gomes Junior

Emissão em: 12/05/2010 11:24:08

Por meio do Serviço de Atendimento Virtual (e-Cac)

CPF do Certificado: 435.320.553-68

Informações Fiscais do Contribuinte

CPF: 435.320.553-68 - LUIZ MOREIRA GOMES JUNIOR

Informações Cadastrais

UA de Domicílio: DRF BELO HORIZONTE-MG

Código da UA: 06.101.00

Endereço: R TURFA n° 638 - APTO 302

Bairro: PRADO

Município: BELO HORIZONTE

CEP: 30410-370

UF: MG

Data de Nascimento: 03/06/1969

Situação no CPF: REGULAR

Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ)

10.295.291/0001-46 ATIVA

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE CONTAGEM LTDA

Participação no QSA desde 19/08/2008

‡ Capital Social: 18,75

10.563.850/0001-51 ATIVA

LUIZ MOREIRA GOMES JUNIOR

Responsável desde 08/01/2009

Diagnóstico Fiscal

Não foram detectadas irregularidades nos controles da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Este documento não tem validade de Certidão Conjunta PGFN / RFB e não abrange as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas por lei a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

		SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS	
CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa		CERTIDÃO EMITIDA EM: 12/05/2010	
		CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 10/08/2010	
NOME: LUIZ MOREIRA GOMES JUNIOR			
CNPJ/CPF: 435.320.553-68			
LOGRADOURO: TURFA		NÚMERO: 638	
COMPLEMENTO:	BAIRRO: PRADO	CEP: 30411200	
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE	UF: MG	
<p>Certificamos não haver débito de responsabilidade do interessado acima identificado, ressalvado o direito de a Fazenda Pública constituir novos créditos tributários, que ainda não foram apurados ou lançados até essa data, incluídos aqueles relativos ao ITCD.</p>			
IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO	
<p>A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na internet, página da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (http://www.fazenda.mg.gov.br).</p>			
CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2010000040061839			



Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Finanças
 Secretaria Municipal Adjunta de Arrecadações

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA FÍSICA

Certidão de Débitos nº: **313.393/2010-1**
 Emitida em **12/05/2010** requerida às **01:01:51**

Número de Controle: **395M.F38M.9CEM.1783**
 Validade: **12/06/2010**

Nome: LUIZ MOREIRA GOMES JUNIOR

CPF: 435.320.553-68

Endereço: RUA PARACATU, 872 - SL 302 - BARRO PRETO - 30180-090 - BELO HORIZONTE - MG

Ressalvando à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Gerência de Dívida Ativa da Secretaria Municipal Adjunta de Arrecadações, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quite com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Preços Públicos inscritos ou não em dívida ativa.

Esta Certidão só terá validade quando confirmada a sua autenticidade na Internet no endereço: <http://portal5.pbh.gov.br/cnd/autenticacao.do>

ARGUMENTAÇÃO

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR, brasileiro, casado, professor universitário, RG: 1373493-87, SSP-CE, CPF: 435.320.553-68, residente e domiciliado à Rua Turfa, 638, apto. 302, Prado, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, vem apresentar a seguinte argumentação:

O candidato é Doutor em Direito e Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará. É pesquisador de Filosofia do Direito da Universidade de Tübingen, Alemanha.

O candidato tem a seguinte experiência profissional: Professor do Mestrado em Direito do Instituto Brasileiro de Direito Público e Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

O candidato é Consultor da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e promove o projeto "Direito e Democracia", cujo propósito é o de discutir os limites do controle de constitucionalidade, a legitimidade da jurisdição constitucional e a necessidade de uma nova separação dos poderes, na qual haja protagonismo da Política sobre as esferas jurídicas.

É Coordenador de duas Coleções: (I) a Coleção Del Rey Internacional, destinada a traduzir obras do Direito Constitucional e da Filosofia Política, principalmente obras alemãs e estadunidenses e (II) a Coleção ANPR de Direito e Democracia, juntamente com Antonio Carlos Alpino Bigonha (presidente da ANPR), que se dedica a promover a importância da Política e o modo pela qual é a democracia que legitima o direito.

Sendo assim, sua experiência acadêmica e editorial, como autor de livros e diretor de coleções jurídicas, o habilitam a desempenhar a função de Representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional do Ministério Público.

Brasília, DF, 12 de maio de 2010.


Luiz Moreira Gomes Junior

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 131, DE 2010**

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que *institui normas básicas sobre alimentos*, e a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que *dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências*, para determinar que rótulos, embalagens, etiquetas, bulas e materiais publicitários de produtos elaborados com recurso à nanotecnologia contenham informação sobre esse fato.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 22-A:

“Art. 22-A. Na comercialização de alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que tenham sido produzidos com recurso à nanotecnologia, o consumidor deverá ser informado desse fato.

§ 1º Tanto nos produtos embalados como nos vendidos a granel ou *in natura*, no rótulo da embalagem ou do recipiente em que estão contidos deverá constar, em destaque, no painel principal, a informação de que trata o *caput*, por meio de expressões e símbolos a serem definidos em regulamento.

§ 2º A informação determinada no § 1º também deverá constar do documento fiscal.

§ 3º Os rótulos de alimentos e ingredientes produzidos a partir de animais alimentados com ração produzida ou contendo ingredientes produzidos com recurso à nanotecnologia deverão trazer, no painel principal, em destaque, essa informação, na forma do regulamento.”

Art. 2º O art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57.

§ 1º Além do nome comercial ou marca, os medicamentos deverão obrigatoriamente exibir, nas peças referidas no *caput*, nas embalagens e nos materiais promocionais a Denominação Comum Brasileira ou, quando for o caso, a Denominação Comum Internacional,

em letras e caracteres com tamanho nunca inferior à metade do tamanho das letras e caracteres do nome comercial ou marca.

§ 2º Os rótulos, as bulas, os impressos, as etiquetas, as embalagens, os prospectos e os materiais publicitários referentes aos produtos de que trata esta Lei, quando elaborados com recursos à nanotecnologia, trarão essa informação de maneira ostensiva, na forma do regulamento.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

Justificação

A nanotecnologia já faz parte de nossas vidas e de nosso cotidiano, sem que nos demos conta disso. Ela está presente no xampu, no dentífrico, no protetor solar, enfim em inúmeros itens de consumo frequente e, até mesmo, em alguns medicamentos que nos prescrevem médicos e dentistas.

Essa tecnologia – que permite a manipulação de materiais milhares de vezes menores que a espessura de um fio de cabelo humano, conhecidos como nanopartículas – vem sendo vista como nova forma de produzir materiais mais resistentes e leves, cosméticos mais eficazes e alimentos mais saborosos e saudáveis.

Relatório elaborado pelo Comitê de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Lordes britânica, recentemente dado a conhecer, informa que, naquele país, mais de seiscentos produtos produzidos com recurso à nanotecnologia já estão no mercado, e seu emprego – na medicina, na cosmetologia, nos alimentos, na indústria – deverá crescer exponencialmente na próxima década.

Só na área de alimentos, o mercado mundial da nanotecnologia movimentou, anualmente, cerca de quatrocentos milhões de dólares e está em expansão, segundo dados desse mesmo relatório.

É bastante plausível afirmar que em breve a nanotecnologia estará presente nos alimentos que nós brasileiros consumimos, uma vez que o laboratório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola (EMBRAPA), em São Carlos (SP), está desenvolvendo pesquisas de seu uso aplicado ao agronegócio e está em fase adiantada de testes de uma nanopelícula de proteína do milho para impermeabilizar frutas e reduzir perdas – que são significativas em nosso País e limitam grandemente os lucros de produtores, atacadistas e comerciantes.

O problema está em que pouco se sabe sobre a segurança do uso da nanotecnologia. E, o que é mais grave, os investimentos para as pesquisas de suas

novas aplicações não são acompanhados, na mesma proporção, por aqueles referentes à avaliação de seus efeitos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

Em decorrência da escassez mundial de pesquisas científicas sobre o assunto, as autoridades – tanto as ambientais quanto as sanitárias – ficam limitadas em sua capacidade de regulamentar adequadamente tais produtos, que podem ser tanto benéficos quanto prejudiciais à nós e ao planeta.

Enquanto não pudermos avaliar as implicações sobre a saúde e a segurança dos consumidores com respeito aos produtos fabricados com recurso à nanotecnologia, o cidadão brasileiro tem o direito, já consagrado em nosso Código de Defesa do Consumidor, de ser informado sobre a natureza do produto que está consumindo, para bem avaliar se quer ou não correr o risco – até agora em grande parte desconhecido.

Nossa intenção ao apresentar a esta Casa a proposição em tela é, pois, assegurar ao consumidor brasileiro, quando da compra de alimentos, medicamentos, cosméticos e outros produtos sujeitos ao regime de vigilância sanitária, mais essa informação sobre o produto que pretende consumir. – Senador **Tiã Viana**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 986,
DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Institui normas básicas sobre alimentos.

CAPÍTULO III Da Rotulagem

.....
Art. 22. Não serão permitidas na rotulagem quaisquer indicações relativas à qualidade do alimento que não sejam as estabelecidas por este Decreto-lei e seus Regulamentos.
.....

LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976.

Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.
.....

TÍTULO X – Da rotulagem e Publicidade

Art. 57. O Poder Executivo disporá, em regulamento, sobre a rotulagem, as bulas, os impressos, as etiquetas e os prospectos referentes aos produtos de que trata esta Lei.

Parágrafo único. Os medicamentos que ostentam nome comercial ou marca ostentarão também, obrigatoriamente com o mesmo destaque e de forma legível, nas peças referidas no caput deste artigo, nas embalagens e materiais promocionais, a Denominação Comum Brasileira ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional em letras e caracteres cujo tamanho não será inferior a um meio do tamanho das letras e caracteres do nome comercial ou marca. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.787, de 10.2.1999)

Parágrafo único. Além do nome comercial ou marca, os medicamentos deverão obrigatoriamente exibir, nas peças referidas no caput deste artigo, nas embalagens e nos materiais promocionais a Denominação Comum Brasileira ou, quando for o caso, a Denominação Comum Internacional, em letras e caracteres com tamanho nunca inferior à metade do tamanho das letras e caracteres do nome comercial ou marca. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001)

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2010

(de autoria do Senador Pedro Simon)

Regulamenta o § 12 do Art. 201 da Constituição Federal, dispondo sobre o sistema especial de inclusão previdenciária.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre o sistema previdenciário especial assegurado aos trabalhadores de baixa renda a que se refere o § 12 do Art. 201 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. O sistema especial integrará e será gerido pela Previdência Social, baseado nas normas gerais do Regime Geral da Previdência Social, à exceção das disposições específicas constantes na presente Lei.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, considera-se trabalhador de baixa renda o que tiver comprovada sua isenção do pagamento de imposto de renda.

§ 1º. No caso do trabalhador doméstico no seu próprio domicílio, é necessária a comprovação de que, além de segurado, a renda de cada membro da família esteja, comprovadamente, no limite de isenção do imposto de renda.

§ 2º. Não serão computados como renda mensal os valores recebidos por integrantes da família a título de benefícios de assistência social para portadores de deficiência ou de necessidades especiais.

Art. 3º. Ao trabalhador de que trata esta Lei é assegurado o benefício de um salário mínimo mensal dentro do sistema público de previdência social, desde que atendidas cumulativamente as seguintes condições:

I – 15 (quinze) anos de contribuição mensal no valor de 8 (oito) por cento do salário mínimo, e

II – idade mínima de 60 (sessenta) anos de idade, se homem e 55 (cinquenta e cinco) anos, se mulher.

Art. 4º. É facultado ao segurado pelo sistema especial, a opção pelo regime geral da previdência social pleno, desde que sejam respeitados os limites de carência e de idade e que seja suplementado o valor da contribuição para a faixa pretendida, durante todo o tempo de contribuição pelo sistema de que trata esta Lei.

Art. 5º. Os benefícios de que trata esta Lei são pessoais e intransferíveis, mesmo na hipótese de falecimento do beneficiário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Justificação

A proposição objetiva instituir sistema especial de inclusão previdenciária, especificando, inclusive, que este deverá possibilitar menor alíquota e tempo de contribuição para os trabalhadores contemplados. Eis o seu texto:

O novo §12 do art. 201 da Constituição Federal, proposto pela Câmara dos Deputados, avança, mas não garante a inclusão dos cidadãos sem previdência. Isso, porque prevê que lei disporá sobre o sistema especial de inclusão previdenciária para os trabalhadores de baixa renda. Ou seja, não garante o sistema especial, na medida em que este dependerá da aprovação de lei sobre a matéria, que poderá não ocorrer.

Existe hoje um grande debate sobre o Regime Geral de Previdência Social que envolve a necessidade de equacionarmos o grave problema da exclusão previdenciária, que atinge hoje a maior parte dos trabalhadores ocupados em empregos informais, geralmente classificados como em situação de desemprego involuntário. Esta emenda insere parágrafo no art. 195, da Constituição Federal, atendendo a essa preocupação.

A previdência do regime geral é, hoje, o maior programa de distribuição de renda em curso no País. Com esses benefícios, 18 milhões de brasileiros deixam de figurar abaixo da linha da pobreza, pelos dados da PNAD/1999, divulgados pelo próprio Ministério da Previdência Social. Essa importante marca poderá ser ampliada pela extensão da cobertura previdenciária.

Em 1985, 53% da população ocupada em regime privado em nosso País não tinha acesso à previdência social. Em 1999, esse percentual estava ampliado em quase 20% e já era de 62%. Dados divulgados pelo Ministério da Previdência Social (Informe da Previdência Social – Março de 2003), com base no PNAD/2001, explicitam que, mesmo excluindo as pessoas que recebem menos de um salário mínimo e as pessoas com idade inferior a 16 anos ou superior a 59 anos, ainda existem 18,7 milhões de brasileiros sem cobertura previdenciária.

É preciso ressaltar que 60% desses trabalhadores brasileiros ganhavam menos de dois salários mínimos (R\$ 180,00, em setembro de 2001), outros 17% recebem entre 2 e 3 salários mínimos. Ao todo, mais de três quartos (¾) dos trabalhadores ocupados, excluídos da cobertura previdenciária, recebem até três salários mínimos, sendo que quase 85% deles estão na área urbana.

Esse importante segmento pode ser atendido pela disposição do poder público de incentivar e facilitar a filiação e estabelecer mecanismos diferenciados de contribuição, para que esses trabalhadores não percam a sua condição de segurado, pois, em grande parte, esses trabalhadores recebem rendimentos descontinuados.

Para que a cobertura previdenciária seja estendida a esse importante segmento social, especialmente esses 12 milhões que recebem menos de 2 salários mínimos e os 4 milhões que recebem entre 2 e 3 salários mínimos, é preciso que a legislação incentive e facilite essa filiação contributiva para o Regime Geral da Previdência Social.

Destaque-se que não se trata de estender um tratamento assistencial. Esses brasileiros são trabalhadores ocupados, mas não possuem, em sua maioria, condições econômicas para arcar com contribuição previdenciária. E os que possuem, mesmo que precariamente, alguma capacidade financeira, necessitam de incentivos e esclarecimentos para que decidam pela filiação.

Com essa medida, a previdência social poderá resgatar grande parte do seu papel social, perdido com o crescimento da informalidade e do desemprego que corroeu a dignidade e deteriorou a situação social, em nosso país, a partir dos anos 90.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2010. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição Federal de 1988
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

§ 8º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para

o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.

§ 11. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.

§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo.

§ 13. O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o § 12 deste artigo terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Os projetos que acabam de ser lidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– As Sr^{as} e Srs. Senadores Papaléo Paes, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias e Patrícia Saboya enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “EU ME PREPAREI A VIDA INTEIRA PARA SER PRESIDENTE”, publicada pela revista *Veja*, em sua edição de 21 de abril de 2010.

A matéria destaca uma entrevista com o candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra. Na entrevista, Serra falou dos motivos que o levaram a candidatar-se e do país que sonha construir, caso vença: em síntese, um país que ofereça às pessoas oportunidade de crescimento.

Sr. Presidente, para que conste dos anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

“EU ME PREPAREI A VIDA INTEIRA PARA SER PRESIDENTE”

Aos 68 anos de idade, o economista e ex-deputado, ex-senador, ex-prefeito e ex-governador de São Paulo José Serra parte para a sua segunda tentativa de chegar à Presidência da República. A VEJA, ele falou dos motivos que o levaram a candidatar-se e do país que sonha em construir, caso vença: em síntese, um país que ofereça às pessoas oportunidade de crescimento. Oportunidade que, no caso dele, poderia ter faltado não fossem os esforços do pai, comerciante. “Ele carregava caixas de frutas no Mercado Municipal para que um dia eu pudesse carregar caixas de livros”, diz. Foi na sala que abriga alguns deles, parte de uma biblioteca pessoal de 10000 volumes, que José Serra concedeu a seguinte entrevista.

Por que o senhor quer ser presidente da República? Porque eu creio que o Brasil pode avançar mais, o Brasil pode mais, e eu me sinto preparado para isso. Eu me preparei a vida inteira para ser presidente.

O senhor sempre teve vontade de ser presidente? Evidentemente, ser ou não presidente não é uma escolha sua, não depende apenas de uma decisão. Mas, desde a primeira adolescência, sempre tive vontade de me envolver na vida pública. Eu me lembro de um episódio curioso — e não quero aqui parecer pretensioso. Na 4ª série do ginásio, eu tinha um professor de latim que se incomodava e, ao mesmo tempo, se divertia com o fato de eu ser muito barulhento nas aulas. Um dia, ele olhou para mim e disse aos colegas: “Esse aqui, o senhor Serra, vai ser político no futuro, e ele é quem vai mandar. Ele vai mandar em todos vocês aqui”. Eu tinha uns 14 anos. Os colegas, claro, ficaram me caçoan-

do, e eu mesmo fiquei embaraçado. Mas o fato é que foi uma observação que eu guardei para o resto da vida.

Desde que o senhor entrou para a vida pública, há alguma convicção que a experiência tenha modificado? A minha experiência de governo, nos vários governos, me possibilitou conhecer o essencial de diversas áreas e também me ajudou a entender por que, algumas vezes, as coisas não acontecem. Por exemplo: se você deixar a redea solta, elas não acontecem.

O senhor tem fama de centralizador. De onde ela vem? Ela é errada. Uma coisa que eu aprendi ao longo das minhas experiências foi descentralizar: formar boas equipes, permitir que os diferentes integrantes tenham liberdade para trabalhar na formação das suas próprias subequipes e também evitar antagonismos. Para mim, é inconcebível a ideia de colocar um sujeito que pensa “x” e trazer outro que pensa “y”

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

para, nessa divisão, eu arbitrar. Isso não existe comigo. Mas eu cobro muito, até porque tenho uma memória praticamente impecável em matéria de ações, de trabalho. E o computador acrescentou uma agilidade à cobrança que antes não dava para ter. Quando eu era ministro da Saúde, durante a noite eu escrevia bilhetes, a mão mesmo, com cobranças para A, B e C. No fim, dava um volume que tinha de ir dentro de uma caixa. Eu grampeava tudo, mandava para a secretária, e ela despachava. Hoje, com o e-mail, você escreve a um secretário: “E aí?”. Ou: “E a ciclovia?”. por exemplo. Com três palavras você se faz entender. Basta mandar um e-mail desses dia sim, dia não para que, dessa forma, as coisas andem.

Como o senhor pretende orientar a formação de sua equipe ministerial, caso seja eleito? Eu consegui, na prefeitura e no estado, formar equipes sem indicações de vereadores, de de-

“A essência do meu governo será a de oferecer uma maior abertura de oportunidades para a população. O povo brasileiro quer é ter oportunidade na vida: estudo, boa saúde, emprego para os jovens, acesso a bens culturais e de lazer”

purados ou de partidos. As pessoas que vieram de outros partidos foram pessoas escolhidas por mim. Não existe isso de “tal setor nomeia tal cargo”. Essa vai ser a orientação. Não é que não vai ter político, mas tem de ser um político apto para aquela função.

E como, então, o senhor fará o jogo político? Como fará para ter uma base forte no Congresso? Através do Orçamento. Ao contrário do que se acredita, 90% das emendas que os parlamentares apresentam são boas. E você pode inclusive orientar. Dizer, por exemplo: “Quem fizer emendas para concluir obras terá prioridade sobre os que fizerem emendas para começar obras”. Isso funciona, porque o que o parlamentar quer é aprovar a emenda e satisfazer sua base eleitoral. Não é só no Brasil que é assim, é no mundo inteiro — até nos países mais arrumadinhos. E esse é o melhor caminho para formar a unidade com o Legislativo. Outra coisa importante: nenhum grupo de deputados nomeia diretor de empresa pública. Nenhum. Isso porque, para um deputado, a pior coisa que pode acontecer não é ele não nomear: é o outro nomear e ele não. Tem de ter isonomia.

mas do senhor? Se falarmos, não chegou a mim. Eu acho que é importante para o Brasil ter um sistema financeiro sólido, e batalhei muito por isso. Na Constituinte, havia propostas de proibir bancos com capital estrangeiro de operar no Brasil e até de proibir bancos nacio-

Quais serão suas prioridades na economia? Eu tenho claríssima a prioridade que deve ser dada à área produtiva, à indústria. Até algum tempo atrás, vigorou o pensamento de que se deveria estimular só o setor de serviços. Isso é uma bobagem. O Brasil não pode voltar a ser uma economia primária exportadora. Isso não criaria empregos para 200 milhões de pessoas. nais — ou seja, queriam liberar apenas os bancos locais. Eu ajudei a derrubar as duas propostas. E estava no governo quando foi feito o Proer, que realmente deu solidez ao sistema financeiro — solidez que permitiu, inclusive, o enfrentamento da crise atual. Agora, quanto a custos, taxas de juros, essas são questões operacionais de um governo. E aí eu tenho uma visão de que é essencial para o Brasil ter um sistema financeiro que empreste bastante, e empreste a custos suportáveis para as pessoas e para a área privada. Isso é uma meta. Em suma, quero dizer o seguinte: como ajudei a erguer a mesa, jamais a viraria. As pessoas do sistema financeiro que realmente me conhecem sabem disso.

O senhor, caso seja eleito, vai encontrar um Brasil que avançou na área social, mas que ainda tem carências sérias... Eu acho que o Brasil avançou muito nos últimos 25 anos. Nós afirmamos uma democracia de massas, com uma Constituição que pode ter os seus problemas, mas que enfatizou como nunca as liberdades civis e políticas. Conseguimos acabar com a superinflação, avançar no combate à pobreza, consolidar o SUS, a inclusão educacional e até retomar o crescimento econômico. Não foi um desempenho brilhante, se você o comparar com o da Índia ou o da China, mas foi um desempenho razoável em relação aos países desenvolvidos. Agora, isso significa que as coisas estão resolvidas? Não. No que se refere ao crescimento, nós precisamos de infraestrutura. As carências nessa área são dramáticas e representam um gargalo para o nosso desenvolvimento.

E do ponto de vista da economia? Há, nesse sentido, um desequilíbrio externo que vem se agravando pelo lado da balança comercial e do déficit em conta-corrente. Claro, nós temos reservas e temos tido entrada de capital, mas nove entre dez economistas se preocupariam com esse crescimento rápido do déficit externo. A eficiência da ação governamental, ou seja, a capacidade de fixar metas e de cumpri-las, é outro dado que preocupa. Ela ainda é baixa no Brasil. O grande loteamento políti-

co que foi feito resultou no aparelhamento de toda a esfera do setor público. Em relação às áreas sociais, há uma necessidade desesperada de avançar no campo educacional, no campo da saúde, que semiestagnou, e no campo da segurança — uma área em que, indiscutivelmente, o governo federal tem de se envolver mais. Até porque boa parte do crime organizado no Brasil se alimenta de armas e drogas que vêm sob a forma de contrabando, e combater isso é uma tarefa essencialmente federal.

No governo estadual, o senhor conseguiu aumentar o investimento e reduzir a relação entre a dívida e a receita, sem elevar impostos. E no governo federal, dá para aplicar a mesma receita? Não só dá como será feito. O enfrentamento dessa questão se dá, como se deu em São Paulo, pelo aumento da arrecadação via combate à sonegação, e não pelo aumento da carga nominal de impostos. O corte de custos e de desperdícios aqui também teve um papel imenso.

Como é possível cortar gastos no governo federal? Você revisa o preço de todos os contratos, para começo de conversa. Mas é preciso também ter novas formas de gestão. É crucial introduzir o fator mérito nas remunerações, por exemplo. Isso tem dado certo em São Paulo. A ideia geral é cortar desperdícios, reduzir custos e selecionar as prioridades. Com isso, você faz mais e melhores investimentos.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO,
aclamado na festa do PSDB: "É espantosa a quantidade de energia que o PT gasta para falar mal dele", diz Serra

O PT tentará transformar esta eleição numa comparação dos governos Lula e Fernando Henrique. Como o senhor vê essa estratégia? Eu acho que a eleição tem a ver com o futuro, não com o passado. É assim que a população vai julgar. De toda forma, o governo FHC acabou, e agora será julgado pelos historiadores. Assim como os governos anteriores. Assim como o de Lula será julgado um dia, quando o peso do poder dele não mais puder interferir. E aí veremos o que a história dirá de cada um. É espantosa a quantidade de energia que o PT gasta para falar mal do Fernando Henrique. Quando são aliados deles, como o Sarney e o Collor, só elogiam. Quando são adversários, atacam sem limites. Ou seja, não é uma avaliação honesta. É enviesada. Eu fui ministro de FHC e fui aprovado na função. Tanto que depois disso me elegi prefeito de São Paulo e governador de São Paulo. Agora, todos sabem que eu não sou FHC, sou José Serra. Isso parece incomodar o PT, mas é a realidade.

E quanto à reeleição? O senhor é mesmo contrário a ela? Eu sou contrário. A minha proposta de reforma política incluirá o fim da reeleição no Brasil.

Qual será a prioridade zero do seu governo? A essência do governo, como orientação para o Brasil, precisa ser a de oferecer uma maior abertura de oportunidades para a população. O povo brasileiro quer é ter oportunidade na vida: estudo, boa saúde, emprego para os jovens, acesso a bens culturais e de lazer. Nasci e fui criado num bairro operário de São Paulo. Eu me lembro de todos os meus amigos, de criança ou de adolescente, que não puderam estudar porque tinham de sustentar a família, ou que não tinham ambiente familiar porque o pai era alcoólatra ou eles tinham muitos irmãos... Por que eu consegui estudar e chegar ao que sou, estudando em escola pública? A explicação é muito simples: porque eu era filho único. Se eu tivesse quatro irmãos, como a maioria, quando chegasse ao ginásio, teria de trabalhar para eles poderem ir à escola. Então, o que o povo brasileiro quer não é muito, é oportunidade.

Qual seria a frase que o definiria? "Na vida, ninguém fracassa tanto quanto acredita nem tem todo o sucesso que imagina", de Joseph Rudyard Kipling, via Jorge Luis Borges. Trata-se de uma reflexão que levo muito em conta — minha vida, aliás, é uma ilustração disso. Tê-la em mente permite que sejamos mais humildes nas vitórias e mais altivos nas derrotas. E há uma frase que complementa essa: "O único limite às nossas realizações futuras são as nossas dúvidas no presente. Vamos adiante com fé", do presidente americano Franklin Delano Roosevelt. Para mim, a política não é a arte do possível, mas a arte de ampliar os limites conhecidos do possível. ■

MÁRSO SABINO, THAIS OYAMA
E FÁBIO PORTELA

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Lula isola Brasil na questão nuclear”, publicada pelo jornal *O Globo*, em sua edição de 14 de abril do corrente.

A matéria destaca que impulsionado pelo “Itamaraty do B” um grupo do governo que se pauta pelo terceiro-mundismo e antiamericanismo militantes, o presidente Lula embarcou numa diplomacia de alto risco, que apóia ditaduras em Cuba, Venezuela e Irã. No encontro em Washington, Lula ficou isolado. No final a iniciativa norte americana para controlar o material

nuclear sensível obteve adesão de todos os líderes, inclusive do Brasil, como tinha de ser.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada seja considerada, na íntegra, como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula isola Brasil na questão nuclear

O presidente Barack Obama reuniu 47 líderes mundiais em Washington — é o maior encontro deste tipo desde a criação da ONU, em 1945 — para aumentar a segurança do estoque mundial de materiais nucleares sensíveis. Foram adotadas medidas para, em até quatro anos, evitar que alguma parte dele caia em mãos de grupos, como a al-Qaeda, capazes de inaugurar a era do terrorismo nuclear.

Não por acaso, o encontro coincide com o momento de pressão máxima dos EUA sobre países ainda recalcitrantes em apoiar sanções mais duras contra o Irã, por conta de seu programa nuclear. O foco foi a China, aliada dos iranianos. Obama obteve do presidente Hu Jintao o compromisso de tomar parte na elaboração do pacote de sanções, embora não a promessa de apoiá-las. Foi um avanço para Washington. Impulsionado pelo “Itamaraty do B”, um grupo do governo que se pauta

ta pelo terceiro-mundismo e antiamericanismo militantes, o presidente Lula embarcou numa diplomacia de alto risco, que apóia ditaduras em Cuba, Venezuela e Irã. No encontro de Washington, Lula ficou isolado. Seu governo faz questão de, em relação ao Irã, insistir na tese da diplomacia até o fim, resistindo às sanções sob o argumento de que não há provas de que o programa nuclear iraniano tenha fins bélicos — como se todo o comportamento dúbio iraniano não contasse. A iniciativa de Obama para controlar o material nuclear sensível obteve a adesão de todos os líderes, inclusive do Brasil, como tinha de ser.

EUA e Rússia fizeram novo acordo ontem, para que cada lado descarte 34 toneladas mé-

tricas de plutônio, material que pode ser usado em armas atômicas. Foi um novo e inesperado avanço entre os dois antigos inimigos da Guerra Fria. Mas Lula não perde oportunidade de alfinetar. Há dias, desdenhou de outro acordo entre EUA e Rússia para reduzir seus arsenais nucleares em um terço até 2012, afirmando que são armas de prazo vencido (?). Na canhestra estratégia brasileira, uma delegação de empresários, chefiada pelo ministro Miguel Jorge, desembarcou em Teerã. Detalhe: assim que as Nações Unidas aprovarem novas sanções ao Irã, empresas que negociarem com o

pais dos aiatolás entrarão na lista negra da ONU. Na questão nuclear iraniana, o Brasil corre o risco da irrelevância — exatamente o

contrário do que deveria ser o papel do país, com o peso e projeção ganhos nos últimos 15 anos. Um trunfo, deve achar Lula, é sua viagem a Teerã em maio, em retribuição à visita do linha-dura Ahmadinejad à Brasília em novembro. O presidente brasileiro pretende esvaziar as sanções ao obter do iraniano provas de que seu programa nuclear tem fins pacíficos. Corre riscos: 1) as sanções serão aprovadas antes da viagem a Teerã; difícil, mas não impossível; 2) Ahmadinejad não produzir prova alguma, o que é quase certo.

A reunião de Washington foi um passo importante em direção a um mundo mais seguro, embora haja novas ameaças, como a iniciativa do Paquistão de ampliar o arsenal nuclear. Neste país instável, de governo fraco e grupos islâmicos radicais fortes, esta é a pior notícia para os que desejam evitar que armas atômicas acabem em mãos erradas. É neste jogo em que o Brasil entrou no lado errado.

**Governo
coloca país
em posição
vulnerável na
crise do Irã**

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Blogueira pede a Lula ajuda para deixar Cuba”, publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo*, em sua edição de 27 de março 2010.

A reportagem destaca a premiada blogueira cubana Yoni Sánchez resolveu pedir ao presidente Lula ajuda para conseguir permissão do governo de Cuba para visitar o Brasil. A mensagem é mais um lance da pressão do grupo de opositores e críticos do regime

cubano para que Lula se manifeste sobre a repressão em Cuba.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Blogueira pede a Lula ajuda para deixar Cuba

Em carta, dissidente diz a presidente que irmãos Castro cederiam para não decepcioná-lo caso ele interviesse a seu favor

Yoani Sánchez quer vir ao Brasil para ver documentário sobre repressão na ilha; em 3 anos, ela já teve negados 4 pedidos para sair do país

DA REPORTAGEM LOCAL

A premiada blogueira cubana Yoani Sánchez resolveu pedir ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva ajuda para conseguir permissão do governo de Cuba para visitar o Brasil.

Em carta, que ainda não foi entregue ao Planalto, Sánchez diz a Lula que, se ele intervier, os irmãos Castro cederão para não decepcionar o presidente que “tem dado mostras recentes de possuir grande confiança na boa-fé” de Havana.

A mensagem é mais um lance da pressão do grupo de opositores e críticos do regime cubano para que Lula se manifeste sobre a repressão em Cuba. A *Folha* Sánchez disse que a carta dá ao presidente a “oportunidade de se mostrar ao lado do povo cubano”, após suas “infelizes” declarações sobre os dissidentes do país.

No início do mês, Lula colecionou críticas no Brasil e no exterior por condenar greve de fome de dissidentes cubanos e compará-los a presos comuns de São Paulo. O protesto, segundo Lula, não pode ser “pretexto” para obter libertações.

Pelas leis de Cuba, só sai do país quem obtém a autorização do governo. Desde que lançou seu blog, o *Generación Y*, há três anos, Sánchez já teve permissão negada quatro vezes, uma delas para vir ao Brasil lançar “De Cuba com Carinho” (Editora Contexto).

Agora, ela quer ir a Jequié, na Bahia, para a estreia, em junho, de um documentário feito por Dado Galvão sobre a repressão

em Cuba e em Honduras —após o golpe em 2009. “Adoro falar com pessoas que estão fazendo seu trabalho em suas comunidades”, diz Sánchez, que, clandestinamente, dá oficinas para ensinar a criar blogs e alimentar twitters usando celulares.

A internet é controlada, mas o celular foi liberado em 2008, e a intenção, diz ela, é expandir “a sociedade civil virtual” que repercute no exterior, mas tem impacto marginal em Cuba.

Galvão, 29, documentarista e ativista social em Jequié, chegou a Havana com uma passagem doada por um deputado estadual e após fazer campanha numa rádio da cidade (150 mil habitantes) para colher fundos. Gravou Sánchez por duas semanas em Cuba e faz questão que o governador Jaques Wagner (PT) seja o portador da carta da blogueira para Lula. “Quero fazer a entrega formal.”

[+] EVENTO: YOANI SÁNCHEZ ACEITA PARTICIPAR DE SABATINA DA FOLHA

A blogueira cubana aceitou o convite para participar do ciclo de sabinas do jornal em São Paulo —no evento, o sabinado responde a perguntas de quatro entrevistadores e da plateia. A data da sabinata não foi marcada, uma vez que Sánchez tem de obter autorização do governo cubano para sair do país. “Não tenho pendência na Justiça. Eu e outros companheiros estamos sendo penalizados pelo que escrevemos. Acredito na pressão internacional”, disse.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Vamos ressuscitar os aloprados, diz tucano”, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* de 06 de abril de 2010.

A matéria destaca que o presidente nacional do PSDB, senador Sérgio Guerra, afirma que manterá tática de discutir ética com o PT, mas que o candidato do partido à Presidência, José Serra, não irá para a

linha de frente dos ataques. “Deixa o Serra em casas, ele não precisa falar. Debate ético é muito bom.”

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Vamos ressuscitar os aloprados’, diz tucano

Presidente do PSDB afirma que manterá tática de discutir ética com o PT, mas que Serra não irá para linha de frente dos ataques

‘Deixa o Serra em casa, ele não precisa falar’, afirma Sérgio Guerra, sobre frase de Dilma de que o ‘debate ético é muito bom’ para o PT

BRENO COSTA
DA REPORTAGEM LOCAL

O presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), disse que o partido vai partir para o debate ético com o PT, inclusive ressuscitando o escândalo dos “aloprados”, mas que a missão ficará a cargo dos caciques tucanos. O pré-candidato do partido, José Serra, não vai para a linha de frente dos ataques, segundo o coordenador da campanha do paulista.

“Deixa o Serra em casa. Ele não precisa [falar a respeito de escândalos]”, disse Guerra, em resposta a declarações da ex-ministra e pré-candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, que afirmou que “esse debate é muito bom para a gente”.

Na última quarta-feira, na cerimônia que marcou sua despedida do cargo de governador de São Paulo, no Palácio dos Bandeirantes, Serra fez suas mais duras declarações em relação ao governo federal.

Entre outras críticas, disse, referindo-se veladamente ao escândalo do mensalão, que “aqui [no seu governo] não se cultivam escândalos, malfeitos, roubalheira, mas também porque nunca incentivamos o silêncio da cumplicidade e da conivência com o malfeito”.

Até então, vinha buscando manter distância de um con-

fronto mais aberto com o governo, estratégia que não era seguida pelo resto da cúpula tucana, como Guerra, que sempre fez ataques diretos a Dilma.

“Vamos ressuscitar os aloprados. Vamos fazer isso no foro adequado, que é o Congresso”, disse Guerra.

No domingo, a *Folha* revelou que os envolvidos vivem sem preocupações com o desenrolar do caso do dossiê contra José Serra, na véspera das eleições de 2006. Na época, a Polícia Federal apreendeu uma mala com R\$ 1,7 milhão que seria usado para comprar informações contra Serra.

O suposto dono da mala, Hamilton Lacerda, um dos “aloprados”, hoje é fazendeiro na Bahia e administra um capital social de R\$ 1,5 milhão.

Dilma também tem usado a passagem de Serra pelo Ministério do Planejamento (1995-1996), durante o governo Fernando Henrique Cardoso, para dizer que na gestão do adversário não houve planejamento, o que, segundo a petista, levou ao apagão energético, no fim do governo FHC.



Vamos ressuscitar os aloprados. Vamos fazer isso no foro adequado, que é o Congresso

SÉRGIO GUERRA

presidente do PSDB, ao comentar frase de Dilma de que debate ético ‘é bom’ para o PT

O [José] Serra não tem nada a ver com o apagão. Todo mundo sabe disso

IDEM

sobre elo feito pela petista entre o apagão e a passagem de Serra pelo governo FHC

‘Vistosa propaganda’

“O Serra não tem nada a ver com o apagão. Todo mundo sabe disso”, disse Sérgio Guerra. “O Serra, quando ministro [do Planejamento], lançou um programa chamado Brasil em Ação, que, bastante deturpado nos seus objetivos iniciais, transformou-se no PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], que é uma vistosa propaganda”, afirmou.

Ontem, o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) entrou na discussão ao dizer que o PSDB não tem moral para falar do PT tendo o DEM como aliado.

“O DEM está aberto para discutir ética com o PT. Vamos discutir o mensalão de Brasília e o do PT. Eles estão com Banco vivo, mensalão vivo, aloprados vivos”, disse o líder do partido na Câmara, deputado Paulo Bornhausen (SC).

Para o deputado, o efeito de escândalos sobre Dilma será distinto do sentido por Lula, que manteve a popularidade. “Ela não tem blindagem para isso, ela vai ter que se explicar.”

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada, "Promotor calcula em R\$ 100 milhões desvio em cooperativa ligada ao PT", publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, em sua edição de 09 de março de 2010.

A matéria destaca que o promotor de Justiça José Carlos Blat, da 1ª Promotoria Criminal de São Paulo diz não ter dúvida que o desvio sofrido pela Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop), ligada do Partido dos Trabalhadores, "indica que o rombo supera

R\$100 milhões". Ele diz não ter dúvida que uma fatia desse montante foi destinada a campanhas eleitorais do partido.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Promotor calcula em R\$ 100 milhões desvio em cooperativa ligada ao PT

José Carlos Blat diz não ter dúvida de que uma fatia desse montante foi destinada a campanhas eleitorais do partido

Fausto Macedo
Carteira Ofiçosa

Pode ultrapassar R\$ 100 milhões o total do desvio de recursos da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop), calcula o promotor de Justiça José Carlos Blat, da 1ª Promotoria Criminal de Capital. "A movimentação do 208 suscita indica que o rombo supera R\$ 100 milhões", disse Blat, após análise parcial de 5,6 mil extratos bancários da cooperativa, relativos ao período de 2004 a 2008.

Blat diz ter convicção de que uma fatia do montante foi destinada a campanhas eleitorais do PT - e não apenas a obras sociais que foram feitas nos últimos quatro anos, desde de inauguração da cooperativa. "A movimentação do 208 suscita indica que o rombo supera R\$ 100 milhões", disse Blat, após análise parcial de 5,6 mil extratos bancários da cooperativa, relativos ao período de 2004 a 2008.

Blat diz ter convicção de que uma fatia do montante foi destinada a campanhas eleitorais do PT - e não apenas a obras sociais que foram feitas nos últimos quatro anos, desde de inauguração da cooperativa. "A movimentação do 208 suscita indica que o rombo supera R\$ 100 milhões", disse Blat, após análise parcial de 5,6 mil extratos bancários da cooperativa, relativos ao período de 2004 a 2008.

Blat diz ter convicção de que uma fatia do montante foi destinada a campanhas eleitorais do PT - e não apenas a obras sociais que foram feitas nos últimos quatro anos, desde de inauguração da cooperativa. "A movimentação do 208 suscita indica que o rombo supera R\$ 100 milhões", disse Blat, após análise parcial de 5,6 mil extratos bancários da cooperativa, relativos ao período de 2004 a 2008.

Assembleia de SP dará aval hoje para abertura de CPI

O presidente da Assembleia Legislativa, Ferraz (PSDB), vai autorizar hoje a instalação da CPI da Bancoop para investigar os desvios de uma cooperativa. O pedido foi apresentado em 2008, pelo deputado Sérgio Moraes (PSDB). "É uma perseguição do presidente autorizar a instalação e ele já confirmou que vai fazer", afirmou Ferraz. Se for aprovada a instalação, o promotor Moraes poderá a comissão. Desde que os dirigentes sobre a cooperativa votaram o contrário, no fim de semana, tiveram passagens e até como certa a convocação de João Vitor Neto, segundo o PSDB, o pedido já foi considerado para fazer lobby e caso, mas não comparecer, Moraes diz que a prioridade é evitar o excesso de paralizações. "Quem é culpado entra e discute de que lado é o culpado", afirmou.

Blat diz ter convicção de que uma fatia do montante foi destinada a campanhas eleitorais do PT - e não apenas a obras sociais que foram feitas nos últimos quatro anos, desde de inauguração da cooperativa. "A movimentação do 208 suscita indica que o rombo supera R\$ 100 milhões", disse Blat, após análise parcial de 5,6 mil extratos bancários da cooperativa, relativos ao período de 2004 a 2008.

Blat diz ter convicção de que uma fatia do montante foi destinada a campanhas eleitorais do PT - e não apenas a obras sociais que foram feitas nos últimos quatro anos, desde de inauguração da cooperativa. "A movimentação do 208 suscita indica que o rombo supera R\$ 100 milhões", disse Blat, após análise parcial de 5,6 mil extratos bancários da cooperativa, relativos ao período de 2004 a 2008.

Entenda o caso

11/11/2009 - O presidente da Assembleia Legislativa, Ferraz (PSDB), vai autorizar hoje a instalação da CPI da Bancoop para investigar os desvios de uma cooperativa. O pedido foi apresentado em 2008, pelo deputado Sérgio Moraes (PSDB). "É uma perseguição do presidente autorizar a instalação e ele já confirmou que vai fazer", afirmou Ferraz. Se for aprovada a instalação, o promotor Moraes poderá a comissão. Desde que os dirigentes sobre a cooperativa votaram o contrário, no fim de semana, tiveram passagens e até como certa a convocação de João Vitor Neto, segundo o PSDB, o pedido já foi considerado para fazer lobby e caso, mas não comparecer, Moraes diz que a prioridade é evitar o excesso de paralizações. "Quem é culpado entra e discute de que lado é o culpado", afirmou.

Em 2008, Bancoop atraiu 15 mil cooperados e chegou a movimentar R\$ 150 milhões por ano

2/4/2008 - Em depoimento ao Ministério Público, o engenheiro civil Ricardo Luiz de Castro diz que, em 2002, foi responsável pela instalação da Promotoria, o diretor da Bancoop conversou com ele enquanto com o objetivo de arrecadar doações para a construção de uma escola na cidade de São Paulo. A escola foi a sede da campanha presidencial de 2002 de Luiz Malheiro.

5/3/2010 - O Ministério Público pediu a quebra do sigilo de João Vitor Neto.

A SR^a PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a liderança que o Brasil ocupa hoje na chamada agricultura tropical vem sendo, corretamente, atribuída à capacidade de inovação tecnológica demonstrada pelo país. Essa conquista, reconhecida internacionalmente, deve-se antes de mais nada ao trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura. A Embrapa acaba de comemorar 37 anos de existência, completados no dia 26 de abril.

O trabalho de pesquisa conduzido pela empresa e por instituições parceiras que formam o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária transformou a agricultura brasileira. Ampliou o conhecimento sobre solo, clima, recursos naturais e técnicas agrícolas, desenvolvendo tecnologias capazes de revolucionar os padrões de produção. Foi assim que, nas últimas quatro décadas, conseguiu-se o incremento acelerado da produtividade, a redução dos preços, a melhoria da qualidade dos produtos agrícolas e a agregação de mais valor à produção. Novas tecnologias foram disseminadas e sistemas de produção sustentáveis, visando ao equilíbrio econômico, social e ambiental do país, recomendados. O Brasil tornou-se o principal exportador de uma série de produtos agropecuários de grande importância, o que impulsionou o crescimento do país nos últimos anos. Mais importante ainda, elevou de forma significativa a produção de alimentos para o mercado interno.

O sucesso da contribuição da pesquisa agropecuária para o Brasil pode ser exemplificado pela expansão da cultura da soja nos cerrados, que hoje respondem por mais de 60 por cento da produção nacional do grão, pela adaptação de fruteiras de clima temperado a regiões semi áridas, pela obtenção de cultivares e de raças animais mais resistentes a doenças e a condições adversas de clima e solo e mais adequadas a diferentes sistemas de produção. Conseguiu-se ainda desenvolver sementes imunes a pragas, assim como plantas e raças mais produtivas; descobrir insumos biológicos que reduziram o uso de produtos químicos nas lavouras e garantir o aproveitamento sustentável de plantas exóticas e nativas, além de se obter produtos alimentícios de maior qualidade nutricional.

Aos 37 anos, a empresa empreende esforços para atualizar e adequar áreas estratégicas, como a de pesquisa, de transferência de tecnologia e de gestão administrativa, ao próprio crescimento da importância da instituição nos cenários nacional e internacional. A empresa amplia sua atuação no exterior, tanto em países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos, transferindo conhecimentos e acompanhando

os avanços na ciência. No cenário nacional, estendeu sua presença aos estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão e inaugura, neste mês de Maio, um novo centro em Brasília, destinado a estudos e treinamentos em agricultura tropical. Investe cada vez mais em centros de pesquisa de agricultura tropical

Entre suas prioridades para este ano elegeu o fortalecimento das pesquisas na área de recursos genéticos vegetais, parte da biodiversidade que apresenta valor real ou potencial para a humanidade. O conhecimento dos recursos genéticos exóticos e nativos e sua associação a técnicas de melhoramento garantiram o êxito dos programas que mudaram o desenho da agricultura no Brasil. Serão investidos R\$ 20 milhões em ações que visem a conservação e o uso sustentável dos recursos genéticos, incluindo os nativos do Brasil, país, que detém um dos maiores patrimônios biológicos do mundo.

Durante a solenidade que comemorou os 37 anos, foi realizada a entrega do Prêmio Frederico de Menezes Veiga; a assinatura de liberação dos recursos 2010 do PAC Embrapa para as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas); a disponibilização de minibibliotecas (kit composto por publicações impressas e programas em vídeo, personalizado para atender as demandas locais por informações tecnológicas); e acordo de cooperação com o Ministério da Ciência e Tecnologia e protocolo de intenções com o Ministério da Pesca e Aquicultura.

Desejo aqui não apenas registrar o aniversário da Embrapa, mas também os importantes êxitos acumulados em toda a sua existência, influenciando de forma extremamente positiva a economia do país e a qualidade de vida dos brasileiros. Manifesto ainda minha convicção de que esse excelente trabalho prosseguirá, garantindo a todos um futuro melhor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 13, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 477, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 477, de 2009, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo, no valor global de dezoito bilhões, cento e noventa e um mi-

lhões, setecentos e vinte e três mil, quinhentos e setenta e três reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de cinco bilhões, setecentos e trinta e seis milhões, setecentos e quarenta e três mil, duzentos e oitenta reais, para os fins que especifica.

(Lido no Senado Federal no dia 28-4-2010)

Relator revisor: Senador Eduardo Azeredo

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.03.2010)

Prazo final prorrogado: 1º-6-2010

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 480, DE 2010

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 480, de 2010, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores, da Saúde, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de um bilhão, trezentos e setenta e quatro milhões e cinquenta e sete mil reais, para os fins que especifica.

(Lido no Senado Federal no dia 28-4-2010)

Relator revisor: Senador Jayme Campos

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2010)

Prazo final prorrogado: 1º-6-2010

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2010 (Proveniente da Medida Provisória nº 474, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2010, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010, estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023 e revoga a Lei nº 11.944, de 28 de maio de 2009 (proveniente da Medida Provisória nº 474, de 2009).

(Lido no Senado Federal no dia 11-5-2010)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2010)

Prazo final prorrogado: 1º-6-2010

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2010 (Proveniente da Medida Provisória nº 475, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2010, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social em 2010 e 2011 (proveniente da Medida Provisória nº 475, de 2009).

(Lido no Senado Federal no dia 11-5-2010) Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2010)

Prazo final prorrogado: 1º-6-2010

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 309, DE 2009 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009 (nº 5.939/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – PETROSAL e dá outras providências.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

de Constituição, Justiça e Cidadania;
de Assuntos Econômicos; e
de Serviços de Infraestrutura.

(Sobrestando a pauta a partir de 19-4-2010)

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2010 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 (nº 5.940/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania;
– de Assuntos Sociais;
– de Educação, Cultura e Esporte;

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Serviços de Infraestrutura; e
- de Assuntos Econômicos.

(Sobrestando a pauta a partir de 7-5-2010)

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010 (nº 5.941/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a União a ceder onerosamente à Petrobrás o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos; e
- de Serviços de Infraestrutura.

(Sobrestando a pauta a partir de 7-5-2010)

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 (nº 5.938/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências (exploração e produção de petróleo; competências do CNPE, da ANP e do Ministério de Minas e Energia; casos de contratação direta e de licitação para exploração de petróleo; contratos de partilha de produção; rateio das rendas governamentais no regime de partilha de produção (royalties); comercialização do petróleo.)

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos; e
- de Serviços de Infraestrutura.

(Sobrestando a pauta a partir de 7-5-2010)

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Gim Argello), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 278, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto De Decreto Legislativo nº 278, de 2010, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2010.

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 279, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto De Decreto Legislativo nº 279, de 2010, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2010.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao

§ 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

20

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

21

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

22

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº

116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

23

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tripliques do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (nº 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento

to (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a

Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruda), que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas.

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior; e

– de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador João Durval.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais

em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas.

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do *caput* do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano

Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

47

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (nº 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

48

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

49

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

50

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

51

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Ruscimanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

52

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Ro-

sado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

53

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

54

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

55

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2009

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo

nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

56

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

57

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

58

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regula-

menta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob n^{os} 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1^o pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2^o pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda n^o 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO N^o 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso n^o 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n^o 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2^o da Lei n^o 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob n^{os} 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda n^o 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO N^o 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso n^o 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n^o 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei n^o 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob n^{os} 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1^o pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda n^o 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2^o pronunciamento (sobre as Emendas n^{os} 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO N^o 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado n^{os} 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n^o 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1^o e 22 da Lei Complementar n^o 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob n^{os} 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1^o pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado n^o 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de n^{os} 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2^o pronunciamento (após a aprovação do Requerimento n^o 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado n^o 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda n^o 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO N^o 175, DE 2003– COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado n^{os} 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n^o 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1^o, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar n^o 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do

Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complemen-

tar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de n^{os} 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2^o pronunciamento (após a aprovação do Requerimento n^o 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado n^o 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda n^o 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

72

**PROJETO DE LEI DO SENADO
N^o 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado n^{os} 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n^o 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1^o da Lei Complementar n^o 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob n^{os} 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1^o pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado n^o 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de n^{os} 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2^o pronunciamento (após a aprovação do Requerimento n^o 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado n^o 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda n^o 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

73

**PROJETO DE LEI DO SENADO
N^o 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado n^{os} 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n^o 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar n^o 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob n^{os} 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1^o pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado n^o 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de n^{os} 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2^o pronunciamento (após a aprovação do Requerimento n^o 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado n^o 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda n^o 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

74

**PROJETO DE LEI DO SENADO
N^o 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado n^{os} 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n^o 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1^o da Lei Complementar n^o 64, de 18 de maio de 1990,

para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

75

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

76

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

77

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-

Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

78

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea “g” do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta,

com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

79

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

80

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-

Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea b do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

81

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

82

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

83

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta;

com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

84

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

85

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

86

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

87

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Está encerrada a sessão do Senado da República, de 11 de maio de 2010, em que estiveram presentes 66 Senadores. **O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 56 minutos.)

**Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney
12-5-2010
quarta-feira**

10h30 – Senhor Edilson Baldez das Neves, Presidente da Federação das Indústrias do Maranhão e Senhor Norton Lenhart, Presidente da Federação Nacional de Hotéis Bares e Similares

Sala de Audiências

11h – Deputados Federais acompanhados de representantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

Sala de Audiências

12h – Senadora Serys Slhessarenko acompanhada de dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG

Sala de Audiências

14h – Sessão dedicada a reverenciar a memória do pensador, escritor, diplomata, político e abolicionista Joaquim Nabuco.

Plenário

15h30 – Vereador Leonardo Mattos, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte acompanhado de representantes das pessoas com Deficiência.

Sala de Audiências

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Jorge Yanai* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008
Prazo prorrogado: 22/11/2008
Prazo prorrogado: 01/07/2009
Prazo prorrogado: 21/02/2010
Prazo final prorrogado: 02/09/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,18)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(5,28,30)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,21)	1. Paulo Paim (PT-RS) ^(22,31,33)
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,19)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,20)	

Maioria (PMDB, PP)

Neuto De Conto (PMDB-SC) (23)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
VAGO (32)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) (15,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
 2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
 3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
 4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
 5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
 6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
 7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
 8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
 9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
 10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
 11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
 12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
 13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
 14. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
 15. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
 16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
 17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
 18. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
 19. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
 20. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
 21. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
 22. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
 23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
 24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
 25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
 26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
 27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
 28. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
 29. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).
 30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)
 31. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
 32. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
 33. Em 08.04.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 25/2010 - GLDBAG).
- *. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- ** Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo prorrogado: 02/05/2010

Prazo final prorrogado: 11/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

** Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

*** Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

**** Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. VAGO (8)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** . Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
 2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
 3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
 4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
 5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
- *. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
 4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
- *. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

Finalidade: Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

Número de membros: 3

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²
PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²
PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³
REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (28)	2. Renato Casagrande (PSB) (30)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. VAGO (11,41,96)
VAGO (37,93)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. VAGO (4,39,81,82,83,84,87,97)
César Borges (PR) (31)	7. João Ribeiro (PR) (32)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (56,59)	2. Gilvam Borges (PMDB) (64,67,88,92,100,101)
Gerson Camata (PMDB) (54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) (3,60,94,98)
Valdir Raupp (PMDB) (63)	4. VAGO (2,60,80,85,86,91)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,69)	5. Edison Lobão (PMDB) (9,65,71,95,99)
Pedro Simon (PMDB) (57,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (1,60)
Renan Calheiros (PMDB) (58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (44)	1. Gilberto Goellner (DEM) (43,102)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (18,50)
Efraim Morais (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Raimundo Colombo (DEM) (52)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (22,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (42)	1. Sérgio Zambiasi (12,42)
Gim Argello (42)	2. Fernando Collor (42)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shessarenko.

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
92. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
95. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
96. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
97. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha.
98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 51/2010).
99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 47/2010).
100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. VAGO (33,78)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. VAGO (51,94)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. VAGO (55,93)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Morais (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
94. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro supente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDDB nº 162/2009-GLPMDDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁵⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁹⁾	2. VAGO ^(2,11,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(12,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁸⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício n° 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/n° lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁰²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Shhessarenko (PT) (37,75,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,35)
Aloizio Mercadante (PT) (10,38)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,34)
Eduardo Suplicy (PT) (37)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Ideli Salvatti (PT) (37)	5. César Borges (PR) (31,41)
Tião Viana (PT) (32,41,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,39,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (60,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59,63)
Almeida Lima (PMDB) (57,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (61,69,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (62,64,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (58,66,78)
Francisco Dornelles (PP) (56,64)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,68,76,103,104)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (42,54,65)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,55,67,101,105)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Morais (DEM) (52)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (51)
Jayme Campos (DEM) (40,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (45)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,49)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (46)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Alvaro Dias (PSDB) (24,74)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (25,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (26)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (29,72,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (50)	1. Gim Argello (43)
PDT	
Osmar Dias (12,13,23)	1. Patrícia Saboya (11,22,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
30. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
35. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

39. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
43. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epietácio Cafeteira.
51. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
75. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 13/10-GLDBAG).
101. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
102. Em 1º.04.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
103. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
104. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 52/2010).
105. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 45/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

Maioria (PMDB, PP)

Pedro Simon (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (93,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. VAGO (1,31,109)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
VAGO (35,85,86,87,98,101,107)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (58,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
VAGO (56,108)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. VAGO (61,110)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Gilberto Goellner (DEM) (41,113)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009/GLPTB).
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha.
108. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
109. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
110. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Ideli Salvatti (PT) (7,15)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,16)	2. Flávio Arns (PSDB) (15,16,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (18)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,19)	1. VAGO (7)
VAGO (22)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (20)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,14)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,17)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,13)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

15. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
Gilberto Goellner (DEM) (3)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (25)	1. Fátima Cleide (PT) (23)
Marina Silva (PV) (7,25,43,45)	2. César Borges (PR) (20)
Alfredo Nascimento (PR) (26,56,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (24)
João Ribeiro (PR) (22)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (38,47,48,49,53,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Hélio Costa (PMDB) (38,55,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
VAGO (39,50,54,58)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (30,61)	1. Adelmir Santana (DEM) (28)
Kátia Abreu (DEM) (34)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,29)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,31)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Jayme Campos (DEM) (9,27,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,17)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,16)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (14)	7. Mário Couto (PSDB) (19)
PTB	
Gim Argello (6,35)	1. Sérgio Zambiasi (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,41)	1. Cristovam Buarque (12,36,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
17. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
19. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
20. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
25. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
26. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
28. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI N° 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
54. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
55. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
56. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).
61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6,7,8,9)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM) (10)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ^(6,12)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
VAGO ⁽¹¹⁾	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM) ⁽¹³⁾	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 10. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
 11. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
 12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
**. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ^(2,11)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,9)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽¹⁰⁾	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 - Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
 - Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
 - Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
 - Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 - Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 - Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 - O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
 - O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
 - O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 - O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
- * Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
 ** Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,74)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Shessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,73)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,71,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,72)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
71. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
72. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
73. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
74. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

** . Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. N° 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE
E DO IDOSO**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (9)	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
VAGO (47,95)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,41,50,72)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Hélio Costa (PMDB) (2,94,96)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62,92,93,97,98)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. José Agripino (DEM) (23,27,56)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) (53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento n° 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB n° 205/2010).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
95. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. n° 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 60/2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO (4)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,82)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,80,84)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. VAGO (47,64)
Edison Lobão (PMDB) (43,81,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (34,87)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Shessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofzio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
81. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
82. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (57,58)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (25)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,24)
Serys Shlessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (26)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (27)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (31,45,55,56)	1. VAGO (48,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,42)	2. Pedro Simon (PMDB) (43)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,41)	3. Valdir Raupp (PMDB) (46)
Almeida Lima (PMDB) (47)	4. Gerson Camata (PMDB) (44,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (34)	1. Gilberto Goellner (DEM) (30,63)
Marco Maciel (DEM) (36)	2. Jayme Campos (DEM) (33,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (35)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,29)
Adelmir Santana (DEM) (32)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,37)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,17,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (21,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (38)	1. Mozarildo Cavalcanti (38)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,40)	1. João Durval (16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
30. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
32. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
33. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
35. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽⁷⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽²²⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(22,71)
VAGO ^(23,63,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,19)
Augusto Botelho (PT) ^(21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(20,60,61,62,65)
César Borges (PR) ^(18,54)	4. Serys Shessarenko (PT) ^(17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(37,45)
Neuto De Conto (PMDB) ^(40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(38,48)
Gerson Camata (PMDB) ^(36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(35,39)
Valter Pereira (PMDB) ^(34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) ^(41,42)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ^(26,77)	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,33)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽²⁷⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽³¹⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁸⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,24)
Jayme Campos (DEM) ^(8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) ⁽²⁵⁾
VAGO ^(13,53,55,64,66)	5. Mário Couto (PSDB) ^(16,56)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(14,56)	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁵⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹²⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma ^(9,29)	1. Sérgio Zambiasi ^(29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha.
76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. VAGO (6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO (5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (10)	1. Raimundo Colombo (DEM) (3)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfilição do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽⁶⁵⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) ⁽²²⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁰⁾
Renato Casagrande (PSB) ⁽²¹⁾	2. Flávio Arns (PSDB) ^(22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) ^(18,70)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(19,47)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(19,41,44)	4. João Ribeiro (PR) ^(19,43)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) ^(39,64,66)	1. Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁴⁾
VAGO ^(37,63)	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁸⁾
Gerson Camata (PMDB) ^(7,10,36)	3. Gilvam Borges (PMDB) ^(8,9,35,42,48,59,60,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) ^(40,45)	4. VAGO ^(2,53,56,58,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽³⁰⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ^(28,69)
Demóstenes Torres (DEM) ^(3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) ⁽²⁷⁾
José Agripino (DEM) ^(6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) ⁽¹⁾
Efraim Morais (DEM) ⁽²⁶⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ⁽²³⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁵⁾	5. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) ^(17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) ^(16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) ^(11,14,46)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi ⁽³¹⁾	1. Fernando Collor ⁽³¹⁾
PDT	
Acir Gurgacz ^(13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque ⁽³³⁾

Notas:

- Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
- Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
- Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
- Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
43. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
46. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
47. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
64. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
65. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).
67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
69. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
70. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (OF nº 30/2010-GLDBAG)

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO ⁽³⁾	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁶⁾	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO ⁽¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) ⁽¹⁵⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
VAGO ⁽¹⁴⁾	3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
VAGO ⁽⁷⁾	3. VAGO ⁽⁸⁾
VAGO ⁽⁹⁾	4. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁹⁾	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 22/12/2009

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Gilvam Borges, de acordo com o Requerimento nº 1712, de 2009, licencia-se, para tratamento de saúde, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo prazo de 121 dias, a partir de 22/12/2009.
15. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
16. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

VAGO ^(4,5)

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTB

VAGO ^(2,12,13)

PDT

Patrícia Saboya (CE) ^(6,8,9)

PR

Magno Malta (ES) ^(1,7,10)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹¹⁾

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 05/04/2010

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽⁶⁾

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS

PMDB

DEM

Adelmir Santana (DF)

PSDB

João Tenório (AL) ⁽²⁾

PT

Tião Viana (AC) ⁽³⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽⁵⁾

PDT

Patrícia Saboya (CE) ⁽⁴⁾

PR

César Borges (BA)

PSB

Antonio Carlos Valadares (SE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

Francisco Dornelles (RJ)

PSOL

José Nery (PA)

PSC

Mão Santa (PI)

PV

Marina Silva (AC) ⁽¹⁾

Atualização: 27/04/2010

Notas:

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
6. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.brEndereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 23.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

(Atualizada em 22.03.2010)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/II nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of. GSA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

¹⁵ Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo¹

Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 23.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



Edição de hoje: 316 páginas

OS: 2010/12498